



UNIVERSIDADE D  
COIMBRA

Ana Rita de Sousa e Silva Caniceiro

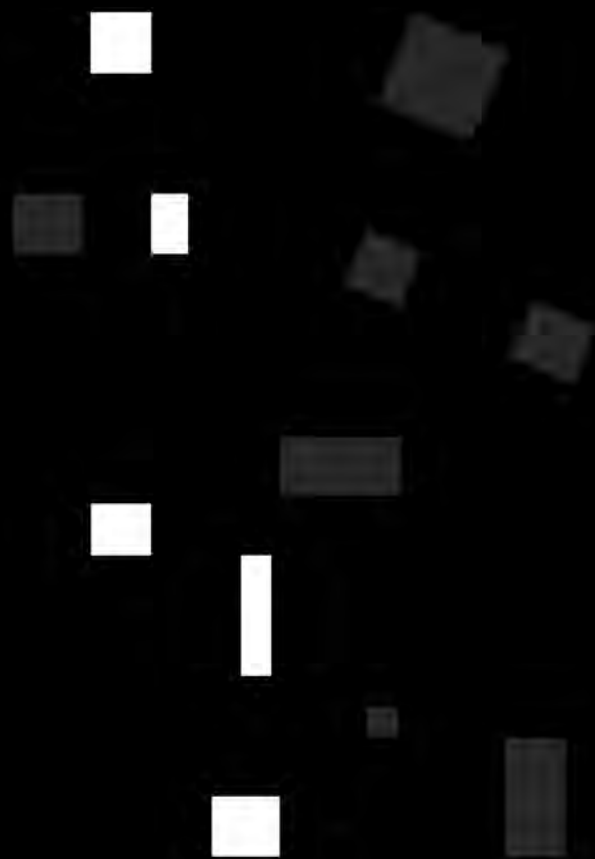
# LABORATÓRIO DO VALE MONDEGO

RECONFIGURAÇÃO DO MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE SEIÇA

Dissertação no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitetura,  
orientada pelo Professor Doutor Victor Manuel Mestre de Oliveira  
e apresentada ao Departamento de Arquitetura  
da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Junho de 2022





LABORATÓRIO DO VALE MONDEGO  
RECONFIGURAÇÃO DO MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE SEIÇA

**Nota à edição**

Utiliza-se para citação e referência, por decisão da autora, a Norma APA, edição 7th;

O símbolo “U” indica que existe conteúdo na parte posterior da página.

Para a melhor compreensão do projeto, propõe-se o acompanhamento da leitura com os desenhos presentes em anexo.

Agradeço,

Ao meu orientador Professor Victor Mestre, pelo acompanhamento, por toda a sabedoria e ensinamentos transmitidos.

Aos que traçaram este caminho ao meu lado, por todos os dias, noites e bons momentos partilhados no D'arq. Aos meus amigos de norte a sul, que levo para a vida.

Ao Braga, pelo amor, companheirismo, por todo o incentivo e paciência extra.

Aos meus pais pelo apoio incondicional e ao meu irmão pelo exemplo, amizade e cumplicidade. Aos quatro-patas, meus leais companheiros nas noitadas.



## RESUMO

Numa descoberta sobre o Património religioso português, a presente dissertação integrada no *Seminário Mosteiro de Santa Maria Seiça: Reconfiguração de uma Ruína?*, tem como temática a salvaguarda e reabilitação do conjunto edificado Mosteiro de Santa Maria de Seiça. Neste sentido, a proposta vai para além da reflexão sobre o património arquitetónico, compreendendo o envolvente e tudo o que o transcende enquanto património imaterial.

Entre as cidades de Coimbra e Figueira da Foz, mais precisamente na freguesia do Paião, ergue-se este imponente mosteiro associado à pequena capela de Santa Maria de Seiça. Implantado num território valorizado pelas suas terras fecundas, resiste solitário, este que é considerado Monumento Nacional desde 2018.

É na sua história e nas características do lugar, que residem factos para que este edifício tenha sido fundado neste território. Para além, de ter existido enquanto cenóbio cisterciense, onde habitaram monges brancos até ao ano de 1834. Este foi alvo de readaptações ao longo dos séculos, chegando a albergar uma fábrica de descasque de arroz. Os vários usos que mantiveram este edifício “multifuncional” vivo, formaram-se em torno das potencialidades deste território tirando sempre partido dos seus recursos, consequentemente contribuindo para o conhecimento no setor agrícola e o estabelecimento de povoações na zona do Baixo Mondego. Deste modo, o edifício serviu como forte motor de gestão e desenvolvimento desta região.

Atualmente, dominante na paisagem mas descaracterizado pelo tempo, o seu estado de pré-ruína dita a urgência de uma intervenção. É neste ponto que o tema nos desafia, a reinterpretar este património e a repensar uma nova utilização programática que o reabilite honrando a sua história e os nossos antepassados. Recorrendo à memória do lugar onde a componente agrícola perseverou, nasce o Laboratório do Vale Mondego, almejando um programa de dimensão científica que contribua para o desenvolvimento sustentável deste território e perpetue o legado histórico e cultural que o Mosteiro de Seiça representa.

**Palavras-Chave:** Mosteiro; Património; Investigação; Baixo Mondego.





## ABSTRACT

In a journey of discovery of the Portuguese religious Heritage, the present essay, which is integrated in the Seminar *Mosteiro de Santa Maria Seixa: Reconfiguração de uma Ruína?* (*Santa Maria Seixa Monastery: retracing a ruin?*), has the safekeeping and the rehabilitation of the building complex of the Santa Maria de Seixa Monastery as a theme. Bearing this in mind, this proposal goes beyond the simple reflexion about the architectural heritage, including the surroundings and everything that goes beyond it and that makes it a world heritage item.

Between the cities of Coimbra and Figueira da Foz, in the county of Paião, we can find an impressive monastery that is associated to the little chapel of Santa Maria de Seixa. Standing in valuable and fertile soil, this construction stands alone and has been considered a National Monument since 2018.

In the history and characteristics of the place, we can find the reasons for this building to have been built in this specific location. Besides being a Cistercian cenobium, it was the place where white monks lived until 1834. It was readapted throughout centuries, and it was even a factory dedicated to the debarking of rice. This “multifunctional” building served many purposes, was used in several ways and was kept alive due to the potential of this territory, taking advantage of its resources. This led to the development in the agricultural sector and to the settling of people in the Baixo Mondego area. This way, the building was a strong reason for the management and development of the region.

Nowadays, dominating the landscape line but featureless due to time and being almost a ruin, the building requires a fast intervention. This is where we can find a challenge: to reinterpret this heritage and to rethink a new programmatic usage that can rehabilitate it by honouring its history and our ancestors. Appealing to the memory of this place, where the agricultural component prevailed, the Vale do Mondego Laboratory was born. This unit aims at creating a scientific programme that contributes to the sustainable development of the territory and that perpetuates the historical and cultural legacy that the Seixa Monastery represents.

**Keywords:** Monastery; Heritage; Investigation; Baixo Mondego.



## SUMÁRIO

Introdução	15
<b>I Compreender</b>	
1.1 Território - O Baixo Mondego	23
1.2 O Mosteiro, a Capela e a Envolvente	35
1.2.1 Enquadramento Histórico	41
1.2.2 Evolução Morfológica	55
<b>II Refletir</b>	
2.1 A Ruína	67
2.2 (Re)habitar a Ruína	73
<b>III Intervir</b>	
3.1 Pertinência e Objetivos	87
3.1.1 Laboratório da Paisagem , Guimarães	93
3.2 O Programa	97
3.3 Iconografia de Referências	103
3.4 A Forma, o Espaço e a Materialidade	
3.4.1 Desenhar o Espaço Público	111
3.4.2 Reconverter a Ruína	119
3.4.3 Uma Nova Forma	131
Considerações Finais	143
Referências Bibliográficas	147
Fontes de Imagens	157
Anexos	







## INTRODUÇÃO

Quando observamos o Mosteiro de Santa Maria de Seíça, surpreendemo-nos pela sua grandeza, mesmo assombrado pela ruína a sua imagem não deixa de ter algo de sublime e de nos transmitir todo o seu valor e toda a história que transporta dos tempos passados. Quase cenográfica esta imagem de ruína tem algo de “piranesiano” que nos encanta. Num primeiro embalo, somos levados por ela, mas depressa e como estudantes de arquitetura, percebemos que este belo edifício, em decadência, tem nele potencial para ser de novo habitado.

Este torna-se um grande desafio e com muitos outros pela frente, o edifício considerado um valioso património, carrega consigo o peso de toda a sua história que com cerca de 800 anos, sobrevive, mas devido ao seu estado atual de degradação pede urgentemente intervenção nomeadamente a estabilização da ruína. A ambição do tema de Laboratório de Projeto leva-nos mais longe, pondo a seguinte questão: *“Mosteiro de Santa Maria de Seíça: Reconfiguração de uma ruína?”*. Uma provocação que nos leva a questionar de que modo o nosso contributo deve tirar partido desta “ruína” e do lugar. Sendo que, este contributo deve ter presente a identidade e memória do sítio, mas também que acredite num novo habitar contemporâneo, com o objetivo de reabilitar o edifício e o território envolvente.

Deste modo, quando falamos em reabilitação da ruína e principalmente neste edifício devemos expandir horizontes e olhar atentamente para a sua envolvente e ver nela também um caso de estudo. Uma vez que, este território deve ser valorizado pois será nele que encontramos a maioria das respostas.

Atualmente, é numa paisagem transformada e é entre eucaliptais que remanesce o Mosteiro de Seíça, descaracterizado pelas várias construções, tentativas de manutenção e também vandalismo. Em parte, muitas das construções espúrias e demolições, deveram-se ao facto do mosteiro se ter adaptado aos vários usos e programas que foram mantendo este edifício com ocupação. Estes acrescentos, destruíram parte da sua estrutura inicial, principalmente com a construção da linha de caminho de ferro no século XIX e da instalação da fábrica de descasque de arroz, no início do século XX. Esta época também deixou elementos insólitos que marcam a imagem deste mosteiro, a chaminé fabril aparece como um símbolo que deixa a memória daquilo que um dia foi um edifício adaptado à vida industrial.





Estas várias camadas construídas pelo tempo, são acontecimentos que vão pautando uma história, fazem parte da memória coletiva das gentes daquele sítio, assinalando épocas que contribuíram para o desenvolvimento da região. A reorganização e hierarquização destas transformações, será essencial para as tornar perceptíveis e dar ênfase aos vários períodos históricos, tendo como maior desafio a preservação da sua memória enquanto um todo.

A beleza do conjunto arquitetónico do Mosteiro de Seiça, reside nesta fusão de tempos, que lhe dão identidade, e como foi referido anteriormente, as respostas encontram-se na sua história e na do local. Neste âmbito, a história torna-se indissociável da arquitetura, como tal a proposta de intervenção deve ter isso presente, adaptando-se aos valores patrimoniais que lhe estão inerentes. Sendo assim, essencial o enquadramento na temática das intervenções do património, trazendo à discussão as complexas questões do património arquitetónico e urbanístico. Deste modo, pretendeu-se trabalhar estas temáticas com uma visão contemporânea mantendo a essência e a memória do objeto em estudo.

Às matérias aqui expostas juntam-se as várias problemáticas do mundo contemporâneo, como as alterações climáticas, a biodiversidade, a sustentabilidade ecológica e ambiental. Tornando-se necessário projetar a reabilitação deste mosteiro tendo em perspectiva que este sirva a sociedade dos dias de hoje, a pensar no futuro e privilegiando práticas mais sustentáveis. Neste sentido e decorrente de um processo de análise, nasce o Laboratório do Vale Mondego, uma incubadora de base rural que tem como objetivo servir de abrigo a equipas de investigadores e a novos projetos, almejando um programa capaz de promover o desenvolvimento sustentável da região.

Este lugar é influenciado pela forte componente agrícola, presente desde os seus primórdios, de acordo com esta perspectiva a proposta pretende aliar-se a esta área, nomeadamente através da investigação, promovendo o conhecimento, inovação, com a divulgação científica à volta deste lugar. Desta forma, tem-se como intenção manter um diálogo com o passado, evocando a memória coletiva relacionada com atividades do setor primário. Todavia, assumindo os valores e problemáticas contemporâneas com uma perspectiva de futuro. Posto isto, os objetivos centrais da proposta de intervenção para a reabilitação do Mosteiro de Seiça, procuram o olhar cuidadoso para o objeto de estudo e para a sua envolvente, onde o exercício de projeto pretende promover a regeneração destes espaços.

No que diz respeito à estruturação da presente dissertação, esta divide-se em três capítulos principais. No primeiro capítulo “**Compreender**”, será feita uma abordagem do geral para o particular, é fundamental dar a conhecer o seu contexto geográfico e posteriormente a sua evolução histórico-social, expondo as várias razões para o crescente declínio deste conjunto arquitetónico e os vários fatores que contribuíram para as mudanças na biodiversidade da envolvente. Ainda neste seguimento, será exposta uma análise formal às dependências do mosteiro, comparando a sua evolução morfológica e o que ainda remanesce das diversas épocas em que foi habitado.

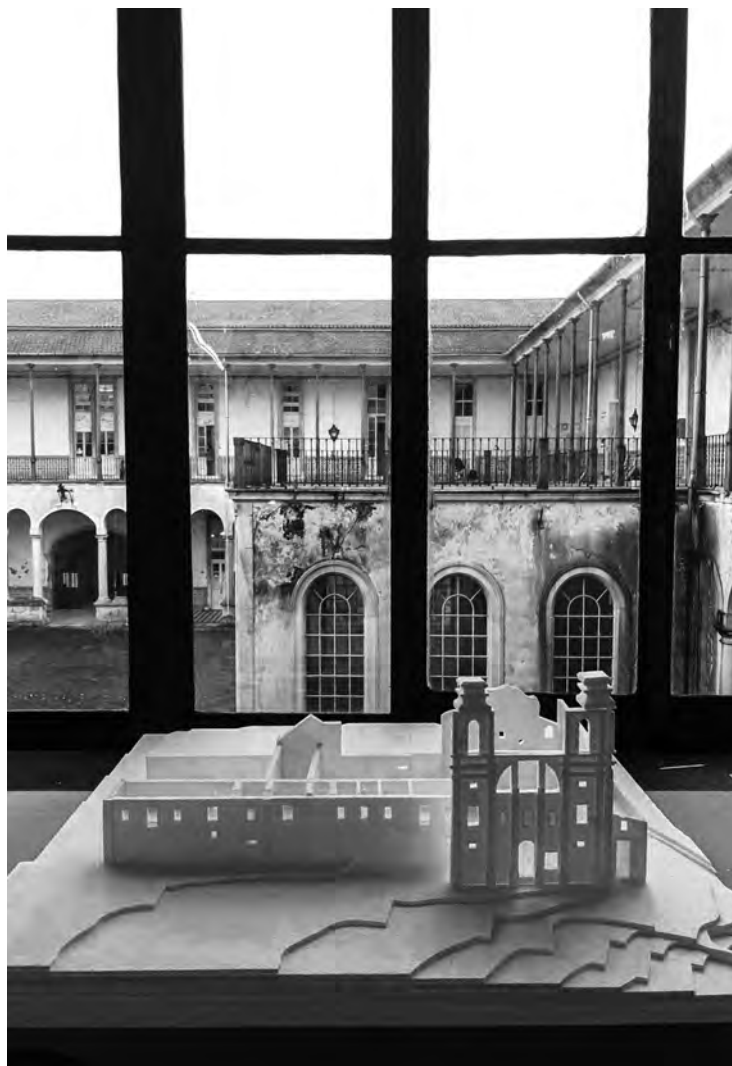


Fig. 2 | Maquete Realizada pela Turma

No segundo capítulo “**Refletir**”, discutir-se-á as várias temáticas do património e ruína, contando com o contributo de importantes autores. Procurando compreender a complexidade destes temas e o legado do passado em que diversas abordagens refletiram acerca da salvaguarda do património. Referente a estas pressupõe-se uma reflexão crítica sobre a aprendizagem e a sua influência para a construção de uma proposta de reabilitação.

No último capítulo “**Intervir**”, numa primeira fase desenvolver-se-á uma parte dedicada ao enquadramento das problemáticas que se enfrentam na atualidade. Neste contexto, serão expostas as várias preocupações ambientais e as necessidades no campo da investigação. Pelo que se considera importante, fundamentar e suportar a escolha programática e possibilitar uma melhor aproximação ao programa final. Esta parte da dissertação procura refletir sobre os objetivos e pertinência de uma proposta de intervenção e concentrar-se na vertente prática do trabalho, com a apresentação do desenvolvimento da proposta final.

Ainda de referir, que no processo de construção do trabalho, foram essenciais as visitas em grupo ao sítio, tornando-se fundamental num primeiro contacto o reconhecimento do local, fazendo o levantamento dos vários elementos arquitetónicos que compõem este conjunto, bem como a identificação das características da sua envolvente. Nestas visitas, foi feito o devido registo fotográfico para a posterior análise em grupo e deste modo conhecer algumas das suas problemáticas, mas também valências, o que foi desde logo significativo para a evolução da proposta. É importante mencionar que, parte da investigação foi promovida pela discussão em grupo e a recolha de informação favorecida pelo trabalho em conjunto.

O trabalho beneficiou dos levantamentos topográficos cedidos pela Câmara Municipal da Figueira da Foz, sendo que para a sua realização foi fundamental estabelecer contacto com diversas entidades. Neste contexto, surgiu a oportunidade de contactar o Laboratório da Paisagem em Guimarães, de forma a conhecer o trabalho realizado por esta instituição, mas também com o Sr. Professor Doutor Pedro Moreira, investigador e professor na Escola Superior Agrária de Coimbra, de modo a procurar um apoio nas questões mais técnicas que a proposta programática aborda. Ainda neste âmbito, foi proporcionada uma visita ao Departamento de Química da Universidade de Coimbra, com o objetivo de conhecer o funcionamento de um laboratório químico. Desta maneira, o contacto direto com os locais e técnicos especialistas contribuíram para a concretização deste trabalho.





Fig. 3 | Campos do Baixo Mondego



**Fig. 4** | Mapa de Localização do Mosteiro de Seiça em Relação aos Principais Polos Urbanos e Via (IC1)

## 1.1 TERRITÓRIO - O BAIXO MONDEGO

A compreensão do território está diretamente ligada à compreensão do objeto de estudo, sendo este um motivo forte na percepção do seu contexto histórico e atual. Quando é proposta uma intervenção como esta, urge a necessidade de ampliar o nosso olhar para uma macro escala e procurar respostas no território envolvente. Foi com base neste pressuposto, que se foi conhecendo a história deste lugar e a sua identidade. A análise do território serviu assim como ponto de charneira para a conceção de uma proposta de intervenção que trata do património edificado em estrita relação com o envolvente.

O conjunto edificado do Mosteiro de Santa Maria de Seiça está inserido nas áreas administrativas denominadas de Região de Coimbra (NUTS III), pertencente à região Centro (NUTS II) do país. O distrito de Coimbra é limitado a Norte pelo distrito de Aveiro e Viseu, a Este pelo distrito da Guarda e Castelo Branco, a Sul pelo distrito de Leiria e a Oeste pelo oceano Atlântico.

Esta região no litoral do país é privilegiada pela passagem do rio Mondego, um importante elemento geográfico que desenha as suas distintas paisagens, destacado pela sua elevada diversidade natural e pelas suas características hidrológicas e topográficas. O rio Mondego é considerado o maior rio português que contempla o seu curso exclusivamente em território nacional, percorre cerca de 227 km até à sua Foz. “(...) *todo o seu caminho será uma sucessão cinematográfica de quadros diferentes, verdadeiras maravilhas que fizeram dele, em todos os tempos, o rio da beleza.*”. (Silva Teles, 1929, como citado em Martins, 1940, p. 80) O rio encaminha-se desde o Alto Mondego, mais precisamente no sistema montanhoso da Serra da Estrela, onde inaugura a sua longa viagem, até ao seu troço final, conhecido como Baixo Mondego, onde o rio se expande por uma extensa planície aluvial, é nesta zona que se localizam os campos férteis do Mondego e onde se inclui uma área estuarina, rica na sua biodiversidade. “(...) *esta sub-região, apesar de corresponder a 19% da “globalidade da superfície da bacia hidrográfica deste nosso Rio, o certo é que ele é, nosso ver, e dos pontos de vista geológico e hidrogeológico, a parcela mais rica e diversificada de toda esta área.*” (Veloso, 1992, como citado em Soares, 2011)



Fig. 5 | Margens do Rio-Velho



Durante o seu curso, recebe as águas de alguns importantes afluentes, como o rio Dão e Foja, pela margem direita e os rios Alva, Ceira, Arunca e Pranto que se aproximam pela margem esquerda. É no seu curso médio, que as águas do rio confluem numa extensa albufeira, originada pela Barragem Hidroelétrica da Aguieira, projeto consolidado em 1981. A jusante desta barragem a funcionar como contraembalse surge a Barragem da Raiva (1992). Estas foram duas das várias intervenções concluídas nas décadas de 80 e 90, decorrentes do *Plano Geral de Aproveitamento Hidráulico da Bacia do Mondego*, apresentado em 1962, surge com a necessidade de implementar um modelo de gestão integrada dos recursos hídricos. Estes aproveitamentos hidráulicos estrategicamente posicionados, contribuíram para a regularização do caudal do rio, associando-se ao aproveitamento hidroelétrico e ao aproveitamento hidroagrícola do Baixo Mondego.

Após o curso do rio ser quebrado por estas estruturas encontra as margens da cidade de Coimbra, o seu leito sofre um alargamento criando um espelho de água que emoldura a cidade e reflete as suas colinas urbanizadas. Este plano de água é contido pela Ponte do Açude (1981), contruída no extremo norte da cidade, uma das obras que surge aquando do plano da década de 60.

Ao deixar as margens urbanas, na sua última etapa, o rio percorre cerca de 40 km até à foz, fazendo o percurso na zona mais baixa do rio que atinge um ligeiro desnível de apenas quarenta metros de altitude acima do nível do mar. O leito do rio encaminha-se desde a cidade, passando pelos concelhos de Montemor-o-Velho e Figueira da Foz, onde chega ao fim do seu trajeto. Na secção final do rio, entre os campos férteis do Mondego, o seu leito percorre predominantemente num curso artificial traçado pelo Homem. São os diques construídos que confinam o leito central do rio, este diverge para os canais de rega a fim de abastecer os extensos campos agrícolas circundantes, onde domina a produção de cereais predominantemente o arroz e o milho. Nas proximidades deste curso ainda corre água no antigo leito do rio, parte ainda resultante do projeto de encanamento do século XVIII, levado a cabo pelo padre Estevão Cabral, na procura de uma solução para as constantes cheias do rio, atualmente este é denominado de *Rio Velho*. (Lourenço, 1986)

O final do seu percurso compreende um estuário de cerca de 25 km de comprimento. Antes da sua jornada chegar ao fim, o rio desdobra-se em dois braços que envolvem a ilha da Morraceira. O braço norte percorre a frente ribeirinha da cidade portuária da Figueira da Foz. O braço sul acolhe o último afluente antes de retomar o leito principal, junto ao porto de pesca da cidade. Juntam-se as águas do rio Pranto, que divergem e viajam ao encontro do Mosteiro de Santa Maria de Seça localizado mais a Sul num dos vales banhados por um dos subafluentes do rio Mondego, a ribeira de Seça.

Devido às características morfológicas da bacia do rio, ao longo do seu curso é perceptível uma grande variabilidade ambiental e por consequência social. Desde a zona alta, à média e à zona baixa do rio os seus contornos vão se modificando e adaptando à topografia, assim como a apropriação de quem vive neste lugar. Neste contexto, o rio torna-se num elemento geográfico que marca e contagia o território que percorre, em cada traço lemos a sua história e das populações que encontraram nas suas águas uma forma de subsistência.



**Fig. 6** | Barca Serrana  
no rio Mondego

Considerado o *núcleo genético*, destas regiões do centro de Portugal, o rio desde sempre foi uma via de comunicação entre os vários territórios que coabitam à sua volta. O rio que nos tempos idos matou a “(...) *sêde de todos aquêles que trilharam o caminho da invasão.*” (Martins, 1940, p. 77) e que fomentou a fixação de alguns desses povos, até aos tempos mais recentes era navegável e facilitava o transporte de pessoas e bens entre o litoral e o porto da Figueira da Foz até ao interior, à foz do rio Dão. “*A menor inclinação do leito e o maior volume de águas permitem, mesmo no Verão, o transito de embarcações de pequeno calado – as barcas serranas, no dizer dos povos ribeirinhos (...)*” (Martins, 1940, p. 85) Este eixo navegável e o fácil acesso das barcas serranas, permitia a troca permanente entre os produtos do mar e dos campos pelos produtos da serra, desde o vinho, azeite, fruta, madeira, carqueja, sal e peixe.

Este tipo de comércio e troca, foi preponderante no desenvolvimento das povoações que se estabeleceram neste lugar. A cidade de Coimbra desde sempre foi tomada como um ponto estratégico tendo, em tempos remotos, sido considerada a capital do reino português devido às suas características geográficas e à sua centralidade no território. Considerando que, este polo intermediário estabelecia ligação entre o Norte e Sul bem como entre o litoral e o interior do país. Entre a serra e o mar, esta comunicação fluvial era favorecida pelo porto da Figueira da Foz que funcionava como interposto de saída e de entrada de mercadorias pelo rio.

A vida destes núcleos urbanos cresceu nesta tríade transitando entre a serra, o campo e o mar, fazendo com que as várias economias se complementassem. A bacia do rio preserva assim uma elevada diversidade natural e social. Atualmente, ainda são perceptíveis estas dinâmicas socioeconómicas. As atividades ligadas ao setor secundário, têm bastante presença, refletem-se nas indústrias de fibras e peles no Mondego superior, nas indústrias do vidro, indústrias do papel e extração de madeira, as explorações de aquacultura no estuário do Mondego e as atividades ligadas à cidade portuária da Figueira da Foz, na zona costeira. (R. Pinto et al., 2009) É na secção baixa do rio que ganha expressão o setor primário com a vasta exploração agrícola, devido à riqueza do território.

A vida em torno do campo, desde sempre adquiriu bastante expressão, tornando-se na principal atividade económica destas populações. Foi na idade média que a atividade agrícola se estabeleceu ao longo do Baixo Mondego, devido à fertilidade dos campos de aluvião, proporcionado pela proximidade com o rio, tornando este um fator importante neste processo de transformação. O incremento da atividade agrícola, teve um papel crucial, permitindo a fixação de população e o sucessivo crescimento dos aglomerados urbanos nas áreas circundantes.

São as características singulares desta faixa produtiva que acompanha a secção baixa do rio, que fazem dela um lugar de diversidade natural e cultural. “*Mas, o Campo do Mondego, morfostruturalmente complexo, múltiplo, mesmo no falar das gentes que o trabalham, é, tal como o entendemos, parte de um todo, vetor económico (...)*” (Almeida et al., 1990, p. 18)



**Fig. 7** | Mapa de Localização do Mosteiro de Seça, Identificação da Rede Hidrográfica do rio Mondego e da RAN

Comumente conhecido por Baixo Mondego, este território destaca-se pela sua individualidade no contexto do país, pela sua biodiversidade e pelas suas características geomorfológicas distintas, no entanto, vários autores têm vindo a debater-se sobre os seus limites físicos. Criando várias abordagens concetuais na tentativa de configurar uma unidade-espço. “*Na delimitação de uma região os critérios adoptados, os contornos traçados e a configuração proposta são sempre profundamente discutíveis, o que decorre da ‘subjetividade’ com que cada proponente lê a paisagem e a organização do território.*” (Moreira, 2008, p. 3)

O trabalho do geógrafo Amorim Girão, define a zona de Baixo Mondego aos concelhos de Coimbra, Penacova, Arganil, Góis, Poiães, Lousã, Miranda do Corvo e Penela. Por outro lado, denomina de Mondego Litoral, os concelhos de Cantanhede, Montemor-o-Velho, Condeixa, Soure e Figueira da Foz, sendo neste último onde se localiza o Mosteiro de Santa Maria de Seixa. Esta posição é descrita como uma divisão regional de cariz administrativo “*(...) os limites estabelecidos ressaltam, não pela fluidez própria dum encadeamento consequente das paisagens, mas pela rigidez de uma partilha administrativa.*” (Almeida et al., 1990, p. 19)

Em *Proémio ao Estudo do Baixo Mondego*, os autores consideram que esta é uma zona de confronto onde surgem diversas unidades de paisagem, cada uma com as suas características próprias. Assim sendo, esta complexidade morfológica influencia a apropriação do Homem e a sua posição no território. “*É aqui nesta perspectiva (...) que se podem ainda procurar os limites do Baixo Mondego pela complementaridade do Campo cultivado com o Monte habitado. A nossos olhos as diversidades morfológica e paisagística integram-se, chegando mesmo a confundir-se.*” (Almeida et al., 1990, p. 23) Os autores determinam assim a divisão através da análise da paisagem, definindo quatro unidades morfológicas: serras e planaltos calcários, colinas gresosas, planície aluvial e planície litoral. Fazendo um estudo aprofundado e ressaltando a individualidade e diversidade de cada uma destas unidades.

A designação Baixo Mondego, correspondente à secção inferior da bacia hidrográfica do rio Mondego, aparece com diversos sentidos, servindo para apresentar múltiplas formas geográficas “*(...) em primeira instância, uma unidade morfoclimática: uma área morfologicamente dominada pelo plano aluvial de um rio – o Mondego, onde se encontra o vale principal deste rio e os vales secundários dos seus afluentes*”. (Moreira, 2008) Apesar da diversidade existente, esta expressão atribui à paisagem uma certa unificação, e também serve para ser usada na estatística referente à Nomenclatura das Unidades Territoriais (NUT).

Num confronto entre as diversas posições existentes sobre este tema, surge uma análise que, através da sobreposição dos limites definidos por cada autor “*(...) permite concluir que todos, de um modo geral, se vinculam ao percurso final do Rio Mondego, definido a partir de Coimbra.*” (Moreira, 2008, p. 7) Nesta intersecção a extensa planície aluvial é dominante, onde assentam os campos do Mondego. Esta área localiza-se entre as cidades de Coimbra e Figueira da Foz, intersetando o concelho de Montemor-o-Velho. Estes três núcleos urbanos compõem um importante eixo de desenvolvimento e têm como elo o rio Mondego. Estes polos estabelecem um sistema urbano polinucleado, que se complementa.



**Fig. 8** | Paisagem dos Campos  
Agrícolas no Baixo Mondego

A cidade de Coimbra apresenta-se como o núcleo urbano de maior dimensão, tendo influência nos pequenos aglomerados que se desenvolvem em torno desta e torna-se no principal ponto de mediação entre as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. Este polo também concentra a maioria dos serviços nas áreas da saúde, educação tecnologia e investigação principalmente pela presença da Universidade de Coimbra. A cidade da Figueira da Foz, distingue-se através do seu potencial turístico, cultural e comercial. E ainda, o concelho de Montemor-o-Velho, pela sua posição central neste eixo, destacando-se pela sua dimensão histórica e cultural. (Moreira, 2008) Num sentido lato, estes três polos que coabitam à volta do rio Mondego, transformam-se num importante alicerce no que diz respeito a uma estratégia comum de unidade e coesão territorial.

#### Paisagem

Este “eixo” fictício desenhado pela bacia hidrográfica do rio é reconhecido pelas suas paisagens cénicas, que condensam nelas as memórias de uma cultura em torno dos campos do Mondego. As paisagens bucólicas tão características, inteiramente transformadas e artificializadas pelo esforço do homem, são marcadas pela extensa planície aluvial aliada à forte presença da água e dos campos de cultivo.

Os canais de rega e os caminhos de terra batida por onde trilhavam caminho as alfaias agrícolas, atravessam os talhões cultivados e definem a sua geometria regular. As cores das paisagens, dignas de uma pintura impressionista, alteram-se consoante as várias culturas, conforme a fase de sementeira ou crescimento. Variando entre as cores frias das culturas que acabam de despontar e as cores quentes predominantemente das culturas de milho e de arroz já amadurecidas. A imagem do Baixo Mondego é indissociável dos extensos espelhos de água, criados pelas culturas de arroz que inundam a paisagem num ciclo intercalado, considerada das mais antigas e mais produtivas da Europa. Esta extensa planície contrasta com as colinas que pintam o plano de fundo onde “*O acidentado do terreno vai permitir apenas culturas de espécies agrícolas mais frugais: a vinha, nos solos melhores, barrentos, e a oliveira um pouco por todo o lado.*” (Almeida, 1999, p. 185). A presença do homem é retratada nas pequenas e humildes povoações que ladeiam os campos.

As espécies ripícolas bordejam as zonas ribeirinhas, crescem junto às margens os salgueiros, choupos, freixos e ulmeiros. Nas encostas surge o pinheiro-bravo que vai sendo conquistado pelo eucalipto, atualmente dominante na paisagem. Nas zonas mais húmidas surgem pequenos santuários de biodiversidade, os pauis, os últimos vestígios da paisagem de outrora. Estas zonas húmidas são consideradas ecossistemas frágeis de extrema importância ecológica, tornando-se importantes reservatórios de água e assim contribuindo para a depuração da mesma. Caracterizadas pelos campos pantanosos escondidos entre canaviais e caniçais onde despontam os juncos e flutuam os nenúfares. Esta flora serve de habitat a pequenos peixes, anfíbios, répteis e mamíferos como a lontra, e de abrigo a espécies de aves sedentárias e migratórias, como o pato-real, a cegonha, a garça-branca e a águia-sapeira.

Evidencia-se cada vez mais que a ação permanente e pouco sustentável do homem nestes territórios prejudica este equilíbrio ambiental. Ressaltando a sua decadência progressiva, devido à introdução de espécies exóticas que prejudicam a fauna e a flora existente e causando perdas de produtividade, à inadequada gestão dos recursos hidrológicos principalmente usados pela indústria e pela produção



**Fig. 9** | Orizicultura no Baixo Mondego



agrícola intensiva ao longo da bacia do rio. O uso de químicos agrícolas nas culturas, ao longo de várias décadas, tem vindo a prejudicar a qualidade da água e dos solos. Estes comportamentos repetidos têm provocado efeitos nefastos no ambiente, na saúde da população e também têm causado perdas na economia.

A imagem que construímos do Baixo Mondego reflete a harmonia entre a ocupação humana e a paisagem. Existe quase uma percepção que esta permanece intocada e que sempre fora assim, mas esta é resultante da ação e construção do homem. Sobre estas paisagens trabalhadas espelham-se as tradições, à volta da produção agrícola, marcada nas mãos calejadas e vivências de quem lavrou a terra, refletida nos cheiros e sabores gastronómicos, motivo de feiras e romarias, gravadas nos cantares e na memória coletiva das gentes. Raízes que são o princípio de afirmação de um povo definindo a sua identidade e cultura. Nesta paisagem predominantemente dedicada ao labor dos campos, consegue-se ler este substrato cultural, tornando estas num documento histórico que retrata o passado e que prospera para o futuro. É este território de enorme riqueza, na sua dimensão cultural e territorial como social e económica, que contagia o lugar de Seíça desde a sua envolvente à sua história.



**Fig. 10** | Primeiro Contacto Visual com o Mosteiro de Seiça

## 1.2 O MOSTEIRO, A CAPELA E A ENVOLVENTE

*“A história que viu nascer tal obra, o Real Mosteiro de Santa Maria de Seiça e a Capela de Seiça, a poente, está patente na idade das arcadas carcomidas, nas torres escurecidas e esfoladas. É preciso captar o espírito do lugar em que se encontra o Mosteiro de Seiça.”*  
(Sousa, 2019, p. 9)

Num dos vales da margem Sul do Mondego localiza-se o Mosteiro de Santa Maria de Seiça. Este permanece solitário num vale que se diz “encantado” e que é ainda hoje considerado um lugar de culto para os mais crentes. Confirmado pela procissão e festividades em honra de Santa Maria de Seiça, realizada anualmente na capela junto ao mosteiro. Fundado em “terras desertas”, este não esconde as marcas do tempo, as suas ruínas vão sendo absorvidas pela natureza que não se revela estática, habitadas por cegonhas que se apropriam das torres sineiras para fazer delas o seu lar. Este edifício abandonado, mas de um enorme encanto revela os seus mistérios a partir da leitura do seu conjunto, evidenciando elementos “intrusos” feitos de tijolo e betão, aros de ferro e uma chaminé fabril, elementos que nos comprovam uma outra história, que aquele lugar noutros tempos vivenciou.

Este conjunto arquitetónico de enorme valor patrimonial e social aparentemente isolado, situa-se entre a cidade de Coimbra e a sua sede de concelho Figueira da Foz, distando desta cerca de 15 km. É mais precisamente, na pequena aldeia de Seiça, formada pelo reduzido casario que se situa a Norte do mosteiro e pela pequena capela a Oeste, que se pode admirar esta obra de rara beleza. Este pequeno aglomerado pertencente à freguesia do Paião é circundado por povoações de maior dimensão, na sua proximidade situam-se as freguesias de Alqueidão, Lavos, Marinha das Ondas, Carriço e Borda do Campo. A comunicação com estas povoações é feita através do caminho municipal (CM1071). Esta é a via que nos leva até ao mosteiro e que atravessa rasante à sua fachada, denominada de Rua Nossa Senhora de Seiça.

O território entre estes dois núcleos urbanos Coimbra e Figueira da Foz caracterizado de Baixo Mondego é definido pelo vale principal, a partir deste convergem vales secundários. O último braço que converge a Sul do Vale do Mondego é onde correm as águas do rio Pranto, também denominado de rio Carnide. Este vale é valorizado pelas suas terras fecundas onde predomina a



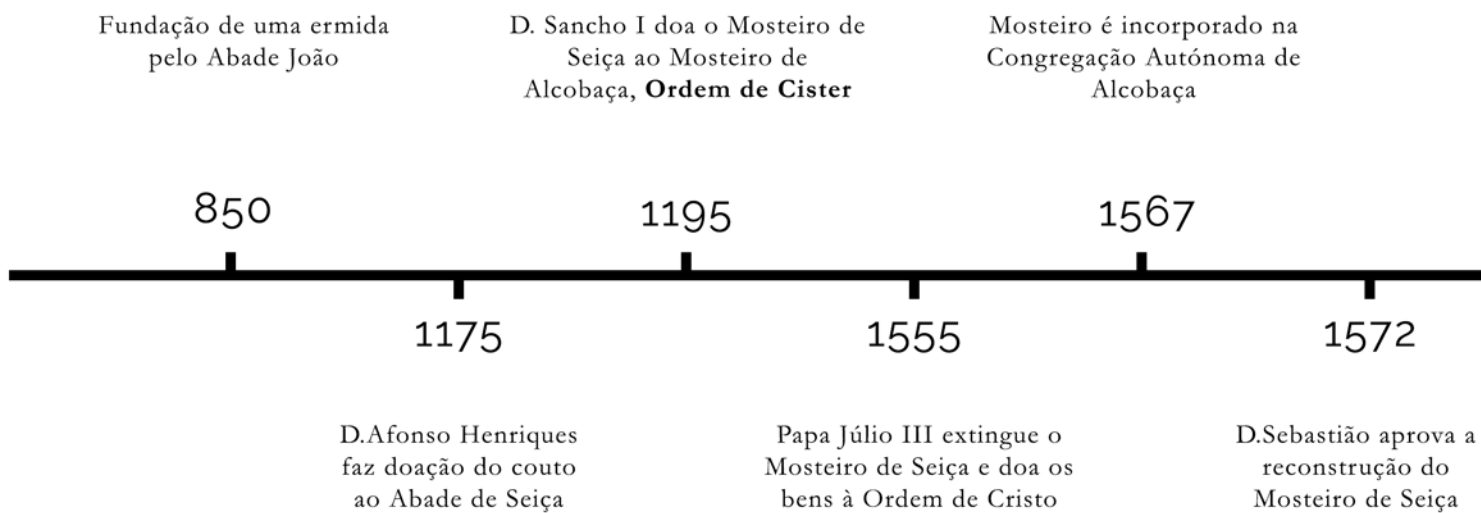
**Fig. 11** | Conjunto Edificado  
Mosteiro de Santa Maria de Seça e  
Adições da Fábrica de Descasque  
de Arroz

atividade agrícola. Do rio Pranto converge a modesta ribeira de Seiça que corre na proximidade do mosteiro, agora já com escassa água. Consta que foi um elemento importante, tendo contribuído para a edificação deste templo, nomeadamente no transporte das suas pedras maciças. (Cintrão, 1998) Neste sítio sagrado sempre se ouviu o fluir das águas da ribeira de Seiça, mas a partir dos finais do séc. XIX com a construção da linha de caminho de ferro passou a ser usual o som do rodado do aço sobre os carris do comboio. A linha do Oeste que se situa próxima do edifício, torna-se uma importante via de comunicação com outras regiões do país, tendo contribuindo para a troca de mercadorias e para o desenvolvimento desta região.

É também nas imediações do mosteiro, entre a densidade arbórea e os campos férteis junto à ribeira, que rasga um percurso que nos encaminha e nos revela a Capela de Nossa Senhora de Seiça, a poucos metros do mosteiro uma obra de arquitetura única, entre lendas e milagres é uma memória histórica que é ainda hoje motivo de devoção popular, como anteriormente referido.

São estes elementos que compõem a paisagem mística do vale de Seiça. Atualmente descaracterizada pela mancha florestal onde domina o eucalipto e sobrevivem poucas espécies endógenas. Diante do Mosteiro de Seiça, cresciam choupos que emolduravam a fachada do imponente edifício, um bosque natural que desapareceu deixando este fragilizado e despido. O tempo foi transformando esta paisagem, a ribeira ressecou, a linha de ferro rasgou o território e a mancha arbórea envolvente foi dominada por espécies exógenas. Este lugar enigmático que nos deixa o sentimento de melancolia e de perda pelo património edificado e natural, mas que também nos envolve pela espetacularidade das ruínas do Mosteiro de Santa Maria de Seiça, que permanece e sobrevive para contar a história do que foi aquele vale há oitocentos anos.

*“Para vencer o sentimento de desolação e fortalecer alguma remota esperança, o ar do tempo continua a ser o da espiritualidade do antigo ermitério, onde reina o silêncio e a quietude.”*  
(Cabete, 2014, p. 14)



Extinção das ordens  
religiosas

1834

1861

O Mosteiro passa a  
pertencer à Junta da  
Paróquia do Paião

Aquisição do Mosteiro pela  
Família Carriço,  
**Fábrica de Descasque de Arroz**  
até 1976

1911

2004

Aquisição do Mosteiro  
pela Câmara Municipal  
da Figueira da Foz

Elevação a  
**Monumento Nacional**

2018

2022

Ínicio da empreitada que  
visa reabilitar a ruína



**Fig. 13** | Gravura do Mosteiro de Santa Maria de Seiça, 1887

**Fig.14**| Gravura da Capela de Nossa Senhora de Seiça, 1887



### 1.2.1 ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

O referido ermitério, lugar de espiritualidade e retiro, é onde começa a história deste mosteiro. À volta das suas origens são relatadas lendas e milagres, histórias simbólicas que se cruzam com os factos históricos e representam a crença e a fantasia popular. Sendo que “*quem conta um conto acrescenta um ponto*” a versão de cada autor varia, mas converge na história. No entanto, estas lendas relacionadas com Seiça, ajudam-nos a conhecer melhor o modo de vida das pessoas que habitaram a região, desde os seus primeiros tempos. Como tal, estas são importantes testemunhos que valorizam a identidade deste povo. Este mosteiro centenário carrega consigo mistérios, alguns deles nunca desvendados, estes acontecimentos lendários e prodigiosos milagres são professados em dois contos: a lenda do abade João que se liga à fundação de um pequeno ermitério naquele lugar remoto e a cura milagrosa do cavaleiro do primeiro monarca português resultando na edificação de um mosteiro.

Conta a mais antiga lenda, a história do abade João, responsável pela defesa da vila e do castelo de Montemor-o-Velho, que na época das invasões bárbaras, a pequena vila foi cercada e atacada pelo exército mouro. A resistência ao cerco tornou-se cada vez mais penosa, sentindo a ameaça de rendição e adivinhando um desfecho sofrido para o seu povo nas mãos dos invasores, num ato de desespero o abade João ordena pôr fim à vida a toda população cujo a sua proteção lhe teria sido confiada. Após este ato e na tentativa de poupar o massacre do inimigo, com o auxílio de um pequeno exército de cristãos guerreou os mouros até um vale, onde inesperadamente acabou por ser bem-sucedido e sair vitorioso. Foi neste vale que se fez ecoar a palavra “cessa” para pôr fim a esta batalha, batizando de Seiça o vale sagrado. Após a sua conquista, recebe a notícia da milagrosa ressurreição de todos os cristãos que tinham sido anteriormente condenados à morte e como agradecimento desta graça concedida ordena a construção de uma pequena ermida em devoção à Virgem Maria. (Cintrão, 1998)

Numa versão menos fantasiosa, consta que um monge ermita encontrou estas terras ainda por desbravar e se dedicou ao culto, neste lugar de características raras. Ainda a ribeira de Seiça era navegável veio “*(...) acampar um monge ermita, e a uma capelita, que aí se levantou, acorriam os primeiros povoadores do Louriçal, em busca de socorro espiritual, antes da fundação da vila e igreja deste lugar.*” (Cintrão, 1998, p. 24)



**Fig. 15** | Capela de Nossa Senhora de Seiça, 2021

Deduz-se que no ano de 850 foi aí edificado um pequeno santuário pelo abade João, sendo esta considerada a primitiva capela de Nossa Senhora de Seiça. (Cintrão, 1998) Desta pequena capelinha medieval não existe qualquer vestígio, menciona-se que ruiu em 1590. (Cabete, 2014, p. 14)

Foi em 1602 reconstruída dando lugar à atual capela de Nossa Senhora de Seiça, “(...) *pelos religiosos do mosteiro, e não só a capela, como também uma casa para recolher os romeiros, da qual, hoje, não existem os menores vestígios.*” (Cintrão, 1998, p. 25), data gravada e perpetuada no lintel que remata a porta principal da capela. A sua reconstrução foi ordenada por Frei Manuel Chagas, abade responsável pelo mosteiro, nesta data. Sucederam-se intervenções nomeadamente na segunda metade do século XVIII, onde a parte exterior terá sido alvo, com a abertura dos cinco vãos que circundam a parte superior da fachada e também o adorno do seu interior. Já no século XX, mais precisamente nos anos 1996 e 2000, esta foi alvo de obras de manutenção preservando este edifício até aos dias de hoje, desde a “(...) *recuperação das coberturas, à consolidação das alvenarias e das cantarias e à recuperação dos rebocos e acabamentos (...)*” (Eusébio, 2017, p. 38)

Assinalado como imóvel de interesse público em 1970, esta capela pequena e humilde na sua dimensão, mas imensa no seu simbolismo é uma obra de tamanha beleza de estilo barroco, apresenta uma planta octogonal e pelo exterior é envolvida por uma colunata dórica apoiada num murete, esta colunata suporta um entablamento criando um alpendre. O corpo octogonal sobressai deste alpendre, em plano recuado, observando-se os pequenos vãos que se repetem no seu contorno e permitem a entrada de luz no interior. Nesta, destaca-se o trabalho de azulejaria que cobre as suas paredes e as telas pintadas do século XVIII que se conservam até hoje para nos contar as lendas e milagres associados à fundação desta capela e do Mosteiro de Santa Maria Seiça. No seu interior encontra-se uma lápide de pedra com inscrições que recordam a valentia do lendário abade João e perpetuam a sua memória, sendo este o pressuposto lugar da sua sepultura.

É entre as pinturas coloridas que adornam as paredes deste pequeno templo que podemos conhecer a segunda lenda, relacionada com a fundação do mosteiro mais uma vez esta história simbólica romantiza a sua edificação. Evocando a segunda lenda e recuando ao século XII, conta-se que o monarca da época, D. Afonso Henriques, fora viajar por estas terras desertas para se libertar da doença que o dominava e para ganhar forças viajou a partir de Coimbra pelo Mondego até à sua foz. Nesta incursão tomara conhecimento de uma pequena ermida em devoção à Virgem Maria, o Rei parte assim rumo a Seiça para conhecer este lugar milagroso. Durante o percurso um dos seus cavaleiros caiu por terra, tendo sido considerado morto, ao chegar a Seiça seria enterrado junto à ermida. O Rei devoto rezou junto desta pequena capela pela alma do seu cavaleiro “*Enquanto isso, o tido como morto, que jazia por terra, recuperou a vida. A antiga alegria de viver voltou ao espírito do Rei.*” (Cabete, 2014, p. 30). O monarca num gesto de agradecimento e devoção manda fundar naquele sítio um mosteiro.

Séc. XII – Séc. XV

A data de construção de um mosteiro naquele lugar é vaga, sendo os primeiros registos datados de 1162, “(...) *quem sabe se de reduzidas dimensões, desconhecendo-se, contudo, e em absoluto a sua antiguidade e importância.*” (Cabete, 2014, p. 33). A realidade histórica acaba por confirmar que a construção de um convento neste território,

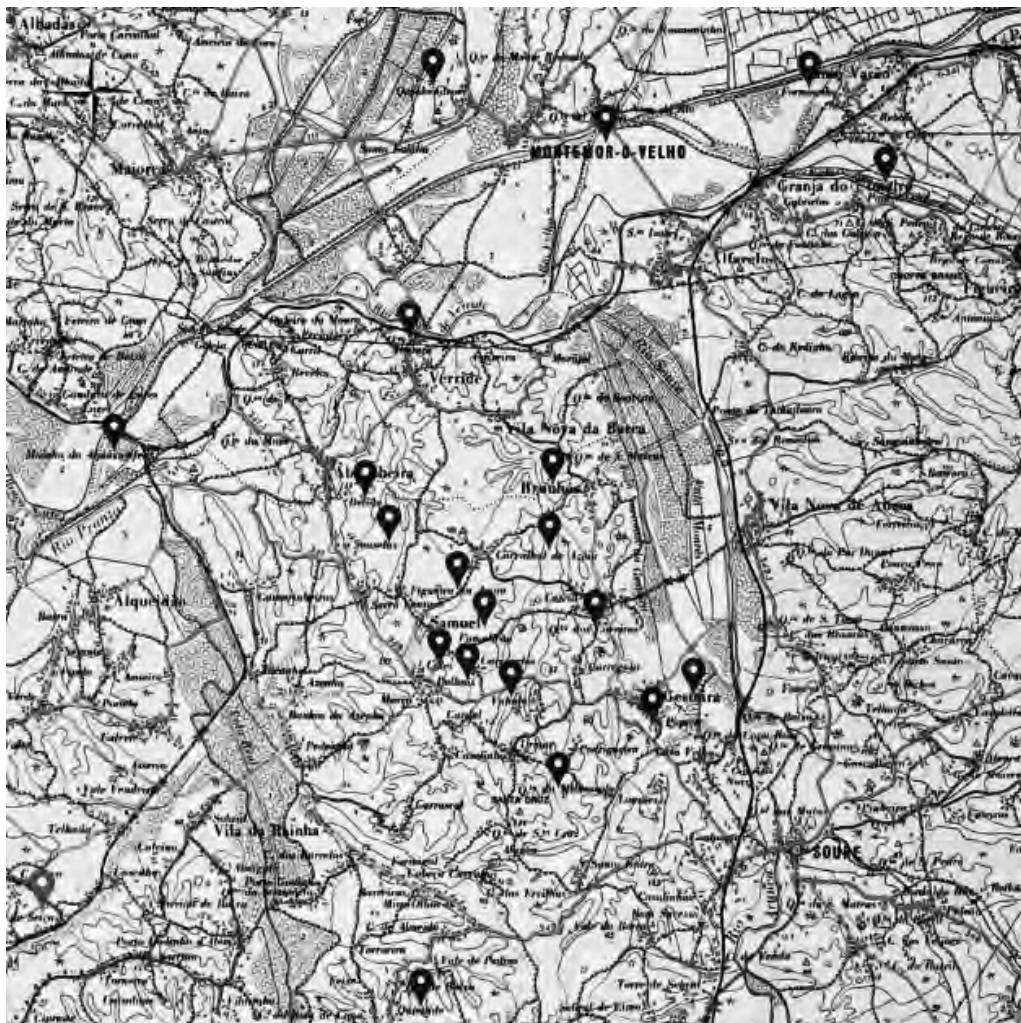


Fig. 16 | Lugares que integravam o Couto da Barra

seria a vontade explícita do primeiro monarca português. A aposta da construção deste mosteiro seria provavelmente uma estratégia de defesa da região, devido à sua localização favorável “(...) o Rei terá sentido necessidade de aqui criar ou fortalecer o mosteiro existente, socorrendo-se dos monges agrários, para atrair e fixar povoadores, num movimento metódico de colonização, e ao mesmo tempo rentabilizar os solos.” (Cabete, 2014, p. 33)

Em 1175 regista-se a data da carta de doação do Couto da Vila de Santa Maria a Velha ao Abade D. Paio Viegas e aos seus frades, feita pelo monarca português dez anos antes da sua morte. Entregando-o ao encargo dos religiosos do Mosteiro de Lorvão, monges pertencentes à Ordem de S. Bento que permaneceram até à conclusão da construção do mesmo. Em 1195, o descendente do primeiro monarca, que assistiu à conclusão do mosteiro, D. Sancho I, coloca-o sob proteção do convento de Alcobaça e doa terras aumentando a propriedade anteriormente coutada por D. Afonso Henriques, esta extensão foi nomeada de couto da Barra. O Mosteiro de Seiça a esta data também passa a reger-se pela considerada Abadia-Mãe que se encontrava sob domínio cisterciense, assim Alcobaça ganhou o poder de eleger os priores de Seiça, e o mosteiro passou a ser gerido sob observância da ordem de Cister. Este processo de constituição de um mosteiro naquelas terras longínquas fica confirmado em 1221, na bula *reliogiosam vitam legentibus*, pelo Papa Honório III. (Eusébio, 2017)

Esta ordem religiosa que ocupou o Mosteiro de Seiça foi de extrema importância na história e constituição deste lugar. A ordem de Cister foi um movimento religioso que brotou na Europa, nos finais do século XI, num momento de prosperidade e de renovação espiritual. A igreja sofreu várias transformações, começando a surgir novas ordens religiosas. França foi o berço da nova ordem de Cister e Roberto de Mosleme o seu pioneiro, ligado à reforma de Cluny e com o espírito de voltar às origens e à observância da regra beneditina. Esta nova ordem refugiou-se em Dijon nos limites da floresta de Borgonha em busca do recolhimento no austero mundo natural. O seu quotidiano modesto baseava-se na busca da simplicidade e da pureza espiritual, numa vida rigorosa de isolamento leal à regra de S. Bento. (Cabete, 2014)

Uma das figuras que se destaca, nomeadamente pelo crescimento da ordem de Cister em toda a Europa, foi Bernardo de Fontaine, abade de Claraval, quando integrou a ordem em 1112. Foi o grande responsável pelo impulso da ordem e criação de medidas inovadoras. Uma delas que reinventou o sistema económico cisterciense, apareceram as granjas, que “*Eram explorações agrícolas que dependiam juridicamente do mosteiro, e, por norma, nos seus inícios, não possuíam igreja, tendo por vezes um pequeno oratório. Mais tarde, algumas vieram a possuir edificações, como capela, dormitório e refeitório.*” (Cabete, 2014, p. 21)

Esta comunidade de eremitas isolada do mundo e dedicada a uma vida de pobreza, retiro e trabalho manual contribuiu para o desenvolvimento de inúmeras áreas. Principalmente, a área agropecuária, com a cultura de terrenos bravios para sua subsistência e a criação de gado, tendo também se destacado na indústria de moagem e comércio de excedentes. O seu modo de vida refletiu-se na arquitetura, como podemos constatar pela austera beleza dos seus cenóbios construídos por toda a Europa. (Cabete, 2014)



**Fig. 17|** Monges Cistercienses e o Trabalho no Campo

Em Portugal, a ordem de Cister é introduzida no século XII, patrocinada por D. Afonso Henriques. A partir do centro para o resto do país, esta ordem foi ocupando antigos mosteiros beneditinos. Os mosteiros portugueses tiveram como mãe Claraval ou Alcobaça. Esta última abadia destacou-se como a maior em Portugal e uma das maiores de Cister.

O seu estilo de vida fazia com que estes procurassem retiro em lugares eremíticos envolvidos pela natureza ainda por desbravar. A água era um elemento crucial não só pelo seu simbolismo de purificação, mas porque era essencial à sobrevivência destes mosteiros isolados, que viam a sua subsistência nos recursos naturais que tinham à disposição. Estes lugares despovoados beneficiavam destes mosteiros, atraindo povoadores e fazendo com que estes se tornassem impulsionadores do desenvolvimento territorial. A ordem religiosa de Cister foi uma das mais relevantes no nosso país. O seu dinamismo fez com que arroteassem terras, introduzissem técnicas agrícolas e hidráulicas, desenvolvessem as pescas, a metalurgia entre outras atividades. Também ao nível da educação religiosa e cultural contribuíram para a formação de novos saberes.

*“A nostalgia e toda a poética do espaço seria vivenciada intensamente num contacto perfeito com a mãe natureza, onde trabalhariam com todo o saber, carinho e elevação espiritual nos seus jardins, hortas e pomares e colheriam de bom grado os frutos e uma parte dos alimentos para o sustento.”* (Cabete, 2014, p. 71)

O Mosteiro de Seiça ocupado em 1195 pelos monges de Cister, subsistiu e prosperou principalmente pelo fomento da atividade agrícola através do cultivo dos terrenos ao longo da sua envolvente. O inegável conhecimento na área da agronomia, fez com que estes monges convivessem em plena harmonia com a natureza, dominavam matérias como o clima e apetência dos solos, recolhendo frutos dessa mesma sabedoria. A extensão coutada pelo mosteiro e banhada pela ribeira de Seiça eleita por ser uma área extremamente fértil, transformou-se num vale produtivo onde cresciam culturas de cereais, desde o trigo considerado um cereal nobre, ao centeio, cevada, milho e painço, nos hortos predominavam o cultivo das hortícolas. Nas zonas de maior relevo alinhavam-se as vinhas e algumas oliveiras. Dentro dos limites da cerca proliferavam as árvores de fruto e a floravam os belos jardins que coloriam aquela paisagem serena consumida pelo silêncio. O Mosteiro de Seiça adquiriu um papel importante na gestão desta área, parte das suas receitas proviam do trabalho árduo do campo e foros cobrados. Esta perspetiva de autossuficiência permitia a sua sobrevivência e das populações que lhe eram dependentes.

Séc. XV - XIX

Após um período de grande abundância, tempos de crise abateram-se sobre este cenóbio e a respetiva ordem religiosa, esta instabilidade foi marcada por diversos acontecimentos maioritariamente entre os séculos XV e XVI. O declínio desencadeou-se a partir da epidemia do século XIV, que se disseminou por toda a Europa e acabou por assombrar o pequeno lugar de Seiça, sendo a peste responsável pelas baixas de religiosos e trabalhadores, traduzindo-se numa crise humanitária e económica. Ainda no mesmo século, decorrente das invasões castelhanas vários edifícios religiosos acabaram destruídos e saqueados, o Mosteiro de Seiça foi afetado, após estes assaltos e embora todas as tentativas de obras de restauro que se mostraram insuficientes, o templo de Seiça estava destinado a um cenário ruinoso. (Eusébio, 2017)





Durante os reinados de D. Manuel I e D. João III, a sua condição precária foi-se agravando, a falta de apoios à ordem de Cister pela parte da coroa e a criação do regime comendatário foram fatores que o determinaram. No século XV os interesses económicos voltaram-se para estes cenóbios e para os seus haveres. O regime das comendas propunha que abades comendatários, indivíduos autónomos à ordem e ao mosteiro, tivessem autoridade sobre a vida destes, nomeadamente no que tocava a questões de ordem económica, acabando assim por desvalorizar a ordem religiosa e perpetuando a corrupção dentro da igreja. O regime comendatário prolongou-se até 1648, ano da sua extinção.

Com a morte do comendatário de Seiça, descendente do rei D. João III, o mosteiro atravessou períodos de grande instabilidade originados pelo processo de extinção solicitado pelo próprio monarca e declarado pela bula do Papa Paulo IV, em 1555. (Eusébio, 2017)

Após a tempestade veio a bonança, e tempos de maior crescimento e estabilidade se adivinhavam, em 1557 o cardeal D. Henrique iniciou o processo de restabelecimento do mosteiro, logo após a morte de D. João III. Em 1560 é anulado definitivamente o pedido de supressão deste, através da bula *Hodie a nobis emanarunt littere* assinada pela mão do Papa Pio IV, devolvendo aos abades a sua dignidade e prosperando a longevidade do Mosteiro de Santa Maria de Seiça. (Eusébio, 2017) Ainda neste embalo de esperança e num período de renovação espiritual a abadia de Seiça passa a ser parte constituinte da Congregação Autónoma de Alcobaça, a considerada abadia-mãe adquire influência e domínio supremo sobre as restantes casas cistercienses em Portugal. Inicia-se um movimento de reforma, a necessidade de afirmação desta cooperação aliado ao progresso económico e ao crescente aumento de seguidores na ordem, propiciou a que se iniciassem obras de reconstrução das casas monásticas. (Eusébio, 2017)

Em Seiça sentiram-se estes tempos de progresso, a maior intervenção de obras e restauro do Mosteiro de Santa Maria de Seiça, foi a mando do Cardeal D. Henrique, no século XVI, mais precisamente no ano de 1572, uma obra de grande dimensão que iria substituir o antigo mosteiro a Sul que se encontrava em pré-ruína. Foi contruído o edifício a Norte da igreja, uma obra que esteve a encargo do mestre de obras Mateus Rodrigues e a mais ambiciosa até então. Foram feitas mais modificações nos anos que sucederam, sendo uma delas, a reconstrução da igreja em 1672. (I. M. J. Pinto & Gaspar, 2012) Para além de todas as reformas do mosteiro, este foi se adaptando a vários usos, tendo chegado a albergar um Centro de Estudos Filosóficos ligado ao Colégio de Santa Cruz em Coimbra, aquando da reforma no ensino levada a cabo pela congregação. O colégio veio revitalizar este meio, tornando-se num importante polo impulsor da vida socioeconómica deste lugar. Após períodos afortunados, este colégio foi transferido para Alcobaça, deixando o Mosteiro de Seiça entregue ao seu destino.

Sucedeu-se um período de permanente declínio, no qual o poder, a autoridade e a sua influência sob a comunidade foi enfraquecendo. A vida religiosa à volta do Mosteiro de Seiça acabou por desaparecer em 1834, com a extinção das Ordens Religiosas. Em 1861, este passa a ser propriedade da Paróquia do Paião. Nos finais do século XIX, em 1888, o mosteiro já degradado sofre demolições, mais precisamente, o altar-mor, a cúpula e o falso transepto que foram destruídos



**Fig. 18** | Instalações da Antiga  
Fábrica de Descasque de Arroz,  
2010

abruptamente para dar lugar à linha de caminho de ferro do Oeste. Este fica ao abandono e a sua imagem torna-se cada vez mais desoladora e em ruína. O que restava do património arquitetónico permaneceu ao abandono até à sua venda a particulares, a cerca foi adquirida por Manuel Marques Leitão que posteriormente negociou com Joaquim dos Santos Carriço. Em 1911 é adquirido por esta família, que planeou dar uma nova vida a este mosteiro transformando-o numa indústria de descasque de arroz.

Séc. XX

*“A riqueza das águas parece ser uma constante no passado, tal como hoje. (...) No silêncio daquelas paragens, pode ainda ouvir-se ao longe a água a movimentar-se nos moinhos mais próximos.”* (Sousa, 2019, p. 10)

Este território fértil e apto para o cultivo, uma herança que já vinha de quando os monges de Cister o desbravavam, nos finais do século XIX começou a ser transformado em extensos arrozais. A água que corria nos rios e ribeiras começou a ser usada como um motor para os moinhos de moagem de cereais e descasque de arroz. A colonização daqueles campos, com as culturas de arroz levaram à necessidade da criação de uma unidade industrial mais eficiente.

Assim Joaquim dos Santos Carriço, ao adquirir este mosteiro, encontrou uma oportunidade de o rentabilizar economicamente, pois este teria as condições ideais para a instalação da maquinaria necessária a esta atividade. Primeiramente esta indústria serviu de moagem e finalmente em 1917 é que se instala definitivamente a fábrica de descasque de arroz.

Estas indústrias no seu começo, usariam a ação da gravidade na remoção de cascas e poeiras, assim sendo as maquinarias estariam dispostas numa estrutura vertical. A imponência e verticalidade da nave da igreja do Mosteiro de Santa Maria de Seça, reunia assim as características ideais para a instalação desta fábrica. *“No interior da igreja, e aproveitando as grossas paredes, foi implantada uma estrutura de madeira (...) Esta estrutura consistia, basicamente, em dois pisos, suspensos em colunas de madeira e ligados entre si por todo um conjunto de escadarias de acesso (...)”*(Sousa, 2019, p. 18). Para além destas características destaca-se a proximidade da linha de comboio do Oeste, que seria uma importante via de distribuição, carga e descarga do seu produto.

Esta atividade que durante sessenta e cinco anos ocupou e deu vida ao espaço do mosteiro agitando o pequeno lugar de Seça, acabou por encerrar na década de setenta, mais precisamente em 1976. A instalação de uma unidade fabril neste mosteiro deixou várias cicatrizes, construções inconscientes que degradaram parte deste vasto património, mas que por outro lado o reutilizaram de acordo com as necessidades da época. Desta forma, foi acrescentada mais uma camada de história e os vários vestígios da instalação de um edifício fabril permanecem, tais como a chaminé do século XX, um elemento que passa a constituir o património industrial desta época, contrastante com a imagem austera da arquitetura religiosa.

Séc. XXI

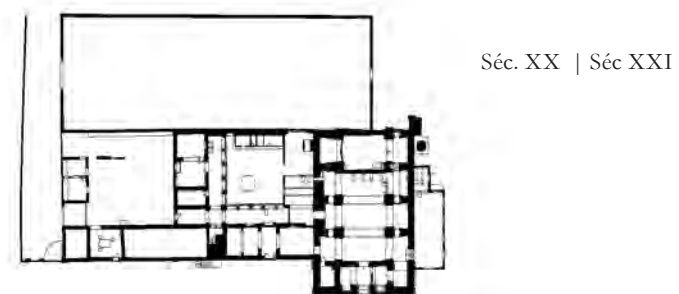
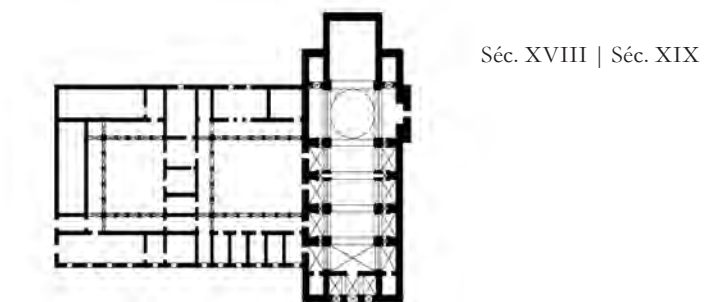
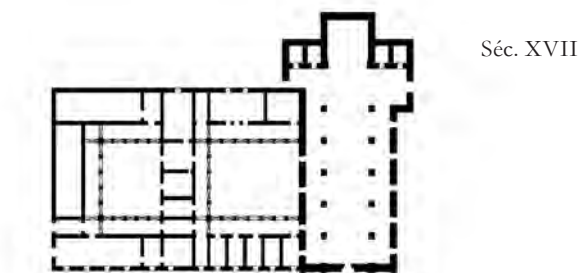
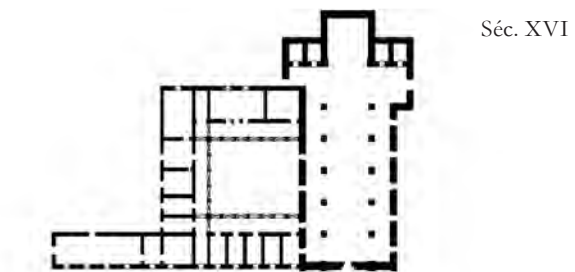
O mosteiro, a partir desta data, foi deixado ao abandono em permanente declínio. No início do novo século, em 2000, foi adquirido pela Câmara Municipal da Figueira da Foz, tendo sido concluído o processo da sua compra no ano de 2004. Em 2002 foi considerado Imóvel de Interesse Público e mais recentemente, em 2018 conquistou a elevação a Monumento Nacional. No ano de 2016 foi iniciada



**Fig. 19** | Chaminé Fabril em Tijolo, Indústria de Descasque de Arroz

uma proposta para a reabilitação do mosteiro desenvolvida pelo Atelier 15, tendo como objetivos a estabilização da ruína e a proposta de um espaço museográfico e cultural. No presente ano de 2022 deu-se início à empreitada que tem como finalidade reabilitar a ruína.

Atualmente estamos perante um património nacional esquecido para alguns e desconhecido para muitos. Categorizado como uma pré-ruína, necessita de uma proposta programática que respeite e reabilite este património perdido e que reanime as memórias herdadas desta região. Colocando-o no mapa e abrindo horizontes, para que este possa transmitir parte da história, cultura da região e do nosso país, num gesto de respeito pelos nossos ancestrais e com a vontade de cultivar o nosso futuro.



**Fig. 20** | Evolução Morfológica  
Mosteiro de Santa Maria de Seça

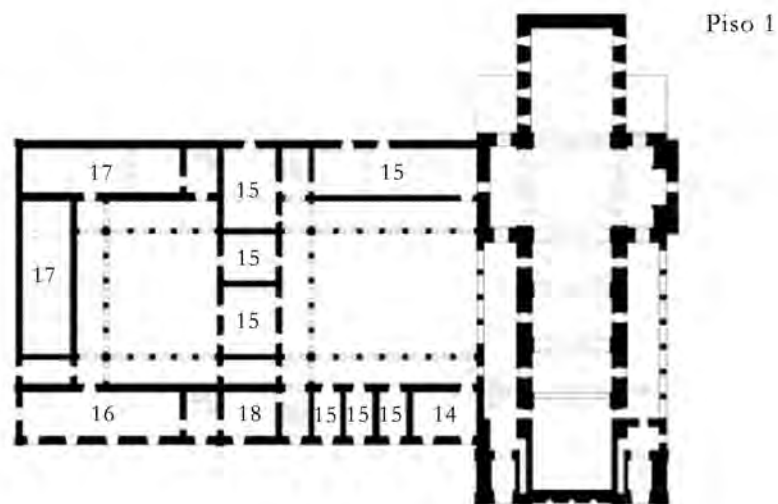
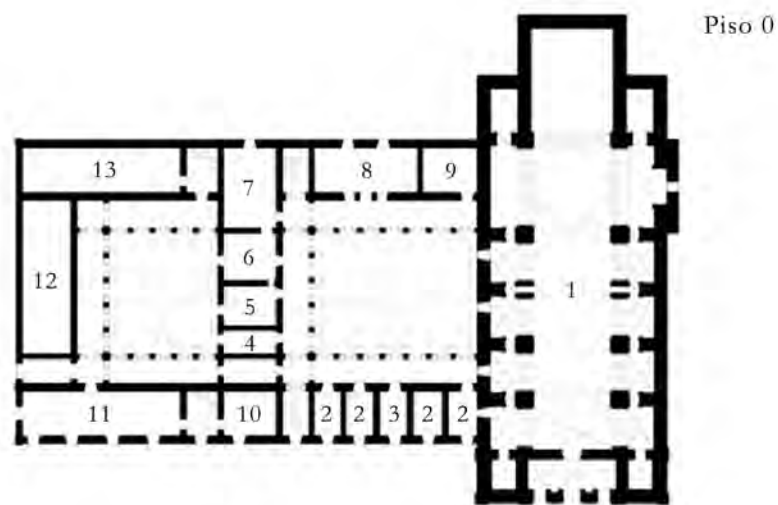
### 1.2.2 EVOLUÇÃO MORFOLÓGICA

Na estrutura deste mosteiro estão registadas as cicatrizes de cada época. A adição de camadas históricas, revela o valor e simbolismo que este edifício transporta consigo até aos dias de hoje. Este conjunto arquitetónico, atravessou períodos obscuros e de decadência, outros de claridade e que o levaram à sua ascensão, esta soma de circunstâncias são o que o tornam raro. O templo que subiste, acompanhou a direção dos ventos que se foram levantando e adaptou-se à incerteza dos tempos. Neste contexto, tornou-se essencial perceber a evolução morfológica do edificado bem como as várias camadas construtivas que o compõem atualmente. A análise formal foi feita com base nas visitas proporcionadas ao mosteiro, devido ao seu estado de degradação não foi possível aceder a parte dos espaços sendo por isso importante recorrer aos registos existentes, documentais e fotográficos.

Este edifício protegido pelos monges de Cister foi planeado segundo as suas normas, desde a escolha do território e culto à volta da sua implantação, até à sua composição morfológica que obedeceu à tipologia cisterciense. Esta doutrina ligada à espiritualidade e simplicidade, destacou-se em vários campos da sabedoria, como a arte e arquitetura, sendo as ruínas que permanecem do Mosteiro de Santa Maria de Seíça uma prova desse legado. Este tipo de construções, caracterizavam-se por serem despojadas de ornamentação, transmitindo uma imagem modesta e respeitando a exigência de uma vida dedicada ao silêncio e reflexão. Ao mesmo tempo, regiam-se por uma organização funcional que permitisse viver dentro de uma dinâmica de comunidade. Na sua arte, destacavam-se o rigor, a proporção, a procura da simplicidade pelo desenho de formas puras, a austeridade e a sobriedade da arquitetura pouco ornamentada. (Morgado, 2013)

Ao longo das várias épocas a estrutura do Mosteiro de Santa Maria de Seíça foi-se alterando, partindo da organização tipo de uma abadia cisterciense até à desordem do conjunto arquitetónico atual, resultado das sucessivas destruições e adições feitas.

Pensa-se que o mosteiro primitivo, antes da sua reconstrução no século XVI seguiria o modelo cisterciense, com as construções monásticas localizadas a Sul da igreja e a disposição programática desenvolvia-se segundo a planta bernarda. Após a degradação destas e como referido anteriormente, em 1572 com a direção



- 1- Igreja 2- Hospedaria 3- Entrada Nobre 4- Dispensa  
 5- Cozinha 6- Casa do Forno 7- Refeitório 8- Sala do Capítulo  
 9- Sacristia 10- Portaria 11- Celeiro 12- Oficinas 13- Adega  
 14- Cela do Abade 15- Celas 16- Biblioteca 17- Celas Novíços  
 18- Sala Abacial

Fig. 21 | Reconstituição da Planta do Séc. XVIII, Espaços do Mosteiro Cisterciense - Imagem a partir da Autora Marina Laidley Eusébio



de obra de Mateus Rodrigues, foram contruídas as novas dependências a Norte da igreja medieval, substituída mais tarde em 1672. Nesta reconstrução inicialmente surge o claustro dos monges, considerado um espaço central que se comportaria como um núcleo de distribuição, um lugar transitório entre os dois mundos, onde a vida da comunidade se cruzaria com o silêncio da vida individual.

Mais tarde, após o estabelecimento do colégio da congregação e com o exponencial crescimento desta comunidade, foi necessária ampliação das dependências do mosteiro. Estas obras resultaram na sua expansão para norte, com a adição de um novo corpo, que rematou e encerrou um segundo recinto, formando um pátio. Assim no seu auge, este cenóbio contemplava da existência de uma hospedaria para visitantes, celeiro, adega, oficinas, cozinha, refeitório, casa do forno, sacristia e sala do capítulo, isto no piso inferior. O piso superior seria composto por cerca de vinte cinco celas, cela do abade, sala abacial e uma biblioteca. (Eusébio, 2017) Parte destas instalações ainda subsistem e apesar do seu elevado estado de degradação ainda se conseguem identificar ao percorrer o mosteiro.

Atualmente numa aproximação a este conjunto monástico, ainda conseguimos admirar parte da igreja contruída em 1672. O primeiro elemento que nos surpreende ao chegar a este lugar remoto é a sua imponente fachada, sinalizada pelas duas torres que atingindo aproximadamente 25 metros de altura, são facilmente identificadas ao longe entre a densidade arbórea. Num frente a frente, somos assombrados pela sua escala monumental e a beleza que se estabelece pela simplicidade dos traços da arquitetura chã e pela rigidez material da já envelhecida pedra de Ançã. Somos também confrontados com um elemento insólito, a chaminé de tijolo do século XX, que contrasta com a brancura da fachada.

A fachada é composta por três planos verticais, as duas torres e o pano central, onde se destacam os três nichos escavados, atualmente vazios, noutras tempos guardariam as figuras de S. Bernardo, Santa Maria e S. Bento. (Eusébio, 2017) Esta imagem sólida e austera é quebrada pela grande janela termal de vidro simples, desenhada na parte superior da fachada, garantindo a entrada de luz no interior da igreja. Somos convidados a entrar neste templo pelos três arcos de volta perfeita que marcam a entrada no coração desta abadia.

Para lá dos três arcos que sinalizam a entrada, passamos pelo nártex e por baixo das abóbodas de aresta, até definitivamente sermos esmagados pela verticalidade e altura da nave principal. A sua cobertura abobadada, fragmentada e já praticamente inexistente, permite agora admirar o azul do céu. Esta igreja, desenhada em planta de cruz latina, divide-se em três naves. Ao longo do comprimento da nave central são os quatro arcos torais que definem os quatro tramos, estes por sua vez determinam a divisão das naves laterais. Estas assumem um papel secundário, com o pé direito mais comedido criam uma sensação de resguardo em relação à imensidão da nave central, comunicando com esta através dos quatro arcos de volta perfeita e permitem a existência de galerias no piso superior. É possível percorrer entre tramos, passando através dos pequenos arcos que se aproximam da escala humana. Ao percorrer este corredor contemplativo, e ao chegar ao terceiro tramo da igreja a contar do nártex, ainda encontramos as escadas que dão acesso aos púlpitos, escavadas no interior dos pilares.



**Fig. 22** | Vista Entre as Duas Paredes de Betão que Encerram os Últimos Arcos Torais

**Fig. 23** | Vista da Nave Lateral

A verticalidade e desproporção da nave central, é acentuada pela parede de betão construída aquando o funcionamento da fábrica e também pela ausência da capela-mor e o falso transepto destruídos como consequência da construção da Linha do Oeste. Elementos que não nos permitem ter a real noção da sua profundidade e dimensão. São alguns registos que chegaram até aos dias de hoje que confirmam que o falso transepto seria abobadado no cruzeiro e mais tarde a abóboda substituída por cobertura de quatro águas. O presbitério e as pequenas capelas laterais seriam de formato simples e retangulares. (I. Pinto & Gaspar, 2012)

Do nártex até ao primeiro tramo da igreja ergue-se o coro alto, este permitiria a separação dos monges dedicados à clausura dos crentes que visitavam o cenóbio. O acesso a esta plataforma era feito no piso superior através das galerias. Estas assumem um papel importante, permitindo a circulação e a iluminação indireta da igreja, através dos três vãos existentes na sua extensão. As galerias serviriam também de ligação a ambas as torres sineiras, a viagem até ao seu topo é feita através de uma escadaria estreita que se esconde no interior das paredes. Atualmente, devido ao estado avançado de degradação é impossível percorrer estes espaços.

Dentro da igreja, são visíveis as adições feitas no século XX, destacadas pela sua diferente materialidade, neste contexto surgem elementos de tijolo perfurado, betão e ferro. As adições mais evidentes, são as colossais paredes de betão que encerram os dois últimos arcos torais e as construções de tijolo perfurado que vão encerrando espaços. Neste cenário, surgem vãos entaipados, como também alguns vãos novos, que se denunciam pela ausência das cantarias em pedra, pela sua desproporção, presença de caixilhos e elementos em ferro.

No entanto, a elegância e robustez deste templo ainda é evidente, através do seu elegante esqueleto que aparenta ligeireza, pelos quatro arcos torais estreitos que ainda sustentam parte da abóboda de berço, nos traços simples e equilibrados do seu desenho, na textura da pedra que envolve o espaço e nos poucos vãos por onde ainda consegue perfurar a luz.

Contrastante com a nobreza da igreja e com a sua imponente fachada, estende-se para Norte o corpo monástico, um volume predominantemente longitudinal. A fachada que se volta para a cerca, revela traços mais modestos e sóbrios, apenas rebocada e com pequenos apontamentos em pedra. É caracterizada pelos seus vãos aparentemente dispersos e pouco ritmados, esta aparente despreocupação ocasiona uma dinâmica muito própria. Estes cumprem assim a sua principal função, a de iluminar os sucessivos espaços interiores, atualmente a maioria dos vãos no piso inferior estão entaipados. Ainda nesta face, destaca-se o frontão triangular que marca uma das portas, deixando explícito que essa seria a entrada nobre do mosteiro. Para lá desta entrada encontra-se o refúgio do mundo exterior.

A entrada nobre localizada na ala poente, dá acesso direto ao claustro dos monges, através de uma porta igualmente solene. Nesta transição entre o mundo exterior e o interior, o espaço foi adulterado pela abertura de arcos nas sucessivas paredes que encerrariam o que se considera que tenha servido de hospedaria. O claustro era considerado um dos espaços mais relevantes na vida dos monges cistercienses. Organizador da vida comunitária, daria acesso às várias dependências partilhadas e também individuais, tornando-se no principal ponto de circulação



**Fig. 24** | Fachada Poente, Entrada Nobre, Frontão



**Fig. 25** | Claustro, Vista Pareda da Ala Nascente que Resiste



**Fig. 26** | Pareda da Ala Nascente com as Convesadeiras e Estrutura de Madeira Pertencente ao Armazém em Ruína.

e de encontro. Este recinto, desenvolve-se em dois pisos, são os traços simples e decididos que predominam, transmitindo a modéstia da vida ligada ao culto. No piso inferior, das pedras do pavimento erguem-se os pilares robustos de secção quadrada, ponto de partida para os arcos de volta perfeita que envolvem este espaço singular. No piso superior, este carácter utilitário e despojado prevalece, a galeria pavimentada com ripado de madeira serviria apenas de circulação e distribuição. No seu contorno, são simples colunas toscanas que pousam no peitoril de pedra, criando ritmo e servindo de suporte ao lintel onde assenta a estrutura de madeira do telhado.

No presente, descobrimos um espaço bastante transformado devido às construções do século XIX e XX, não sendo possível ler o claustro na sua totalidade. Estas construções espúrias incluíram a construção de um grande armazém que destruiu por inteiro a ala nascente do mosteiro, deixando apenas de pé uma das paredes que encerra o claustro, identificada pelos vãos e conversadeiras que permanecem. Foram também contruídos volumes no seu interior, como as instalações sanitárias, acopladas à parede nascente que ainda resiste. Apesar disso, este espaço continua a ser de recolhimento e silêncio. Somos convidados a permanecer e a caminhar entre a arcaria que recorta a luz criando uma cadencia luz-sombra entre os pilares, esta ao incidir revela a brancura da pedra usada.

Na época atual são apenas as alas poente e uma das alas a norte que sobrevivem para contar parte da história. Julga-se que a ala norte era constituída pelas dependências de carácter comunitário, como a cozinha, casa do forno e refeitório. Ao percorrer o piso inferior e entrar no último compartimento desta ala, ainda é possível observar uma antiga pia de azeite, uma chaminé e um arco que divide este espaço, com um pequeno vão designado como “passa-pratos”, indicando a possibilidade de se tratar da casa do forno e de parte do refeitório. (Eusébio, 2017) Nesta divisão é ainda perceptível na parede um arco em relevo que possivelmente seria o que faria a transição para a ala nascente. Esta ala já inexistente, albergaria parte do refeitório, a sala do capítulo e a sacristia junto à igreja, consoante os preceitos cistercienses. Como anteriormente referido, este corpo foi mais tarde ampliado a Norte para dar lugar às oficinas na sua continuidade e a rematar o segundo recinto foi construído o corpo que daria lugar a uma adega.

O piso superior, seria constituído pela cela do abade, sala abacial e biblioteca localizadas na ala poente, dependências que se conservam até hoje, o restante espaço seria composto por cerca de 25 celas individuais. A sala abacial é facilmente identificada, devido ao seu estado de conservação. Após aceder ao piso superior pela escadaria de pedra, encontramos uma sala ampla onde ainda é possível admirar o teto em masseira conservado e conseguimos ler o lambrim que outrora era coberto de azulejos. Às outras divisões é impossível aceder, devido ao risco elevado de colapso. Através da observação de registos fotográficos é perceptível que o último segmento desta ala, dá lugar à sala de maior dimensão e a melhor iluminada devido ao número de vãos, com a probabilidade de se tratar da antiga biblioteca. (Eusébio, 2017)

O que resiste deste edificado encontra-se em elevado estado de degradação e ruína, no entanto é ainda possível fazer uma leitura dos vários períodos de construção, concebendo uma ideia do que seria este mosteiro nos seus tempos áureos. A proposta para a reabilitação do mosteiro procurou não ignorar as suas



**Fig. 27** | “Passa-Pratos”, Divisão onde se situaria a Cozinha e Refeitório

**Fig. 28** | Teto em Maseira, Divisão onde se situaria a Sala Abacial

**Fig. 29** | Sala Ampla na Ala Poente, Divisão onde se situaria a Biblioteca

várias fases com o objetivo de não as ocultar, tentando conservar alguns traços do que foi enquanto lugar de culto como enquanto unidade industrial. Para isto foi importante procurar desde o seu contexto territorial, histórico até à sua leitura formal, na tentativa de fazer uma aproximação à realidade do objeto de estudo. Neste contexto, esta viagem do geral para o particular permitiu evidenciar que estamos perante um vasto património edificado, mas também imaterial englobando a sua envolvente natural, a cultura adjacente e a carga simbólica da sua história.

**Fig. 30** | Fachada Mosteiro de Santa Maria de Seiça









**Fig. 31** | Fogaréu da Torre Sineira da Igreja que Desabou

## 2.1 A RUÍNA

O edifício que resiste do conjunto arquitetônico de Santa Maria de Seíça atualmente encontra-se bastante descaracterizado. A ação incauta do homem ligada à destruição de várias dependências e a constante ação do tempo, definiram o seu destino ruinoso. Neste cenário, as paredes do templo tomam agora as tonalidades esverdeadas da sua envolvente, é a natureza que se apropria e se impõe, cresce entre as pedras antigas pondo em causa a sua estabilidade. Perante a sua ruína, envolvemo-nos numa experiência de melancolia, perda, e ao mesmo tempo de descoberta de um passado distante, que de certa forma foi transportado pelas construções que permanecem. A esta imagem de ruína está associado um certo valor estético e cénico, remetendo para uma relação de harmonia entre a construção do homem e a natureza que se vai apropriando dela. Estas construções que vão gradualmente desaparecendo, transformam-se numa metáfora que nos transporta para o ciclo da vida e morte. Este cenário pitoresco ligado à sedução da ruína, vai de encontro a uma visão romântica.

*“The ruin of a building, however, means that where the work of art is dying, other forces and forms, those of nature, have grown; and that out of what of art still lives in the ruin and what of nature already lives in it, there has emerged a new whole, a characteristic unity.”* (Simmel, 1958, p. 380)

O termo de ruína carrega assim múltiplos significados e transporta-nos para diferentes sensações, está conotada a palavras como decadência, degradação e perda. Apesar desta conotação negativa, o conceito foi alvo de várias abordagens e interpretações em diversas áreas de estudo, tendo sido associada ao belo e ao sublime. Na disciplina de arquitetura, a ruína transformou-se num motivo de estudo sendo considerada uma *herança conceptual técnica e formal*.

*“A nossa palavra “ruína” vem directamente, e sem mudança, da palavra latina ruína, que quer dizer “queda”, “desmoronamento”, mas significa também “o que fica a depois do desmoronamento”. É neste segundo sentido - o que ficou de um edifício antigo - que aqui usamos o termo “ruína”.”* (Tavares Dias & Alarcão, 2008, p. 11)



**Fig. 32** |Obra de Giovanni Battista Piranesi - “Avanzi del Tempio del Dio Canopo nella Villa Adriana in Tivoli” , 1769

Neste contexto, o termo refere-se à matéria física, os vestígios que ainda resistem de algo que existiu, mas que atualmente já não permanece sob a sua condição construtiva plena. Pressupõe-se um processo de transformação e degradação, um ato contínuo provocado por diversos agentes, causas naturais ou acidentais, que levaram a que o edifício perdesse a capacidade de ser habitado e usado para os fins para o qual foi construído, perdendo o seu valor de uso inicial. Neste sentido, a ruína associa-se à perda da condição de *firmitas* e *utilitas* mas adquire um novo sentido, que se relaciona com o seu valor estético, agregado ao valor da memória do seu passado, passando esta a ser apreciada pelo seu valor de *venustas*. “Com a tríade vitruviana quebrada, a ruína é testemunha de uma arquitetura mutilada, incompleta, de uma arquitetura ferida, tal como entendia Alberti.” (Alarcão, 2018, p. 26)

Este entusiasmo pelas ruínas foi uma constante a partir do século XVIII, admirada pelo seu valor arquitetónico e histórico, mas sobretudo pelo valor estético que lhe é associado. Esta era contemplada pela sua expressão, agregada a uma imagem teatral, onde o espetáculo era a simbiose entre a natureza e a arquitetura. Um cenário em permanente mutação, sujeito à interpretação daquele que o observava. Esta imagem mística e bela, foi captada nos desenhos expressivos de Giovanni Battista Piranesi e mais tarde pelo olhar dos vários artistas da época do romantismo do século XIX. Inspirados pelos monumentos do passado, representavam-nos com uma visão sensível ao mesmo “O olhar do artista romântico inscreve o monumento numa encenação sintética que dota de um valor pictórico suplementar, sem relação com a sua qualidade estética própria.” (Choay, 2014, p. 141). Traçava-se uma ideia poética, que tratava a obra arquitetónica pela sua fragilidade perante a ação adversa do tempo, remetendo para a sua efemeridade. Apesar de uma representação meramente figurativa e pictórica, estes vários registos tornaram-se numa importante fonte documental.

Num primeiro encontro com a ruína, a imagem que prevalece é a do artista, que se prende na ideia poética do final de vida da obra arquitetónica. No entanto, os fragmentos que resistem têm algo mais para contar, no olhar curioso de um arquiteto estes transformam-se em preciosas evidências físicas. A arquitetura mutilada, expõe as técnicas construtivas de outrora e testemunha os processos da sua transformação e da sua destruição ao longo dos tempos. Os vestígios convertem-se assim, em matéria didática, de análise e de aprendizagem, uma preciosa fonte de registos que conserva o conhecimento do passado.

*“Por eso las Ruinas a través de su triple herencia -conceptual, técnica y formal- muestran cómo se produce la relación del arquitecto con la arquitectura: lo que permanece, lo que cambia, lo que expresa, lo que simboliza, lo que construye.”* (Ustároz & Moneo, 1997, p. 11)

Foi o primeiro impacto com as ruínas do conjunto arquitetónico de Seiça, que alimentaram a vontade de conhecer mais sobre o edifício do século XII, estas tornaram-se num objeto de estudo determinante, ajudando a compreender as técnicas construtivas e a distinguir as várias camadas temporais contruídas. Um processo de análise fundamental para a realização de uma proposta final, mais informada e consciente. Ainda que, a ruína esteja associada a uma fase de declínio da obra e ao seu conseqüente esquecimento, são também as várias formas fragmentadas e os espaços vazios que abrem caminho a novas interpretações.



**Fig. 33** | Vão Igreja, Caixilho de Ferro (Vestígio Antiga Fábrica)

Ao longo da história, foram reconhecidas diversas estratégias e processos no que diz respeito à conservação dos diversos tipos de ruína. Foi primeiramente a apreciação e interesse pelos fragmentos do passado, que os tornaram num elemento de investigação no que diz respeito à preservação do património e no florescimento de conceitos como o de monumento histórico e à importância da sua conservação e restauro. Nasceu daí a vontade de reavivar e proteger a ruína, prescrevendo um final diferente ao que estaria naturalmente destinada.

*“A ruína inspirou sempre sentimentos contraditórios, entre os que, no limite advogavam “a sua última hora soara finalmente” e os que admitiam a sua recuperação total.”* (Alarcão, 2018, p. 26)



Fig. 34 | Nave da Igreja, Visita de Turma, 2020



## 2.2 (RE)HABITAR A RUÍNA

Salvaguardar os edifícios do seu arruinamento, foi uma ideia que surgiu inicialmente associada a edifícios que detinham um carácter monumental e um amplo valor simbólico, maioritariamente constituindo parte do património religioso. Após a Revolução Francesa, cresceu a vontade de proteger os edifícios considerados de interesse nacional, a arquitetura ganhou relevo para além da sua funcionalidade, adquirindo uma carga histórica, artística e cultural. Mais tarde, desponta o conceito de património, que foi ganhando complexidade e se estendeu ao desejo de proteger vários conjuntos edificados, núcleos urbanos, englobando desde a pequena escala da arquitetura vernácula até à compreensão da própria paisagem e cultura. Atualmente, o conceito não se cinge ao seu significado formal e material, mas são lhe acrescentados valores intangíveis e que transcendem as barreiras físicas.

*“Património (patrimoine, heritage) é, como dizem os dicionários, “herança”; o que os pais deixam aos filhos (...), o que uma geração recebe da(s) pretendente(s). Mas herança é também um “recurso”.” (Alarcão, 2018, p. 17)*

O património considerado como uma herança, tem o poder de perpetuar as memórias do indivíduo e do coletivo, também adquire um papel pedagógico através da sua preservação, alcançando a capacidade de gerar conhecimento e desenvolvimento à sua volta. Assim, através da sua salvaguarda este adquire a função de ensinar as gerações do presente sobre os seus antepassados, numa linha de continuidade e sucessão. Contribuindo para o desenvolvimento social, cultural e económico.

Parte dos edifícios históricos que resistiram através dos tempos até aos dias de hoje, na sua maioria permaneceram habitados mantendo o seu uso, de outro modo, provavelmente estariam destinados à ruína e destruição. A maioria destas construções, sofreu obras em diferentes épocas e foi alvo de sucessivas intervenções que pretendiam adaptar e otimizar o espaço às novas necessidades. Foi também através da permanente reutilização que o Mosteiro de Seiça se conservou mantendo o edifício “vivo”. Logo após o seu abandono, a condição das suas dependências agravou-se, até chegarem ao seu atual estado de pré-ruína. Desta forma, ao pensar numa estratégia de intervenção e nesta ideia de continuidade é reabilitando e reprogramando as ruínas do Mosteiro de Santa Maria de Seiça, que se centra a

## Authentic

Do not let us deceive ourselves in this important matter; it is *impossible*, as impossible as to raise the dead, to restore anything that has ever been great or beautiful in architecture.

John Ruskin, 1849



## Restored

To restore a building is not to repair it, nor to do maintenance or to rebuild, it is to reestablish it in an ultimate state that never existed before.

Eugène Viollet-le-Duc, 1855

Two conflicting ideologies continue to subject preservation to a systematic schizophrenia between RUIIN and RESTORATION. Preservation needs a 'unified field' theory to resolve the contradiction. ..



Fig. 35 | Jonh Ruskin e Viollet-Le-Du, Paineil da exposição Cronocaos, OMA (2010)

estratégia do projeto. Para este efeito, torna-se fundamental o conhecimento à cerca das diferentes formas de intervir e preservar o património, algo que também herdámos, através dos vários autores que contribuíram para esta discussão.

Na Europa, o debate sobre Restauro e Património ganha força a partir do século XIX, com a revolução industrial. Na génese da discussão surgem duas ideias antagónicas, apesar de radicais, nasce com elas a vontade de reutilizar o edifício mas também de preservar a sua memória histórica. O francês Viollet-le-Duc e o inglês John Ruskin, polarizaram estas duas ideias nas suas abordagens ao tema. Por um lado, a perspetiva intervencionista, que recorre à ideia de restauro estilístico, admitindo que o edifício deve ser restaurado ao estilo da época, numa tendência que não tinha consideração pela imagem do passado. Apesar da sua vertente radical, o arquiteto francês afirma que “*O melhor meio de conservar um edifício é o de lhe encontrar um emprego*” (Choay, 2011, p. 31) introduzindo a ideia de reutilização dos edifícios. E na perspetiva oposta, apresenta-se a ideia de que os monumentos do passado deveriam manter a sua imagem original, assim considerados um documento único e irreproduzível, “*O trabalho das gerações passadas confere aos edifícios que elas nos legaram um carácter sagrado. As marcas que o tempo imprimiu sobre elas fazem parte da sua essência.*” (Choay, 2014, p. 159) Numa teoria marcadamente anti intervencionista, o seu princípio remetia para a memória histórica e simbolismo que um edifício pode adquirir.

Deste modo, ciente do valor da memória que o mosteiro e o lugar transportam consigo, sugere-se a introdução de um novo valor de uso, que reutilize o edifício e se adapte à contemporaneidade, reabilitando o seu estado de ruína. Ao longo da história, alguns teóricos consideraram que o estado de ruína de um edifício definia a possibilidade deste ser restabelecido com um novo programa funcional. Também o autor do século XX, Alois Riegl, com o desenvolvimento do sistema de valoração, ao referir-se ao valor de uso de um edifício admitiu que uma das razões que comprometia a integridade de um edifício seria a ausência de uma função, ainda que, na perspetiva do autor este valor de uso entra-se em confluência com o seu valor de antiguidade, uma vez que, na sua generalidade os edifícios da antiguidade clássica e do período medieval se encontrariam bastante descaraterizados e distantes de uma possível ocupação e utilidade. (Riegl, 2020) Foram vários os autores que contribuíram e problematizaram a identificação da ruína, em abordagens que discutiram as causas que levaram à ruína, o seu nível de descaraterização, a idade dos edifícios e as circunstâncias do seu uso.

“*(...) a ruína contemporânea é abrangente na temporalidade, no tipo de objeto e na forma como as suas características se podem apropriar na produção cultural e artística.*” (Fraga, 2020, p. 203) Como tal, de um edifício em ruína também pode nascer um novo projeto. Esta condição não é limitadora, pois existem várias maneiras de observar, ler e interpretar a ruína.

Neste contexto, um novo paradigma começou a estabelecer-se com o debate aberto, cartas e convenções proporcionadas, com a manifestação de novos valores que se foram adquirindo. Valores esses que continuam a ser revisitados na contemporaneidade.



Intervir em monumentos antigos e arruinados criou um debate complexo, que começou a formar as suas bases, em 1931, aquando elaborado o primeiro documento que visava a definição de estratégias no âmbito da conservação dos edifícios. A Carta de Atenas, documento resultante do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), posteriormente deu origem a legislação no plano da salvaguarda do património. Esta carta, evidenciou a importância de manter os edifícios ao abrigo de uma função, assegurando a sua continuidade e impedindo o seu abandono e conseqüente destruição. *“A Conferência recomenda que se mantenha a ocupação dos monumentos que assegura a continuidade da sua sobrevivência devendo, no entanto, ser utilizados de modo que se respeite o seu teor histórico ou artístico.”*(Atenas, 1999, p. 1)

Contudo, foi após a Segunda Guerra que se criaram entidades dedicadas a promover metodologias e teorias aplicadas à conservação e proteção dos monumentos, como a UNESCO e ICOMOS. O conceito de património arquitetónico ganha relevo e é promovida a discussão à volta da sua salvaguarda. O ano de 1964 é marcado pelo Congresso Internacional de Arquitetura e Técnicas dos Monumentos Históricos, do qual resulta a Carta de Veneza que vem amplificar valores já definidos em anteriores convenções. Os princípios de salvaguarda do património arquitetónico, são estendidos aos espaços urbanos e rurais, revelando a importância e proteção de conjuntos edificados relevantes e da mesma maneira, edifícios de carácter mais modesto, arquitetura vernácula, que adquiriu valor cultural ao longo do tempo, devem ser considerados. Outro dos aspetos relevantes nesta soma, foi a importância dada ao espaço envolvente no conceito de monumento histórico.

*“O conceito de monumento histórico engloba, não só as criações arquitetónicas isoladamente, mas também os sítios, urbanos ou rurais, nos quais sejam patentes os testemunhos de uma civilização particular, de uma fase significativa da evolução ou do progresso, ou algum acontecimento histórico. Este conceito é aplicável, quer às grandes criações, quer às realizações mais modestas que tenham adquirido significado cultural com o passar do tempo.”* (Veneza, 1999, p. 2)

Mais tarde, o termo é ampliado a pequenos conjuntos urbanos cujo seu interesse histórico e cultural fosse significativo num todo. Apelando à sua manutenção, que não deve ser negligenciada mas sim incluída no planeamento das áreas urbanas e do território. É ainda ressaltado o dever comum de proteger as construções da sua deterioração, esta responsabilidade é atribuída a nível europeu, implementando medidas partilhadas através da Carta de Amesterdão (1975).

*“O património é um conceito vasto que abrange, quer o meio ambiente natural, quer o cultural. Engloba as noções de paisagem, de conjuntos históricos, de sítios naturais e construídos, bem como as noções de biodiversidade, de acervos culturais, de práticas culturais, tradicionais ou atuais e de conhecimento.”* (ICOMOS, 1976, p. 1)

Nesta contínua evolução apareceram novos desafios, atualmente o património tornou-se num agente com a capacidade de gerar desenvolvimento, tornando-se parte constituinte das dinâmicas socioeconómicas de um determinado sítio, sobretudo atraindo o turismo. É assim necessário apelar a uma gestão controlada, que promova desenvolvimento sustentável e equilibrado destes territórios. Com essa finalidade, a Carta de Turismo Cultural (1976), elaborada pela



ICOMOS, alerta para os efeitos negativos da apropriação e uso desgovernado dos monumentos e territórios, apelando à sua promoção positiva e respeitadora.

Assistimos a um novo paradigma de globalização, na atualidade não só a ocupação descontrolada e má utilização de edifícios e lugares protegidos é referida, mas também o fenómeno de supressão e ameaça à identidade de várias culturas. Considerando este efeito na prática da conservação dos monumentos e património, o documento carta de Nara (1994) vem afirmar a necessidade de alargar o termo de autenticidade já descrito na Carta de Veneza (1964), referindo que este valor é avaliado por circunstâncias mutáveis. O termo aparece vinculado à diversidade e especificidade de cada cultura e não apenas à matéria física, refere-se ao monumento mas também à conotação simbólica que este adquire.

Neste processo, surgiram pequenas conquistas no campo da salvaguarda do património, o conceito foi ampliando, do património material ao imaterial, uma visão que se tornou abrangente e que ganhou pelo contributo das diversas teorias e consequentemente pela formalização das sucessivas cartas e convenções. Um debate crítico do passado, que chegou ao presente e que acompanhará os avanços tecnológicos e os novos conceitos, projetando-se para o futuro.

*“En realidad, todo problema de intervención es siempre un problema de interpretación de una obra de arquitectura ya existente, porque las posibles formas de intervención que se plantean siempre son formas de interpretar el nuevo discurso que el edificio puede producir. Una intervención es tanto como intentar que el edificio vuelva a decir algo y lo diga en una determinada dirección. Según la forma en que la intervención se produzca los resultados serán unos u otros.”* (Solà-Morales, 2006, p. 15)

Ao exercício de arquitetura e de intervir no património é necessária uma visão global e que não se confine ao objeto material, tendo em vista uma proposta sensível à memória e ao espírito do lugar. Assim, o objeto de estudo da dissertação para além do classificado monumento Mosteiro de Santa Maria de Seiça estende-se à interpretação do território envolvente, o Baixo Mondego, à sua história e à sua comunidade.

A recuperação de edifícios históricos é um processo sensível, a interpretação de um conjunto arquitetónico deve ser informada, conhecedora do edifício e do território. Para este efeito, deve-se referir que a intervenção no património deverá ter sempre em conta o contributo das diversas áreas, como a interação entre a arte e a ciência. As várias especialidades deverão colaborar e fazer parte de um plano. No âmbito académico este é um recurso inacessível, destacando a importância de prospeções arqueológicas, dados ainda inexistentes. Neste processo, foi possibilitada a análise no terreno, recorrendo à observação da ruína, que permitiu aprender sobre as diversas fases de construção do mosteiro, observando as técnicas e a sua materialidade. Esta análise refletiu-se também através da documentação cedida e pesquisada, o contacto com a comunidade não foi proporcionado devido às condicionantes do momento.

A arquitetura, existe da apropriação do Homem e só vive nessa mesma condição. Como apreendido anteriormente, uma intervenção deve procurar dar continuidade ao edifício, empregando-lhe um novo uso adaptado ao panorama



**Fig. 36** | Interior da Igreja  
Mosteiro de Santa Maria de Seiça,  
2021



contemporâneo, assim fomentando a cultura, o conhecimento e promovendo o desenvolvimento sustentável do lugar. Uma intervenção no património deverá ser sensível à sua autenticidade, “*A diversidade das culturas e do património cultural constituem uma riqueza espiritual e intelectual insubstituível para toda a Humanidade. Devem, pois, ser reconhecidos como fatores essenciais ao desenvolvimento, não só através da sua proteção, como também através da sua divulgação*”. (ICOMOS, 1994, p.1) Tendo como princípio, salvaguardar o património para que as gerações futuras o revisitem e o reinterpretem através do seu tempo.

O entendimento e a intervenção no património estão sujeitos a critérios subjetivos. As metodologias definidas pela base teórica não são estanques na sua prática, uma vez que cada edifício se destaca pela sua natureza própria e individualidade. Neste universo, torna-se essencial o entendimento que o mosteiro foi habitado durante diferentes épocas e as suas dependências adaptadas ao serviço de diversas funções, alterando a estrutura inicial do cenóbio. Pelo que, se considera que estas camadas construídas são parte pertencente da história do edifício, devem assim ser respeitadas e reveladas pela intervenção. A não ser que, estas construções descaracterizem o conjunto arquitetónico e numa análise crítica sejam consideradas espúrias. Em Seça a chaminé do século XX, apesar de se tornar um elemento insólito faz parte da sua autenticidade, beleza e da memória de quem presenciou a unidade fabril em funcionamento com esta ainda a fumegar.

Sempre tendo em conta todos os valores referidos anteriormente, uma intervenção contemporânea deve dotar o edifício antigo das condições necessárias para que seja de novo habitado, para este efeito recorrer ao uso da linguagem e da tecnologia atual. Como mencionado, a intervenção num monumento histórico não deve descuidar o espaço intersticial e envolvente. Desta forma, deve-se incluí-lo na estratégia de reabilitação e permitir a sua apropriação ao uso público.

*“La licitud del lenguaje contemporáneo nace de la esencia histórica del monumento: sien-do éste casi siempre resultado de la adición de arquitecturas de diversas épocas, ¿por qué privar a las generaciones futuras del testimonio de la nuestra? Por otra parte, evitar la mistificación del testimonio histórico del monumento - como sería introducir elementos de cronología confusa -, es también una exigencia de rigor científico. Y ese acto de contemporaneidad, por supuesto, se ha de intentar que sea creativo, como exige siempre el ejercicio de la arquitectura o de cualquier arte.”*(González Moreno-Navarro, 1999, p. 74)

Atentando que uma intervenção nunca é na sua totalidade reversível e deve assim assumir a sua temporalidade evitando o falso arquitetónico. “*Todo acto constructivo, sobre, junto, bajo o tras un objeto arquitectónico preexistente supone de hecho su alteración irreversible. En mayor o menor grado - quizás en mínimo grado -, pero irreversible.*” (González Moreno-Navarro, 1999, p. 75)

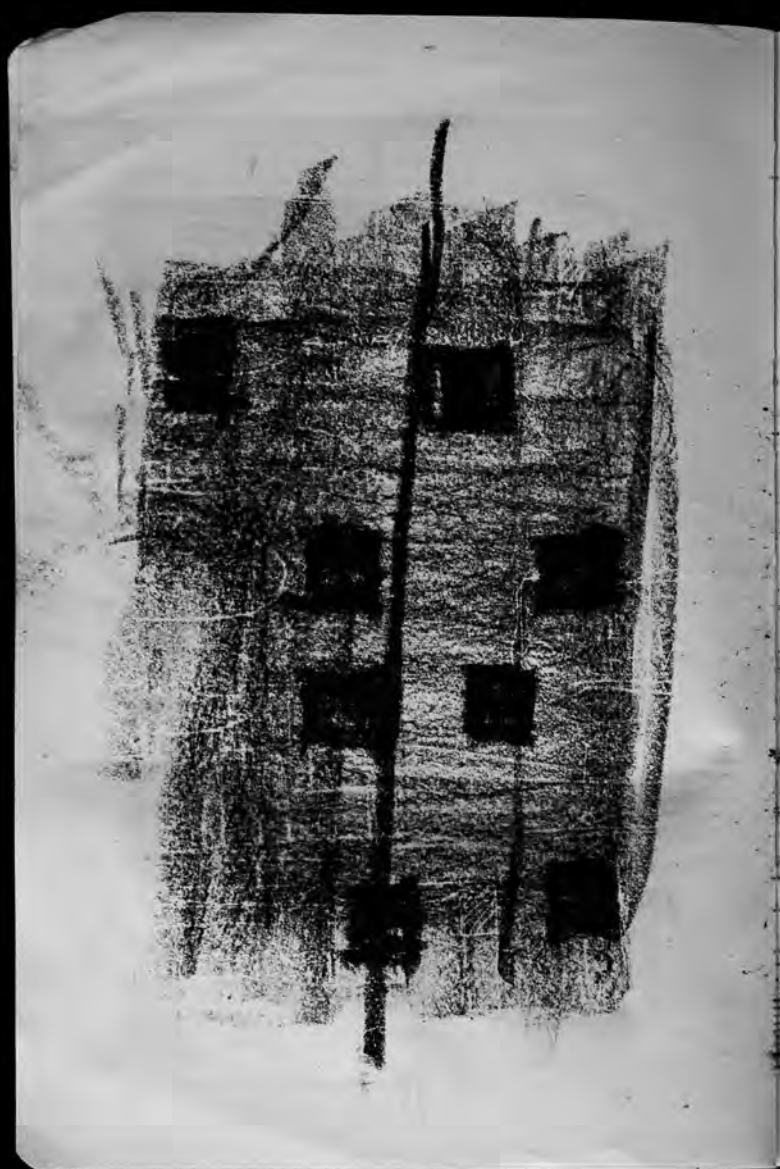
Como exposto anteriormente, uma abordagem no campo da preservação e salvaguarda de um monumento histórico, deve partir do conhecimento do objeto e do lugar e resultar de uma reflexão desperta para o seu valor dentro da comunidade, com o objetivo de lhe empregar uma nova função pertinente e inovadora. Encarando a nova proposta sem o receio e formalismo de atuar no património, não reprimindo a expressão artística e desenhando aos olhos e à luz do contemporâneo. Deste modo, adicionando mais uma página na história do templo abandonado. Foi com

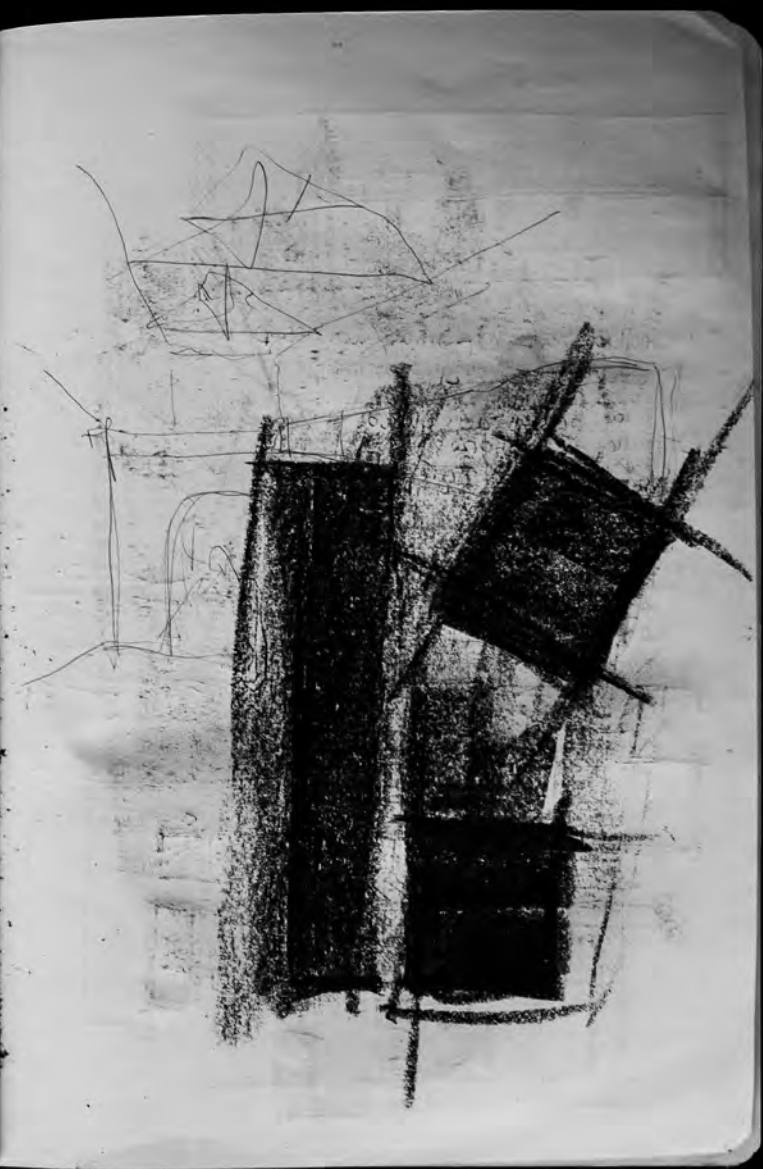


**Fig. 37** | Interior da Igreja,  
Abóbada de Aresta em Ruína, 2020

esta vontade que foi abordada uma intenção de projeto que propõe a reabilitação do Mosteiro de Santa Maria de Seixa.

*“Nos edifícios, nas cidades ou no território sempre humanizado, a arquitetura dos próximos anos será marcada pela prática da recuperação. Recuperação e criação serão complemento e não especialidades passíveis de tratamentos autónomos. Reconhecer-se-á que não se inventa uma linguagem. Reconhecer-se-á que a linguagem se adapta à realidade para lhe dar forma. Tudo será reconhecido como património coletivo e, nessa condição, objeto de mudança e continuidade. Os instrumentos de reconhecimento do real chamam-se História, a arte de construir a transformação chama-se Arquitetura.”* (Álvaro Siza como citado em Alves Costa, 2009, p. 7)







**Fig. 39** | Campos Agrícolas Baixo  
Mondego, Campo de Arroz

### 3.1 PERTINÊNCIA E OBJETIVOS

*“As an architect I am interested in landscapes, places, and things. The things I can see and feel in the landscape are physical and real, no matter how they mute, hidden, and mysterious they might at first appear.”*(Zumthor & Lending, 2018)

A construção de um programa para o mosteiro deve ser feita tendo consciência do seu valor patrimonial, pelo que ao longo deste processo várias questões se levantam: *Recuperar para quê?, Porquê? e Para quem?*. Na procura destas respostas as convicções estarão sempre ligadas ao lugar e uma nova proposta de reabilitação deve procurar valorizar este edifício e através dele promover o desenvolvimento sustentável da região.

Na procura de um tema que se adegue ao lugar com todas as suas particularidades e também potencialidades, no meio de interrogações foi essencial fazer a viagem às origens do mosteiro, que num instante temporal se unem também às minhas origens. As memórias deste local e a minha ligação a ele tornaram-se presentes, recordando a imagem de dedicação dos meus avós cujo seu ofício e autossustento se encontrava nos campos férteis do Vale do Mondego. Desde o cultivo dos cereais como o milho e o arroz, tirando partido dos moinhos de água para o processo de moagem. Esta memória ilumina a forte presença da componente agrícola associada a este lugar.

Encontrei assim múltiplas razões para agarrar o tema da agricultura. Recorrendo à sua história e acentuando a ideologia da comunidade cisterciense onde *“Os seus conhecimentos foram imprescindíveis na recuperação de solos, drenagem de pântanos, hidráulica e irrigação, com resultados evidentes na produção agrícola das suas granjas.”* (Cabete, 2014, p. 22) e também à memória industrial da fábrica de descasque de arroz. Por conseguinte, proponho a instalação de uma comunidade científica, que aprendendo com o passado procure resolver questões do presente e projete o futuro. Este Centro Científico Agrícola também será associado a uma componente pedagógica e comunitária.

Estes são conceitos importantes no planeamento de um futuro próximo e um dos pilares estruturantes para o desenvolvimento sustentável da sociedade. Acolhendo um programa que se apropria do sítio e tem como principal objetivo dinamizar o lugar e preservar a sua memória. Tornando assim, o mosteiro funcional ao serviço



**Fig. 40** | Campo Experimental  
Bico da Barca, Baixo Mondego



de uma comunidade que estuda e preserva a sua envolvente, numa componente de sustentabilidade social e económica.

*“Research is expected to address immediate problems while at the same time anticipating future needs. Today’s research will guide tomorrow’s solutions and approaches in farming and forestry.”*  
(Commission, 2016, p. 6)

Grande parte da superfície da União Europeia, é área agroflorestal, tendo por isso o setor primário grande impacto na qualidade de vida das populações e na preservação do meio ambiente. Nas últimas décadas verificou-se um grande aumento populacional e grandes mudanças nos padrões de consumo, pelo que houve um grande aumento na produção agrícola, levando a uma diminuição dos recursos naturais e provocando alterações climáticas. Como tal, a investigação é fundamental para apoiar e inovar o setor primário, tornando-o cada vez mais sustentável.

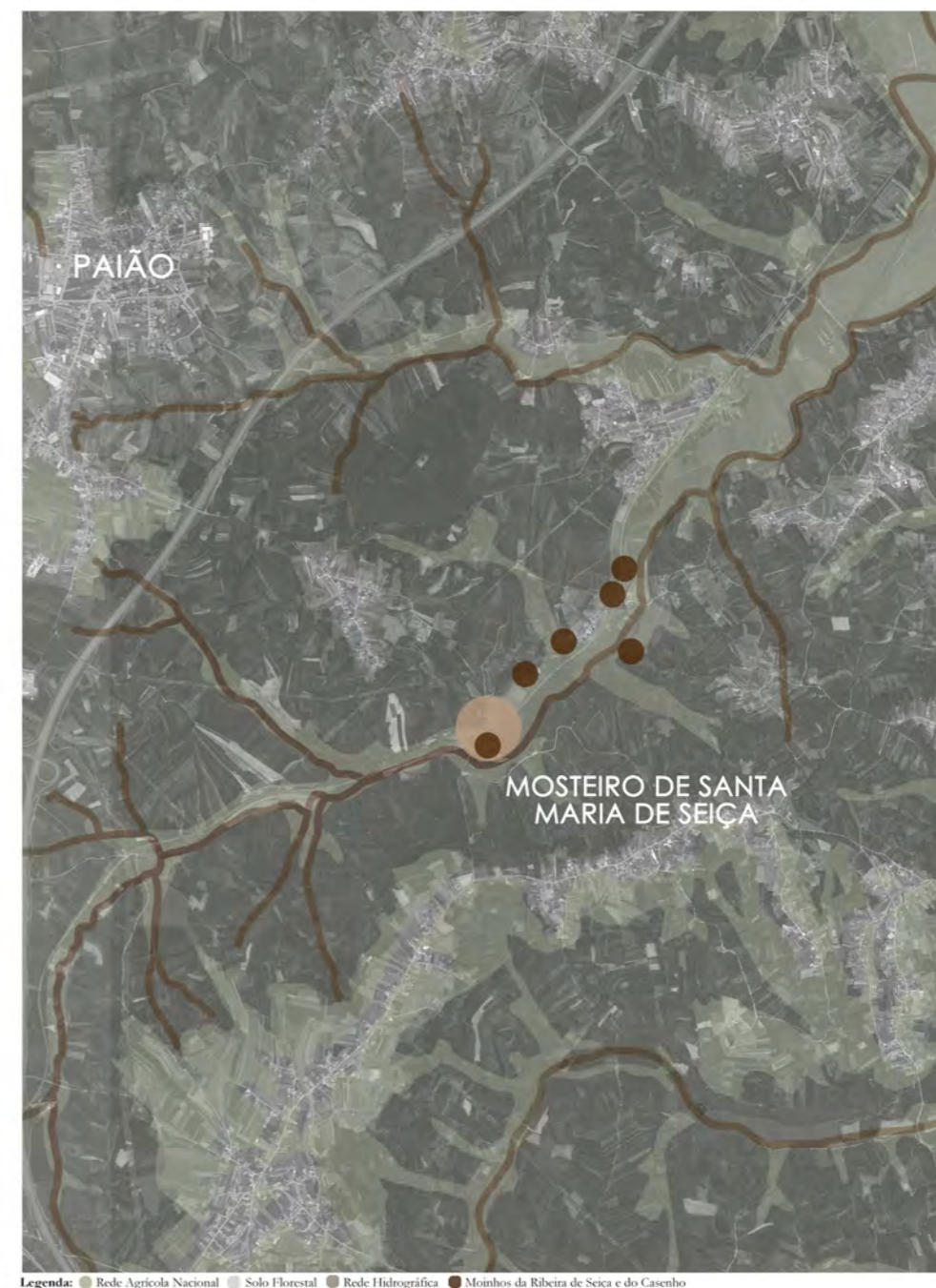
Em Portugal, o setor agroflorestal abrange grande parte da superfície do país, tornando-se um dos setores mais importantes na economia. No entanto, cada vez mais se faz notar a má gestão deste território, principalmente com a plantação de vastas áreas de eucaliptais, árvores que se tornaram numa espécie invasora, a produção intensiva e a má gestão dos recursos naturais são alguns dos indicadores.

Destacam-se três núcleos na produção agrícola em Portugal, o Norte, o Centro e o Alentejo. Uma das maiores e mais importantes áreas de produção é a zona do Baixo Mondego, onde ganham expressão as culturas do arroz e do milho. *“Na área agrícola destacam-se os arrozais (56%) e as culturas permanentes de sequeiro (28%), enquanto na área florestal, predominam os povoamentos com eucalipto (40%), seguido de povoamentos com pinheiro-bravo (30%) e áreas de povoamentos mistos de pinheiro-bravo e de eucalipto (13%).”* (Figueira da Foz, 2014, p. 88)

No entanto, a quantidade de explorações agrícolas tem vindo a diminuir durante as últimas décadas. (Figueira da Foz, 2014) Deste abandono dos terrenos rurais, resultam alterações profundas na paisagem deixando o território mais vulnerável aos riscos de incêndio florestal. O crescente afastamento na área agrícola, deve-se sobretudo à falta de investimento e apoios, à estrutura fundiária existente, ao enfraquecimento da produtividade e também à falta de renovação de profissionais na área, sendo a população de agricultores portugueses bastante envelhecida.

Todavia, este setor tem beneficiado nos últimos tempos da evolução da tecnologia, com o investimento em práticas mais sustentáveis que causam um grande impacto na melhoria da produtividade, não comprometendo o ambiente e a saúde pública. Este é agora um caminho para a eficiência do setor, visando o aumento da produtividade no país e diminuindo o grau de dependência de mercados externos, contribuindo para a economia e simultaneamente promovendo a biodiversidade. É importante o aumento da sustentabilidade das explorações agrícolas, tornando o processo produtivo mais eficaz e fazendo com que os produtos nacionais se tornem mais competitivos.

O futuro assenta nestas práticas e atualmente assiste-se ao crescente aumento das áreas agrícolas com produções biológicas em todo o país, também se regista a introdução desta prática no Baixo Mondego, em campos experimentais. Este tipo



Legenda: ● Rede Agrícola Nacional ● Solo Florestal ● Rede Hidrográfica ● Moinhos da Ribeira de Seça e do Casenho

0 200 800m

Fig. 41| Planta de Análise Territorial

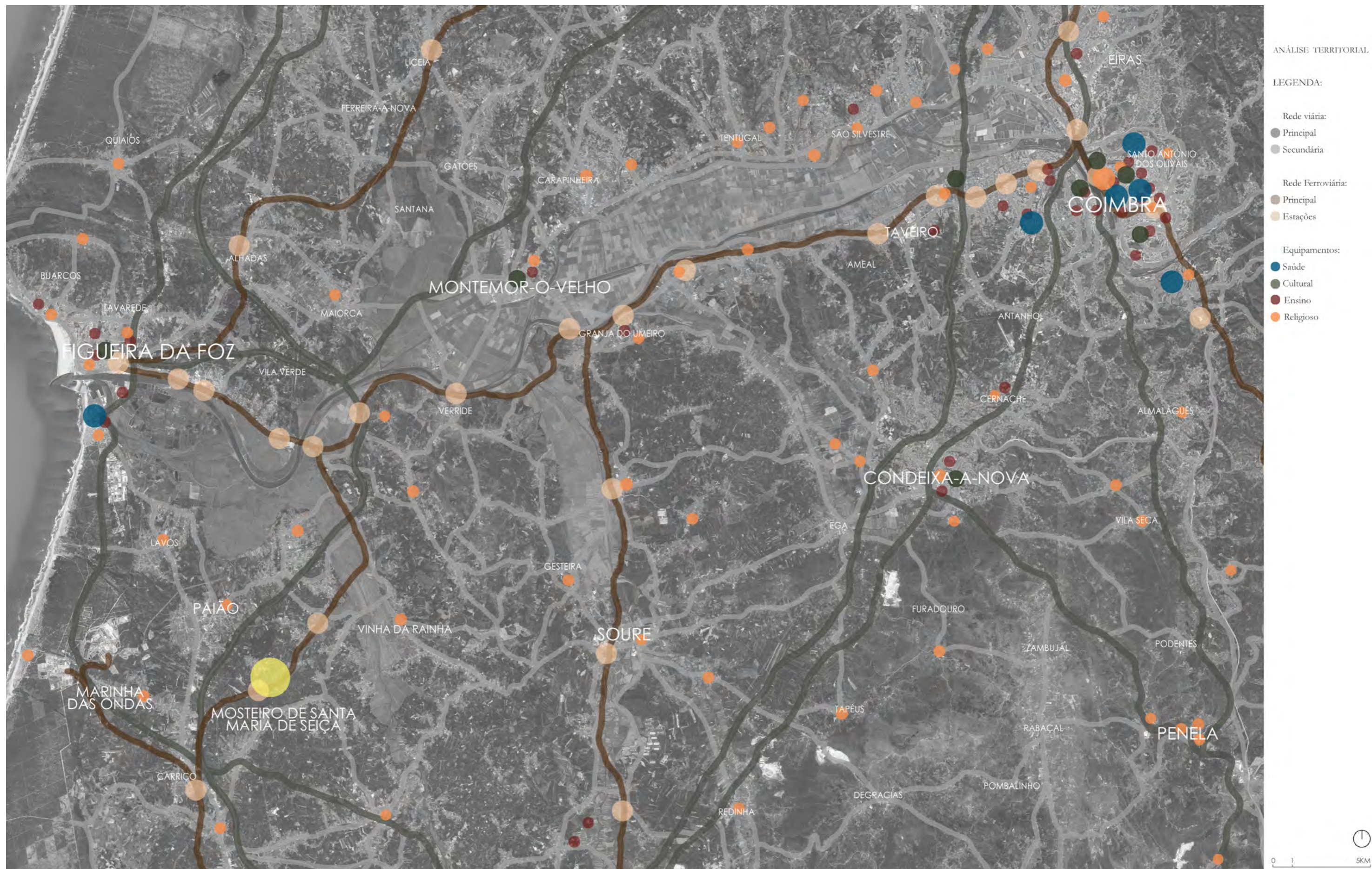


Fig. 42| Planta Análise Territorial, Infraestruturas

de produção consiste em algumas práticas como a rotação das culturas, utilização de adubos verdes, a introdução da compostagem, a proteção e melhoria da fertilidade dos solos e a gestão dos recursos naturais. Esta zona do país beneficia da presença da Escola Agrária de Coimbra, um polo de formação que tem contribuído para a investigação destes temas, concebendo a possibilidade de ligação e permuta de conhecimento entre este polo e o novo programa do Mosteiro de Santa Maria de Seixa.

Numa aproximação ao objeto de estudo e com o objetivo de compreender este território, foram feitos por parte dos alunos do Laboratório de Projeto desenhos que ilustram a área, identificando a grande mancha verde considerada a Rede Agrícola Nacional e identificando também a imensa área florestal. Foi também feita esta mesma análise a uma área mais aproximada ao mosteiro, confirmando que este se encontra implantado num dos “braços verdes” traçados (Fig. 41). O Mosteiro de Seixa localiza-se numa área classificada como espaço misto de uso silvícola com aptidão agrícola, segundo o Plano Diretor Municipal da Figueira da Foz este é cercado a Sul por espaços agrícolas de produção II e pela reserva agrícola nacional, a Norte estendem-se espaços florestais de produção. (Câmara Municipal da Figueira da Foz, 2019)

Neste seguimento e numa segunda análise, fez-se o levantamento das redes viárias, ferroviárias e também de outras infraestruturas (Fig. 42). Foi possível identificar a rede rodoviária principal (Autoestradas e Itinerários Principais), a rede rodoviária secundária (Itinerários Complementares), dando destaque à rede ferroviária e assinalando as estações de comboio mais relevantes. Nesta análise, identificou-se também os principais equipamentos de saúde, de ensino, culturais e religiosos. Deste modo, verificou-se que o Mosteiro de Santa Maria de Seixa se localiza entre dois polos com acessibilidade aos serviços principais e é complementado com os acessos principais na sua proximidade, nomeadamente a linha de caminho de ferro, possibilitando a ligação e distribuição para diversos pontos no país.

Após a análise, verifica-se que o Mosteiro de Seixa se encontra localizado num sítio potencialmente estratégico, como tal o programa procura revelar a aptidão deste edifício enquanto polo dinamizador da região. Destaca-se ainda uma vontade já expressa pelo município da Figueira da Foz.

*“Deverá ser criado um Centro Tecnológico Agro-Alimentar de maneira a formar profissionais deste sector e dar apoio ao nível da investigação aplicada ao desenvolvimento de novos produtos e novos processos produtivos. Este Centro, que servirá toda a região, será desenvolvido com entidades do sistema e tecnológico da região (Universidade de Coimbra, Politécnico, e outros Centros Tecnológicos e Institutos), com empresas âncora do sector sediadas na região e com a própria autarquia. Os objetivos fundamentais desta organização será o desenvolvimento sustentável do sector agrícola e agroindustrial da região, cativando cada vez mais a sua localização neste município.” (Figueira da Foz, 2014, p. 14)*

O descrito anteriormente torna-se num fundamento base para a criação da proposta programática. O Laboratório do Vale Mondego é um plano para a reabilitação do mosteiro, que visa produzir conhecimento técnico tendo em vista a melhoria deste território. Aliando as matérias teóricas à prática e permitindo que este centro não seja um programa virado para o interior, mas que se expanda até aos campos experimentais do Baixo Mondego e integre a comunidade.



Fig. 43| Laboratório da Paisagem,  
Guimarães

### 3.1.1 LABORATÓRIO DA PAISAGEM | GUIMARÃES

Devido à especificidade desta área, a procura de uma referência foi pertinente para a construção lógica e articulada de um programa funcional. Neste sentido, a escolha de uma referência que se assemelhasse ao pretendido torna-se fundamental, não tanto na questão volumétrica ou no tipo de intervenção, mas neste caso nas questões temáticas e programáticas. Surge assim, curiosidade à volta do programa da Incubadora de Base Rural em Guimarães, denominado como Laboratório da Paisagem. Um projeto que mostra pertinência neste âmbito, tendo sido estabelecido contacto com esta empresa para melhor compreensão e integração dos seus objetivos e a necessidade e razões para a sua criação.

Esta empresa de incubação tem a particularidade de se direcionar para áreas específicas ligadas à investigação do território envolvente, procurando apoiar jovens empreendedores em iniciativas de base rural. Este é um projeto que tem o seu foco na gestão sustentável dos territórios e dos seus recursos, apoiando áreas como a agricultura, agroindústria, silvicultura entre outros, bem como vários serviços e tecnologias de suporte.

Este projeto nasceu em 2012, no seguimento de algumas reabilitações feitas no município de Guimarães. Esta reabilitação incide sobre um edifício que faz parte da história da cidade, uma antiga unidade fabril, na área têxtil e posteriormente na arte da cutelaria, mais tarde acabou por ser adaptada a uma oficina automóvel, o último uso que albergou. O edifício considerado património histórico para quem vive nesta cidade, foi escolhido estrategicamente, pela sua localização, a sua proximidade do núcleo urbano e por se integrar na área de Reserva Agrícola Nacional e também Reserva Ecológica Nacional. Na sua proximidade passa uma das linhas de água do concelho que se encontrando degradada e poluída, foi alvo de regeneração.

Com os principais objetivos traçados, o de reabilitar a zona da Veiga de Creixomil, local de grande valor ambiental e o da melhoria da qualidade do rio Selho, o município de Guimarães encetou um plano de desenvolvimento sustentável onde sentiu necessidade de se apoiar numa estrutura dedicada à investigação aplicada ao território. O Laboratório da Paisagem é resultado de três parcerias essenciais entre a Câmara Municipal de Guimarães, a Universidade do Minho e a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, procurando equilíbrio e balanço entre o poder



**Fig. 44 e 45** | Instalações  
Laboratório da Paisagem

**Fig. 46** | Atividades Lúdicas  
Laboratório da Paisagem

local, o poder executivo e a investigação científica. O envolvimento das duas universidades é crucial, pela ligação à academia e ao desenvolvimento científico com o objetivo da produção técnica, de modo a sustentar futuras decisões políticas. O Laboratório nasce desta relação tripartida, atualmente juntam-se mais algumas entidades privadas, associações não governamentais e também escolas.

É em prol do ambiente e sustentabilidade que este laboratório trabalha, investindo no estudo da natureza e biodiversidade, paisagem e território. Desenvolvendo projetos de linguagem multidisciplinar e cooperando com as várias áreas do saber, tendo sempre em vista o conceito estratégico de economia circular e desenvolvimento sustentável.

Outra das componentes que esta instituição promove para além da investigação é a forte aposta na educação ambiental. Cultivando a consciência ambiental, promovendo atividades com e para a comunidade, permitindo que esta participe ativamente e contribua no processo de regeneração do seu território. A inclusão da comunidade desde os mais velhos aos mais novos é a chave para perpetuar as boas práticas ambientais e gerar uma sociedade aberta a novas soluções mais sustentáveis.

As instalações deste centro contemplam, gabinetes e espaços de investigação (laboratórios), espaços de trabalho, uma área expositiva polivalente, sala multiusos utilizada como auditório, bem como para atividades e workshops, para além dos espaços administrativos necessários ao seu funcionamento. A reabilitação deste edifício e a conversão deste espaço, coube aos arquitetos Cannatà & Fernandes.



**Fig. 47** | Campos Agrícolas na  
Envolve do Mosteiro de Seiça



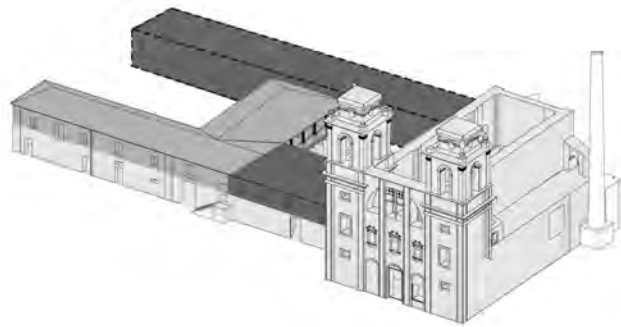
### 3.2. O PROGRAMA

É com base nestas convicções que penso no Laboratório do Vale Mondego, a construção e idealização de um programa não surge de uma organização exigida, mas resultando de um longo processo de maturação, análise, debate e pesquisa. Tornando-se numa importante fase de projeto, uma vez que existiu sempre uma linha de pensamento desde o encontro com o mosteiro abandonado em ruína até à idealização de uma proposta coerente.

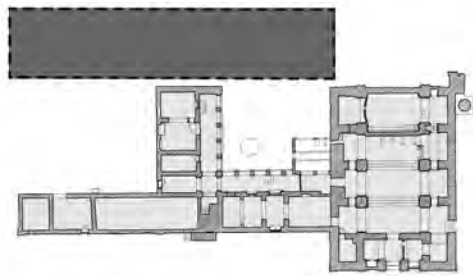
Neste sentido, traçaram-se os objetivos da instalação de um programa de incubação de projetos de base rural, neste local. Pretendendo contribuir para o crescimento da atividade agrícola e da investigação ao longo da bacia do rio Mondego, de maneira a estimular o interesse nesta área e consequentemente melhorar a sua atratividade.

Neste contexto, surgem diversas oportunidades, que assentam na inovação do setor agrícola, bem como na promoção da atividade turística à volta dos recursos endógenos, do património edificado e natural, no apoio a novos projetos empreendedores e desenvolvimento empresarial na área, no aproveitamento das infraestruturas de transportes nomeadamente a ferrovia, com a promoção de transportes coletivos e no benefício e criação de relações intermunicipais, com os espaços geográficos vizinhos, reforçando o eixo Coimbra – Figueira da Foz. A proposta para o centro de investigação prevê assim, a articulação e a associação a planos que visem o desenvolvimento no campo da sustentabilidade e a permanente troca de conhecimento neste contexto, sobretudo entre o corpo Universitário, nomeadamente com a Escola Superior Agrária de Coimbra, mas também diversas empresas da área, centros tecnológicos e associações.

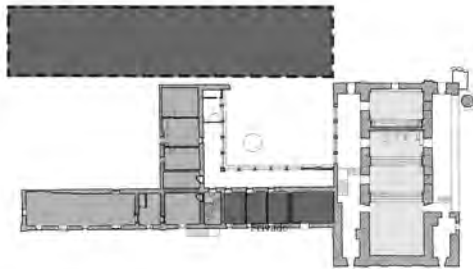
A instalação de um centro desta natureza pretende incentivar a atividade agroflorestal desta área de uma forma positiva, promovendo modos de produção ecológicos e dando resposta ao crescente abandono rural. Ao oferecer apoio a projetos de natureza inovadora este tem a capacidade de potenciar a criação de postos de trabalho, ligados à investigação e também outros necessários ao funcionamento logístico do centro. Tendo em vista que novas equipas de investigação se estabeleçam neste lugar, bem como permitir que investigadores de outros pontos possam colaborar por períodos de tempo intermitentes. Surge a oportunidade de



Planta Piso Térreo



Planta 1º Piso



■ Privado  
■ Semi-privado  
■ Público

**Fig. 48** | Diagrama, Identificação de Espaço Público, Semi-Privado e Privado

estimular a importante troca de conhecimento, com a colaboração dos agricultores e associações locais através de formação e apoio. A proposta para um edifício desta natureza, tenciona movimentar pessoas e motivar a sua visita através da promoção de diversos eventos, para a comunidade científica e também para a comunidade em geral. Numa visão pedagógica, inclui-se também a oportunidade de sensibilização da população, representada por todas as camadas geracionais, à volta destas temáticas.

A solução deverá basear-se nas oportunidades aqui expostas, assim é possível formar uma base de conhecimento para algumas decisões que surgiram ao longo do trabalho. No caso do Mosteiro de Santa Maria de Seixa, para além da intervenção no conjunto arquitetónico, urge repensá-lo e integrá-lo na sua envolvente de forma programática, com vista a valorizar ambas as partes.

Através da definição de vários objetivos e atentando no impacto de um edifício desta ordem na comunidade, observando as suas dinâmicas e o seu contexto, concebeu-se um programa adaptado às necessidades do lugar. O programa base surge estruturado em três partes: uma lúdica e menos privada, com espaços direcionados ao público; outra voltada para a investigação, reunindo espaços de carácter técnico e por fim, evidencia-se a requalificação da área exterior envolvente.

Avaliadas as dependências do mosteiro e a sua capacidade para acolher um programa desta ordem, verificou-se desde logo a necessidade de estas serem ampliadas com uma construção adjacente, devido à especificidade do programa e à necessidade de incluir espaços laboratoriais.

Numa perspetiva de estimular a visita e o uso por parte da população, o edifício preexistente torna-se maioritariamente de acesso ao público. Visto que, considerado património torna-se num ponto de interesse coletivo. Além disso, este reúne maior capacidade para integrar os programas de carácter comum, tornando-se mais compatíveis com as suas características espaciais.

Desta forma, o piso térreo do mosteiro é convertido para o uso do público, potenciando o encontro e convívio nos espaços intersticiais e envolventes e permitindo que estes sejam apropriados pelos visitantes. Localizadas no primeiro nível, a receção e a loja, acolhem o visitante, a inclusão de um pequeno espaço de venda pretende ligar-se diretamente aos produtos e produtores locais, focando na promoção da região. Entre o claustro e o segundo recinto, localiza-se a cafetaria, esta zona de convívio ocupa uma posição central, estabelecendo relações com ambos os espaços exteriores. Ainda neste piso, surge o espaço interpretativo, programa dedicado ao visitante, que propõe divulgar a história do mosteiro e do lugar, mas também revelar as novas descobertas científicas do centro, difundindo o conhecimento para a comunidade.

Ainda no corpo monástico, mas no piso superior, localiza-se uma área polivalente, destinada a atividades lúdicas e workshops para a comunidade, motivando a sua participação ativa e sustentável e cultivando a sua consciência ambiental. Neste nível, encontra-se também uma sala de formações, reforçando o contacto com os produtores e técnicos locais e ainda a administração do centro e uma sala de reuniões.

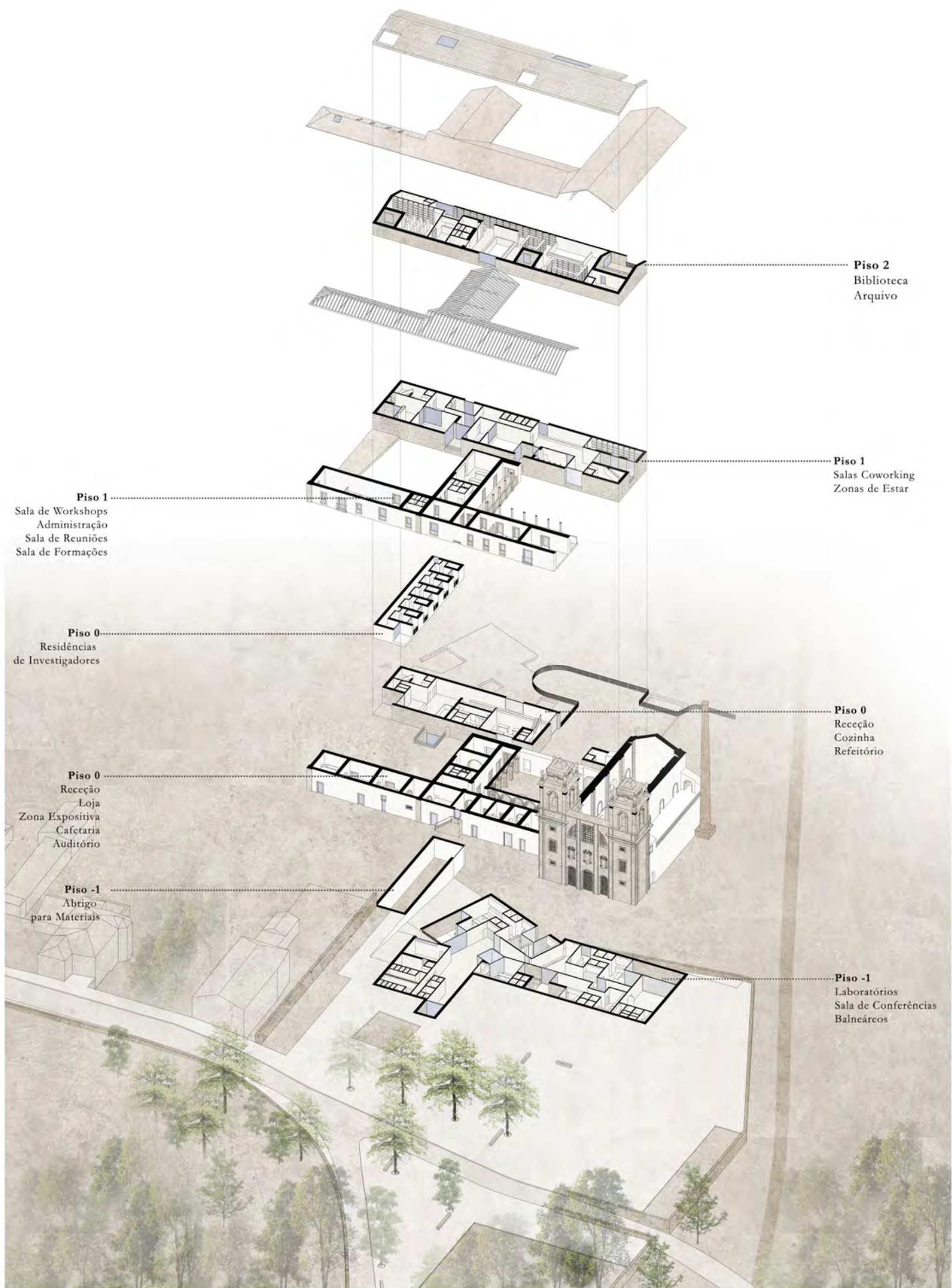


Fig. 49 | Axonometria Explodida

O interior da igreja é convertido num auditório devido às suas características espaciais únicas, proporcionando um espaço multiusos que permita a realização de diversos eventos.

O programa dedicado ao ramo da investigação, comporta um carácter mais exigente e privado, por essa razão concentra-se no novo edifício proposto. O volume desliga-se fisicamente do edifício preexistente, pressupondo uma autonomia programática, necessária devido ao seu carácter mais reservado e técnico. Esta adição foi planeada pressupondo uma ocupação média de sessenta a oitenta pessoas.

Neste edifício, num primeiro nível, localiza-se a receção, a cozinha e o refeitório para os investigadores e funcionários. Num segundo plano, organizam-se as salas de coworking e espaços de estar. No terceiro e último piso encontra-se a biblioteca e o arquivo. Parte deste volume desenvolve-se no nível subterrâneo, onde se organizam os espaços laboratoriais e técnicos e onde se inclui uma sala de conferências.

Neste conjunto, é ainda proposta a reabilitação de um edifício a Norte, este pequeno volume é transformado em residências para os investigadores, tendo em vista colaborações temporárias. No nível superior do volume são planeadas cinco residências de dimensões reduzidas, que incluem instalação sanitária, kitchenette, uma área de trabalho e de estar, bem como uma varanda exterior, este espaço foi desenhado e adaptado a pessoas de mobilidade reduzida. No nível inferior deste corpo é inserido um abrigo para os materiais necessários ao trabalho de campo. Por fim, a proposta estende-se à área envolvente próxima, visando a requalificação do espaço público, arranjos exteriores, a incorporação de um estacionamento e de um apeadeiro na proximidade do mosteiro.

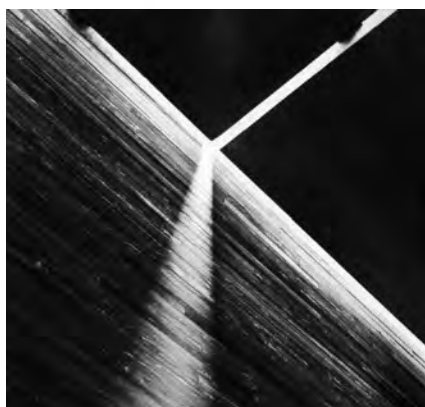


Fig. 50 | Imagens de Referência

### 3.3 ICONOGRAFIA DE REFERÊNCIAS

*“A architectura é como uma grande escultura escavada, em cujo interior o homem penetra e caminha.”* (Bruno Zevi, p.17)

As paredes robustas do templo de Seíça construídas em pedra maciça e a sua verticalidade vão manobrando a luz que pontua o espaço através dos vãos simetricamente pensados, revelando as suas múltiplas personalidades, que variam consoante o instante temporal. Este espaço despojado e austero, supera um entendimento puramente visual atingindo uma dimensão existencial e simbólica, através da simbiose da matéria e da luz. Estes lugares sagrados foram concebidos em busca do universo espiritual e através das suas características espaciais procuram apelar ao campo sensitivo e sensorial de quem percorre este ambiente.

Com o anseio de que a arquitetura se consegue transcender para além do espaço físico, valendo-se da soma de diversos elementos, tais como o espaço, a materialidade e a luz, a proposta de projeto é ensaiada à volta desta experiência, por meio da arquitetura escavada. Esta ideia, aproxima-se da génese do edifício preexistente, uma vez que o conceito de subtração e matéria está presente na escavação de acessos verticais nas paredes das torres sineiras ou nas escadas de acesso ao púlpito, embutidas no pilar estrutural, mas também nesta relação da massa constituída pela espessura das paredes de pedra. A esta perceção de massa associam-se valores sensoriais, o efeito de luz/sombra provocado por um volume ou a noção de peso e matéria, muitas vezes associados à monumentalidade, são fatores que têm impacto na experiência espacial.

Esta conceção primitiva que cruza a história da arquitetura, foi e é explorada por diversos autores, desde artistas, escultores e arquitetos no seu trabalho, onde figura a manipulação do cheio e vazio, negativo e positivo como uma noção espacial. Este antagonismo entre massa e vazio transfigura-se na obra de Eduardo Chillida, as suas esculturas convertem-se nesta metamorfose, para além de comporem um objeto contemplativo, o seu trabalho atua como um experimento sobre o espaço, na busca das suas potencialidades enquanto interior e exterior, volume e vazio, no qual o espaço vazio adquire um forte significado.

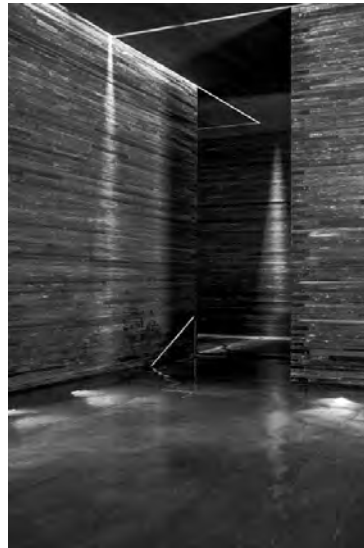
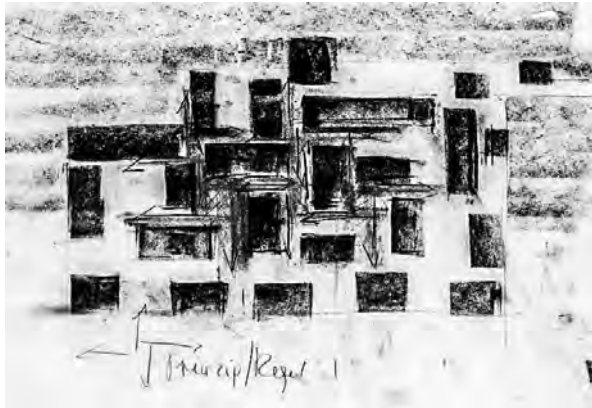


Fig. 51 | Imagens de Referência



*“(...) pensar o edifício primeiro como uma massa de sombras e a seguir, como num processo de escavação, colocar luzes e deixar a luminosidade infiltrar-se.”* (Zumthor, 2006, p. 61)

Valores retratados também na obra do arquiteto Peter Zumthor, nas Termas de Vals, Suíça (1996) o edifício que nasce da montanha, é realizado um processo de escavação. Semienterrado e composto por volumes sólidos, funde-se na envolvente como se fosse parte pertencente da paisagem. A forte relação entre cheios e vazios que se destaca nas suas plantas e nos seus desenhos transmite-se para a espacialidade. Os vazios subtraídos na fachada permitem levar para o interior, a luz natural e captar a paisagem envolvente. Estes espaços aparentam ser esculpados diretamente da rocha, sensação transmitida através do revestimento de pedra que continuamente envolve o edifício. Pequenas fendas rasgam a cobertura, permitindo que a luz zenital trespasse acentuando as suas geometrias simples. A luz é protagonista nestes ambientes, entre a iluminação ténue e a sombra dos volumes, ensaiando atmosferas numa experiência que se dirige para o essencial. Do silêncio da natureza, à inconstância da luz, ao reflexo das águas e à frieza da pedra é criado um ritual que transcende a dimensão puramente física da arquitetura.

*“In order to design buildings with a sensuous connection to life, one must think in a way that goes far beyond form and construction.”* (Zumthor, 2006)

Ainda neste plano e fazendo referência à arquitetura portuguesa, surge o trabalho dos arquitetos Aires Mateus, a sua obra traduz-se nesta operação compositiva tendo como base a subtração e a escavação criando os vazios habitáveis que se contrapõem aos cheios, volumes compactos que se transformam na massa habitada. A sua obra anda à volta destes contrastes entre cheio e vazio, peso e leveza, luz e sombra. Associado a estas geometrias surge também o conceito de uniformização material, resultando num espaço monocromático e homogêneo, esta ideia associa-se à depuração das formas, abstração e clarificação espacial. Esta condição unitária do espaço, reflete sobre a sua intemporalidade acreditando em possíveis usos no futuro, fazendo crer que para estar completa a arquitetura necessita de vida.

O projeto para o Centro da Criação Contemporânea Olivier Debré, França (2017), à semelhança de anteriores projetos reflete sobre esta duplicidade de matérias, desde logo marcada pelos dois volumes distintos que se autonomizam, o preexistente e a nova construção. Esta afirmação, procura clarificar os volumes contruídos e a sua relação com o contexto urbano, ressaltando a sua presença enquanto edifícios de duas temporalidades diferentes. É fortalecido o valor simbólico de um determinado momento histórico assinalado pelo edifício preexistente, justaposto à abstração do novo volume contemporâneo. Os volumes relacionam-se através da sua escala, geometria e “peso”. (Carrelhas, 2018)

O novo edifício, entende-se como um volume maciço de geometria simples, no plano da fachada surgem vãos pensados numa lógica binária, através da subtração da matéria são gerados estes vazios, permitindo iluminar o espaço interior. Este maciço é revestido pela pedra calcária branca, na qual são ensaiadas as suas possibilidades expressivas através do desenho estereotómico que se contrapõe à regra do edifício preexistente, reforçando a suas temporalidades distintas. O contraste de peso e leveza é realçado num gesto ilusório, aparentando que o volume



Fig. 52 | Imagens de Referência

maciço gravita, através da criação de um embasamento envidraçado que envolve o edifício e se liga à preexistência permitindo a comunicação entre os dois. A transparência deste corpo de vidro horizontal contrasta com a solidez da pedra. Estes confrontos estendem-se para o interior onde o desenho destaca grandes vazios em relação aos cheios, permitindo que os vazios sirvam de áreas expositivas. (Carrelhas, 2018)

Nesta temática da reabilitação, e ao abordar uma preexistência permanece sempre a possibilidade da alteração programática e da apropriação dos espaços internos, usando uma forma de intervenção próxima da linguagem efémera.

*“Os edifícios históricos mantem-se porque, ao contrário do que nós julgamos, (...) são mutáveis e sujeitam-se a vários programas e têm a capacidade de suportar estas diferenças. Quando não são mutáveis entram em desuso e caem.”* (João Mendes Ribeiro como citado em Vita, 2012)

Esta abordagem é pertinente no trabalho do arquiteto João Mendes Ribeiro. Neste sentido destaca-se o Centro de Artes Contemporâneas (2014), a reabilitação de uma antiga unidade fabril de tabaco e álcool, na Ilha de São Miguel, proposta desenvolvida conjuntamente com o atelier “Menos é Mais”. Numa aproximação sensível à preexistência, a distribuição programática deste complexo procurou compatibilizar com os espaços existentes de forma a não desvirtuar as suas características espaciais próprias. Os novos volumes criados em função disso, de modo a integrar funcionalidades que requeriam maior exigência técnica e incompatibilizavam com o edifício preexistente.

Os novos edifícios propostos procuraram não competir com a preexistência, mas relacionar-se com estes através da sua escala, geometria e materialidade criando um vínculo entre o novo e o antigo. As construções existentes são constituídas por alvenaria de pedra vulcânica enquanto a nova construção é materializada em betão aparente com inertes de basalto local. Os corpos de betão vão dialogando com os espaços vazios dos pátios.

No interior, revelam-se elementos de madeira, independentes da estrutura do edifício preexistente, estes contentores que surgem albergam algumas das funções necessárias ao funcionamento do edifício. Desta maneira e através da introdução de elementos leves que transmitem uma ideia efémera, são criados espaços flexíveis e adaptáveis. Num gesto de projeto, prático e pouco evasivo que respeita a preexistência possibilitando a sua mutabilidade.

As referências são transversais a todo o percurso enquanto estudante de arquitetura. No entanto, a abordagem a este projeto conduz-se através destas relações e contrastes onde a massa se transforma na matéria de projeto, mas que também se acredita numa arquitetura mutável e capaz de se adaptar a diversas circunstâncias, tornando estes os temas dominantes na proposta. Destaca-se através de uma breve análise os diversos contributos e referências mencionados para a sua materialização.



Fig. 53 | Esquisso de Processo

Aceite o desafio lançado pelo Seminário de Investigação *Mosteiro de Santa Maria Seça: Reconfiguração de uma Ruína?*, com intenção de intervir no mosteiro e tendo como objetivo a valorização do património edificado e da envolvente paisagística, cultural e social, o desenvolvimento de todo o processo procurou olhar para este objeto de estudo sempre como um todo. No entanto, para melhor compreensão destacam-se diferentes momentos da intervenção.



**Fig. 54** | Antigo Choupal que  
Emoldurava a Fachada do  
Mosteiro, 2008

### 3.4 FORMA, ESPAÇO E MATERIALIDADE

#### 3.4.1 Desenhar o Espaço Público

A intervenção de projeto abrange a área envolvente próxima, este espaço que circunda o mosteiro é o primeiro contacto que se tem com o edifício e por isso torna-se um aspeto importante na valorização deste património. Apesar do silêncio que caracteriza este sítio, em certos dias do ano, agita-se o lugar de Seiça, servindo de palco às romarias e festas que a comunidade promove, trilhando-se procissões que culminam na pequena capela e o espaço circundante converte-se num recinto de reunião e convívio da população. Porém, atualmente este espaço encontra-se descaracterizado e despido, necessitando de melhorias que o tornem mais acessível e agradável.

Tivemos a oportunidade de percorrer este caminho, presenciando o silêncio da natureza que cessava apenas com a passagem do comboio, esta pequena viagem serviu para assimilar as potencialidades do lugar. Neste quadro, identificou-se que a via principal atravessa tangente à fachada do mosteiro, criando uma quebra e permitindo admirar a obra apenas após atravessar a via, tornado este um ponto desfavorável. Nesta sequência, surge um caminho modesto em terra batida, o percurso mais adiante revela-nos a capela de Seiça, na proximidade e aproveitando a agradável sombra dos sobreiros, acha-se um pequeno parque de merendas, um percurso envolto de natureza, mas de acabamento rudimentar. A proposta de projeto tem em vista, a requalificação destes espaços permitindo que estes se tornem acessíveis a todos.

Ainda neste cenário, num passado recente, diante do mosteiro alinhavam-se choupos, seria entre as suas folhagens que se admirariam as imponentes torres sineiras. Este bosque natural abatido, deixou para trás um terreno desnudo. A intervenção procura regenerar este espaço, pretendendo revelar de novo a essência do antigo bosque onde proliferavam árvores robustas que enquadravam e protegiam a fachada do mosteiro.

Neste sentido, o desenho de projeto no espaço exterior, abrange os espaços intersticiais do mosteiro, expande-se para o recinto em frente ao templo, definido pelas vias existentes e pelo talude natural a Sul, e continua pelo percurso que remata na capela. Desta forma, evidencia-se este eixo e a relação visual entre os principais elementos, a capela e o mosteiro. Tenciona-se através da sobriedade do desenho trazer unidade ao espaço público, preservando o mais importante, a essência do lugar.



**Fig. 55** | Fotografia Satélite,  
Relação entre o Mosteiro e a Capela



**Legenda :** 1. Praça 2. Zona Ajardinada 3. Apeadeiro 4. Mosteiro | Laboratório do Vale Mondego 5. Memória da Capela-Mor 6. Residências Investigadores | Abrigo de Materiais de Campo  
7. Miradouro 8. Parque de Merendas 9. Capela de Nossa Senhora de Seça 10. Ribeira de Seça 11. Linha do Oeste 12. Campos Experimentais

**Fig. 56|** Planta de Implantação e Perfil





Num primeiro gesto de projeto, a via principal existente é desviada, de modo a alargar o espaço pedonal em frente ao mosteiro, amplificando o campo de visão sobre a sua fachada. Assim, permite-se a criação de um espaço de receção e respiração, antes de efetivamente entrar no interior do templo.

O recinto de chegada, atualmente despido de vegetação, dá lugar a uma nova praça de forma triangular. O desenho deste espaço, foi definido pelas vias e guiado pela existência do talude natural, esta diferença de cotas a Sul, permitiu a criação de uma plataforma que se eleva em relação aos campos envolventes. Ainda que, a via principal, segmente o espaço criando um descontínuo, a utilização de um pavimento semelhante na sua extensão, substituindo o asfalto da via por um pavimento de pedra, permite a leitura da praça como um todo.

Na proposta, privilegia-se a possibilidade deste recinto ser apropriado pela comunidade e pelas romarias de Seiça, criando uma ampla zona pavimentada, abrigada pela sombra de algumas árvores implantadas nesta área. Recorre-se também à memória do bosque natural, com a criação de uma extensão ajardinada que se alinha pela frontaria da igreja, resgatando a imagem do antigo choupal. Ainda, através da disposição de mobiliário urbano, neste espaço, são criados momentos de descanso, se definem os limites da praça e se indicam sentidos, posicionando um banco de pedra a assinalar a entrada no corpo monástico e outro a marcar o início do percurso que nos leva à capela.

O caminho que parte à descoberta da capela de Seiça, inicia-se a partir deste recinto e vai-se escondendo entre a vegetação que cresce no seu contorno, os muros que envolvem a praça agarram o percurso pavimentado. Assim, se estabelece uma ideia de unidade no desenho do espaço público. Antes do encontro com a capela e aproveitando um alargamento existente no percurso, insere-se um ponto de observação e paragem, o qual enquadra a paisagem dos campos cultivados que bordejam a ribeira de Seiça e se permite vislumbrar o mosteiro. Ao chegar à capela, o parque de merendas que se localiza a Norte, é melhorado com a introdução de uma rampa de acesso e dotado com mobiliário urbano adequado. A proposta aposta numa intervenção mínima, pois este percurso concentra-se na apreciação da envolvente e no espírito peregrino de reflexão.

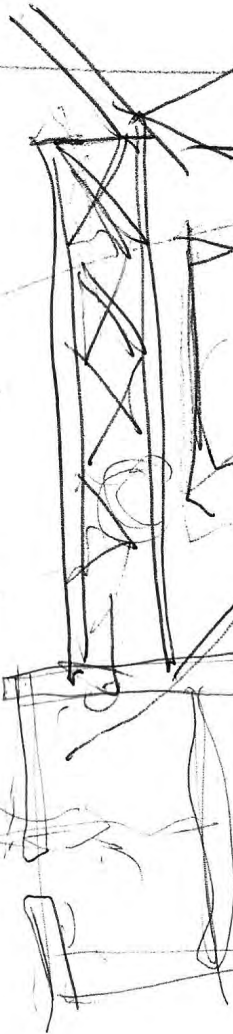
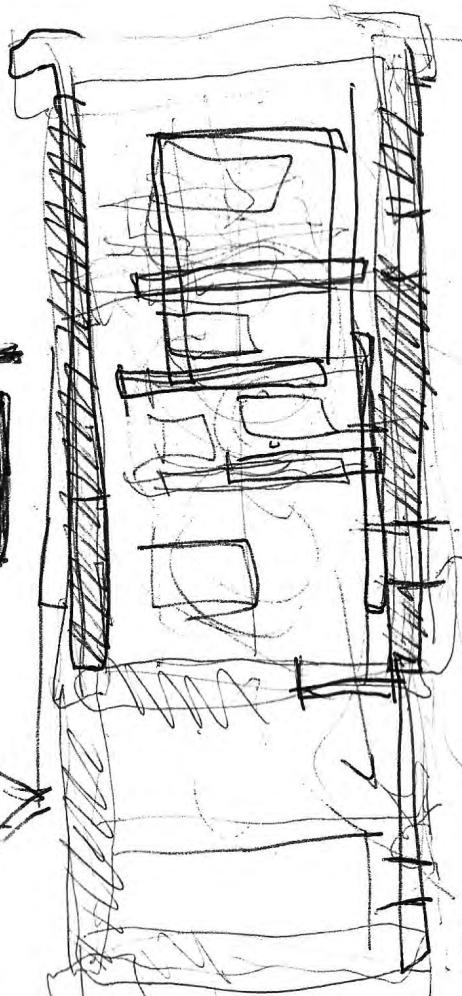
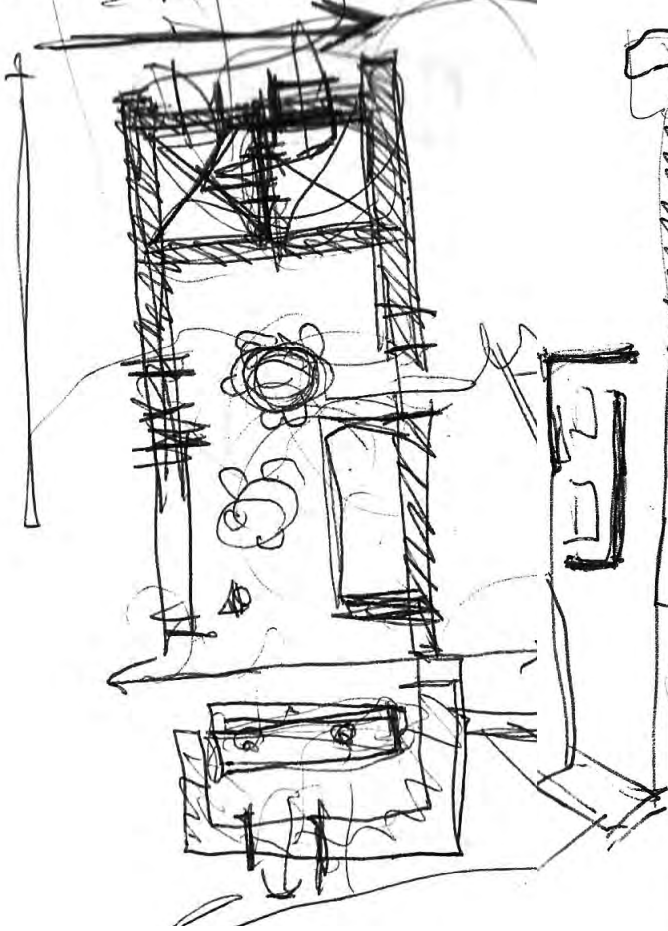
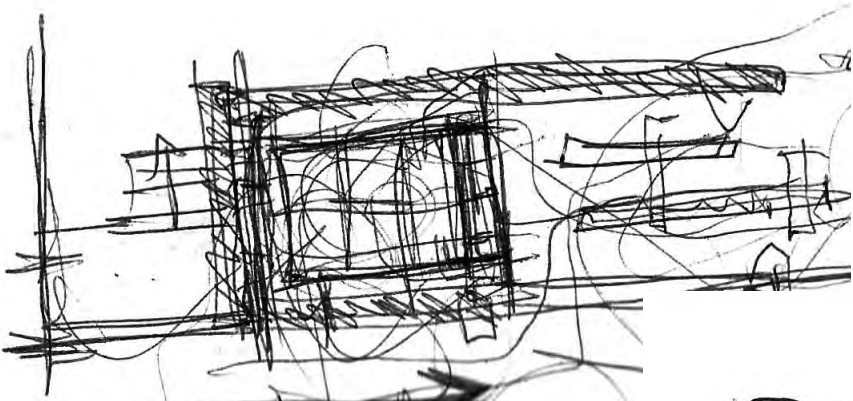
O caminho de ferro, desde o início foi realçado como uma vantagem e oportunidade de promover o transporte alternativo, nesta perspetiva propõe-se a criação de um apeadeiro nesta área. Esta pequena estrutura, é implantada junto à linha de comboio, numa cota inferior à praça. Deste modo, foi necessária a criação de rampas que partem do apeadeiro e se integram no desenho da plataforma, inicia-se um percurso lento de contemplação ao som da ribeira que corre paralela e que nos leva até à cota superior.

Com a instalação do novo programa, surge a necessidade de prever um estacionamento. Em função disso e beneficiando da diferença de cotas que definem a plataforma, inclui-se um estacionamento subterrâneo, com a possibilidade de este ser ampliado dentro desta área. Com este gesto, pretende-se desviar os automóveis da praça mas também privilegiar o acesso aos transportes alternativos.



**Fig. 57** | Fotomontagem da  
Intervenção no Exterior

Por fim, numa componente territorial identifica-se a possibilidade de regenerar a ribeira de Seiça, limpando os canais assoreados e obstruídos pela vegetação, possibilitando a passagem fluída das águas. Mas também, a gestão dos campos agrícolas próximos e envolventes, servindo de campos experimentais ao Laboratório do Vale Mondego. Deste modo, a qualificação do espaço público pretende valorizar o património edificado, natural e especialmente continuar a servir de cenário à vida da comunidade residente e visitante.



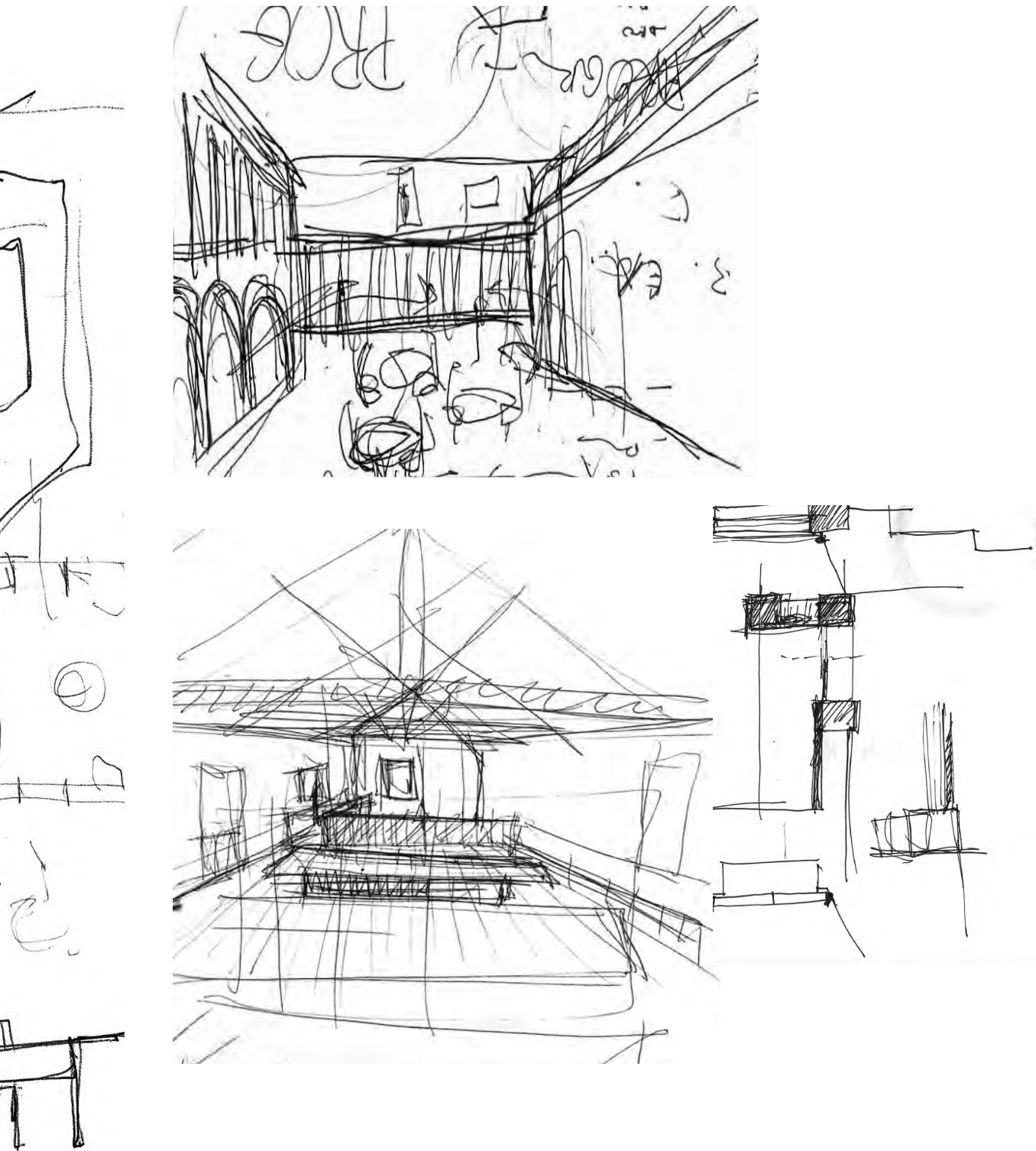
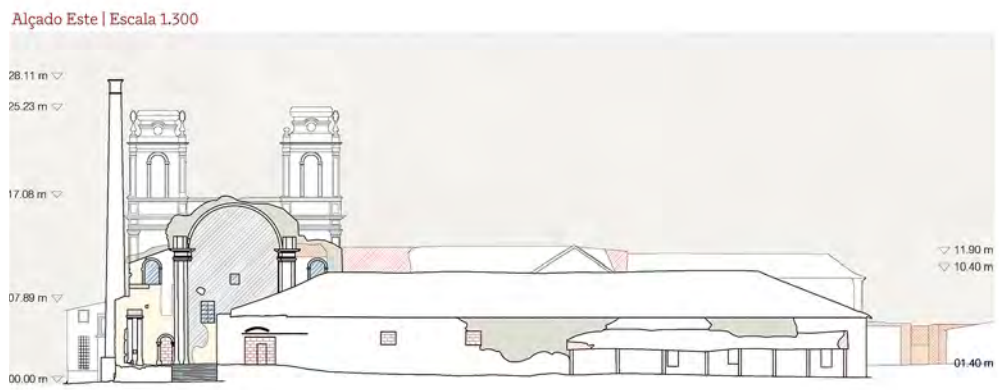


Fig. 58 | Esquissos de Processo



- |                         |                 |                        |                                 |                                       |       |
|-------------------------|-----------------|------------------------|---------------------------------|---------------------------------------|-------|
| Acumulação de Vegetação | Vão Envelhecido | Vão Entalçado          | Presença de Líquenes            | Alvenaria de Tijolo à Vista Degradada | Ruína |
| Manchas de Humidade     | Vão em Falta    | Desagregação de Reboco | Pedra Desagregada ou Danificada | Gradamento Danificado                 |       |

Fig. 59 | Perfis de Análise Anomalias

### 3.4 FORMA, ESPAÇO E MATERIALIDADE

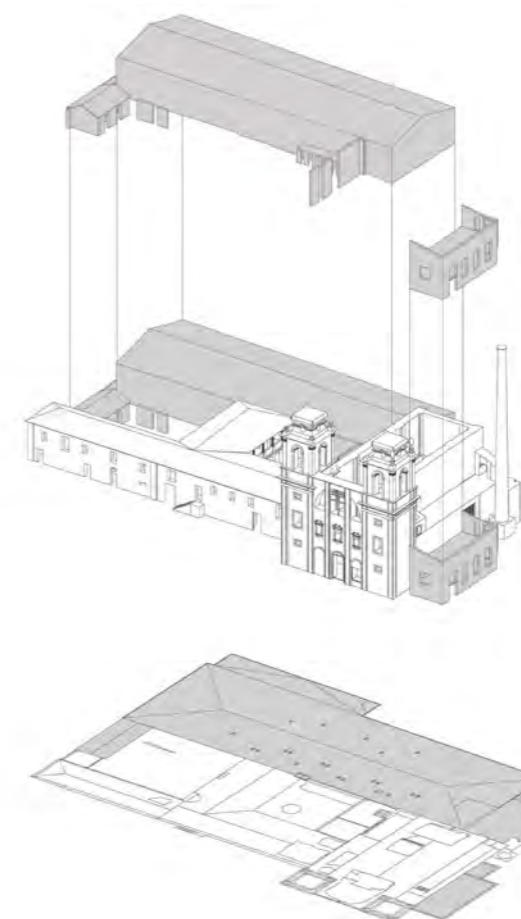
#### 3.4.2 Reconverter a Ruína

O início da proposta para a reabilitação do Mosteiro de Santa Maria de Seiça começou com a análise de turma in-situ, às dependências que ainda resistem do edifício. Iniciando-se o levantamento, a definição material e a identificação das anomalias, este processo resultou em fichas de caracterização, elementos que se tornaram no ponto de partida para a conceção do projeto.

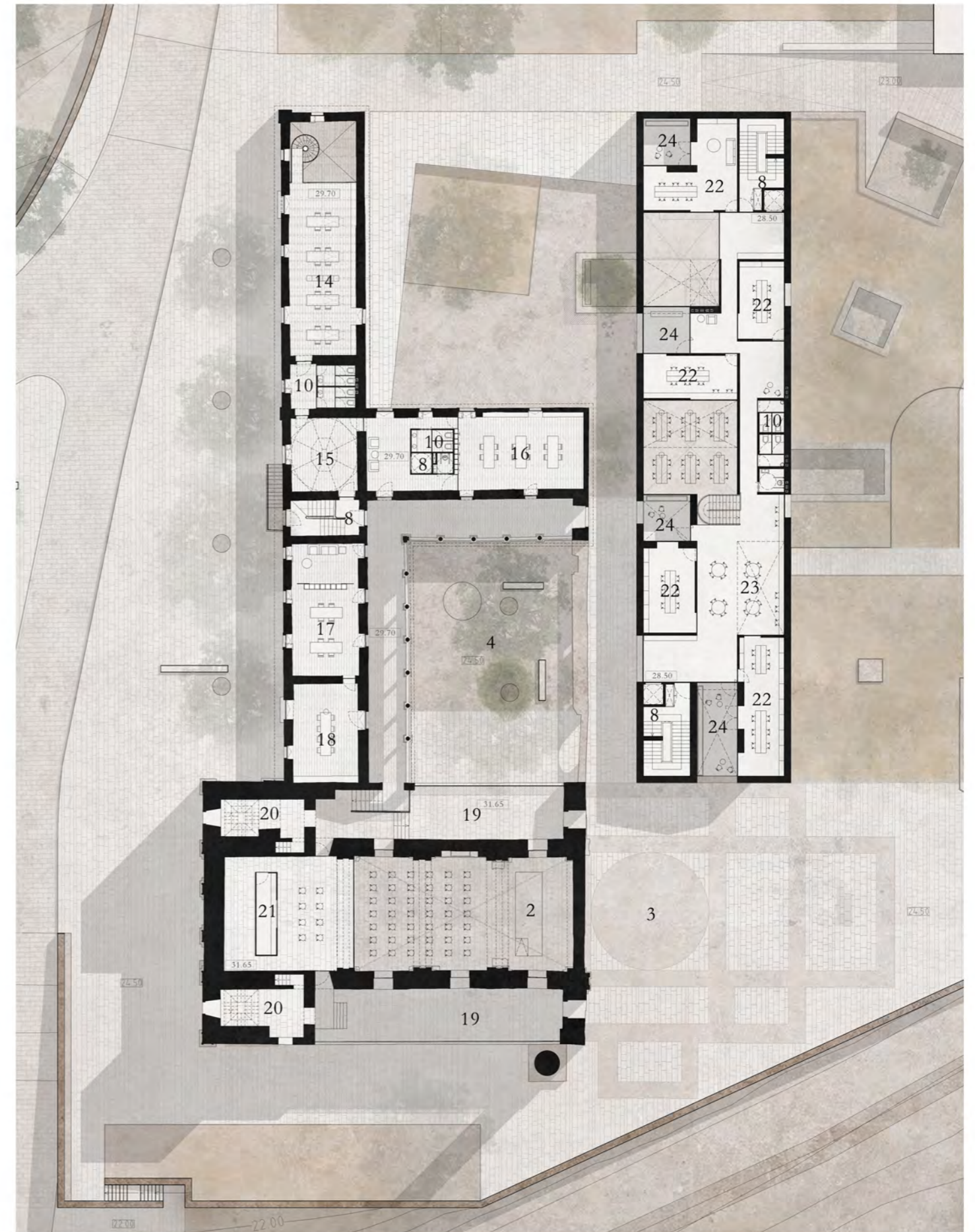
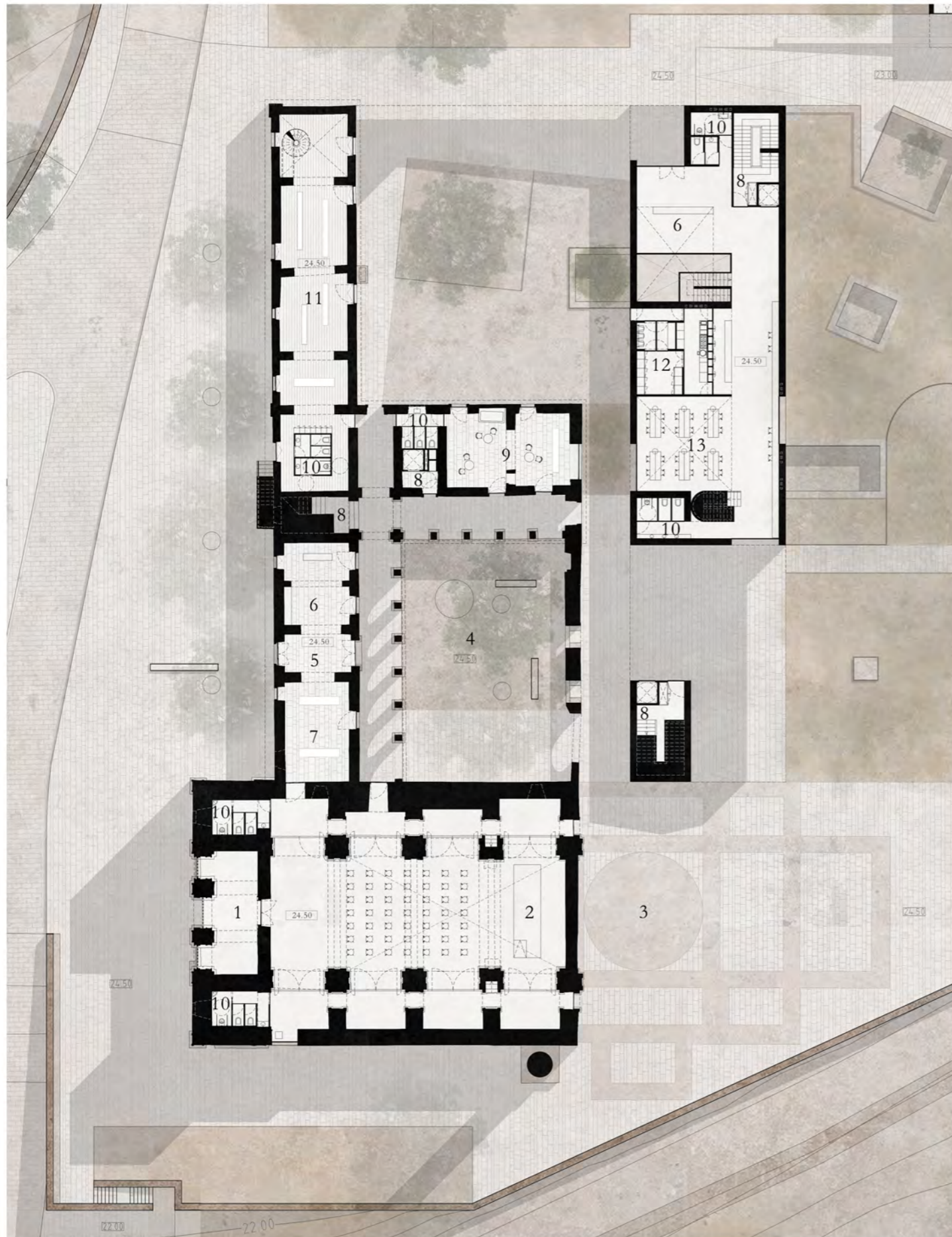
As construções estiveram sujeitas à ação de diversos agentes de degradação ao longo dos tempos, aos agentes naturais somam-se a insuficiente manutenção, a má utilização e a vandalização, consequências do abandono do edifício, agravando a seu estado precário. Neste contexto, foram efetuados sucessivos reparos, introduzindo materiais em betão e tijolo de modo a remediar a sua condição. Destacam-se entre as causas da sua rápida deterioração, o apodrecimento das madeiras, especialmente da estrutura das coberturas deixando o edifício totalmente exposto e vulnerável. Evidencia-se a falta de vidros, o apodrecimento dos caixilhos já quase inexistentes e o entaipamento de diversos vãos, como também a imposição de novas aberturas, desconsiderando a imagem do mosteiro. São ainda perceptíveis os atos de vandalismo, marcados pelas pichagens em algumas das paredes e pelo desvio de elementos pertencentes ao edifício.

Nas paredes do edifício monástico, identificam-se patologias associadas ao excesso de humidade presente. Evidenciado pelas manchas, presença de líquenes e acumulação de vegetação, que cresce entre as pedras do edifício, causando severas consequências na sua estrutura. A exposição da alvenaria de pedra, que constrói as paredes do cenóbio, é resultado da degradação do reboco de areia e cal que protegia o edifício e a estrutura das infiltrações. Esta condição prolonga-se para as divisões interiores, manifestando-se nas marcas dos escorrimentos, na presença de bolores e musgos. Os elementos de madeira, que constroem os pavimentos no piso superior encontram-se bastante deteriorados.

Na fachada da igreja identifica-se a degradação da pedra e consequências na sua estrutura, são visíveis fraturas ao longo desta, alertando para a fragilidade da pedra de fecho que remata a janela termal. A vegetação cresce em ambas as torres sineiras, as raízes das árvores ganham terreno, três dos fogaréis que adornavam o topo das torres desabaram, estes elementos ainda se encontram no local. A cobertura



**Fig. 60** | Axonometria Explodida,  
Adições Consideradas Espúrias



**Legenda :** 1. Nartéx 2. Auditório 3. Memória Capela-Mor 4. Claustro 5. Entrada 6. Recepção 7. Loja 8. Acessos Verticais 9. Cafeteria 10. Instalação Sanitária  
 11. Zona Expositiva 12. Cozinha| Armazenamento Secos e Frios | Lixos 13.Refeitório 14. Sala Polivalente | Workshops 15. Sala Abacial 17. Administração  
 18. Sala de Reuniões 19. Galeria Exterior 20. Torres Sineiras 21. Zona Técnica Auditório 22. Sala Coworking 23. Zona de Estar 24. Pátio

**Fig. 61|** Planta Piso 0 | Planta Piso 1





da igreja, de duas águas revestida em telha cerâmica, que protegia a abóboda de canhão em tijolo, é praticamente inexistente, expondo o seu interior às intempéries. O pavimento da igreja foi posteriormente betonado, não existindo evidências do revestimento de pedra preexistente, neste agora rompe a vegetação. Identificaram-se também diversos elementos intrusos de ferro chumbados na pedra.

São facilmente identificadas construções posteriores ao cenóbio, principalmente o amplo armazém contruído a nascente, que atualmente se encontra em ruína, a sua cobertura constituída por uma estrutura em asnas de madeira e revestida em chapa metálica ruiu na sua totalidade. Identifica-se também uma pequena construção em alvenaria de pedra a Norte do conjunto monástico e um volume construído em alvenaria de tijolo, a Sul, junto à fachada da igreja. Ambos os volumes referidos, são considerados pela proposta elementos espúrios, pois estes apresentam pouca qualidade construtiva, encontrando-se num estado avançado de ruína mas também pela sua imposição volumétrica que desconsidera o conjunto edificado e dificulta a sua leitura como um todo.

A reconversão deste edifício monástico, passou primeiro por identificar as suas anomalias tendo em vista a sua resolução e a consolidação da ruína para que este seja de novo habitado. Através da conservação e reposição de diversos elementos preexistentes e em alguns casos assinala-se a necessidade de reconstrução. Neste contexto, foram também avaliadas as construções com potencial e qualidade arquitetónica, assumindo diversas demolições, sendo que todas incidem sobre construções posteriores ao funcionamento do edifício enquanto mosteiro cisterciense.

#### Corpo Monástico

Como já enunciado, elege-se o edifício preexistente para receber um programa destinado ao uso público, deste modo é importante reconverter o espaço para que este seja adaptado a novas funcionalidades. A intervenção no mosteiro foi pensada numa perspetiva pouco evasiva, pois trata-se de um programa simples e com poucas intervenções técnicas.

Assinala-se a entrada no corpo monástico pela porta nobre, a antiga entrada do mosteiro enquanto cenóbio, este ponto faz a transição entre dois mundos, no seu interior a escala desajustada à altura humana mantém a sua figura austera. Somos rececionados ao chegar a este espaço quebrado pelos sucessivos arcos, noutra plano anuncia-se o claustro através da transparência das portas de vidro que iluminam a divisão e desvendam o que se encontra para lá.

O claustro, considerado um ponto de encontro e de distribuição, mantém a sua configuração, é preservada a parede em ruína, o único vestígio da ala nascente que subsiste e se encontra a encerrar o espaço. Nesta, permanecem os vãos com conversadeiras que ainda se conservam, estes possibilitam olhar através da parede em ruína e avistar a paisagem dos campos, que se estendem a nascente. Este recinto confinado entre os quatro planos, convida a permanecer à sombra de árvores e junto aos bancos de pedra que se organizam no espaço. Os limites são definidos pela diferença na materialidade do pavimento, entre a inércia da pedra que acompanha a galeria e a sonoridade da gravilha fina que cobre a área descoberta do claustro. A partir deste, acedem-se às restantes dependências do mosteiro, através das escadas de pedra preexistentes chega-se ao piso superior, contudo é criado um novo acesso



Fig. 62 | Perfil Longitudinal Mosteiro



Fig. 63 | Fotomontagem interior, Sala de Workshops

vertical na proximidade, adicionando-se um elevador, uma estrutura autónoma que facilita o acesso a pessoas de mobilidade reduzida aos restantes espaços.

Neste plano a cafetaria torna-se num espaço central de convívio, comunicando com ambos os espaços exteriores. Resistem as características singulares desta área, o arco e o “passa-pratos”, bem como o característico tanque de azeite, denunciando que aquela zona seria ocupada pela antiga cozinha e refeitório dos monges cistercienses. É ainda introduzido um vão, permitindo criar relação visual com o novo volume.

O espaço interpretativo desenvolve-se na ala poente, comunicante com o segundo recinto exterior, delimitado pela pala desenhada. Este espaço converte-se numa sala ampla, composta por sucessivas divisões que se interligam através de arcos. Na sua extensão desenvolve-se a zona expositiva, ao circular vamos sendo interpelados por vislumbres do mundo exterior, através dos vãos anteriormente entaipados, mas que agora permitem que a luz se propague revelando a cor quente da madeira que cobre o pavimento num tom acolhedor. Ao chegar ao fim da exibição, revela-se a última sala que se amplia em pé direito-duplo, a marcar este momento surge uma escada em caracol, um elemento contagiado pelo material do pavimento, também ele em madeira.

No piso superior e na divisão que se considera que tenha sido a biblioteca do cenóbio, encontra-se uma área polivalente, transformada num espaço prático e informal. A ausência do teto falso, permite observar a estrutura de madeira que sustenta a nova cobertura. As vigas alinham-se criando ritmo, consoante a cadência da nova estrutura, são criadas claraboias que permitem iluminar as zonas de trabalho. Este espaço é confortado por um lambril de madeira, em todo o seu perímetro, reforçando o seu caráter familiar.

Ainda no piso superior, à volta do claustro e da galeria, situam-se espaços de caráter mais privativo, como a administração do centro, a sala de reuniões e ainda sala de formações. Retiradas as adições espúrias, paredes de tijolo perfurado que limitavam os espaços, permitiu-se a criação de salas amplas e iluminadas.

Ao longo dos espaços interiores surgem elementos soltos, “caixas” de madeira que organizam o espaço, concebidos para albergar as instalações sanitárias. Estas transportam a ideia de que a arquitetura não é estática e estes espaços estão sujeitos a transformações. Deste modo, embora essenciais ao bom funcionamento do edifício, estes elementos estão sujeitos a alterações, podendo ser deslocados de lugar ou até retirados, não influenciando no espaço preexistente.

Numa aproximação material, pretende-se consolidar a estrutura deste edifício, voltando a proteger as paredes de alvenaria de pedra atualmente expostas, com reboco de cal hidráulica tendo em vista a sua devida impermeabilização, é necessária a recuperação da estrutura de madeira entre pisos e a reconstrução das coberturas na sua totalidade. À semelhança da cobertura preexistente, é contruída uma nova armação de madeira revestida a telha cerâmica, esta estrutura é desenhada com uma métrica estrutural ritmada, que se pretende visível em determinado momento.



Fig. 64 | Perfil Transversal Igreja

No plano da fachada, restabelece-se todos os vãos que se encontram entaipados priorizando a entrada de luz, recupera-se também as guardas de ferro forjado que protegem as varandas. Propõe-se que os caixilhos de madeira praticamente inexistentes, sejam substituídos por novos caixilhos de latão, a escolha advém do interesse na coloração, reflexo e no processo de envelhecimento deste tipo de material. No interior, existiriam portadas de madeira em alguns vãos, destas sobram apenas as suas molduras para o testemunhar. Desta forma, estas são reinterpretadas numa linguagem sóbria e contemporânea, transformam-se em dois planos de madeira que recolhem em fole e permitem o controlo da luz nos espaços interiores.

No interior do edifício é recuperado o pavimento de madeira, assentado sobre um sistema de piso radiante, de uma forma pouco evasiva incorpora-se um método de aquecimento nos espaços interiores. Em parte das áreas é colocado teto falso em gesso cartonado, com a intenção de controlar o pé direito nas divisões que se querem mais recolhidas mas também permitir a passagem de infraestruturas.

O pavimento de madeira estende-se até à galeria do claustro, adaptado com um sistema de recolha de águas. No piso inferior e seguindo a lógica da preexistência, opta-se pelo revestimento em pedra calcária que percorre os espaços exteriores estabelecendo continuidade. As áreas exteriores desenham-se através dos limites criados pelo pavimento em pedra, áreas de gravilha e zonas ajardinadas, completando uma experiência que procura apelar ao sentidos de quem percorre estes espaços.

#### Corpo da Igreja

Os materiais escolhidos contagiam o interior da igreja, a pedra clara que cobre o pavimento estende-se ao longo da nave e das galerias, a cor do metal da caixilharia reflete a luz em tons quentes e alguns elementos de madeira pontuam o espaço. A proposta converte este corpo num auditório, sendo este um programa compatível com as suas características espaciais próprias. A proposta, pretende conservar e restaurar os elementos originais que caracterizam a sua arquitetura e retirar as adições espúrias que limitam o espaço. Entende-se como principal elemento espúrio a parede de betão que encerra o terceiro tramo da igreja, impedindo a leitura total da nave, sendo por esta razão proposta a sua demolição.

Parte da cobertura que ruiu, é reconstruída tendo como base o seu desenho original e recriando a sua espacialidade. A abóboda de berço é erguida em alvenaria de pedra aparelhada e tijolo, na lateral sustenta-se através de pedra argamassada. A cobertura eleva-se através de uma estrutura de madeira, sendo esta devidamente isolada e impermeabilizada.

Os vãos que percorrem a galeria são desentapados, permitindo que a luz se aproprie novamente do espaço. Evidencia-se um dos vestígios da unidade fabril, permanecendo um tanque a encerrar um destes vãos. A galeria superior, transforma-se num espaço exterior de contemplação da paisagem, não existindo evidências da cobertura que outrora abrigaria o espaço e que permitia assistir às celebrações religiosas.

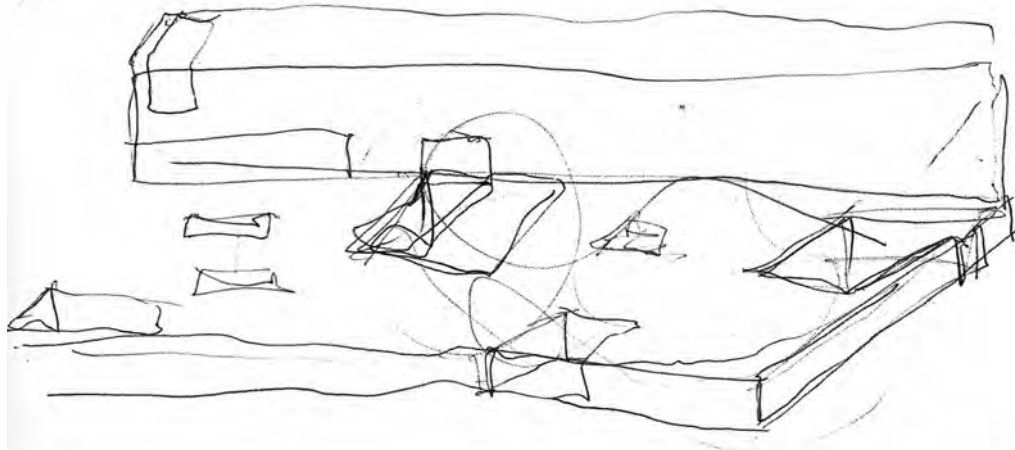
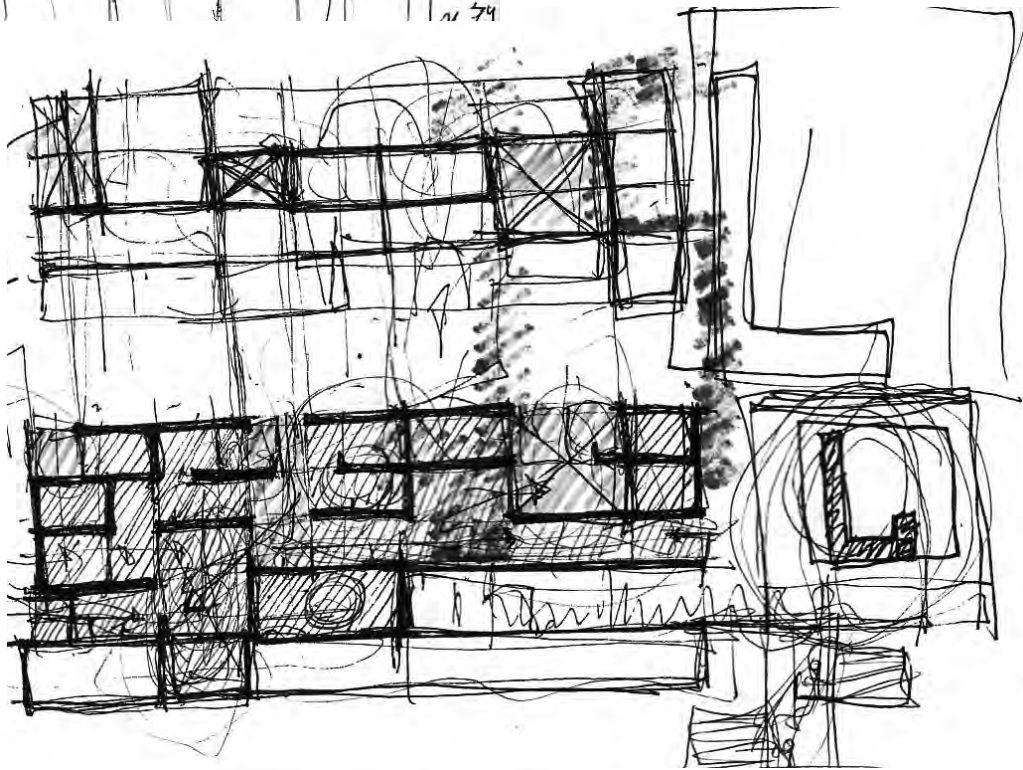
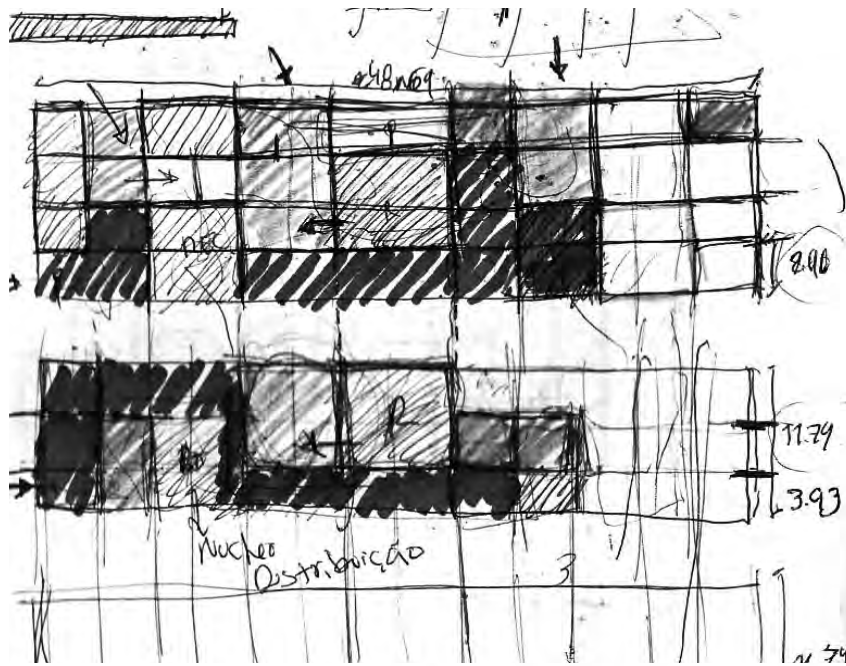
Nesta atmosfera serena desenvolve-se o auditório, os elementos que organizam o espaço não são fixos, tornando-se passíveis de serem movidos ou



**Fig. 65** | Fotomontagem Interior da Igreja

retirados. Neste cenário, surgem elementos de madeira a encerrar os arcos de volta perfeita, estes definem o percurso secundário entre as capelas laterais, mas também permitem melhor acondicionamento acústico dentro da nave da igreja, impedindo que o som se propague entre nichos. O ripado de madeira que cobre estes planos, não só cumpre uma função puramente estética, mas melhora a performance acústica do espaço funcionando como um absorvedor do som. Estas peças possibilitam variações, podendo recolher e conter os espaços ou então permitir que estes comuniquem entre si, através de um sistema pivotante que facilita a sua abertura. Perspetiva-se uma área polivalente que se adapte a diversos tipos de eventos, favorecendo a sua apropriação cultural e artística.

A rutura provocada pela demolição do transepto e altar-mor criou um vazio que permanece, num gesto simples é traçada a sua memória no pavimento, perpetuando uma sensação de ausência, confrontada pela empena monumental que encerra a nave. A desenhar os limites da capela-mor utiliza-se a gravilha, num gesto simbólico, uma vez que o ruído provocado ao andar sobre este material, denuncia a sua presença. Este vazio criado origina um momento de contemplação e alimenta a ideia de contrastes na arquitetura.





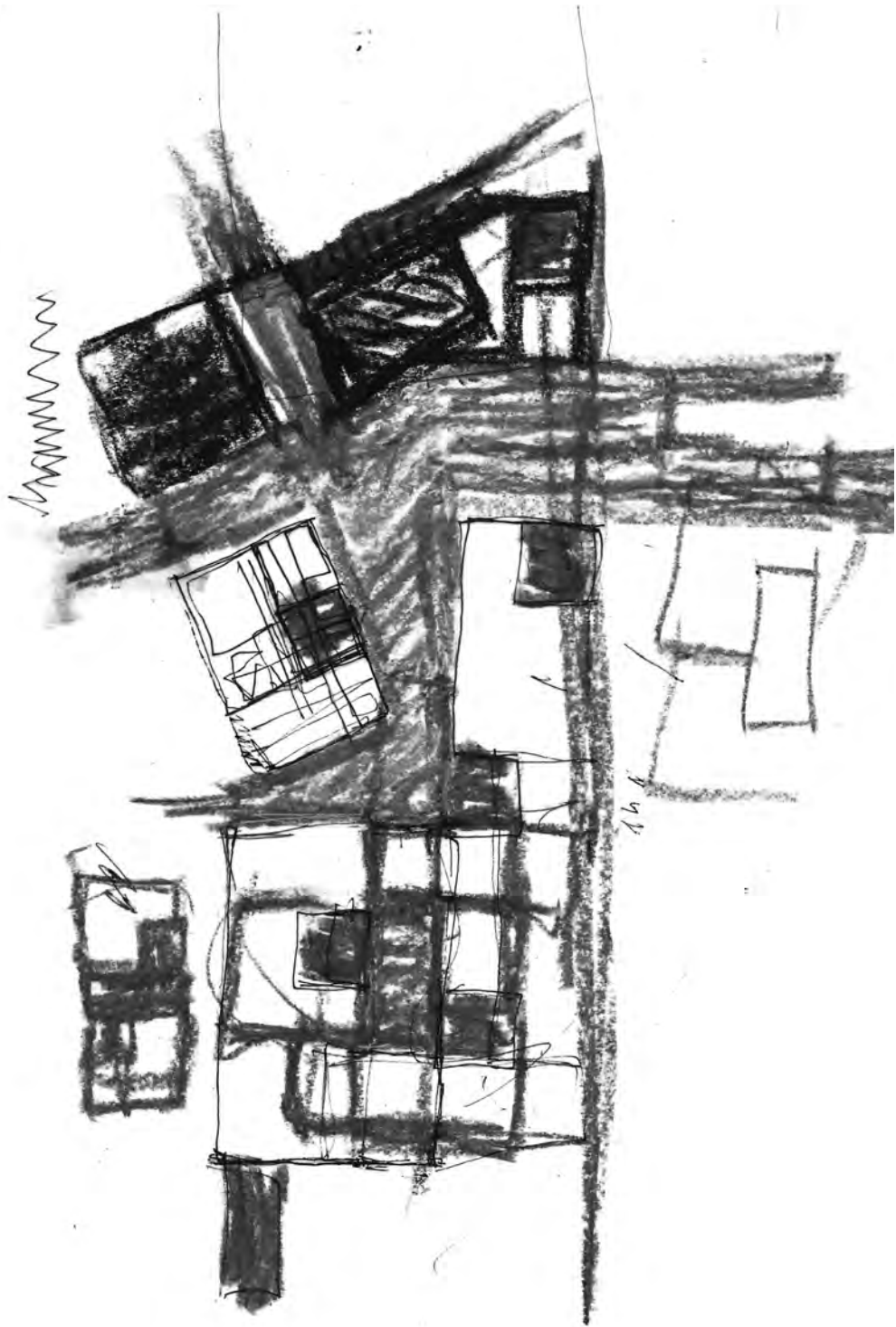


Fig. 66 | Esquissos de Processo



**Fig. 67** | Fotomontagem, Vista Exterior, Pala que Liga os Dois Edifícios

### 3.4 FORMA, ESPAÇO E MATERIALIDADE

#### 3.4.3 Uma Nova Forma

Devido à exigência do programa surge a necessidade de criar novas dependências, o novo volume procurou consolidar a mancha contruída dando de novo sentido aos espaços intersticiais. Desde o primeiro traço, o desenho e forma de um novo volume procurou expressar-se num gesto único. Impõe-se um corpo de geometria simples, a nascente do conjunto existente, este afirma-se como o sucessor da ala destruída e enclausura de novo os espaços exteriores. Este edifício, desenvolve-se em dois momentos, a volumetria elementar e clara que enfrenta o edifício preexistente, que posteriormente se expande internamente e se transforma num edifício enterrado, dissimulado na topografia.

O volume que se anuncia, desliga-se da preexistência, aprisionando o vazio entre os dois edifícios, num diálogo de tensão entre o novo e o antigo, o novo corpo declara a sua autonomia e nova temporalidade. No entanto, evidenciam-se as afinidades entre ambos através da forma e densidade. O novo volume procura respeitar a cércea, proporção e geometria do corpo monástico, captando a sua figura.

A relação entre os dois edifícios é consolidada através de uma pala, um braço parte do novo volume para se unir ao existente, apesar desta marcar o encontro entre duas temporalidades, liberta-se timidamente das paredes do mosteiro reforçando a ideia de autonomia. Este elemento, para além de constituir uma forma de ligação entre os dois corpos, reconfigura o segundo recinto, esta barreira física provoca uma sensação de confinamento e limite no espaço exterior.

O volume maciço, constitui um limite visual para quem percorre os espaços do mosteiro, mas ao atingir o claustro, desprende-se do chão tornando-se permeável à vista e à passagem, dando destaque ao plano em ruína, a única testemunha que resta da antiga ala. O corpo desenhado alonga-se até ao limite da igreja onde interrompe e dá lugar ao vazio e à memória da capela-mor.

Num segundo momento, a intervenção desenvolve-se num edifício enterrado que se alonga em plataforma, originando uma “varanda” a nascente do mosteiro. Esta plataforma percorrível em alguns momentos, proporciona um momento de apreciação à paisagem. O desenho desta, foi gerado a partir da forma quadrada,

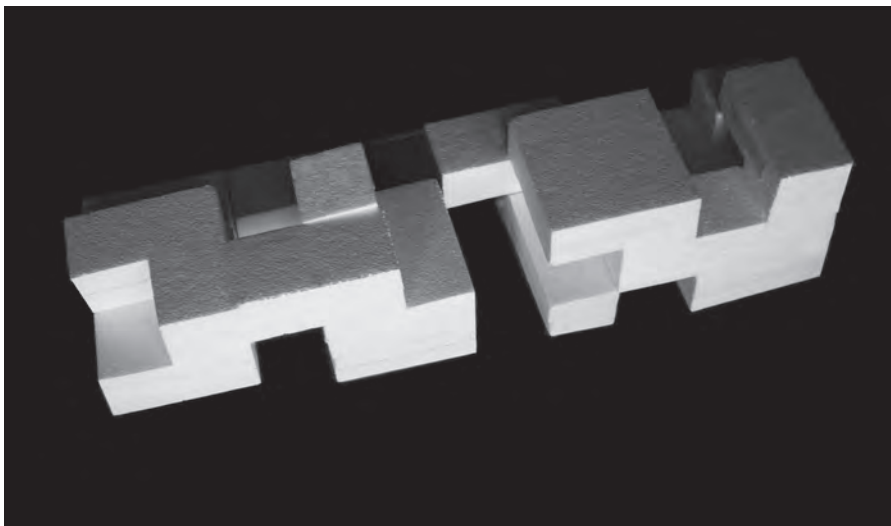


Fig. 68 | Maquete de Estudio

derivada da configuração do claustro e do segundo recinto, nesta lógica imaginam-se dois quadrados que se articulam, surgindo uma torção ligeira do volume a Norte, num gesto de remate.

O novo volume foi compreendido como uma massa compacta, como tal através do processo de escavação, geraram-se os espaços, convertendo os volumes a cheio a uma função programática mais reservada e o espaço vazio é invadido por áreas comuns. A este maciço, retiraram-se módulos 3,5mx3,5mx3,5m, uma regra que se ajustou às dimensões do edifício preexistente. Para a concretização deste exercício foi imprescindível o trabalho em maquete em três dimensões, onde se foi esculpindo o projeto.

Nesta conceção, a luz torna-se um tema do projeto, devido à dificuldade aparente no seu alcance. A necessidade de fazer chegar luz ao espaço interior, obrigou a que se explorassem soluções de manipulação e controlo da luz natural. Nestes ambientes, os pontos de luz surgem de uma forma localizada, intensa e expressiva, causando impacto no modo como esta se vai apropriando do espaço. Através da inconstância, proporcionam-se espaços vincados pela nitidez dos feixes de luz e espaços que se escondem entre a penumbra, onde a claridade se vai desvanecendo. Artíficos que originam distintas atmosferas, valorizando os espaços pelo toque da luz na procura de representar uma ideia ou explorar um conceito num projeto, permanecendo a intenção de transferir uma mensagem a quem se movimenta no espaço. A luz natural conforta o espaço e possui domínio sobre a perceção da volumetria e do ambiente, através das suas diferenças são gerados estímulos, capazes de transformar as dimensões da arquitetura.

Nesta procura, o topo do edifício revela ser um plano a explorar, através da criação de aberturas e na busca de iluminação natural. A luz zenital que perfura o edifício, através de interrupções no plano da cobertura, produz uma iluminação característica. Deste modo, são ensaiados rasgos, que se transformam em pátios e permitem que a luz vá ao encontro dos espaços interiores. Estes rasgos criados não só permitem distribuir a luz pelo edifício, como se tornam espaços de respiração exteriores que podem ser usufruídos.

Da mesma maneira que o edifício se desenha em duas partes, a distribuição programática desenvolve-se em dois momentos. O volume exposto abriga a parte do programa mais formal e o volume enterrado, dá lugar ao programa técnico e laboratorial.

Antes de entrar no edifício, a pala traçada encaminha-nos para a sua entrada. Num primeiro plano, ao imergir no seu interior é proporcionada uma sensação de acolhimento, ocasionada pelo pé-direito contido nesta área. Num instante o espaço amplifica-se, engrandecendo o átrio do edifício, a luz propaga-se iluminando verticalmente, proveniente de um rasgo na cobertura. A partir desta área, acede-se aos pisos superiores através dos acessos verticais, ou ao piso inferior pelas escadas que desvendam o caminho para o nível subterrâneo, anunciado por uma luz ténue.

No plano da entrada, localiza-se o refeitório, este espaço coletivo eleva-se através do pé-direito generoso, iluminado por vãos que se abrem no plano da fachada, mas também beneficiado pela luz indireta, proveniente de um pátio. A



Fig. 69 | Plantas Pisos 0, 1 e 2



Fig. 70 | Fotomontagem Interior, Refeitório

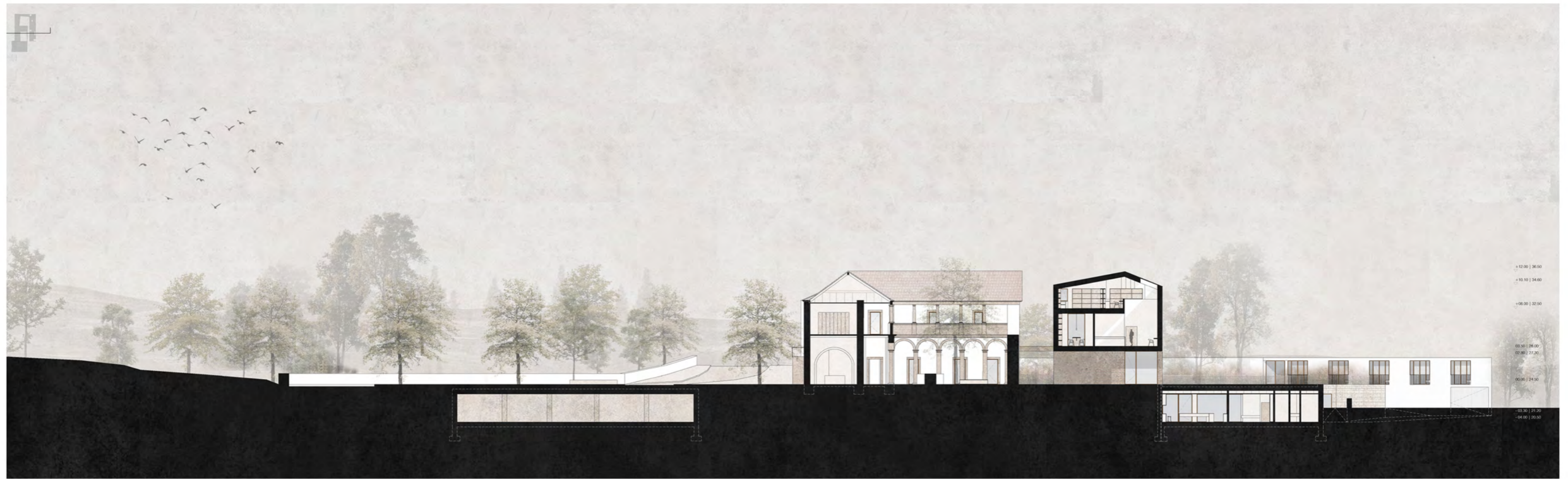


Fig. 71 | Perfil Transversal e Longitudinal

partir do seu interior é possível contemplar os espaços ajardinados que o envolvem e admirar o edifício preexistente. Também é mantida a relação visual, entre salas e espaços comuns, através de vãos que permitem espreitar as vivências dentro dos espaços interiores. Neste espaço ganham protagonismo as escadas, concebidas como um elemento solto e realçadas pelo seu desenho próprio.

No piso superior, são distribuídas salas polivalentes, áreas de trabalho coworking versáteis planeadas e dirigidas para a incubação de projetos. O seu interior despojado e sóbrio, é dotado de estantes, elementos de madeira que segmentam as suas paredes uniformes, tornando o espaço funcional e acolhedor. Estes gabinetes, na sua maioria comunicam com os pátios, em busca de luz indireta. Os vazios que rasgam o edifício, não servem apenas o propósito de iluminar as áreas interiores, transformando-se em espaços exteriores de pausa e convivência. Nesta conceção, os cheios habitados figuram nas salas de trabalho e o espaço vazio gerado, serve de palco às vivências da comunidade. Os espaços de circulação moldam-se, conquistando território e definindo áreas de respiração e descanso. Ainda neste nível, é criada uma zona de estar ampla que comunica com o refeitório, no piso inferior e com a biblioteca no piso superior, através das aberturas entre pisos, estimulando relações entre espaços comuns.

A biblioteca desenvolve-se no terceiro e último piso, esta área ampla é envolvida pelas estantes de madeira, estas vão-se apoderando do espaço e através da sua disposição são criados pequenos refúgios, proporcionando momentos distintos. Este espaço é acolhido pelo conforto dos elementos de madeira e é revelado pela luz zenital que perfura a cobertura, mas também pela luz direta, oriunda dos vãos subtraídos na fachada que revelam a vida exterior. Este piso alastra-se através das aberturas entre níveis, os vazios permitem que a luz proveniente das aberturas no plano da cobertura se dissipe pelo edifício, alcançando o nível térreo e subterrâneo, já escassa e num tom frágil.

O nível escavado abriga o programa laboratorial, num reflexo que liga esta função prática à matéria e à terra. A atmosfera profunda e recôndita é associada ao desconhecido, mas ao mesmo tempo à descoberta e à ascendência, um sentimento que a componente prática e experimental da investigação imprime. A partir desta interpretação e neste plano, organizam-se os laboratórios, possibilitando o acesso direto ao campo experimental definido a nascente. Os espaços laboratoriais desenvolvem-se entre os vazios gerados, que formam as áreas de circulação e pátios.

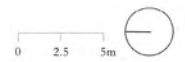
Motivado nestes contrastes, o caminho entre espaços de circulação é definido pela penumbra e baixa luminosidade, mas ao transitar para o interior dos espaços de trabalho, a inspiração encontra-se na claridade, tencionada pelos pátios que envolvem os laboratórios, num ambiente iluminado e funcional. Neste sentido, surgem programas que dependem menos da obtenção de luz natural, é o caso dos balneários e zona técnica, que foram canalizados para áreas onde se torna difícil de alcançar.

O corredor de circulação, vai desenhando os espaços e sendo interpelado por planos de luz, as ilusões provocadas pela iluminação ao incidir nas volumetrias interiores, apelam à sensibilidade de quem percorre o espaço. Este percurso é ampliado em alguns momentos, sugerindo zonas de encontro. A rematar este nível,



**Legenda:** 1. Laboratório 2. Pátio 3. Salas de Apoio aos Laboratórios 4. Antecâmara 5. I.S  
6. Banheiros 7. Acessos Verticais 8. Zona Técnica 9. Sala de Conferências  
10. Campo Experimental 11. Abrigo Material de Campo

**Fig. 72** | Planta Piso -1



**Fig. 73** | Fotomontagem Interior, Laboratório



localiza-se a sala de conferências, este espaço de reunião é valorizado por um pátio em toda a sua largura, projetando um espaço polivalente e iluminado, invocando o concílio e partilha do conhecimento.

O interior das zonas laboratoriais, foi organizado a partir de um laboratório tipo, de modo a fazer uma aproximação à realidade. Realçada a necessidade de incluir uma antecâmara equipada com cacifos, são criadas bolsas de respiração que permitem mediar a transição entre o espaço de circulação e o interior dos espaços de trabalho. Ainda neste contexto e aquando da visita ao Departamento de Química, foi salientada a inevitabilidade da existência de salas de apoio aos espaços laboratoriais, desde áreas de arrumos, a zonas técnicas, como sala de refrigeração e reagentes, sala de radiação ultravioleta e sala de balanças, tendo em vista a sua inclusão, foram criados núcleos que comportam estes espaços, servindo os laboratórios.

A conceção do novo volume, volta-se para as noções de matéria, peso e expressão, tencionando materializar esta imagem, construtivamente o novo edifício é idealizado numa estrutura de betão armado. A escolha advém deste se tornar num material versátil e ao mesmo tempo transportar a ideia de massa e densidade. Além disso, existe interesse no seu acabamento homogéneo, na criação de espaços uniformes, onde se procura a luz como o elemento protagonista. São as paredes estruturais de betão armado, que se erguem e sustentam o balanço criado a Sul, este é complementado com a caixa de escadas, estrategicamente desenhada, para além de cumprirem o acesso ao edifício desempenham uma função estrutural.

O betão surge aparente no interior de todo o complexo, conferindo ao espaço um acabamento limpo e claro. Ao invés da sua pele exterior, envolta em lajetas de pedra, coexistindo com o edifício preexistente e replicando a materialidade da frontaria da igreja e a sua irregularidade, ocasionada pelas dimensões do material disponível à época. Numa interpretação assumida, a estereotomia do novo edifício transmite uma aparente aleatoriedade, todavia mantém-se uma regra, desenhando peças de medidas múltiplas. Os elementos de pedra são ordenados na fachada recorrendo a um sistema de fixação, permitindo criar uma caixa de ar entre a estrutura de betão e a fachada de pedra. Neste plano, o edifício é devidamente impermeabilizado, recorrendo à tinta asfáltica e isolado com a utilização de aglomerado de cortiça expandida, proporcionando o devido conforto térmico no seu interior.

A pala é contagiada pela textura da pedra da fachada e suspensa com o auxílio de uma estrutura metálica que parte do novo edifício e assenta em perfis metálicos, pilares embutidos na parede do edifício preexistente. Desta forma, o peso é distribuído pela estrutura de aço e não descarregado na parede de alvenaria de pedra preexistente, a solução permite a existência deste vão livre.

Ainda no exterior, é assegurada a recolha das águas pluviais nas coberturas, a pendente é garantida no edifício de duas águas, neste sentido são embutidas as calceiras no betão que posteriormente encaminham a água através de tubos de queda. O topo do edifício em plataforma dá lugar a um espaço ajardinado, contemplando uma cobertura verde, esta é devidamente preparada para assentar uma camada de subsolo com profundidade suficiente para despontarem apenas plantas rasteiras. Uma solução que pretende reforçar o contacto com a terra e com o lugar, o edifício dilui-se na topografia e camufla-se na paisagem.



Fig. 74| Fotomontagem Recepção

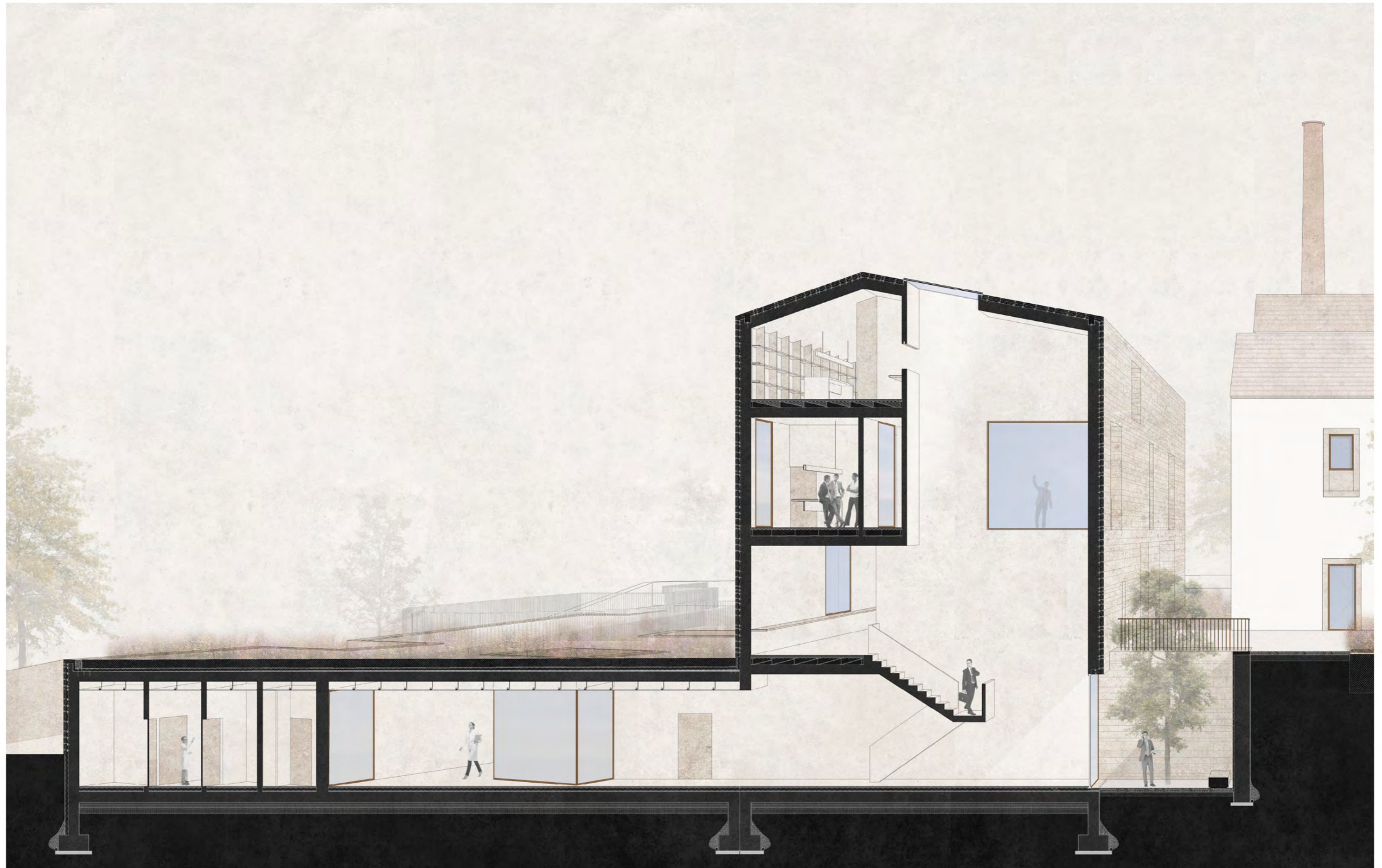


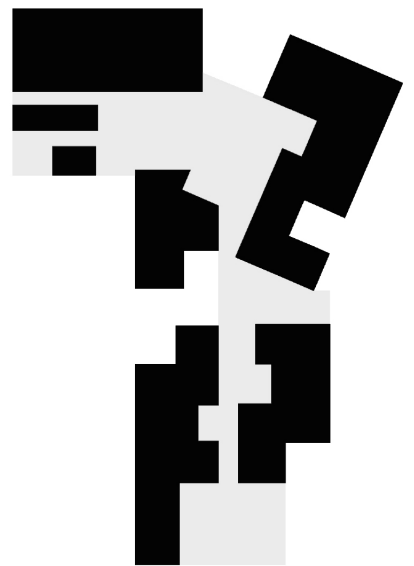
Fig. 75 | Perfil Transversal Edificio Proposto

Relativamente à caixilharia que emoldura os vãos, pretende-se que seja semelhante à utilizada no edifício preexistente, deste modo o tom do latão permanece contrastante com a brancura da pedra calcária, criando um vínculo entre ambos os edifícios, através das escolhas materiais.

No interior, e como anteriormente referido, é a expressão aparente do betão que domina o espaço, conquistando todos os planos, paredes, pavimentos e teto. Através da uniformização material das superfícies, surge a intenção de clarificar a geometria espacial dos volumes interiores. Este sentido de mono matéria reflete um espaço despojado e simples, esta abstração remete para a sua multivalência e intemporalidade, almejando que estas áreas sejam apropriadas de distintas formas. O pavimento imita esta conformidade revestindo-se com betonilha, através de perfis metálicos eleva-se uma chapa colaborante posteriormente betonada, desta forma permite-se a passagem de infraestruturas, e mantém-se a imagem pretendida dentro dos espaços.

No nível subterrâneo permanece a intenção de continuidade, no entanto com a necessidade de incluir infraestruturas específicas, ligadas aos espaços laboratoriais, é permitida a sua passagem junto ao teto. Propõe-se um teto falso em grelha metálica, com esta solução ocultam-se as condutas, mas ao mesmo tempo continua-se a ter a perceção da altura real do espaço, devido ao grau de transparência deste plano metálico. Esta mudança de material associa-se à transição entre o programa “limpo” nos pisos superiores e o programa prático no nível subterreo.

As escolhas das soluções construtivas e materiais, procuraram suportar as ideias iniciais, uma consciência que esteve sempre presente ao longo da conceção do projeto, perspetivando a materialização do conceito pretendido. Através da cor, textura, reflexo, transparência e expressão material, constroem-se as atmosferas imaginadas.



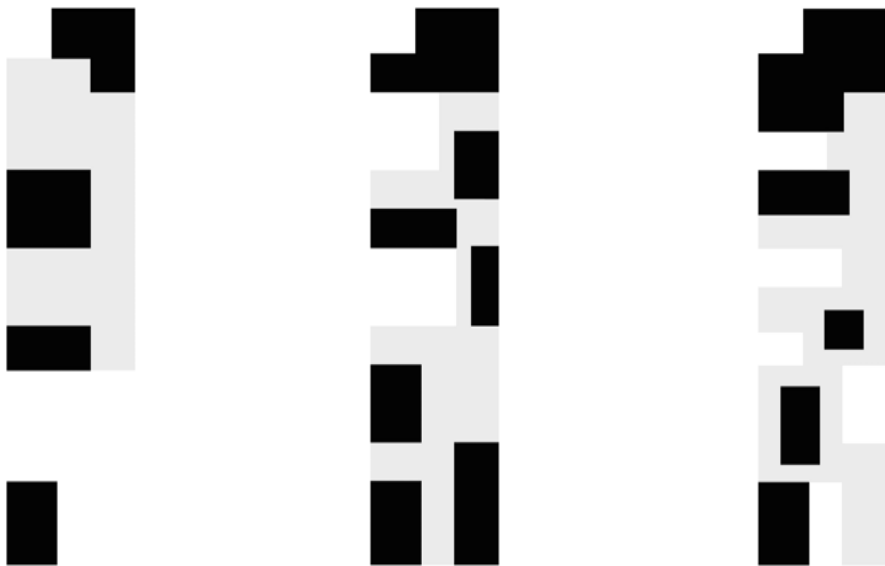


Fig. 76 | Diagrama de Conceito



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encontramo-nos perante um conjunto patrimonial de enorme valor, esquecido por um longo período de tempo, não sendo este um caso único no país. Este edifício envolto no esquecimento, guarda consigo o valor da história e memória instituindo-se parte de uma identidade coletiva, ao ignorar este bem patrimonial, perde-se parte desta herança. Evidencia-se a sua importância dentro da comunidade onde se insere, pelos vários movimentos criados em prol da sua preservação. Enquanto património classificado, transporta consigo este desejo de requalificação e continuidade, apelando à alteração deste paradigma através da sua salvaguarda. Revela-se uma oportunidade de mudar o seu rumo, uma reflexão feita ao longo desta dissertação.

O ponto de partida para a conceção de uma proposta, surge no confronto com a realidade do objeto, pela observação do seu contexto e das suas dinâmicas territoriais. Tornou-se essencial extravasar os limites, ir para além do conjunto edificado, num entendimento abrangente sobre o seu território, história e cultura. As paisagens bucólicas que caracterizam este lugar revelam-se documentos históricos, que guardam a memória e os traços da sua cultura, através da proposta procura-se a sua interpretação conduzindo para a sua consciência. Tencionando a valorização do conjunto arquitetónico em estreita relação com a sua envolvente e imprimindo uma nova funcionalidade que se revê neste lugar e o protege.

A reflexão sobre as formas de intervir no património e na ruína como princípio de um projeto, transformou-se numa aprendizagem que se mostrou pertinente para a conceção de uma proposta de reabilitação. O património é revisto como uma herança, capaz de conservar a história e a memória coletiva, através da sua preservação é permitida a sua continuidade para as gerações futuras. Assimila-se que cada edifício é único e autêntico na sua conjuntura, levantando-se valores intangíveis à sua condição física, que lhe pertencem enquanto património e que devem ser considerados. Nesta perspetiva, a forma de intervir amarra-se à forma de interpretar as circunstâncias do lugar e do conjunto arquitetónico. Um projeto de arquitetura nasce da leitura do todo, criando diálogos e abordagens distintas, não existindo apenas uma forma, um caminho ou uma linguagem.





Foi num processo de reflexão e debate que se planeou um destino funcional para o Mosteiro. A conceção de um programa narra uma história que se relaciona diretamente com o sítio e com o seu património natural e cultural. A proposta, Laboratório do Vale Mondego constitui um exemplo para a reconfiguração do Mosteiro de Seiça, com a implementação de função que se alicerça no território e na sua investigação, com um pé no futuro e na sustentabilidade.

A intervenção proposta transformou-se num exercício de escavação, em que através da subtração da matéria se foi esculpindo a arquitetura. Os contrastes revelaram-se um tema de projeto, entre os cheios e o vazios, numa metamorfose que se converte em formas distintas de habitar o espaço. Neste plano, identifica-se a apropriação da luz natural como um fator preponderante na conceção de um espaço, o encontro entre matéria e luz, transforma as dimensões físicas da arquitetura, invocando o seu lado ininteligível. A proposta procurou refletir sobre a mutabilidade da arquitetura e dos espaços projetados, expressa através da uniformidade material e conseqüente abstração espacial, no novo edifício desenhado, ou pela organização espacial por meio de elementos mutáveis de caráter efémero e transitório, no caso da preexistência.

A flexibilidade em reabilitação, ambiciona a possibilidade dos espaços se moldarem a diferentes interpretações e usos. Os edifícios antigos têm a capacidade de serem flexíveis, os limites impostos pelas características espaciais da preexistência, mostram-se uma oportunidade em cada proposta, cabendo à arquitetura revelar as suas qualidades. Ao salvaguardar o património, também estamos a contribuir para a reutilização e para o aproveitamento de matéria preexistente, numa atitude que dá uma nova vida às construções e materiais existentes. Na contemporaneidade este pensamento mostra-se pertinente, a possibilidade de regenerar e projetar espaços para que possam ser de novo habitados. Numa perspetiva que acredita que a arquitetura apenas resiste através da sua interação com o Homem, sendo esse o seu propósito, o de abrigar a vida.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alarcão, P. (2018). *Construir na ruína: entre a reconstituição e a reabilitação*. Edição Afrontamento.
- Almeida, A. C., Soares, A. F., Cunha, L., & Marques, J. F. (1990). Proémio ao estudo do Baixo Mondego. *Biblos* (Coimbra), 66, 17.
- Almeida, A. C. de. (1999). Apreciação da paisagem do Baixo Mondego. *Encontros de Geomorfologia: Conferências*, 181–186.
- Alves Costa, A. (2009, April 18). Identidade nacional e património - arquitetura, cidade e território. “*O Património Como Oportunidade e Designio.*”
- Atenas, C. (1999). Carta de Atenas. *Cadernos de Sociomuseologia*, 15(15).
- Cabete, A. F. (2014). *O mosteiro de Santa Maria de Seiça - Das origens aos alvares da modernidade* [Dissertação de mestrado]. Universidade de Coimbra.
- Câmara Municipal da Figueira da Foz. (2019). *Plano Diretor Municipal*.
- Carrelhas, M. I. (2018). *Os projectos museológicos na obra dos arquitectos Francisco e Manuel Aires Mateus* [Dissertação de Mestrado]. Instituto Superior Técnico de Lisboa.
- Choay, F. (2011). *As questões do património: antologia para um combate*. Edições 70.
- Choay, F. (2014). *A alegoria do património*.
- Cintrão, M. C. (1998). Marinha das Ondas na história e na lenda: Estudos para a monografia da sua freguesia. In *Caderno Municipais - 21* (Cadernos Municipais, Vol. 21). Câmara Municipal da Figueira da Foz.
- Commission, E. (2016). *A strategic approach to EU agricultural research & innovation*.



- Eusébio, M. L. (2017). *Mosteiro de Santa Maria de Seiça - A experiência de Santa Maria de Seiça como orientação para um processo de restauro*. Universidade de Lisboa.
- Figueira da Foz. (2014). *Figueira 2030, território sustentável do Atlântico - Plano Estratégico de Desenvolvimento da Figueira da Foz*.
- Fraga, C. (2020). *Ruína como matéria disponível para o projeto arquitetónico* [Dissertação de Mestrado]. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
- González Moreno-Navarro, A. (1999). *La restauración objetiva (Método SCCM de restauración monumental): memoria SPAL 1993-1998* (Vol. 3).
- ICOMOS. (1976). Carta de Turismo Cultural. *Cadernos de Sociomuseologia*, 15(15).
- ICOMOS. (1994). *Documento de Nara sobre a Autenticidade*.
- Lourenço, L. (1986). Aproveitamento hidráulico do vale do Mondego. *Problemas Do Vale Do Mondego. IV Colóquio Ibérico de Geografia, Coimbra*.
- Martins, A. F. (1940). *O esforço do homem na bacia do Mondego*.
- Moreira, C. O. (2008). O Baixo Mondego: delimitação de um território regional. *XI Colóquio Ibérico de Geografia: A Perspetiva Geográfica Face Aos Novos Desafios Da Sociedade e Do Ambiente No Contexto Ibérico*.
- Morgado, D. N. (2013). *Arquitetura Cisterciense - Espiritualidade, Estética e Teologia* (PAULUS Editora).
- Pinto, I. M. J., & Gaspar, S. J. da S. (2012). O Mosteiro de Santa Maria de Seiça nos meados do século XIX. *Litorais: Revista de Estudos Figueirenses*, 13, 71–101.
- Pinto, R., Patrício, J., Salas, F., Neto, J. M., & Marques, J. C. (2009). *Bacia do Mondego*.
- Riegl, A. (2020). *O culto moderno dos monumentos e outros ensaios estéticos*. Edições 70.
- Simmel, G. (1958). *Two Essays*. *The Hudson Review*, 11(3), 371–385.  
<https://doi.org/10.2307/3848614>
- Soares, N. (2011). *O Desenvolvimento da Região do Baixo Mondego a partir dos anos 60. A cultura do Arroz*.
- Solà-Morales, I. (2006). *Intervenciones*. Editorial Gustavo Gili.
- Sousa, M. I. (2019). *O Mosteiro de Seiça e a fábrica de descasque de arroz - Do silêncio dos arrozais ao ruído fabril*. (SMS-Associação). Margarida Medlam.



- Tavares Dias, L., & Alarcão, P. (2008). *Actas do Seminário Internacional de Arquitectura e Arqueologia Interpretar a Ruína: Contribuições entre campos disciplinares*.
- Ustárroz, A., & Moneo, R. (1997). *La lección de las ruinas: Presencia del pensamiento griego y del pensamiento romano en la arquitectura*. Fundación Caja de Arquitectos.
- Veneza, C. de. (1999). Carta de Veneza 1964 - Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios. *Cadernos de Sociomuseologia*, 15(15).
- Vita, F. (2012). *João Mendes Ribeiro: Um caminho para refletir sobre a condição hodierna da prática da arquitetura e do design de interiores* [Tese de Mestrado em Design de Interiores]. Escola Superior de Artes e Design.
- Zevi, B. (1996). *Saber Ver a Arquitetura* (5ª Edição). Livraria Martins Fontes Editora Ltda.
- Zumthor, P. (2006). *Atmosferas* (1a edição). Editorial Gustavo Gili.
- Zumthor, P., & Lending, M. (2018). *A feeling of history*. Scheidegger & Spiess.
- Zumthor, P. (2006). *Thinking architecture*. Basel: Birkhäuser.





## WEBGRAFIA

ACIFF | Figueira da Foz - Documentos Históricos.

Disponível em: <http://www.historiasdafigueiradafoz.com/histaciff/AciffTextos.aspx>

AGROTEC - Revista Técnico-Científica Agrícola.

Disponível em: <http://www.agrotec.pt/>

“Arquipélago Centro de Artes Contemporâneas / Menos é Mais Arquitectos + João Mendes Ribeiro”.

Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/762180/arquipelago-centro-de-artes-contemporaneas-menos-e-mais-arquitectos-plus-joao-mendes-ribeiro-arquitecto>

Câmara Municipal da Figueira da Foz.

Disponível em: <https://www.cm-figfoz.pt/>

“Clássicos da Arquitetura: Termas de Vals / Peter Zumthor”.

Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-15500/classicos-da-arquitetura-termas-de-vals-peter-zumthor>

Comissão Europeia.

Disponível em: [https://ec.europa.eu/info/index\\_pt](https://ec.europa.eu/info/index_pt)

Laboratório da Paisagem | Guimarães.

Disponível em: <https://www.labpaisagem.pt/>

Mosteiro de Seiça | Uma história à espera de ser revelada.

Disponível em: <https://mosteirodeseica.com/>

“Olivier Debré Contemporary Art Center / Aires Mateus”.

Disponível em: [https://www.archdaily.com/907141/olivier-debre-contemporary-art-center-aires-mateus?ad\\_medium=gallery](https://www.archdaily.com/907141/olivier-debre-contemporary-art-center-aires-mateus?ad_medium=gallery)

SCAR | Standing Committee on Agricultural Research.

Disponível em: <https://scar-europe.org/>



SIPA.

Disponível em: [http://www.monumentos.gov.pt/site/app\\_pagesuser/sipa.aspx?id=2791](http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=2791)

SMSeiça.

Disponível em: <http://smseica.weebly.com/>



## FONTE DAS IMAGENS

**Figura 1** | Torre Sineira Mosteiro de Santa Maria de Seixa

Fotografia da Autora, 2020

**Figura 2** | Fotografia Maquete Realizada em Turma

Fotografia por Catarina Jegundo, 2021

**Figura 3** | Campos do Baixo Mondego (Montemor-o-Velho)

Fotografia da Autora, 2022

**Figura 4** | Mapa de Localização do Mosteiro de Santa Maria de Seixa

Imagem produzida pela Autora

**Figura 5** | Margens do Rio Velho

Fotografia da Autora, 2022

**Figura 6** | Barca Serrana no Rio Mondego

Disponível em: <http://astiascamelas.blogspot.com/2019/10/ultima-barca-serrana.html>

**Figura 7** | Mapa de Localização Mosteiro de Santa Maria de Seixa

Imagem produzida pela Autora

**Figura 8** | Campos Agrícolas do Baixo Mondego

Fotografia da Autora, 2022

**Figura 9** | Orizicultura no Baixo Mondego

Disponível em: Vaquinhas, I. (2007). *Breve historial sobre a Cultura do Arroz nos Campos do Mondego*. In *Saberes e Sabores do Arroz Carolino do Baixo Mondego* (pp. 15–22).

**Figura 10** | Primeiro Contacto Visual com o Mosteiro de Santa Maria de Seixa

Fotografia por Joana Abrantes, 2020



- Figura 11** | Conjunto Edificado Mosteiro de Santa Maria de Seça  
Disponível em: Sousa, M. I. (2019). *O Mosteiro de Seça e a fábrica de descasque de arroz*. - *Do silêncio dos arrozais ao ruído fabril*. (SMS-Asso). Margarida Medlam. Fotografia por Jorge Dias, 1993
- Figura 12** | Cronologia Histórica do Mosteiro de Santa Maria de Seça  
Imagem produzida pela Autora
- Figura 13** | Gravura do Mosteiro de Santa Maria de Seça, 1887  
Disponível em: *O Occidente, revista ilustrada de Portugal e do Extranjeiro*. (1887). X-no 307.
- Figura 14** | Gravura da Capela de Nossa Senhora de Seça, 1887  
Disponível em: *O Occidente, revista ilustrada de Portugal e do Extranjeiro*. (1887). X-no 307.
- Figura 15** | Fotografia Capela de Nossa Senhora de Seça  
Fotografia da Autora, 2021
- Figura 16** | Lugares que integravam o Couto da Barra  
Disponível em: Cabete, A. F. (2014). *O mosteiro de Santa Maria de Seça - Das origens aos avores da modernidade* [Dissertação de mestrado]. Universidade de Coimbra.
- Figura 17** | Monges Cistercienses e o Trabalho no Campo  
Disponível em: <https://fr.wikipedia.org>
- Figura 18** | Instalações da Antiga Fábrica de Descasque de Arroz, 2010  
Disponível em: Anttonen, M. R., & Medlam, M. (2014). Santa Maria De Ceça (M. Medlam (ed.)).
- Figura 19** | Chaminé Fabril em Tijolo, Indústria de Descasque de Arroz  
Fotografia por Catarina Jegundo, 2020
- Figura 20** | Evolução Morfológica Mosteiro de Santa Maria de Seça  
Imagem produzida pela Autora
- Figura 21** | Reconstituição da Planta do Séc. XVIII, Espaços do Mosteiro Cisterciense - Imagem a partir da Autora Marina Laidley Eusébio  
Imagem produzida pela Autora
- Figura 22** | Vista Entre as Duas Paredes de Betão que Encerram os Arcos Torais  
Fotografia por Catarina Jegundo, 2020
- Figura 23** | Vista Nave Lateral  
Fotografia da Autora, 2020
- Figura 24** | Fachada Poente, Entrada Nobre, Frontão  
Fotografia por Catarina Jegundo, 2020





- Figura 25** | Claustro, Vista Paredes da Ala Nascente que Resiste  
Fotografia da Autora, 2021
- Figura 26** | Paredes da Ala Nascente com as Convesadeiras e Estrutura de Madeira  
Pertencente ao Armazém em Ruína.  
Fotografia da Autora, 2021
- Figura 27** | “Passa-Pratos”, Divisão onde se situaria a Cozinha e Refeitório  
Fotografia por Catarina Jegundo, 2020
- Figura 28** | Teto em Masseur, Divisão onde se situaria a Sala Abacial  
Fotografia da Autora, 2020
- Figura 29** | Sala Ampla na Ala Poente, Divisão onde se situaria a Biblioteca  
Disponível em: Cabete, A. F. (2014). *O mosteiro de Santa Maria de Seça - Das origens aos avores da modernidade* [Dissertação de mestrado]. Universidade de Coimbra.
- Figura 30** | Fachada do Mosteiro de Santa Maria de Seça  
Fotografia da Autora, 2020
- Figura 31** | Fogaréu da Torre Sineira da Igreja que Desabou  
Fotografia por Joana Abrantes, 2020
- Figura 32** | Obra de Giovanni Battista Piranesi - “Avanzi del Tempio del Dio  
Canopo nella Villa Adriana in Tivoli” , 1769  
Disponível em : <https://www.meisterdrucke.pt>
- Figura 33** | Vão Igreja, Caixilho de Ferro (Vestígio Antiga Fábrica)  
Fotografia da Autora, 2020
- Figura 35** | Nave da Igreja, Visita em Turma  
Fotografia por Catarina Jegundo, 2020
- Figura 34** | Jonh Ruskin e Viollet-Le-Du  
Painel da exposição Cronocaos, OMA (2010)
- Figura 35** | Interior da Igreja Mosteiro de Santa Maria de Seça  
Fotografia da Autora, 2021
- Figura 36** | Interior da Igreja Mosteiro de Santa Maria de Seça  
Fotografia da Autora, 2021
- Figura 37** | Interior da Igreja, Abóbada de Aresta em Ruína  
Fotografia da Autora, 2020
- Figura 38** | Esquissos de Processo  
Fotografia da Autora
- Figura 39** | Campos Agrícolas Baixo Mondego, Campo de Arroz  
Fotografia da Autora, 2022



- Figura 40** | Campo Experimental Bico da Barca, Baixo Mondego  
Disponível em: <https://www.drapc.gov.pt/base/noticias.php?dossier=&noticia=12841>
- Figura 41** | Análise Territorial  
Imagem produzida pela Turma
- Figura 42** | Análise Territorial - Infraestruturas  
Imagem produzida pela Turma
- Figura 43** | Laboratório da Paisagem, Guimarães  
Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-82816/laboratorio-da-paisagem-slash-cannata-and-fernandes>
- Figura 44** | Instalações Laboratório da Paisagem  
Disponível em: <https://www.labpaisagem.pt/>
- Figura 45** | Instalações Laboratório da Paisagem  
Disponível em: <https://www.labpaisagem.pt/>
- Figura 46** | Atividades Lúdicas Laboratório da Paisagem  
Disponível em: <https://www.labpaisagem.pt/>
- Figura 47** | Campos Agrícolas na Envolvente do Mosteiro de Seíça  
Fotografia da Autora, 2021
- Figura 48** | Diagrama, Identificação de Espaço Público, Semi-Privado e Privado  
Imagem produzida pela Autora
- Figura 49** | Axonometria Explodida  
Imagem produzida pela Autora
- Figura 50** | Imagens de Referência
- Obra de Jorge Yazpik  
Disponível em: <https://www.jorgeyazpik.org/>
- Obra Eduardo Chillida  
Disponível em: <https://www.mutualart.com/>
- Gravura Eduardo Chillida  
Disponível em: <https://www.artsper.com>
- Termas de Vals de Peter Zumthor  
Disponível em: <https://www.archdaily.com.br>
- Figura 51** | Imagens de Referência
- Arquivo e Biblioteca Municipal de Lisboa / Aires Mateus  
Disponível em: <https://www.pinterest.pt/pin/386817055484606421/>



Grande Museu Egípcio, Cairo, Egípto / Aires Mateus

Disponível em: [http://www.norigem.pt/files/maquetas\\_1000\\_01\\_3.htm](http://www.norigem.pt/files/maquetas_1000_01_3.htm)

Centro de Arte Contemporânea Oliver Debré / Aires Mateus

Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/907135/centro-de-arte-contemporanea-oliver-debre-aires-mateus>

Termas de Vals / Peter Zumthor

Disponível em: <https://www.archdaily.com.br>

## **Figura 52** | Imagens de Referência

Kolumba Museum / Peter Zumthor

Disponível em: <https://www.archdaily.com/72192/kolumba-museum-peter-zumthor>

Arquipélago Centro de Artes Contemporâneas /  
Menos é Mais Arquitectos + João Mendes Ribeiro

Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/762180/arquipelago-centro-de-artes-contemporaneas-menos-e-mais-arquitectos-plus-joao-mendes-ribeiro-arquitecto>

Santa Eulália Space / Carles Enrich Studio

Disponível em: [https://www.archdaily.com/956705/santa-eulalia-space-carles-enrich-studio?ad\\_medium=office\\_landing&ad\\_name=article](https://www.archdaily.com/956705/santa-eulalia-space-carles-enrich-studio?ad_medium=office_landing&ad_name=article)

## **Figura 53** | Esquisto de Processo

Imagem produzida pela Autora

## **Figura 54** | Antigo Choupal que Emoldurava a Fachada do Mosteiro, 2008

Disponível em: Anttonen, M. R., & Medlam, M. (2014). Santa Maria De Ceíça (M. Medlam (ed.)).

## **Figura 55** | Fotografia Satélite, Relação entre o Mosteiro e a Capela

Disponível em: <https://www.google.com/maps/@40.0460076,-8.7836114,17z>

## **Figura 56** | Planta de Implantação e Perfil

Imagem produzida pela Autora

## **Figura 57** | Fotomontagem da Intervenção no Exterior

Imagem produzida pela Autora

## **Figura 58** | Esquissos de Processo

Imagem produzida pela Autora

## **Figura 59** | Perfis de Análise Anomalias

Imagem produzida pela Autora

## **Figura 60** | Axonometria Explodida, Adições Consideradas Espúrias

Imagem produzida pela Autora



- Figura 61** | Planta Piso 0 | Planta Piso 1  
Imagem produzida pela Autora
- Figura 62** | Perfil Longitudinal Mosteiro  
Imagem produzida pela Autora
- Figura 63** | Fotomontagem nterior, Sala de Workshops  
Imagem produzida pela Autora
- Figura 64** | Perfil Transversal Igreja  
Imagem produzida pela Autora
- Figura 65** | Fotomontagem Interior da Igreja  
Imagem produzida pela Autora
- Figura 66** | Equissos de Processo  
Imagem produzida pela Autora
- Figura 67** | Fotomontagem, Vista Exterior, Pala que Liga os Dois Edifícios  
Imagem produzida pela Autora
- Figura 68** | Maquete de Estudo  
Imagem produzida pela Autora
- Figura 69** | Plantas Pisos 0, 1 e 2  
Imagem produzida pela Autora
- Figura 70** | Fotomontagem Interior, Refeitório  
Imagem produzida pela Autora
- Figura 71** | Perfil Transversal e Longitudinal  
Imagem produzida pela Autora
- Figura 72** | Planta Piso -1  
Imagem produzida pela Autora
- Figura 73** | Fotomontagem Interior, Laboratório  
Imagem produzida pela Autora
- Figura 74** | Fotomontagem Recepção  
Imagem produzida pela Autora
- Figura 75** | Perfil Transversal Edifício Proposto  
Imagem produzida pela Autora
- Figura 76** | Diagrama de Conceito  
Imagem produzida pela Autora



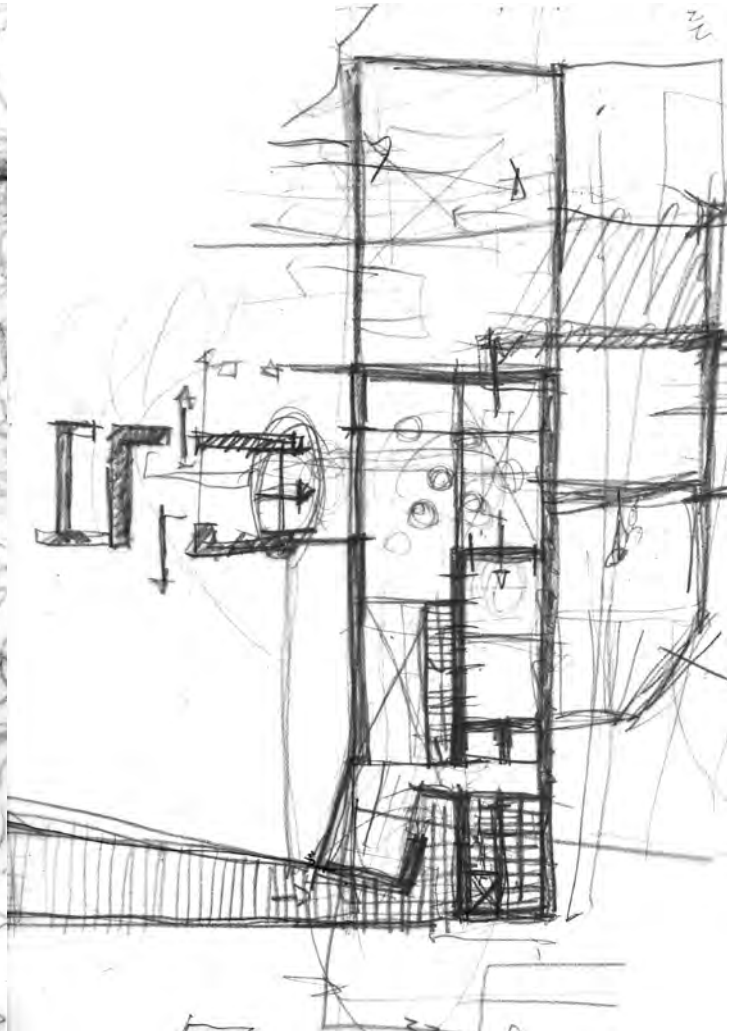
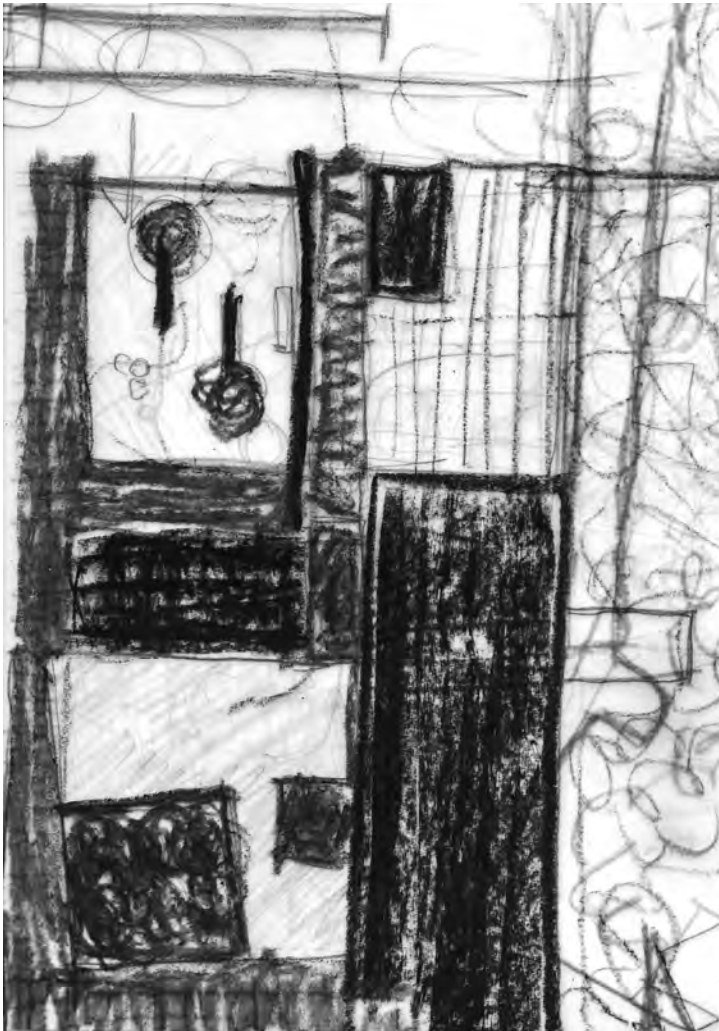


## ANEXOS

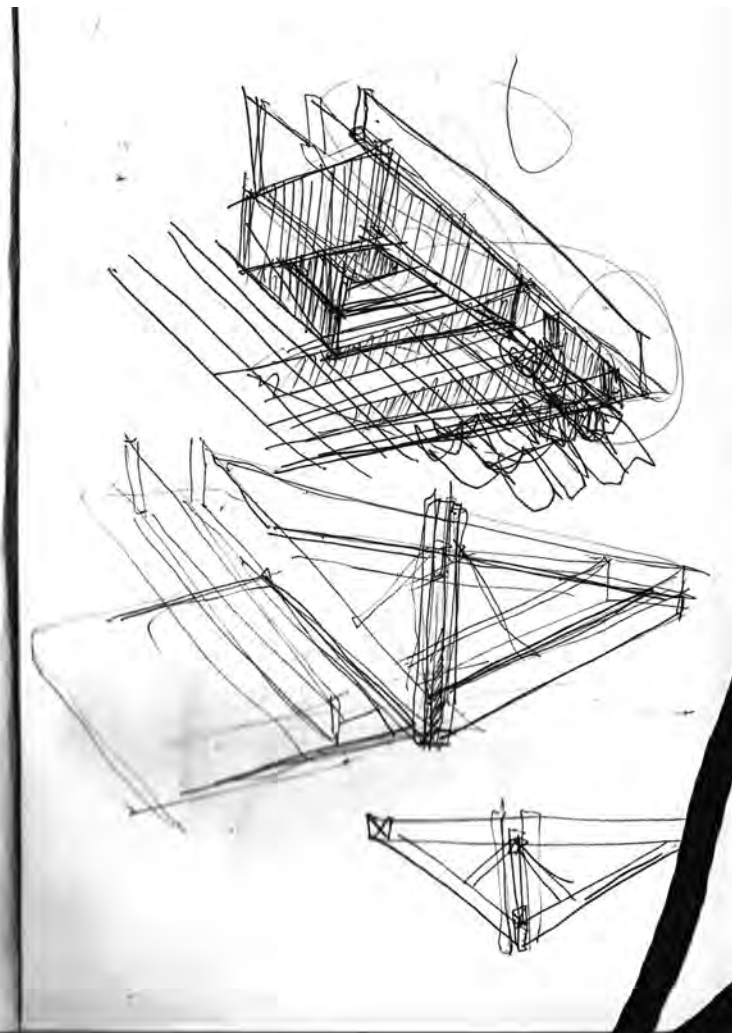
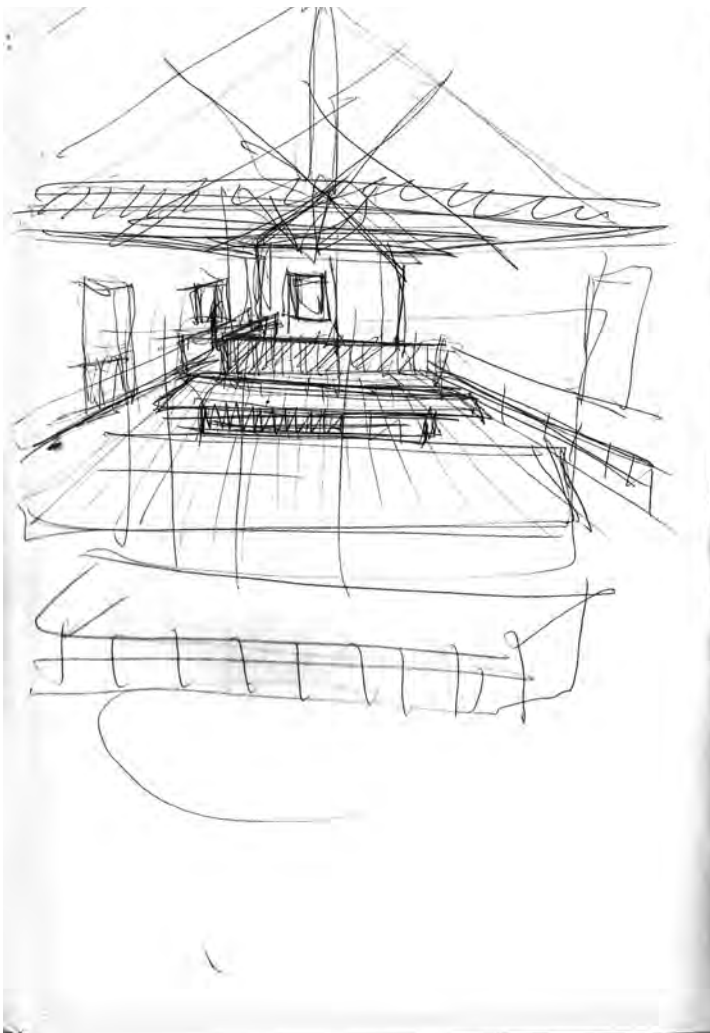
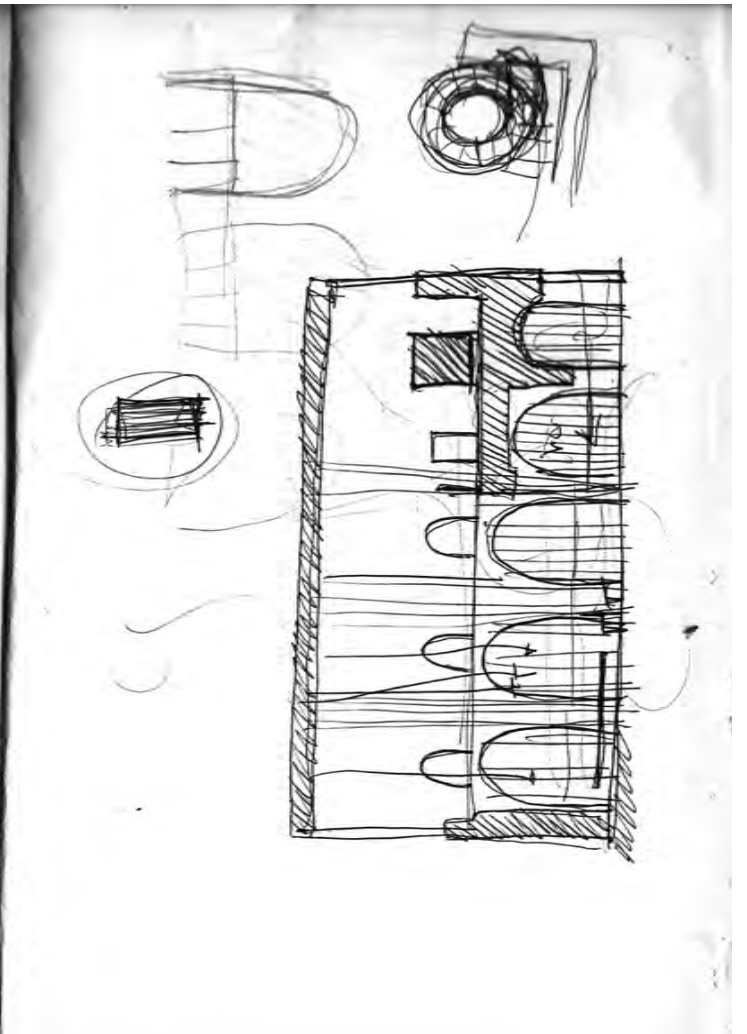
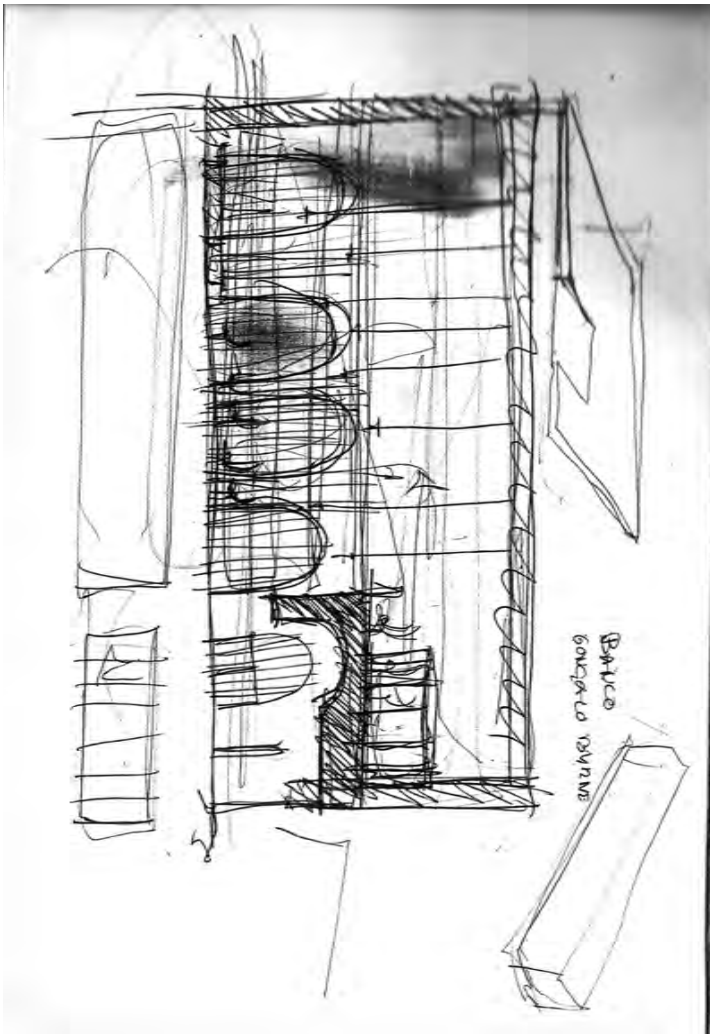
01. Esquissos de Processo
02. Maquetes de Estudo
03. Desenhos Técnicos Preexistente
04. Fichas de Caracterização
05. Análise de Anomalias
06. Desenhos de Projeto

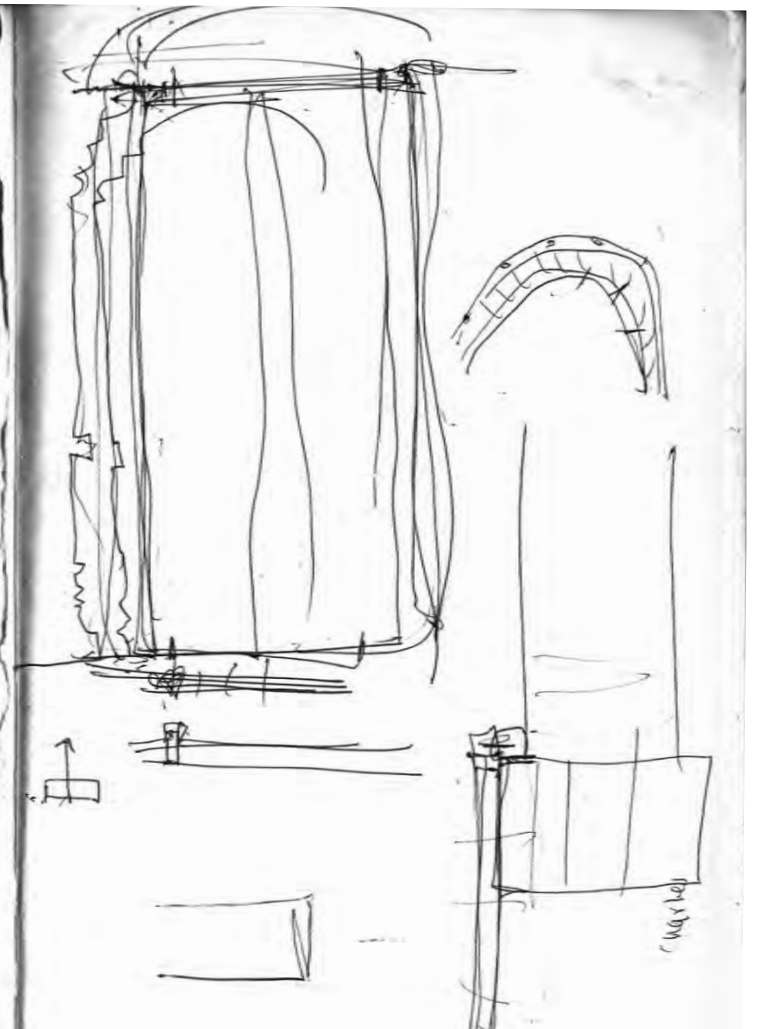
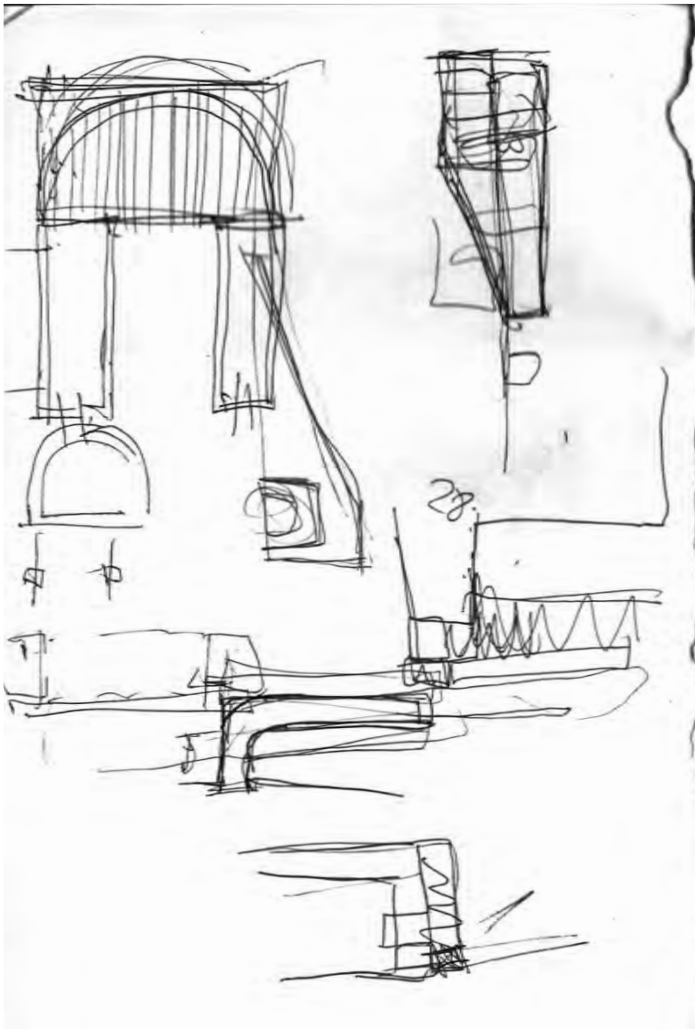
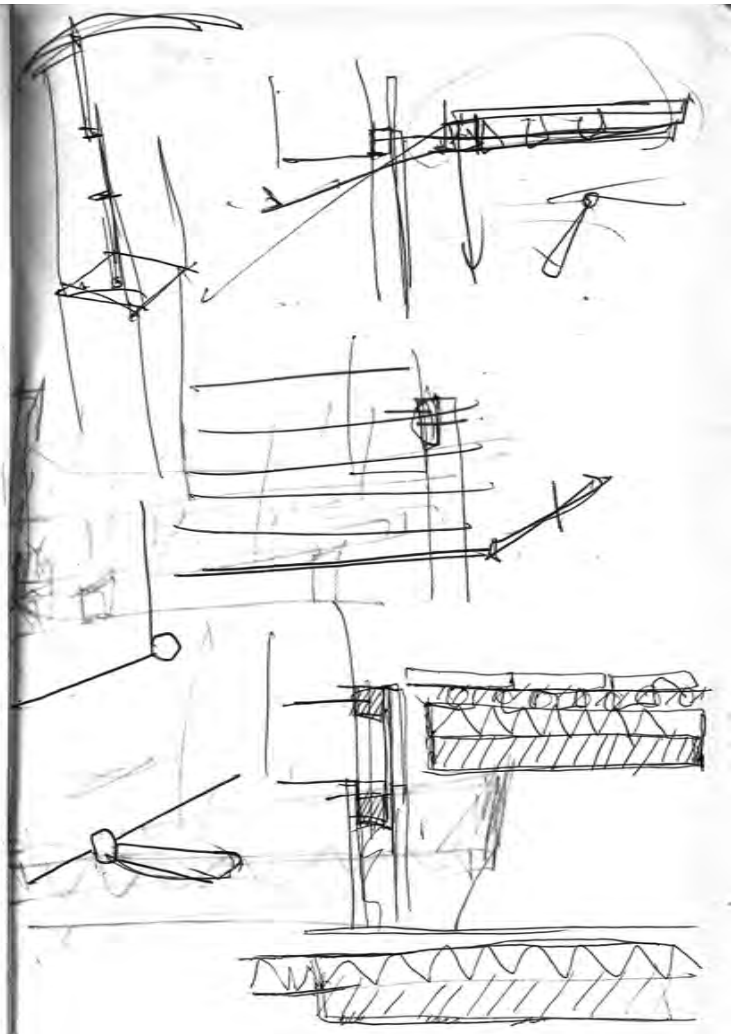
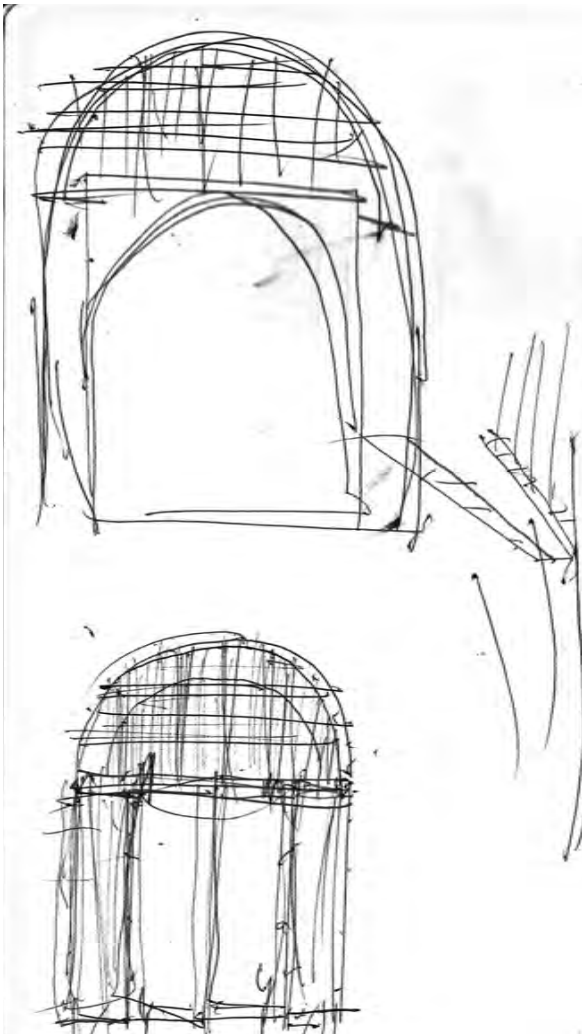


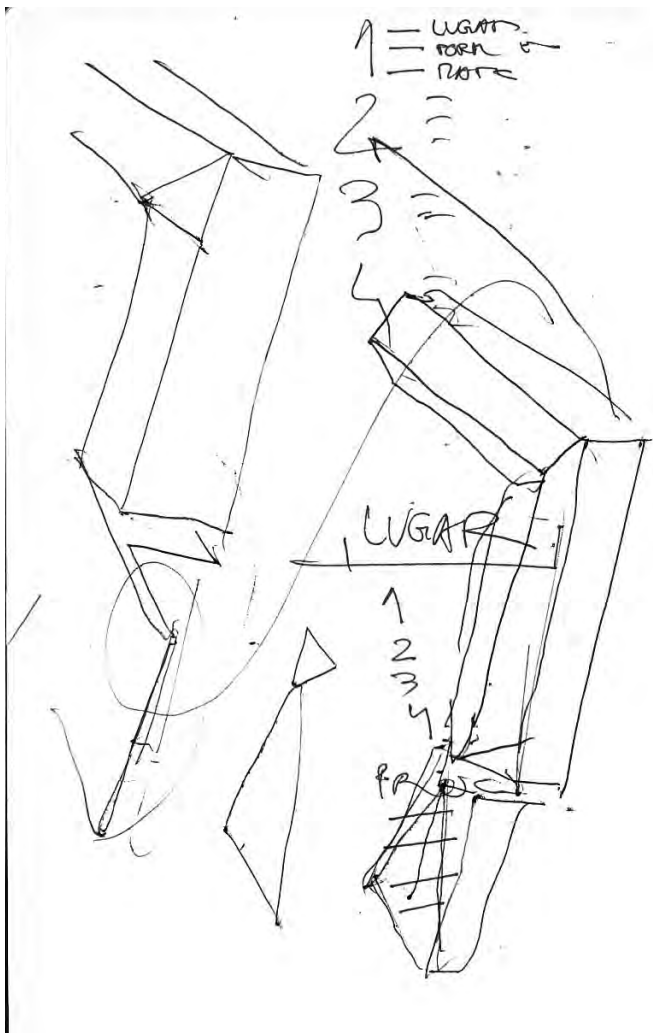
ESQUISSOS DE PROCESSO  
MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE SEIÇA





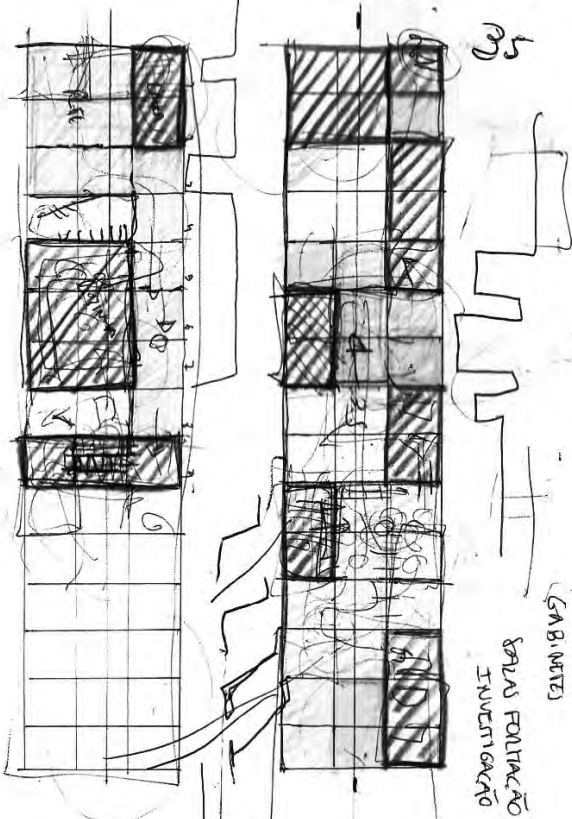




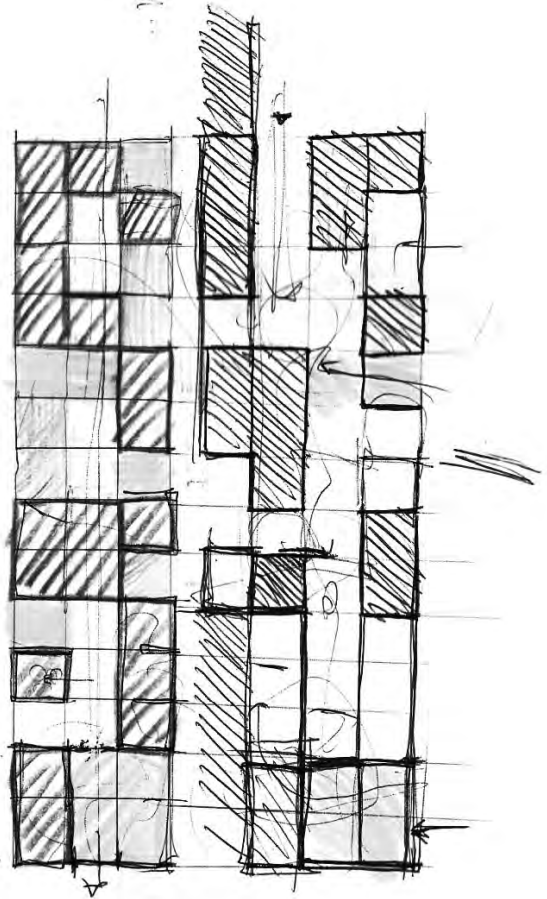




PROGRAMA

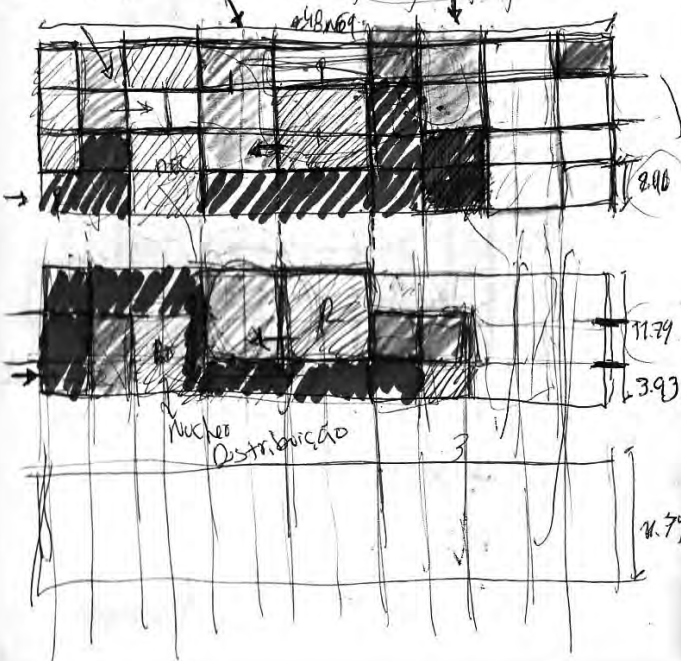
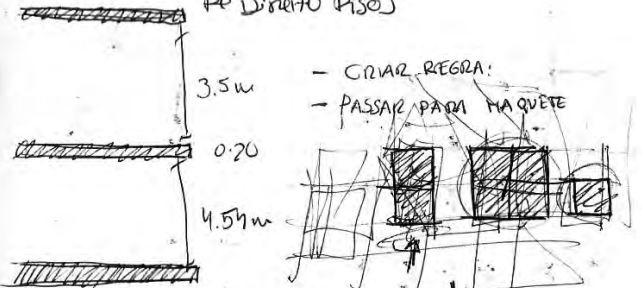


GABINETES  
SALA FORTIFICAÇÃO  
INVESTIGAÇÃO



10.00

Pé Direito Piso

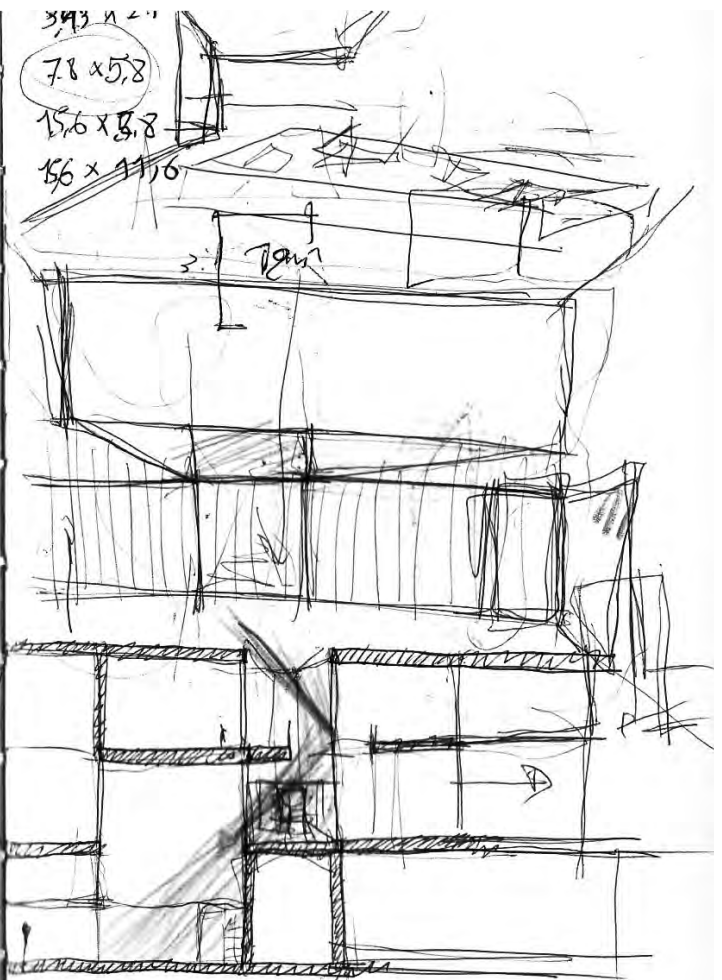


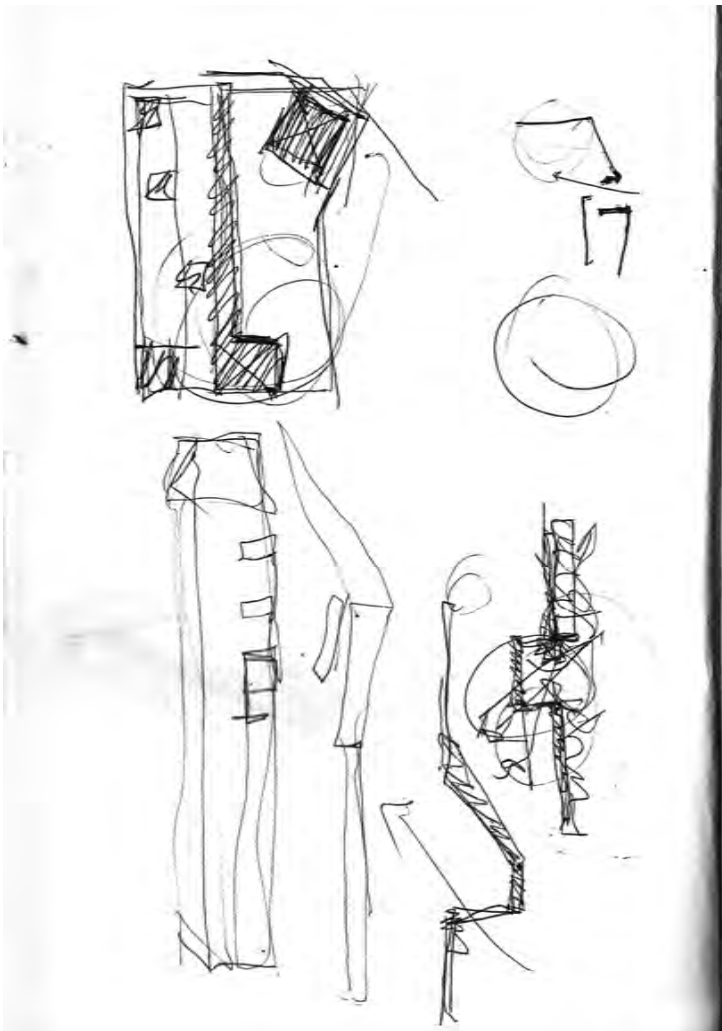
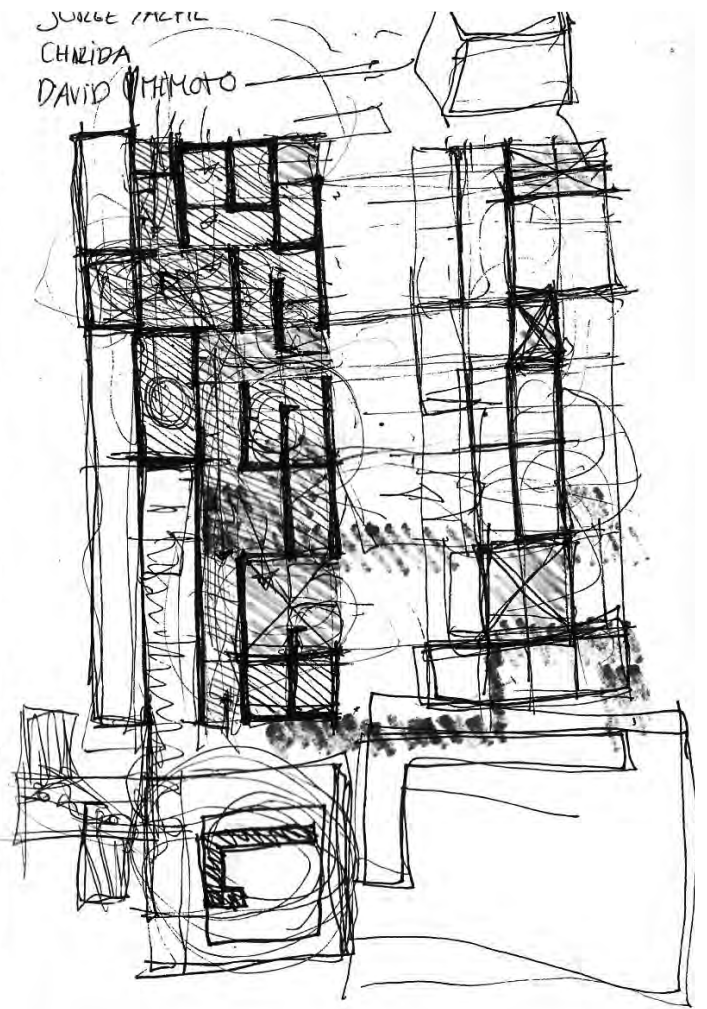
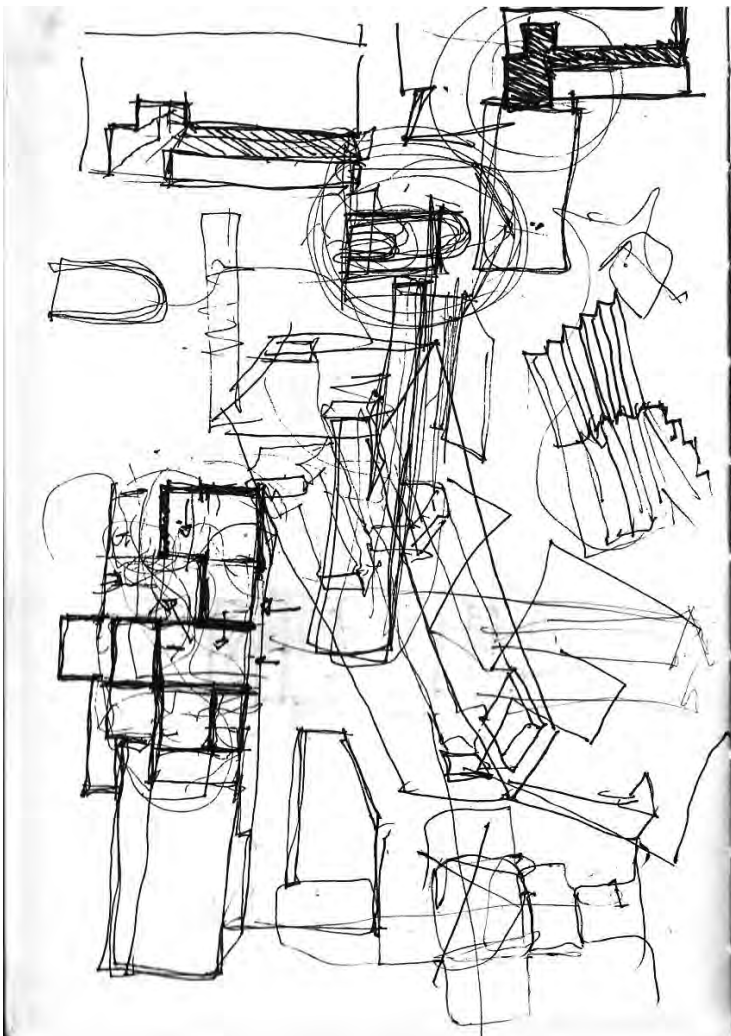
3.93 m

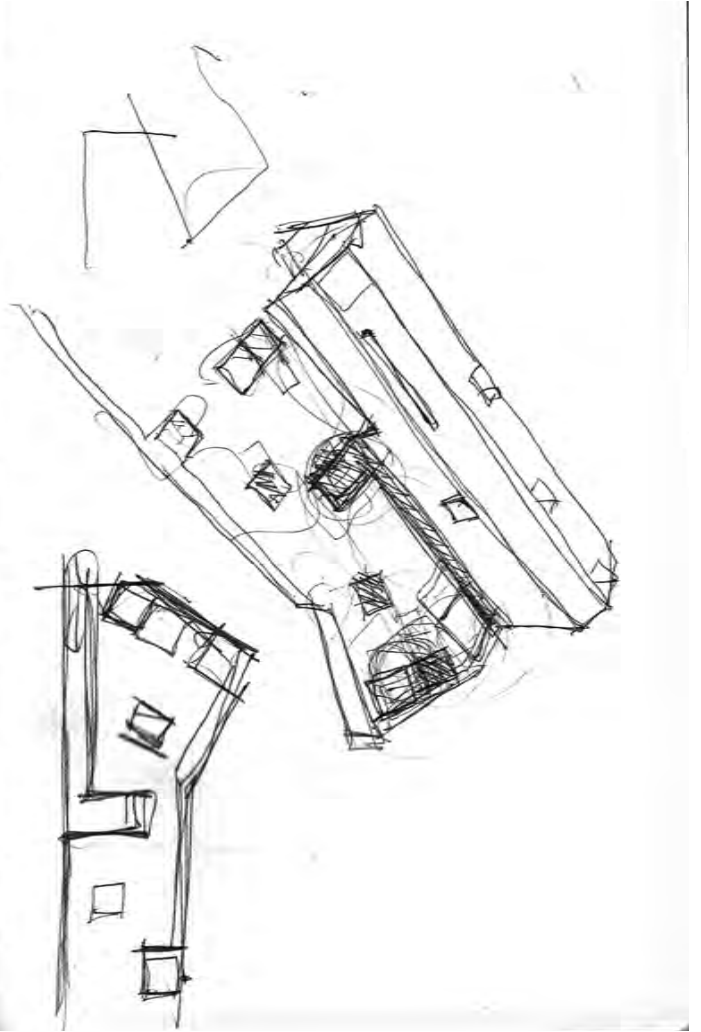
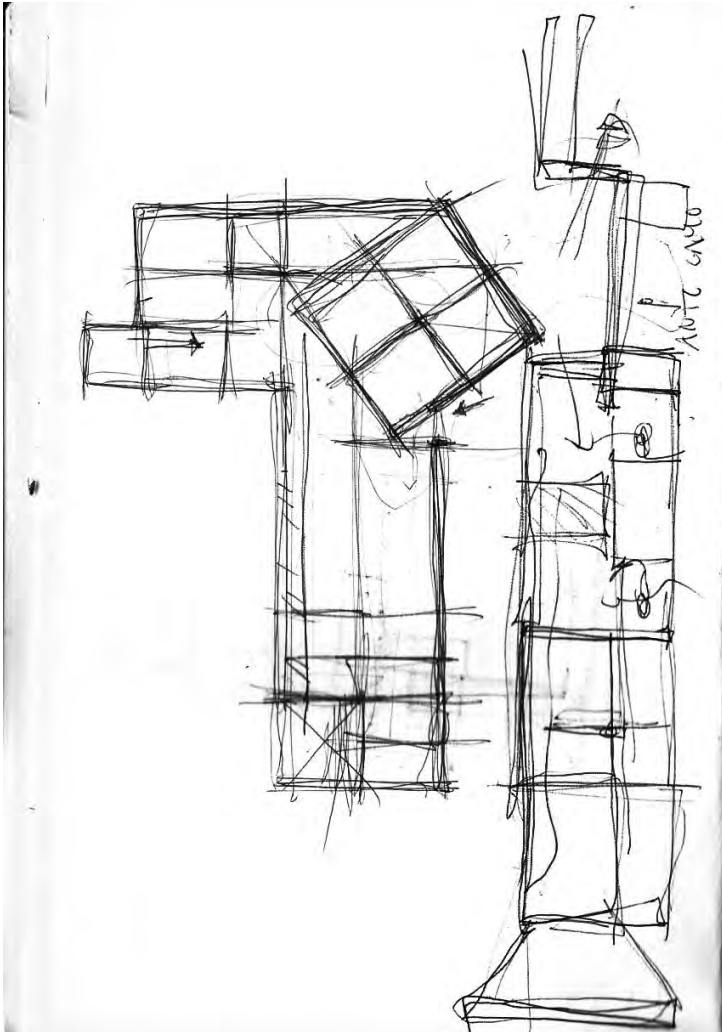
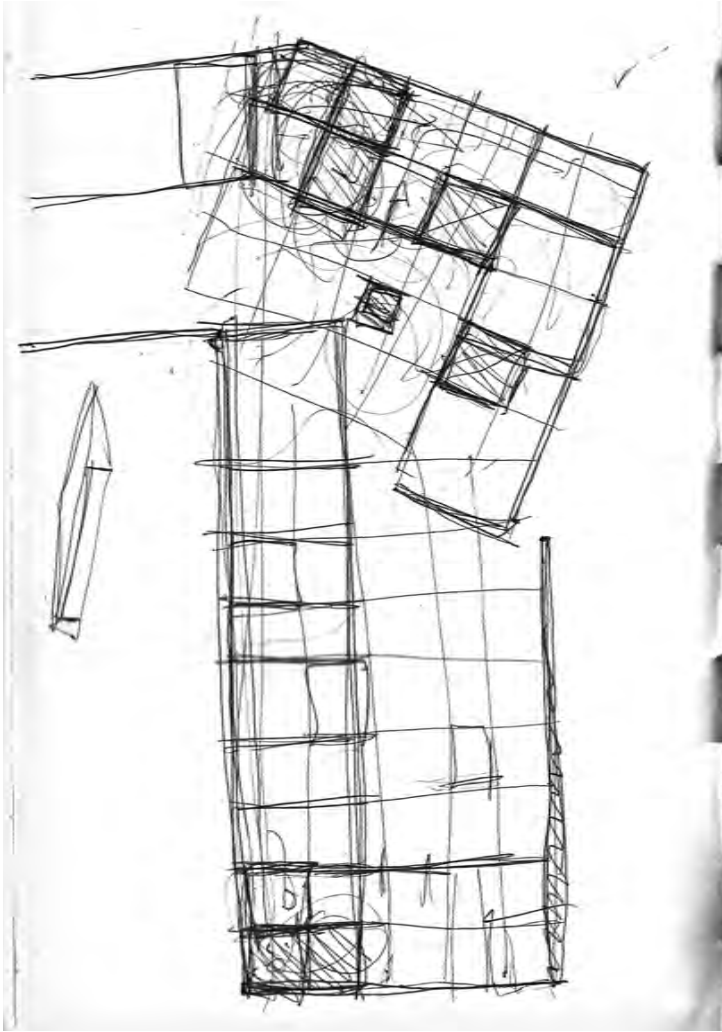
7.8 x 5.8

15.6 x 8.8

15.6 x 11.6

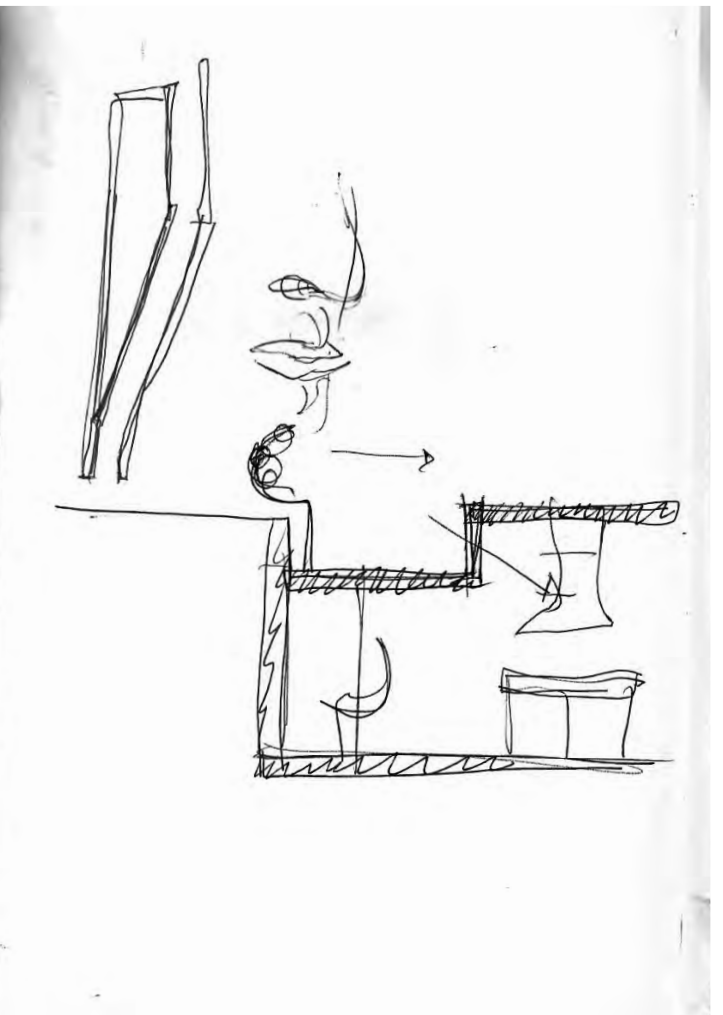
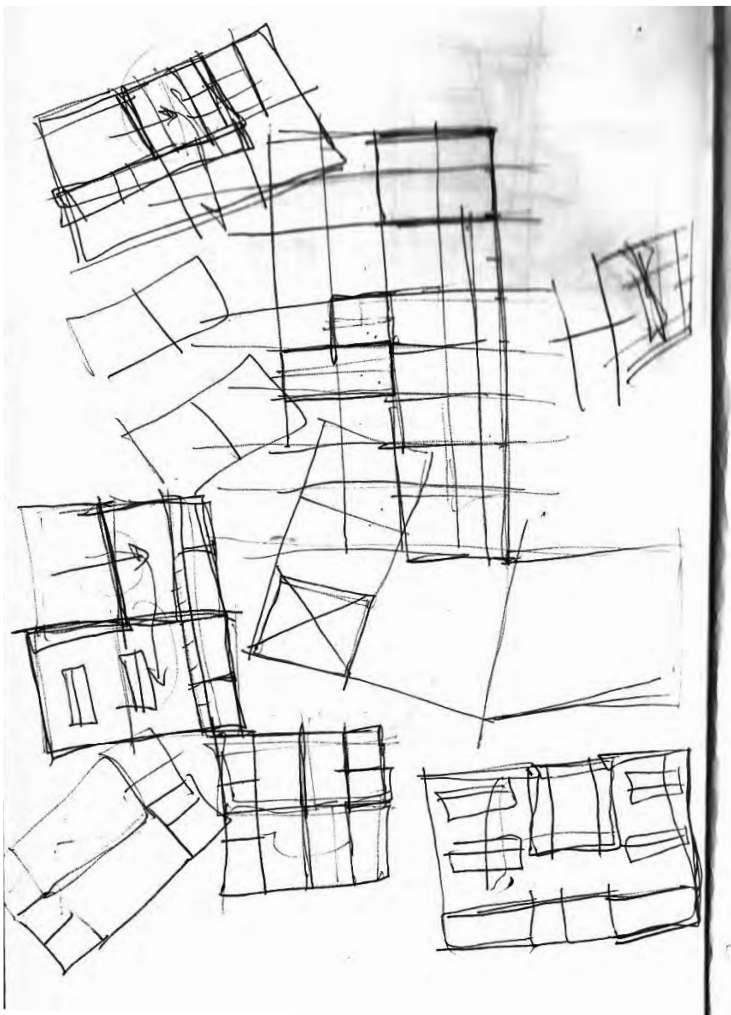
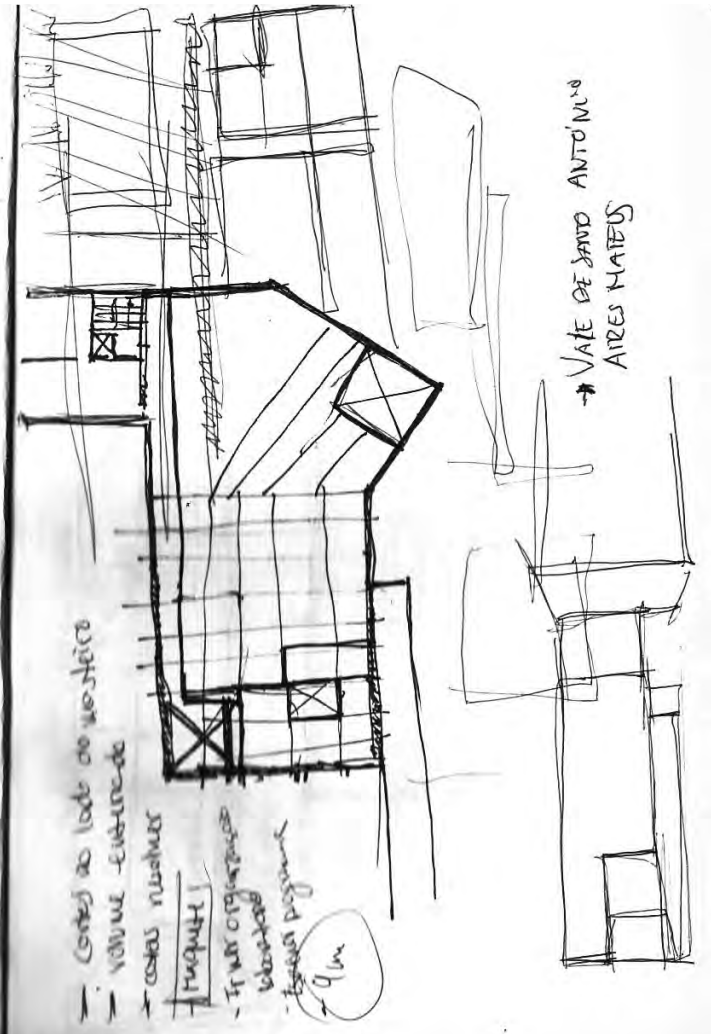
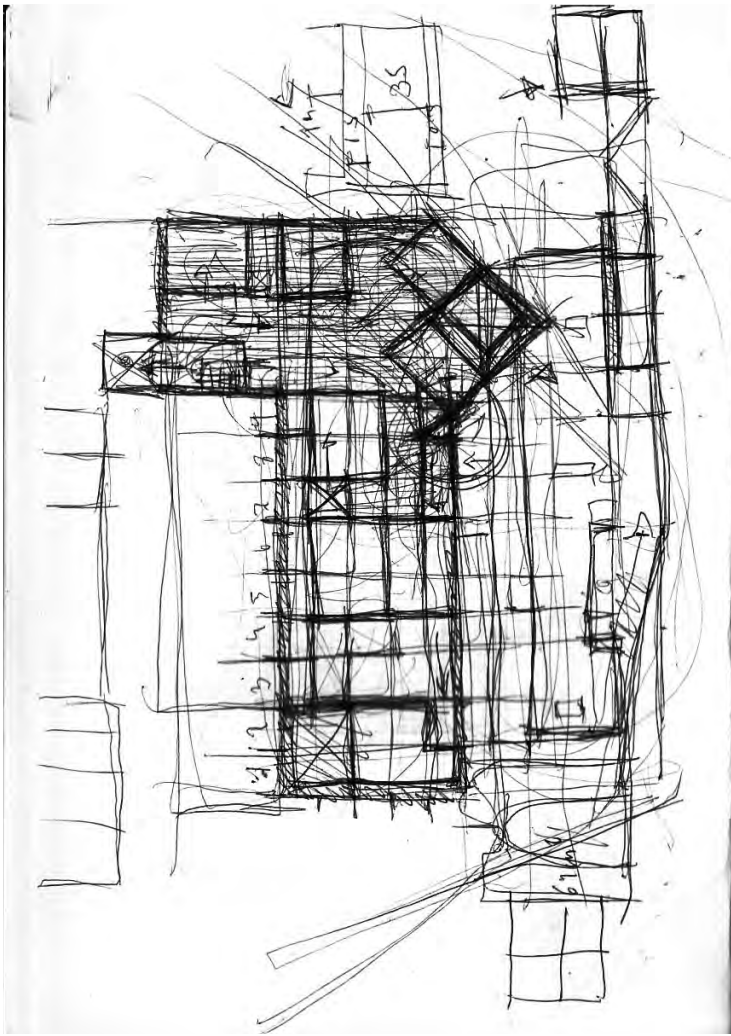


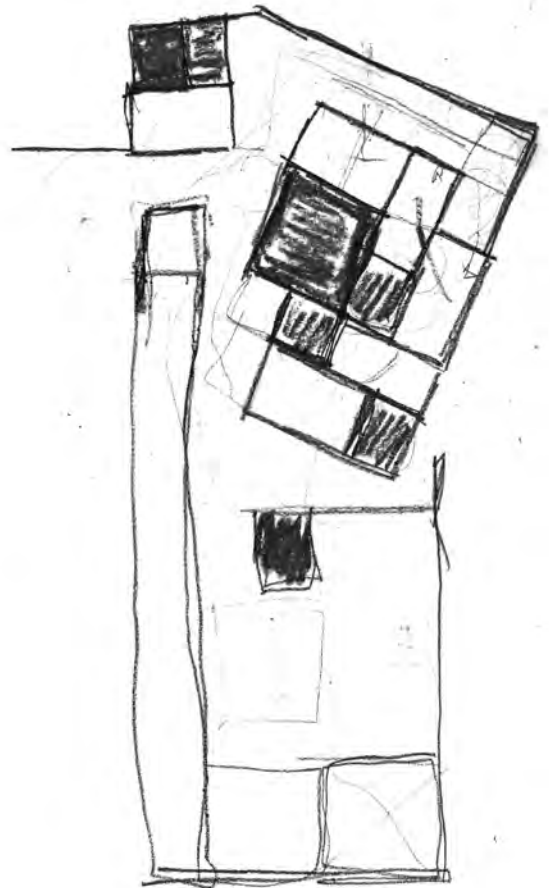
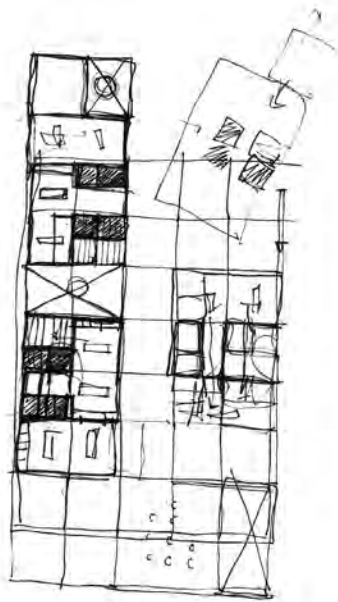
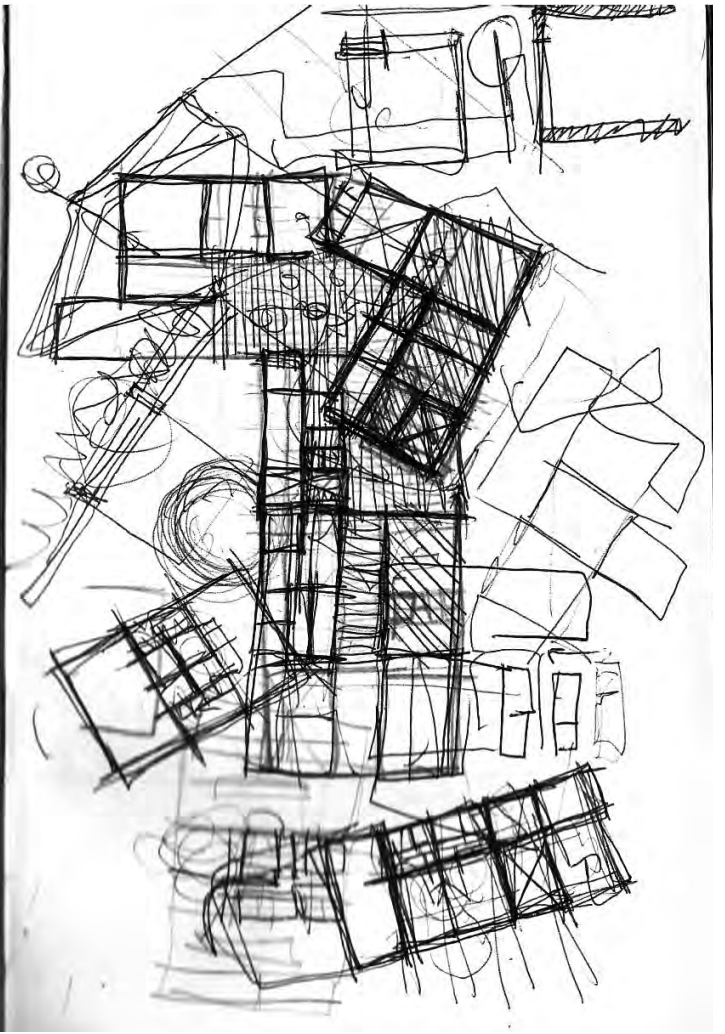
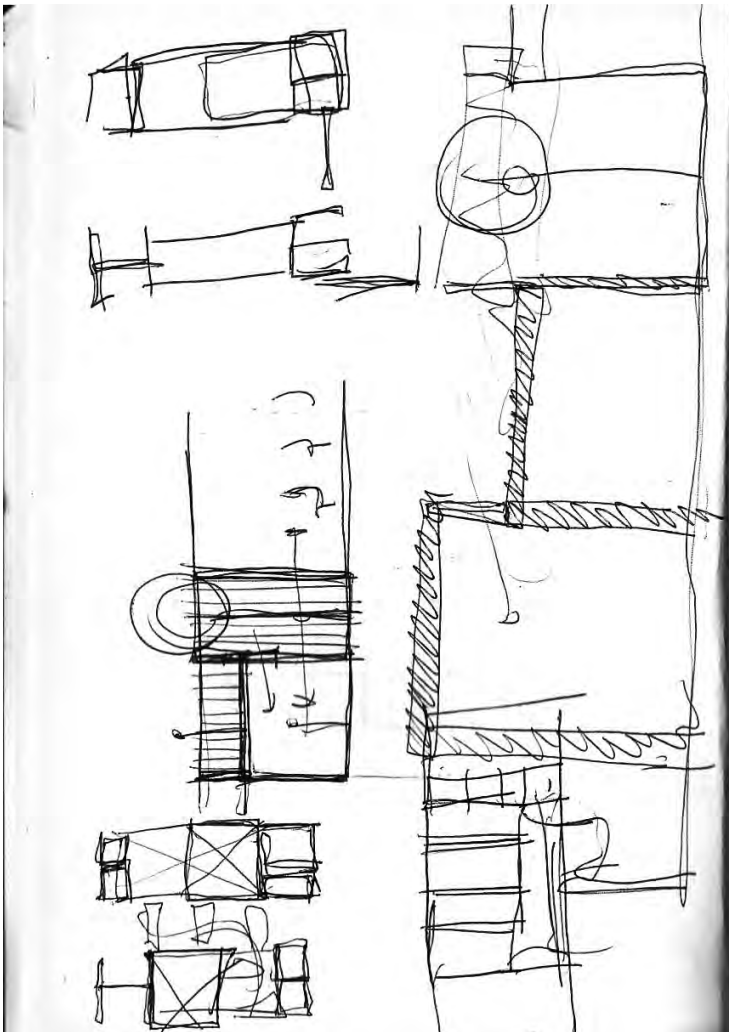


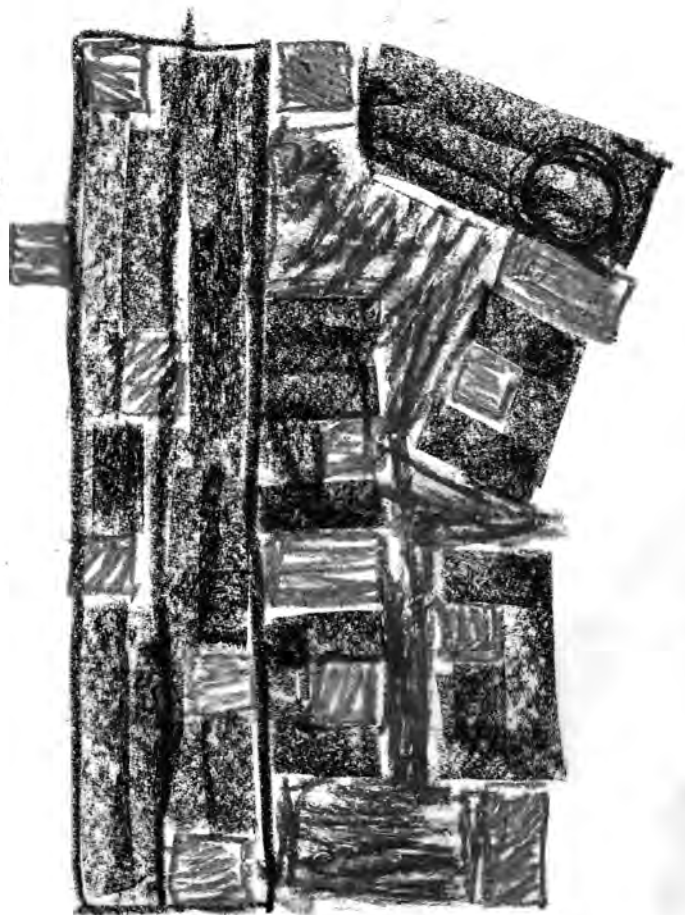
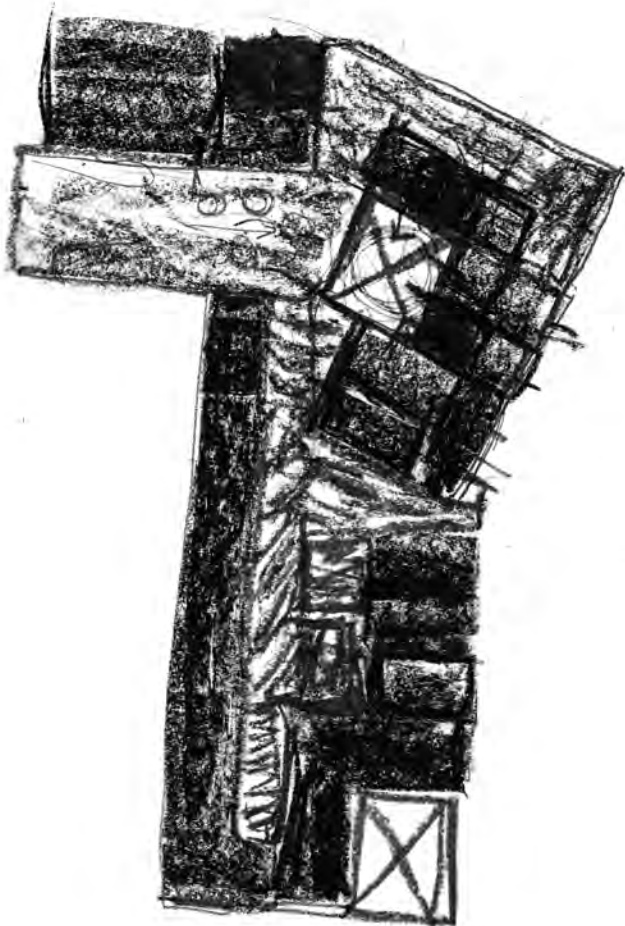
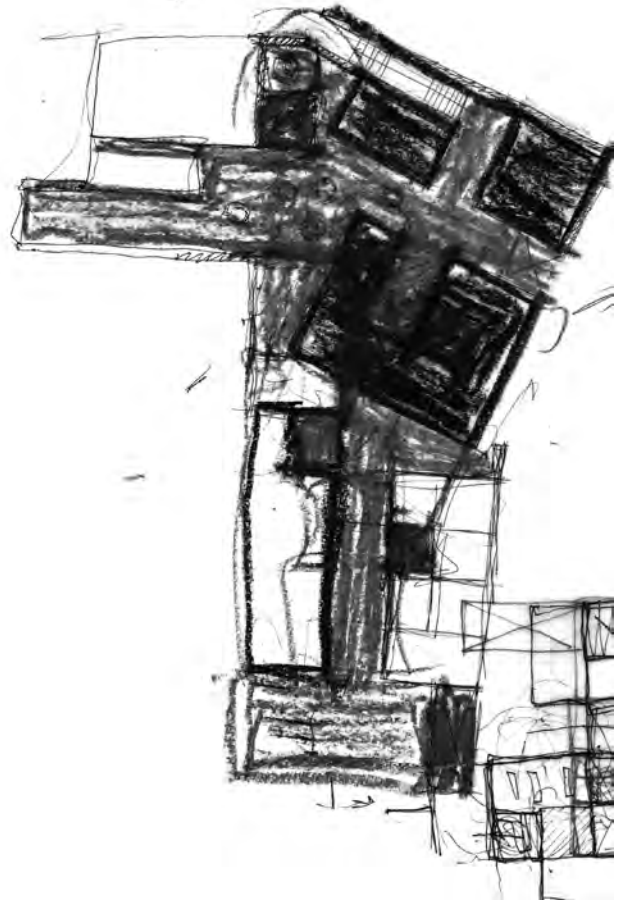
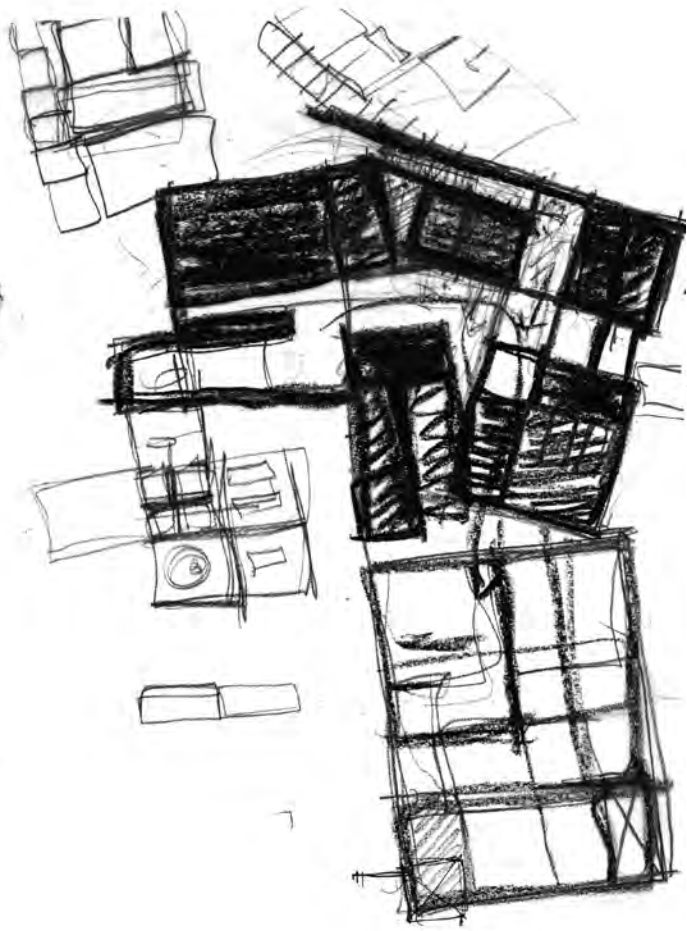


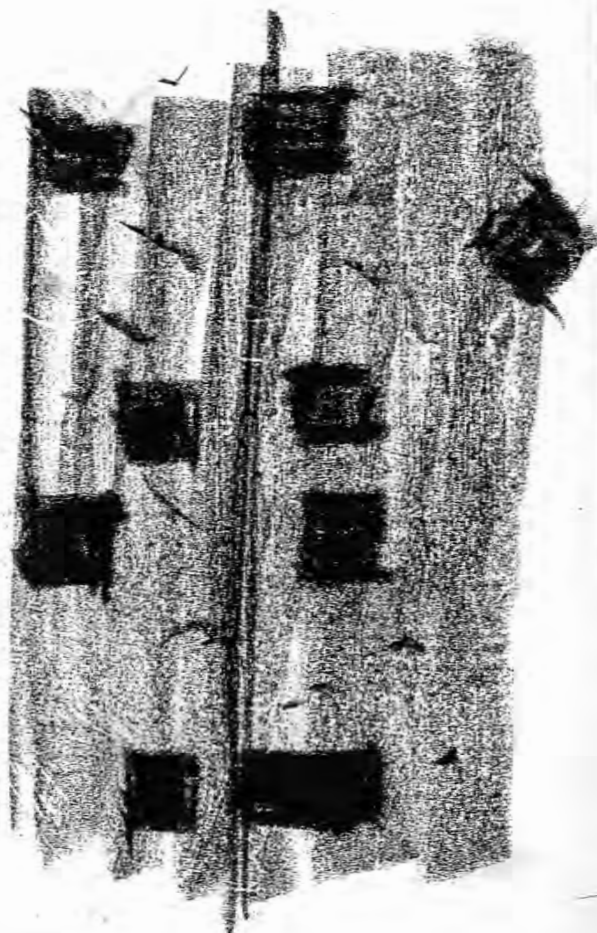
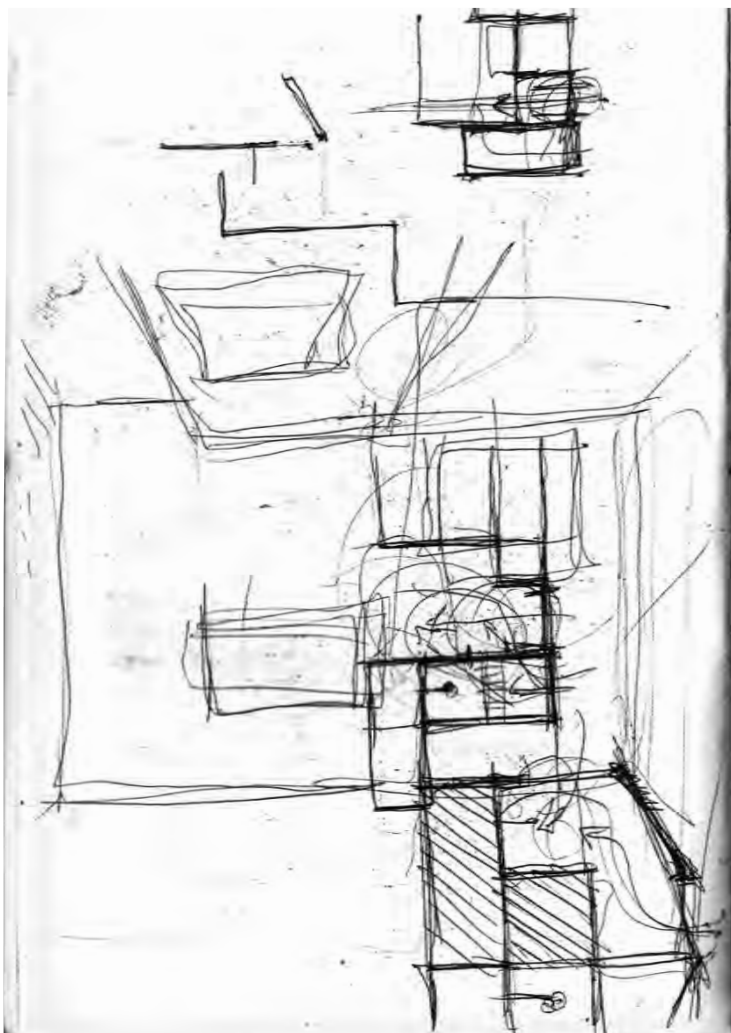
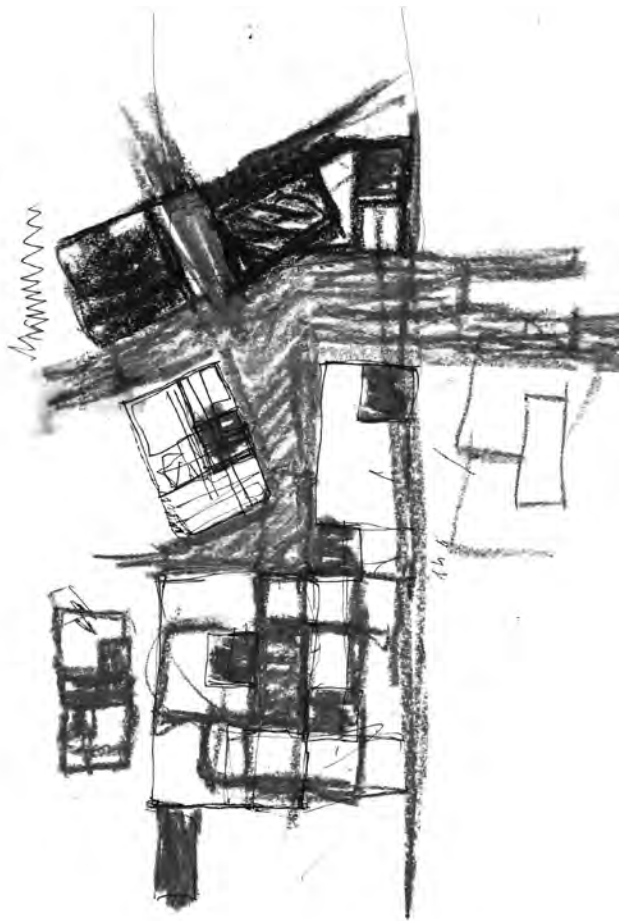
- RECEPÇÃO PÚBLICA
- LABOR F & C
- COFES
- LOJA OBJETOS
- ENTORNO INVESTIMENTOS
- BIBLIOTECA-ABERTA AO PÚBLICO
- BIBLIOTECA DIGITAL
- > LABORATÓRIO GERAL
- 2ª SALA LABORATÓRIO
- > BILMENTOS

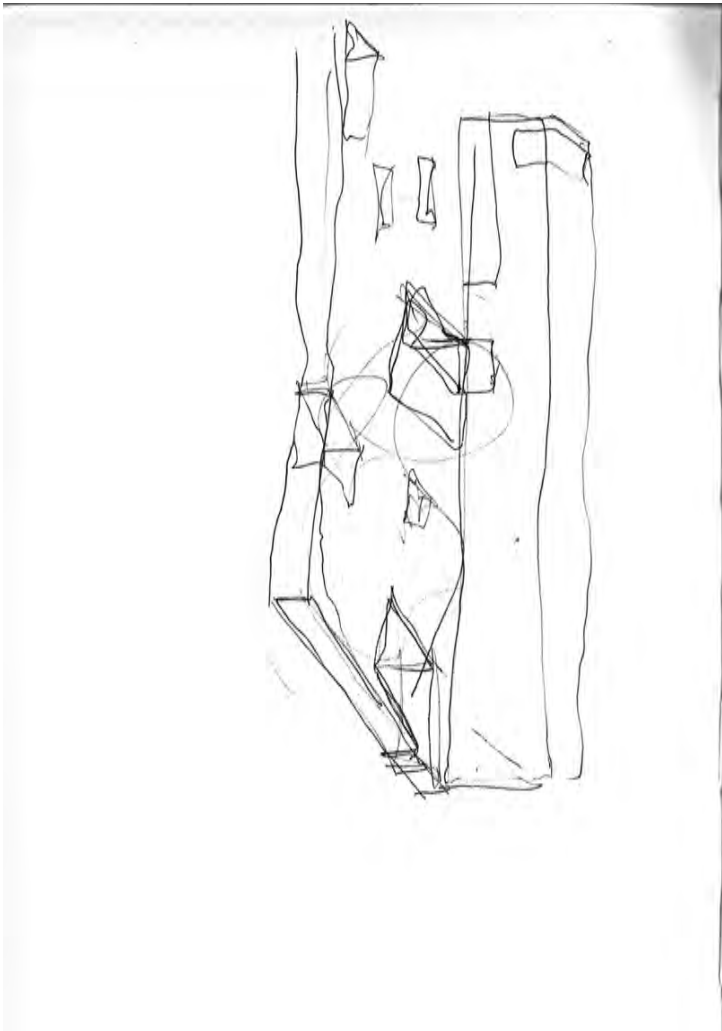
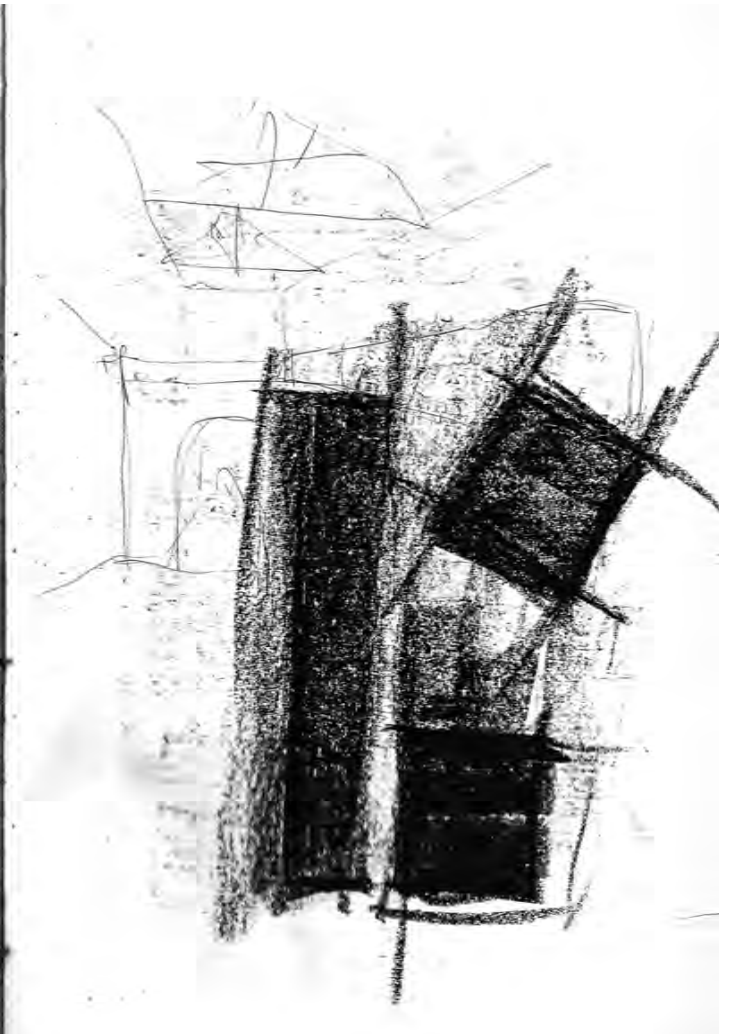
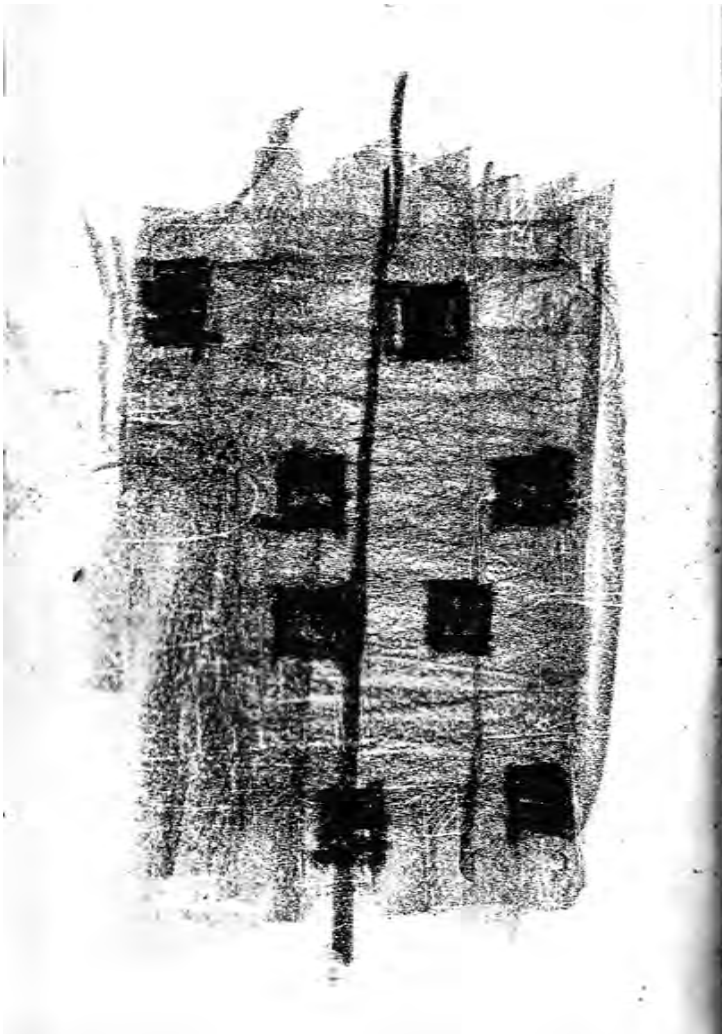
- LABORATÓRIO
- > ANTECÂMARA
- > SALA VENTILAÇÃO E RADIAÇÃO ULTRAVIOLETA
- > SALA DE REFRIGERAÇÃO
- > SALA BALANÇAS
- > SALA DE REAGENTES





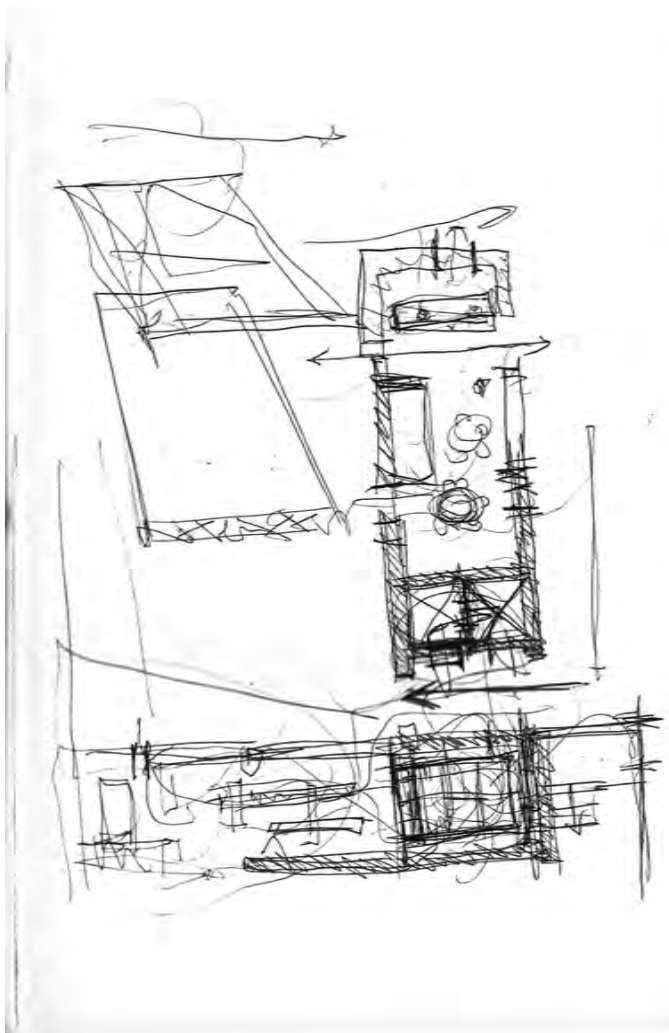
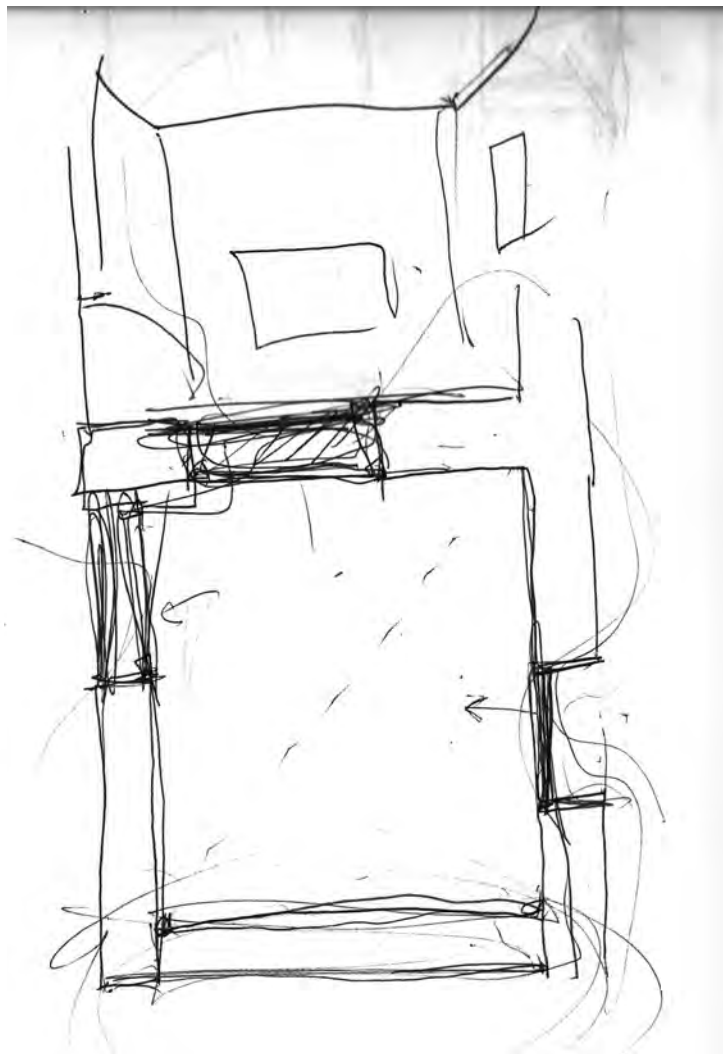




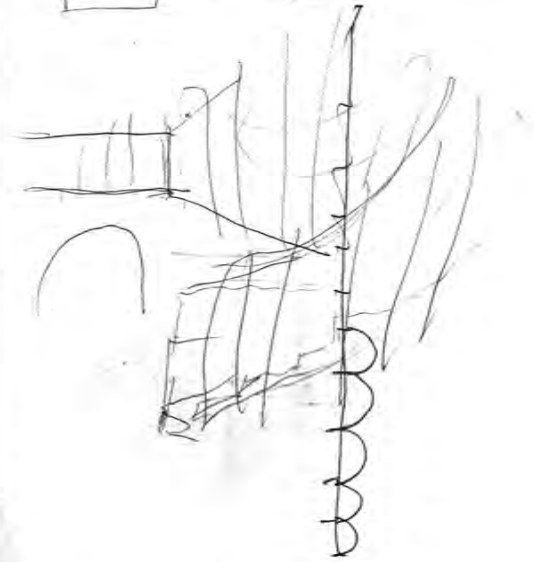




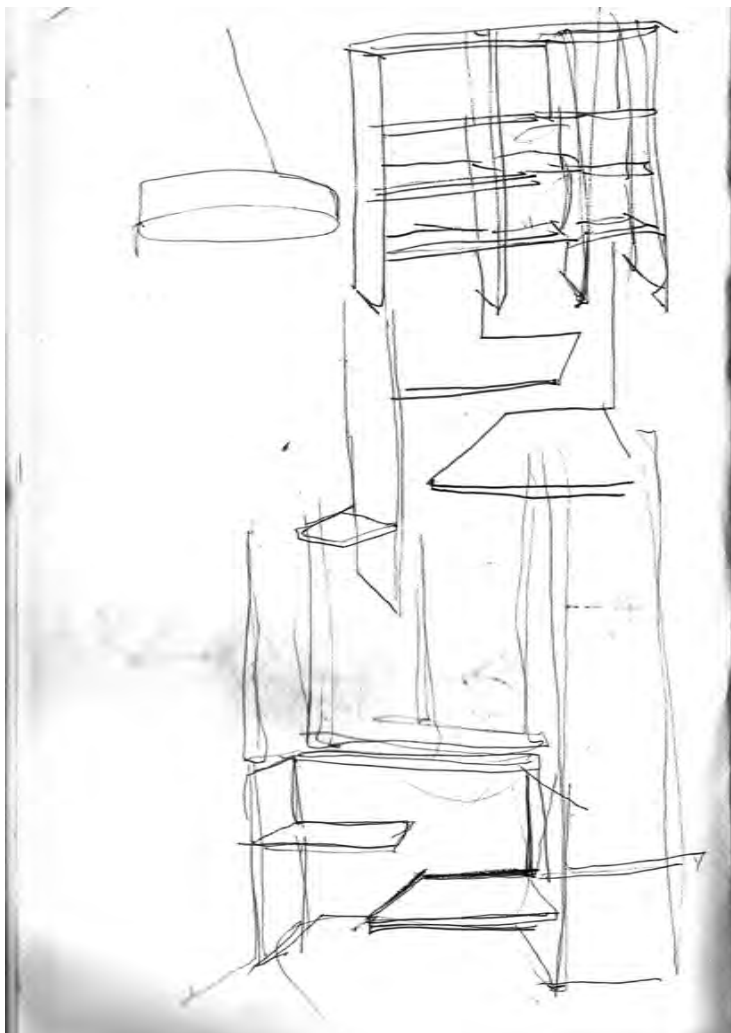
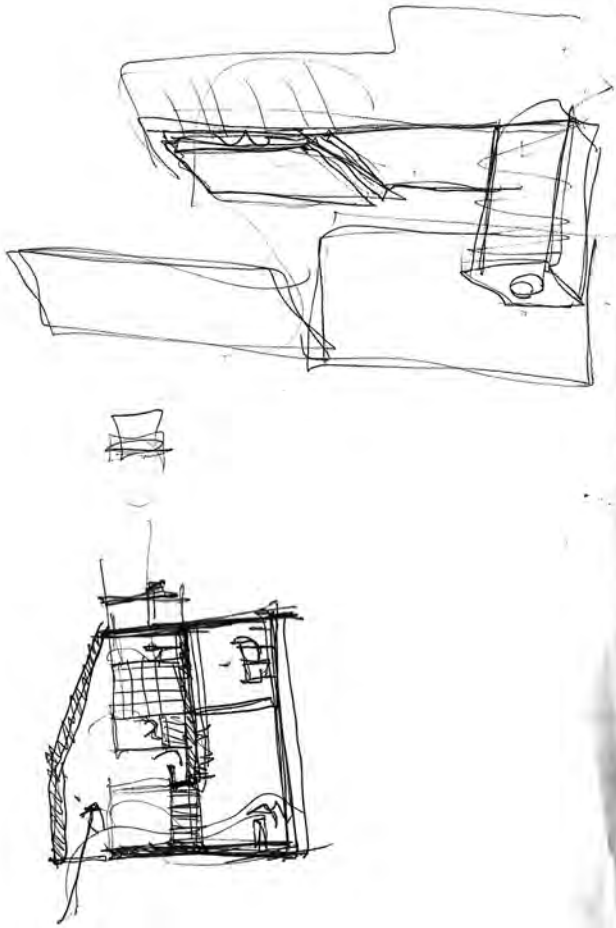


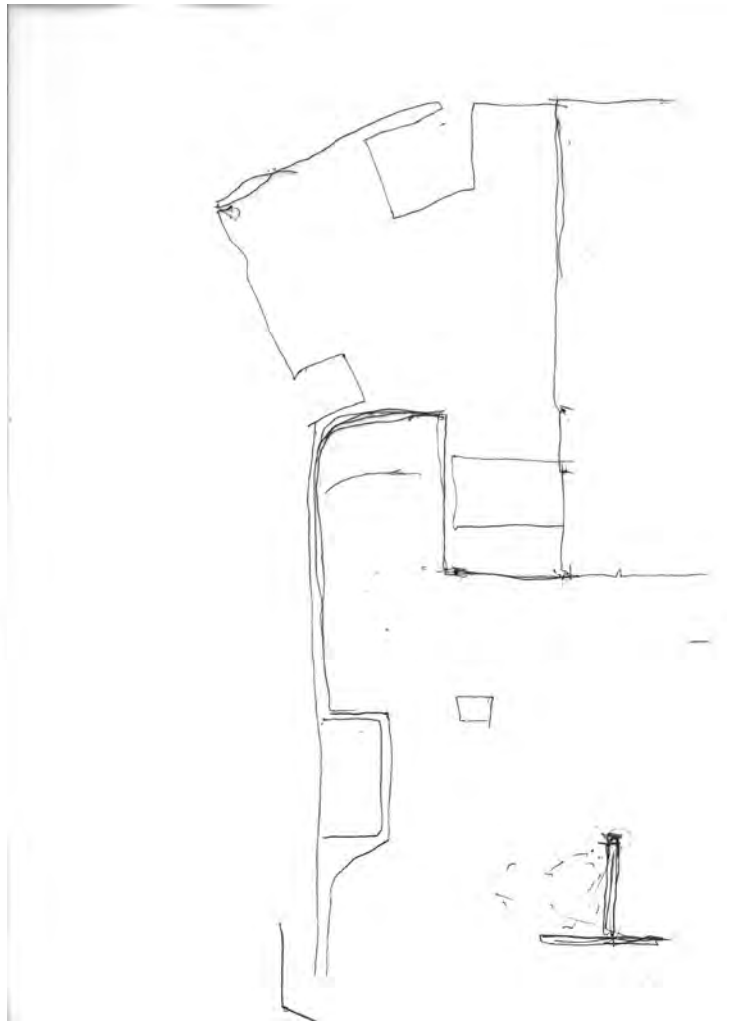
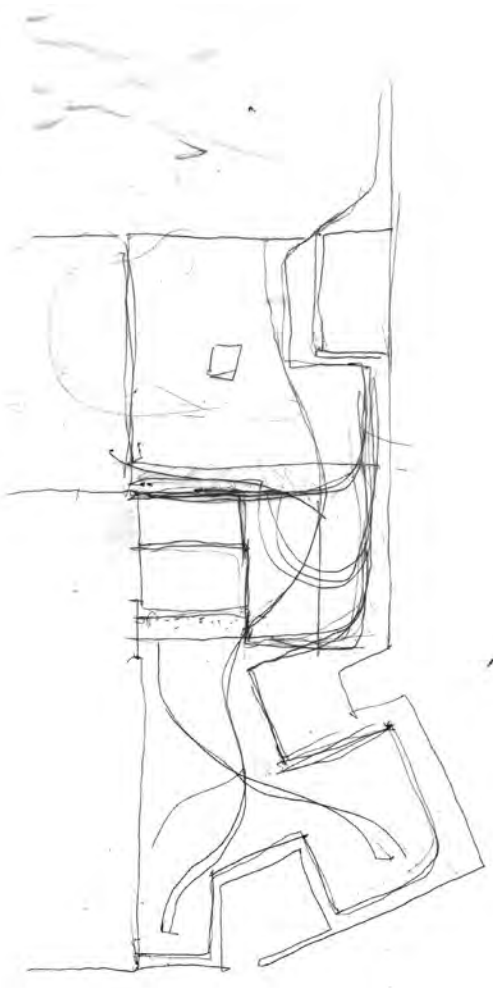
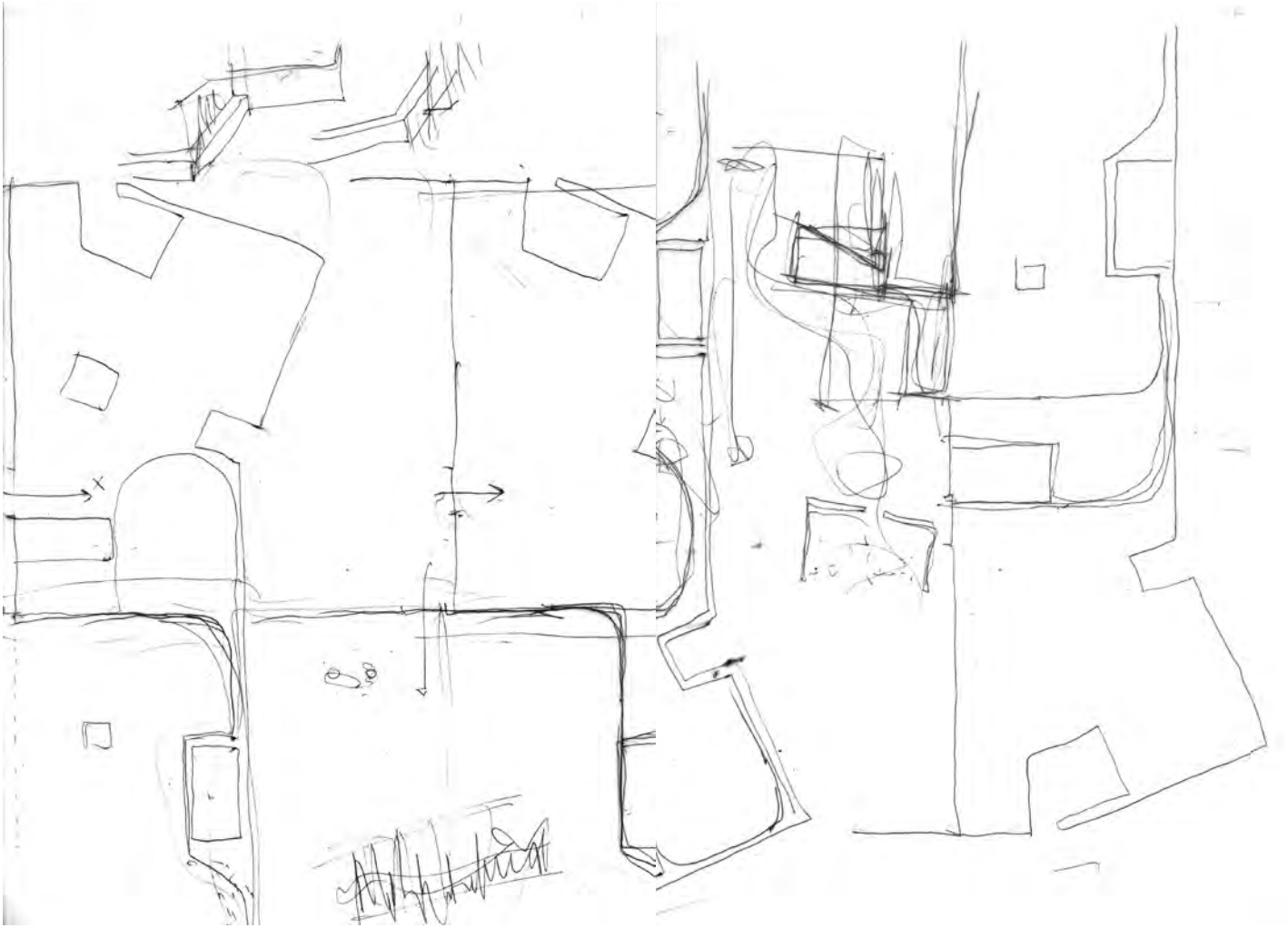


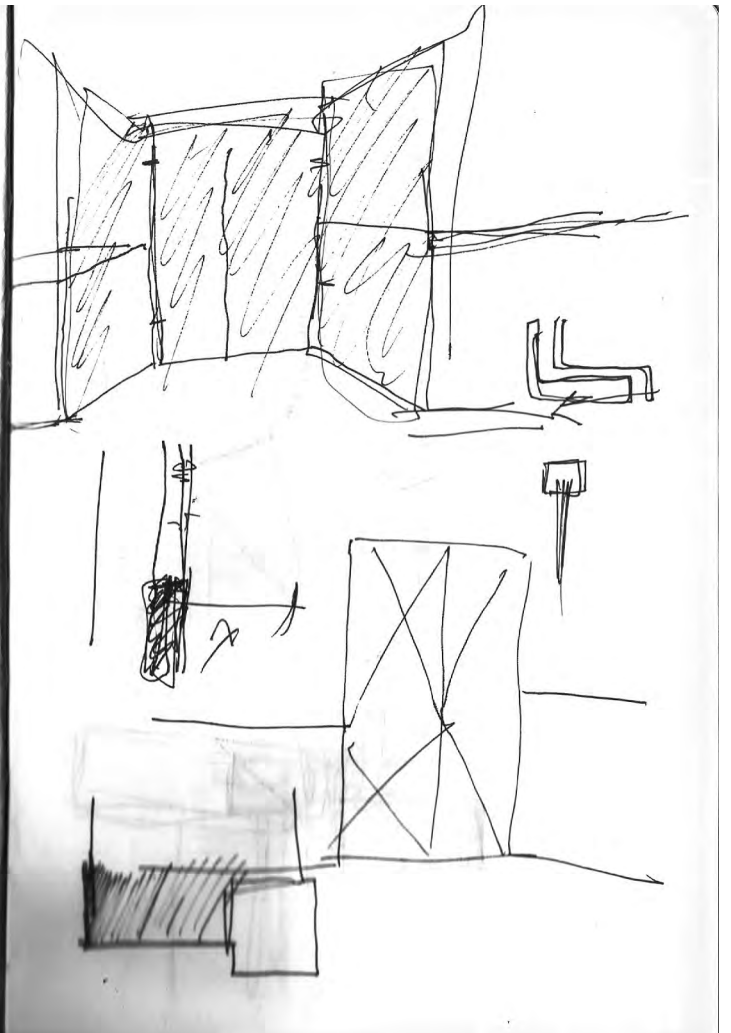
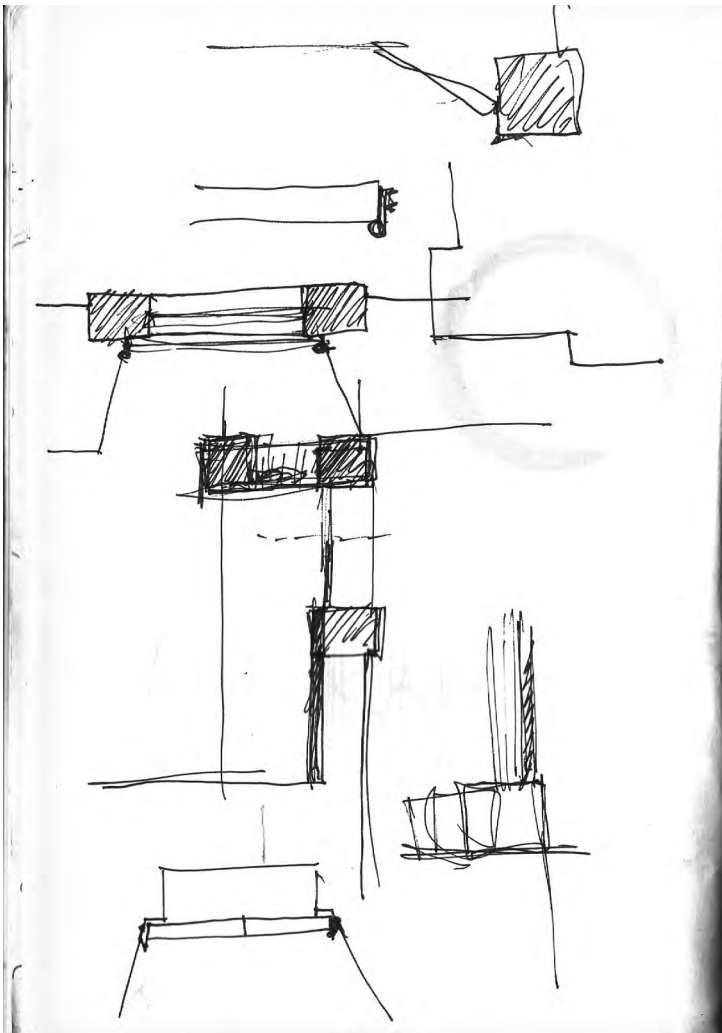
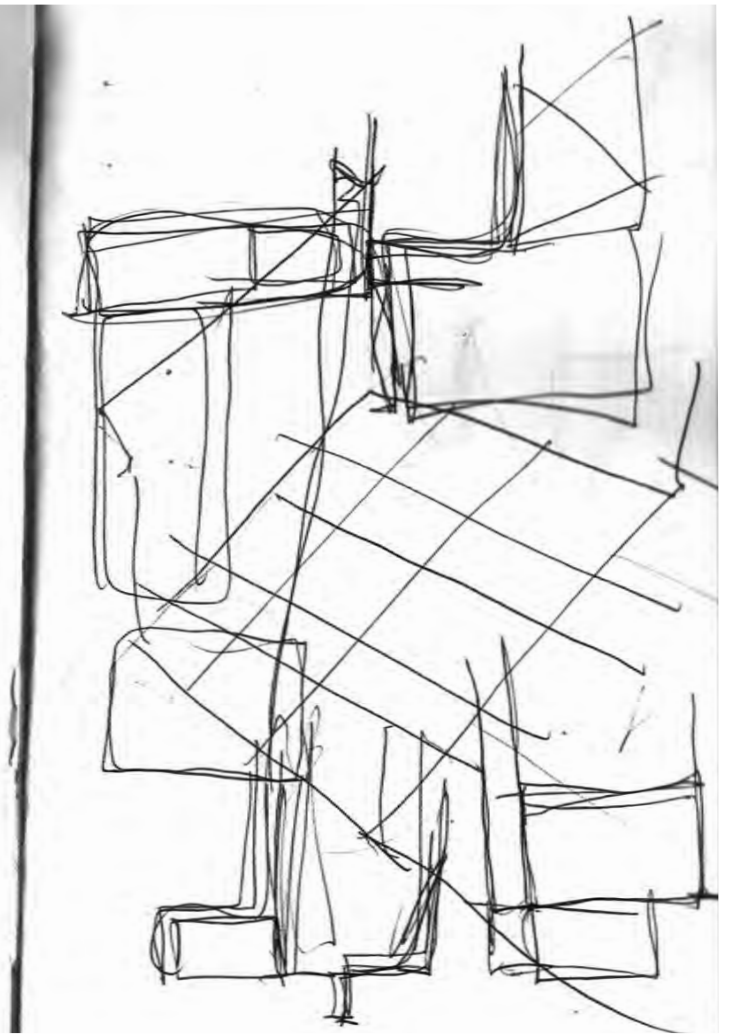
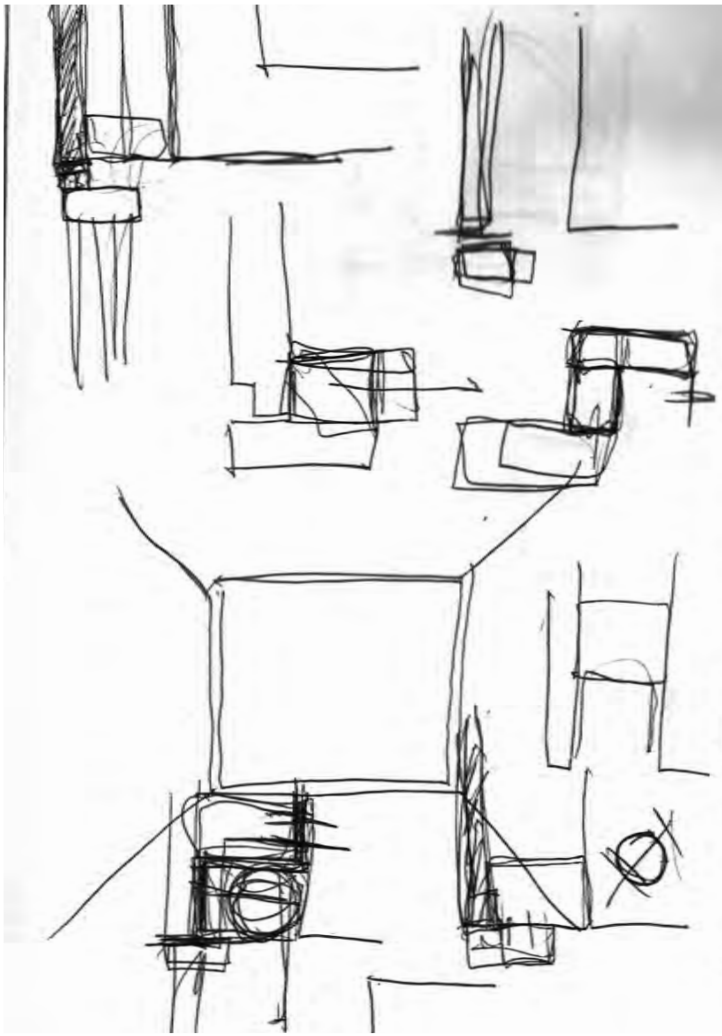
$63247 + 2.3987 = 8.7234$   
 $12981 + 0.4929 = 1.791$

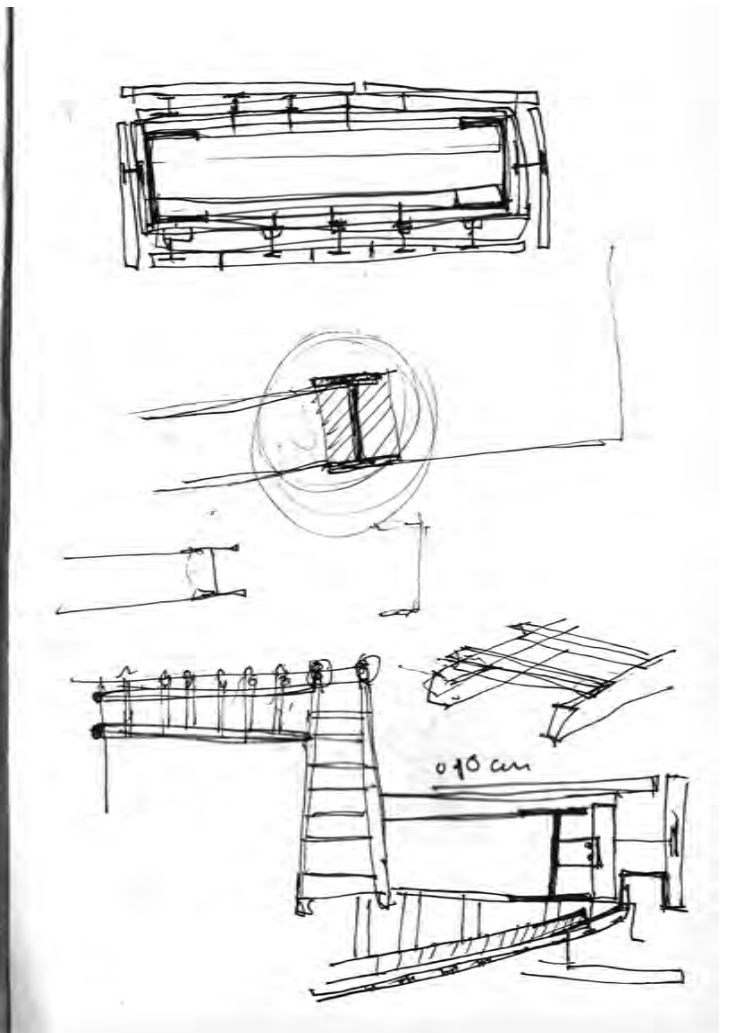
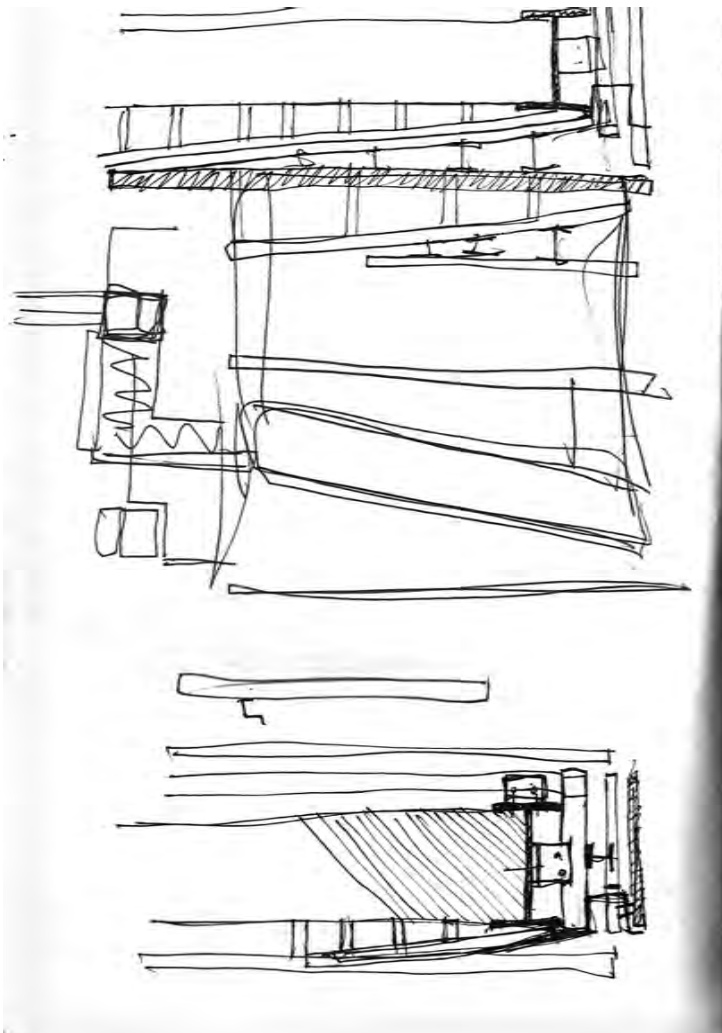
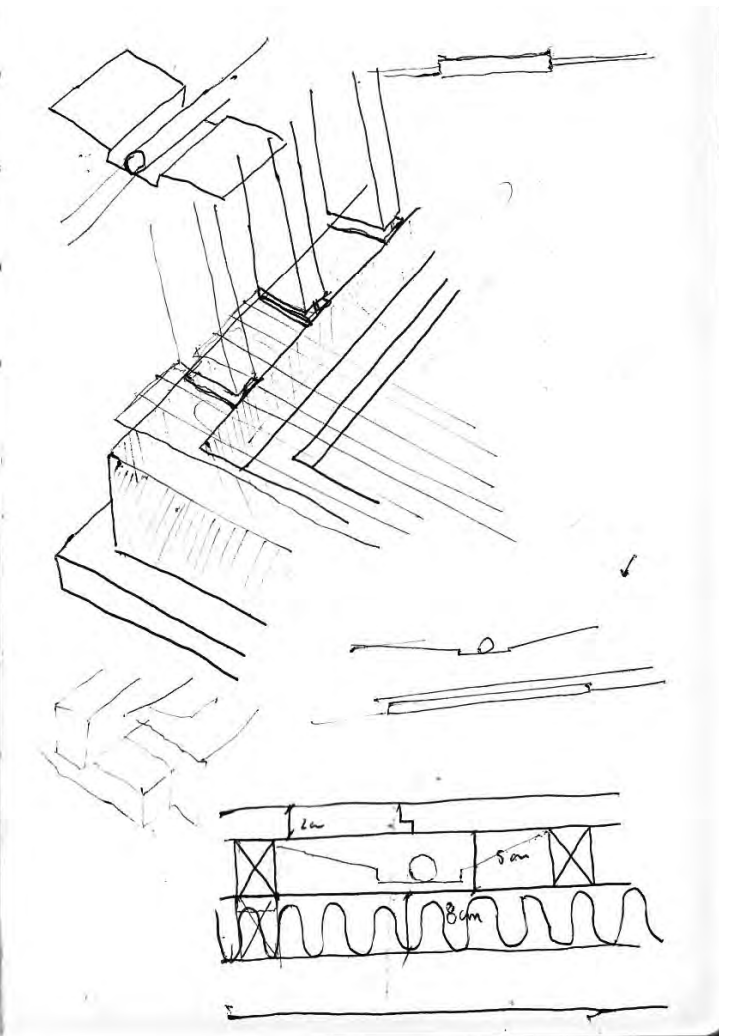
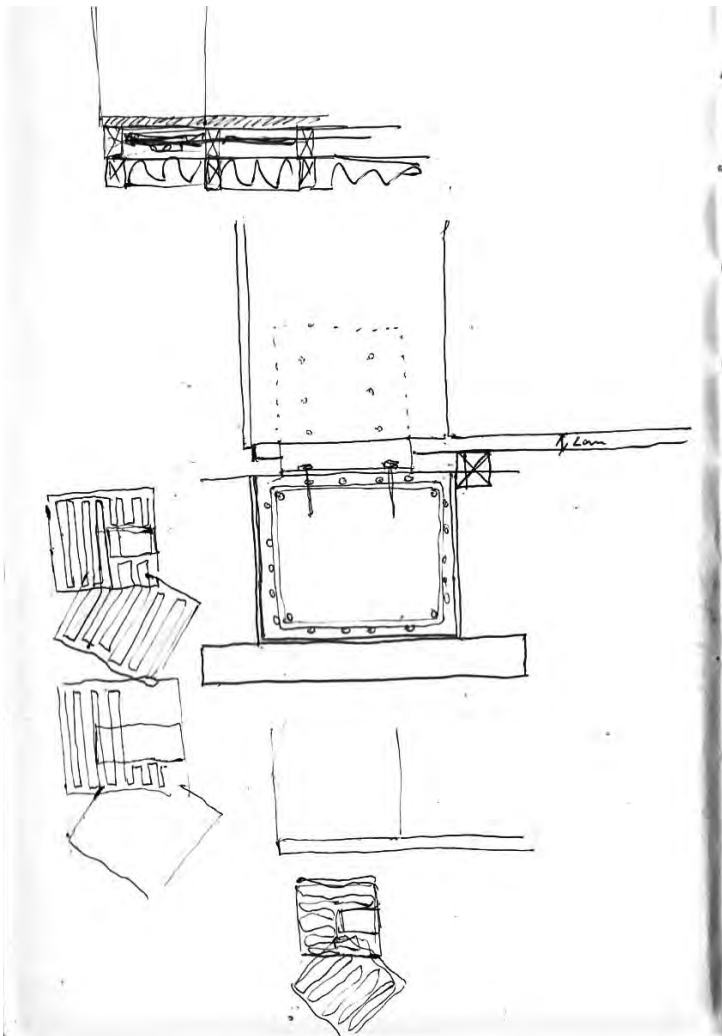


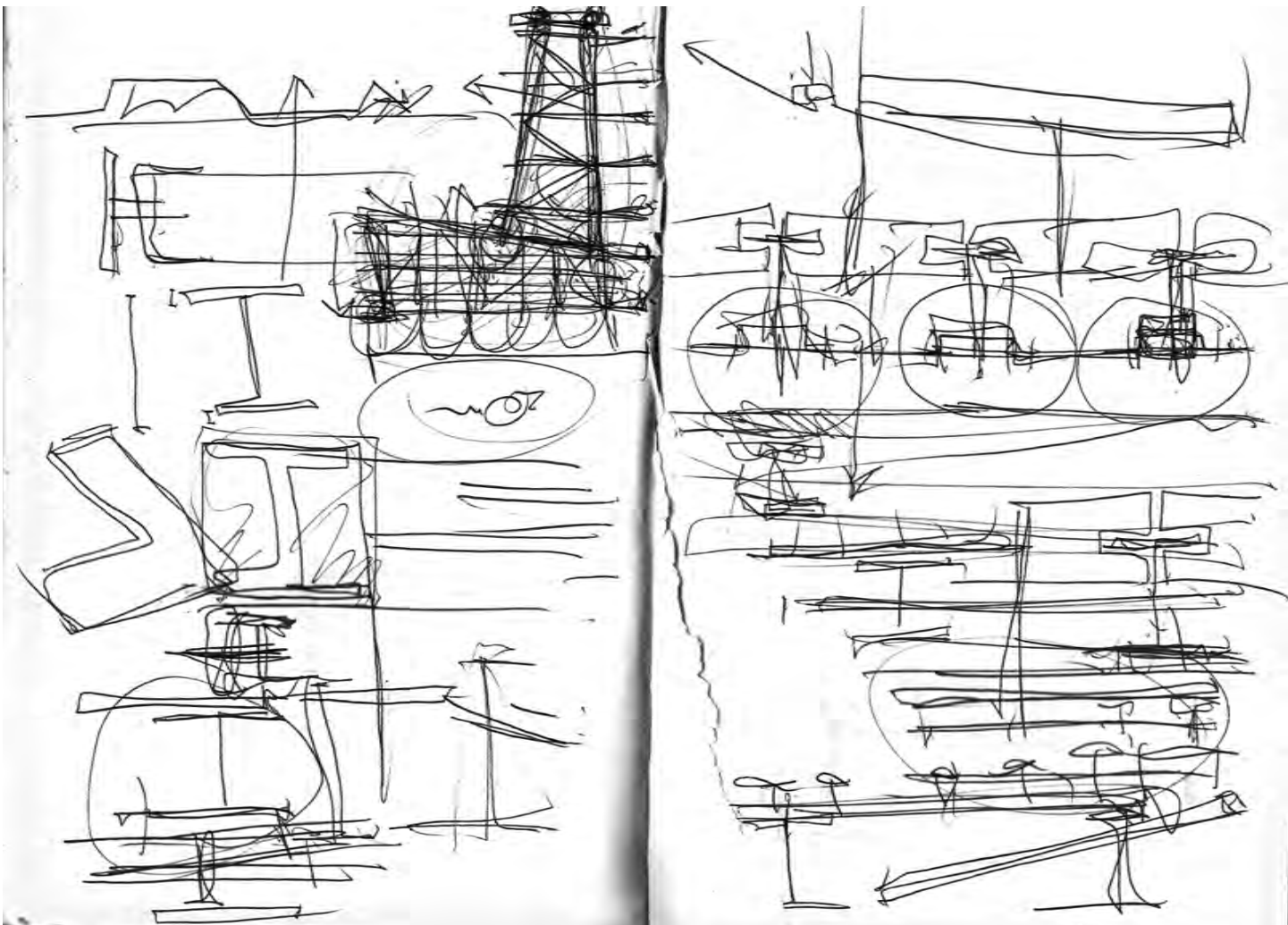
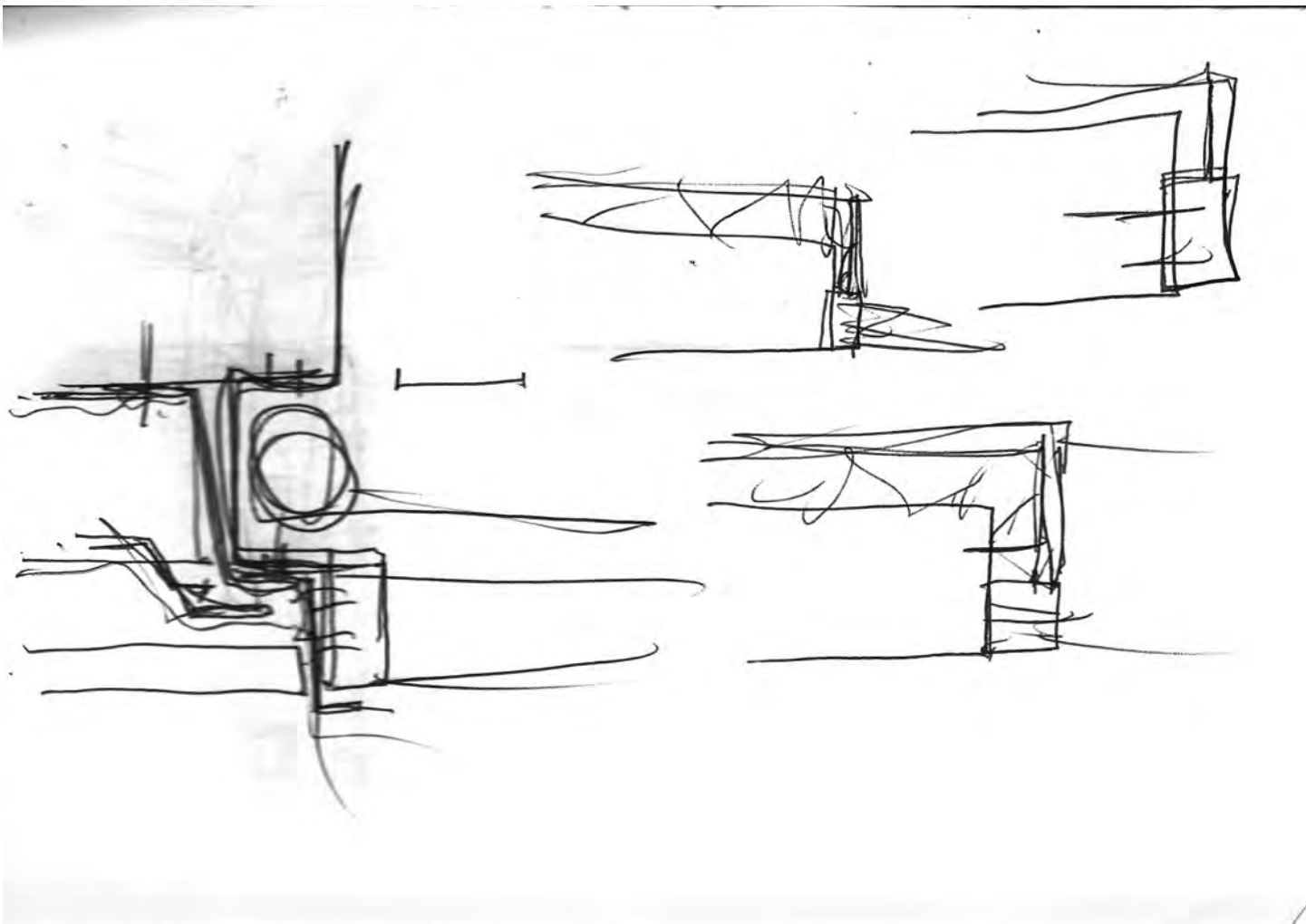
Plants P50-7





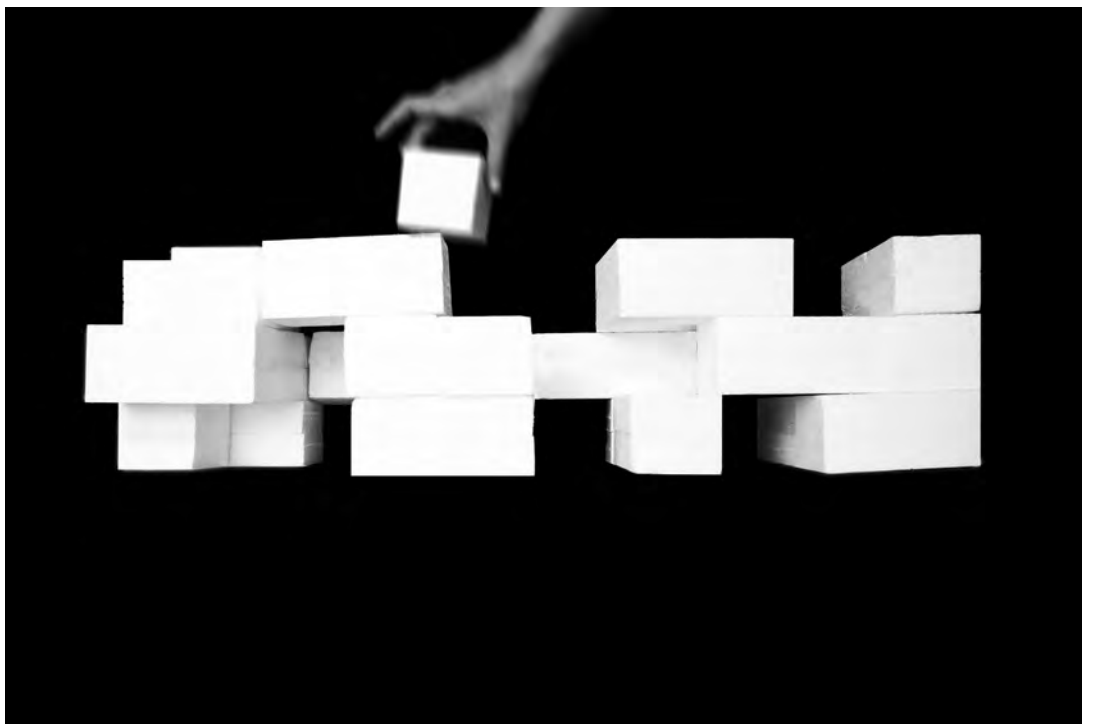
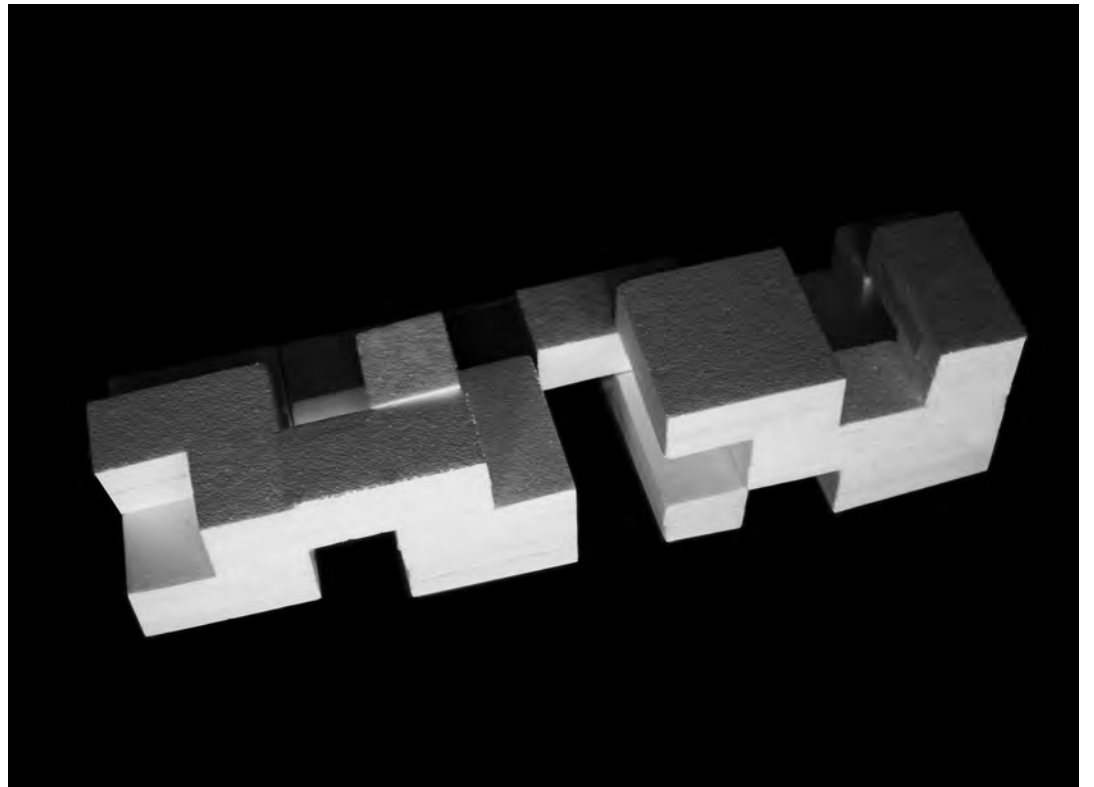


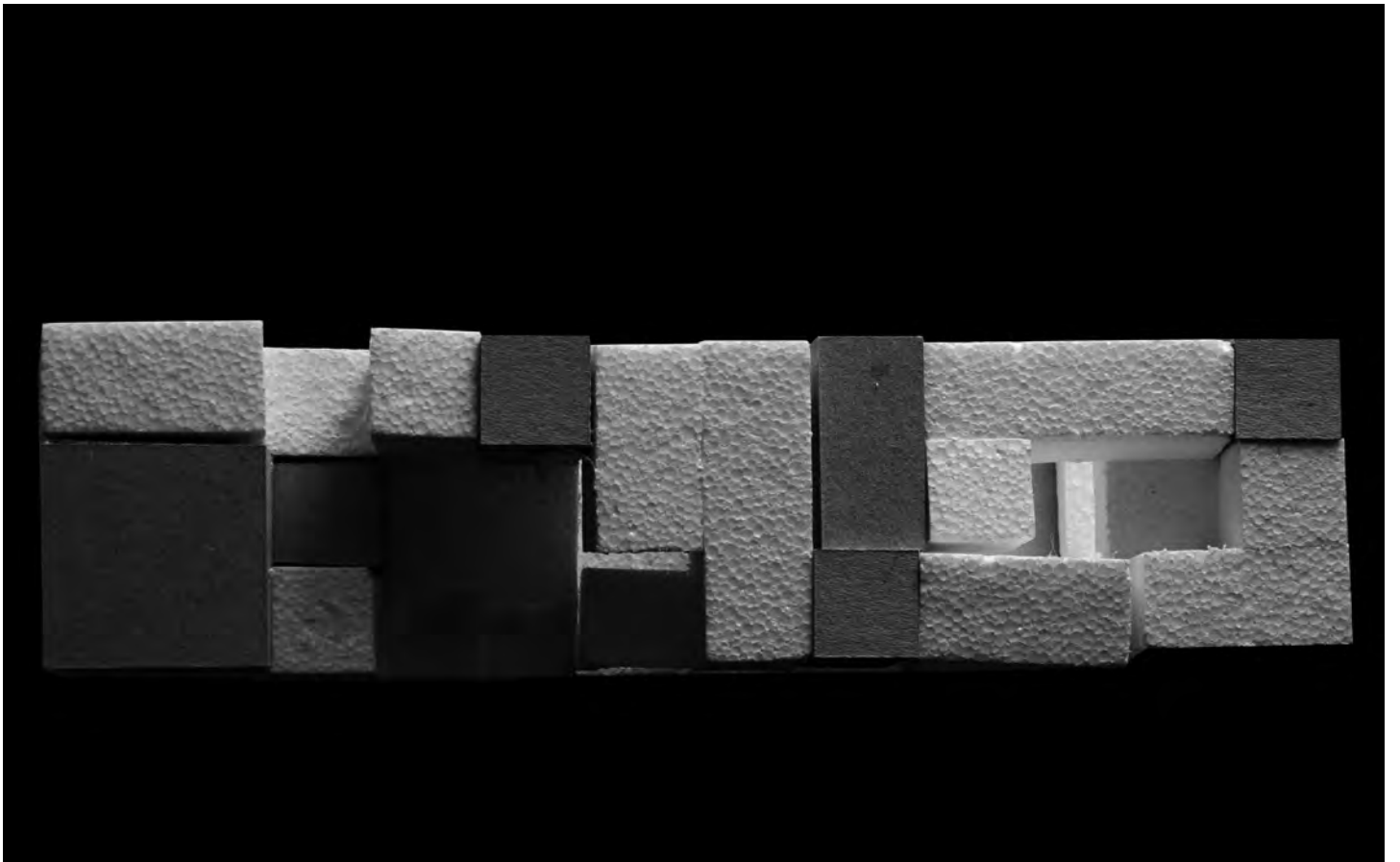
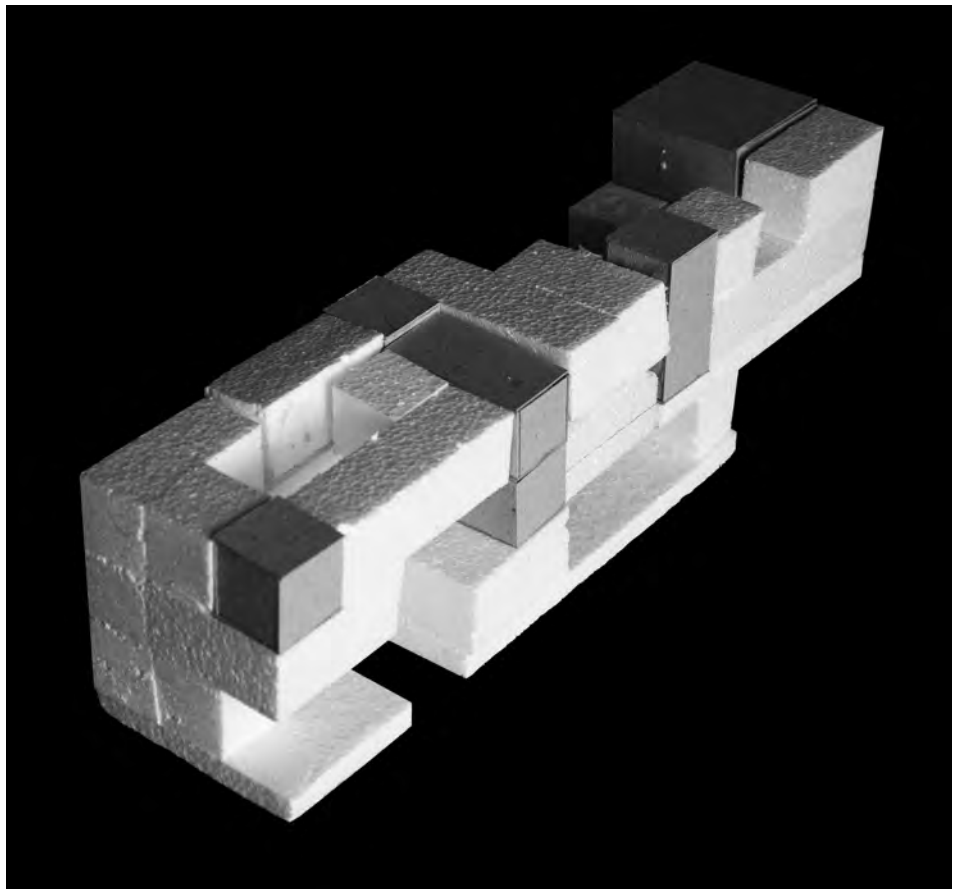


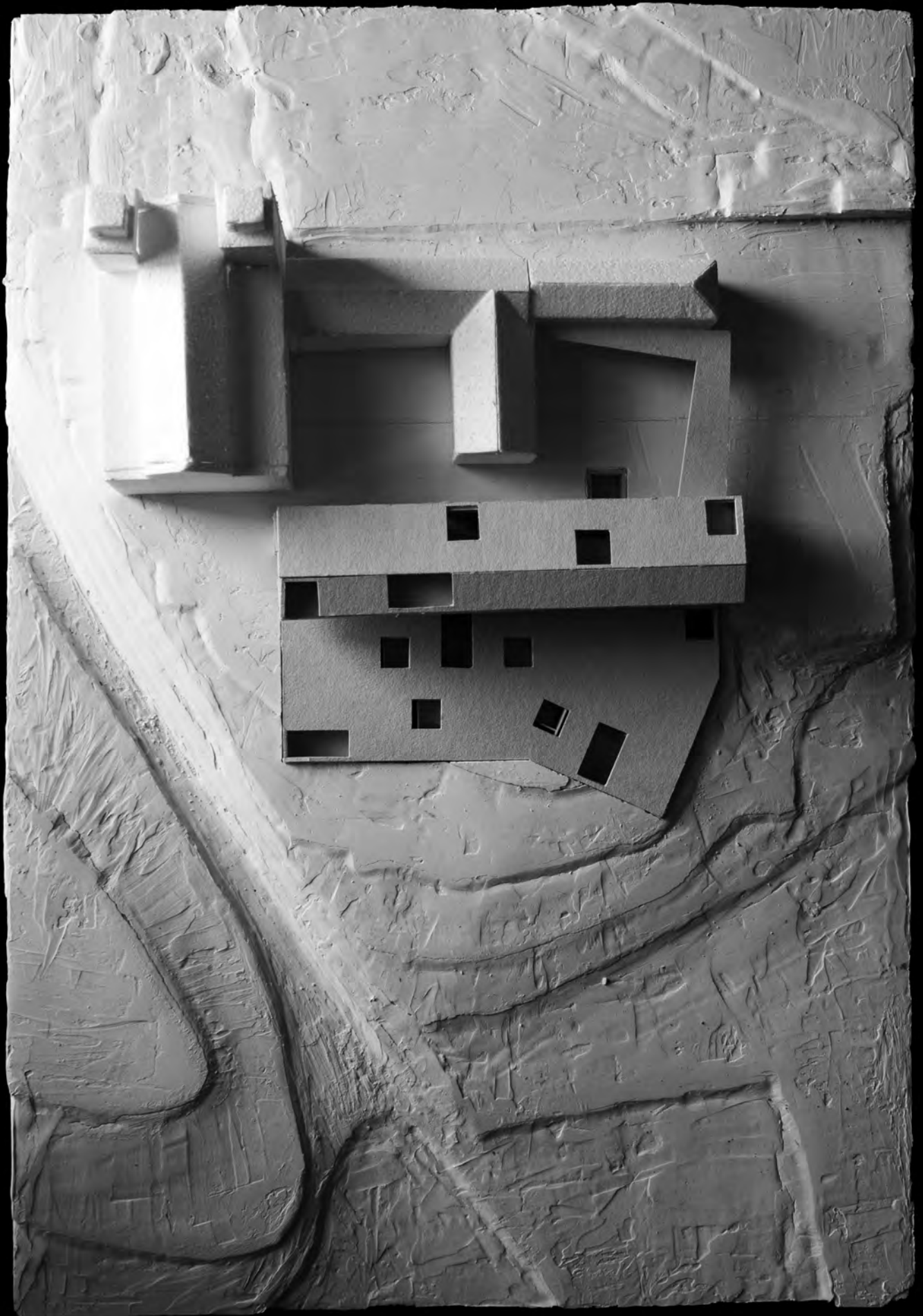


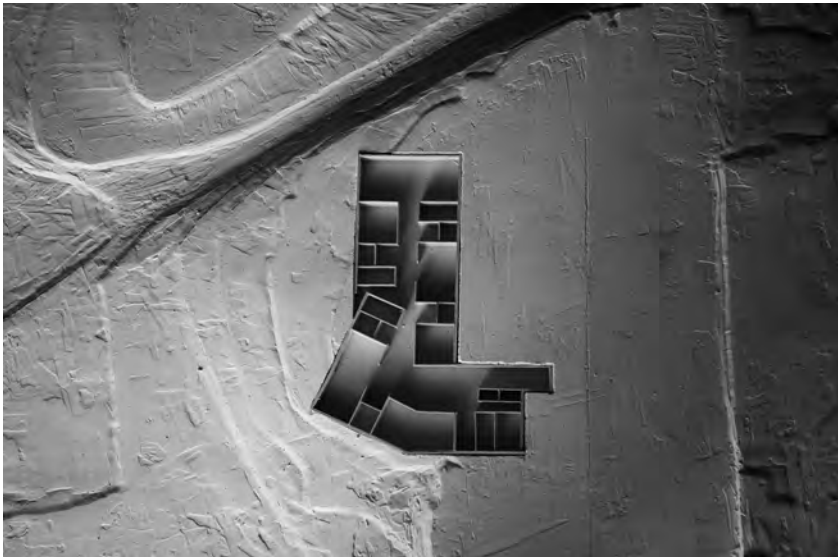
MAQUETES DE ESTUDO  
MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE SEIÇA











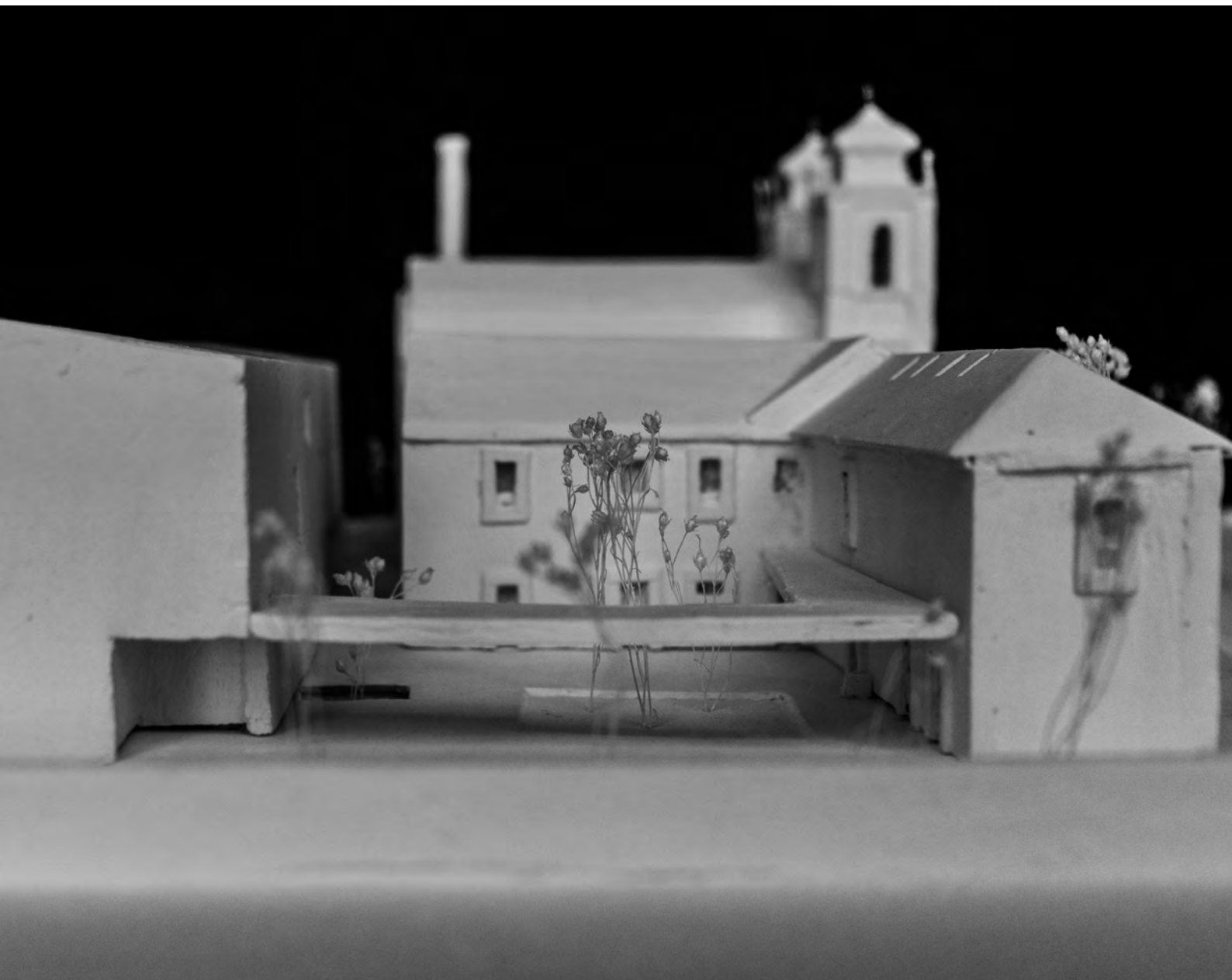












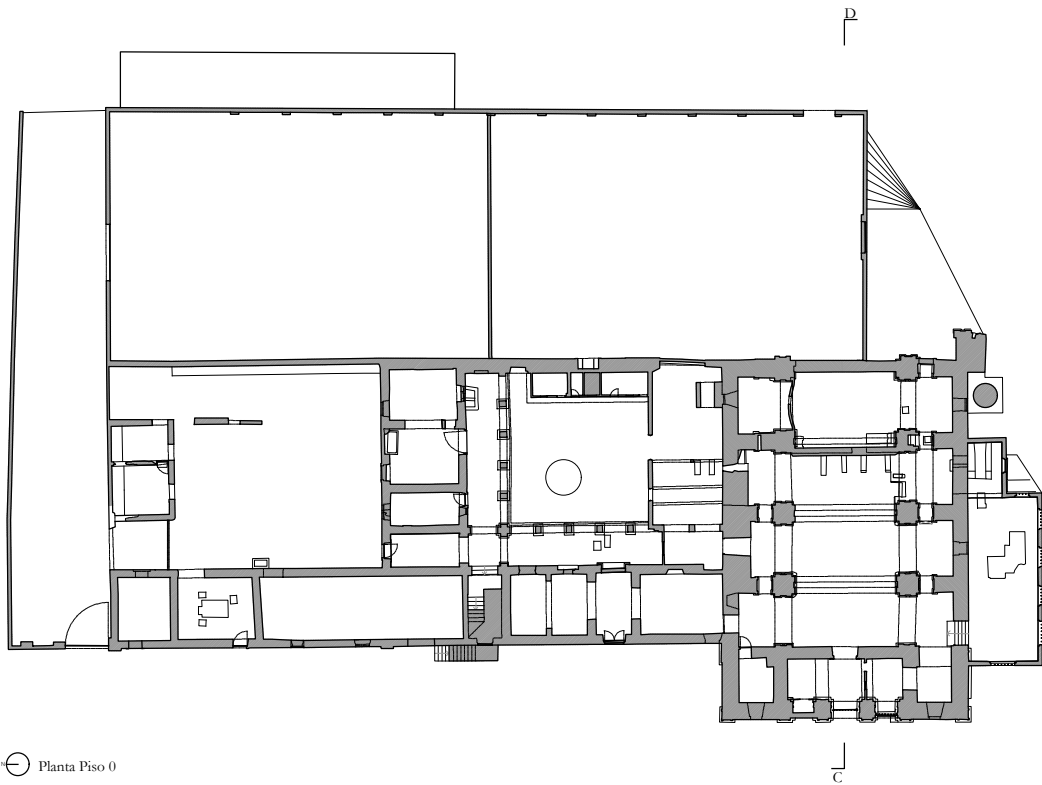




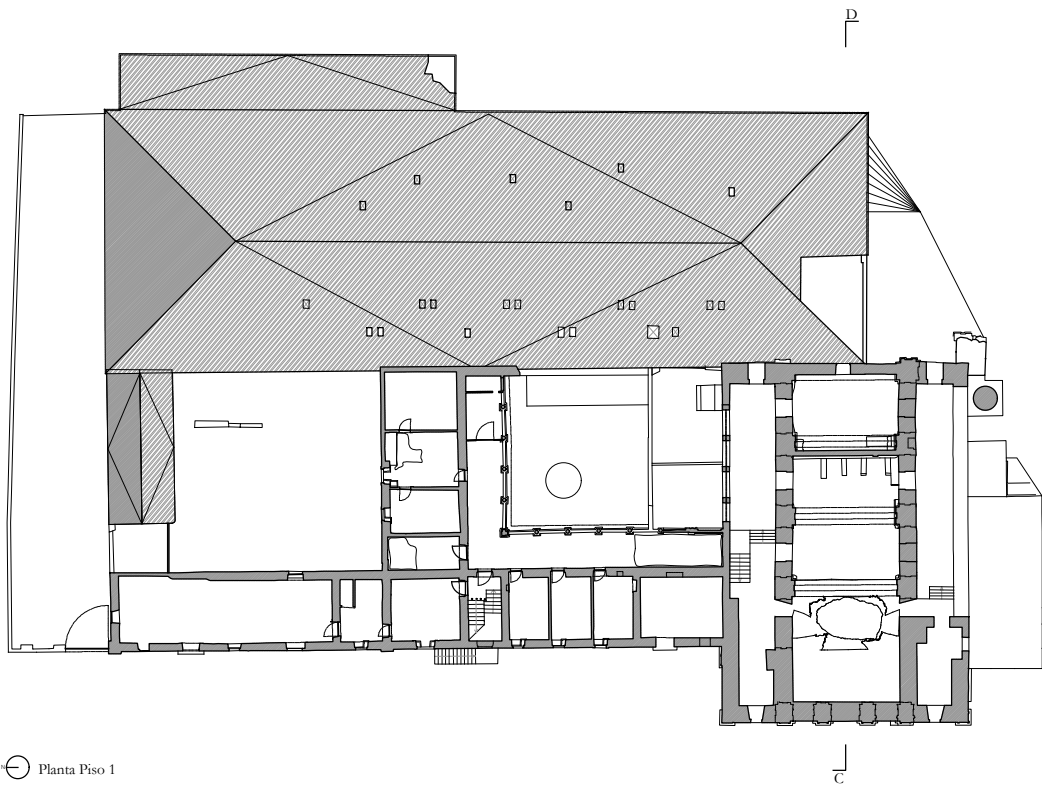




DESENHOS TÉCNICOS EDIFÍCIO PREEXISTENTE  
MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE SEIÇA



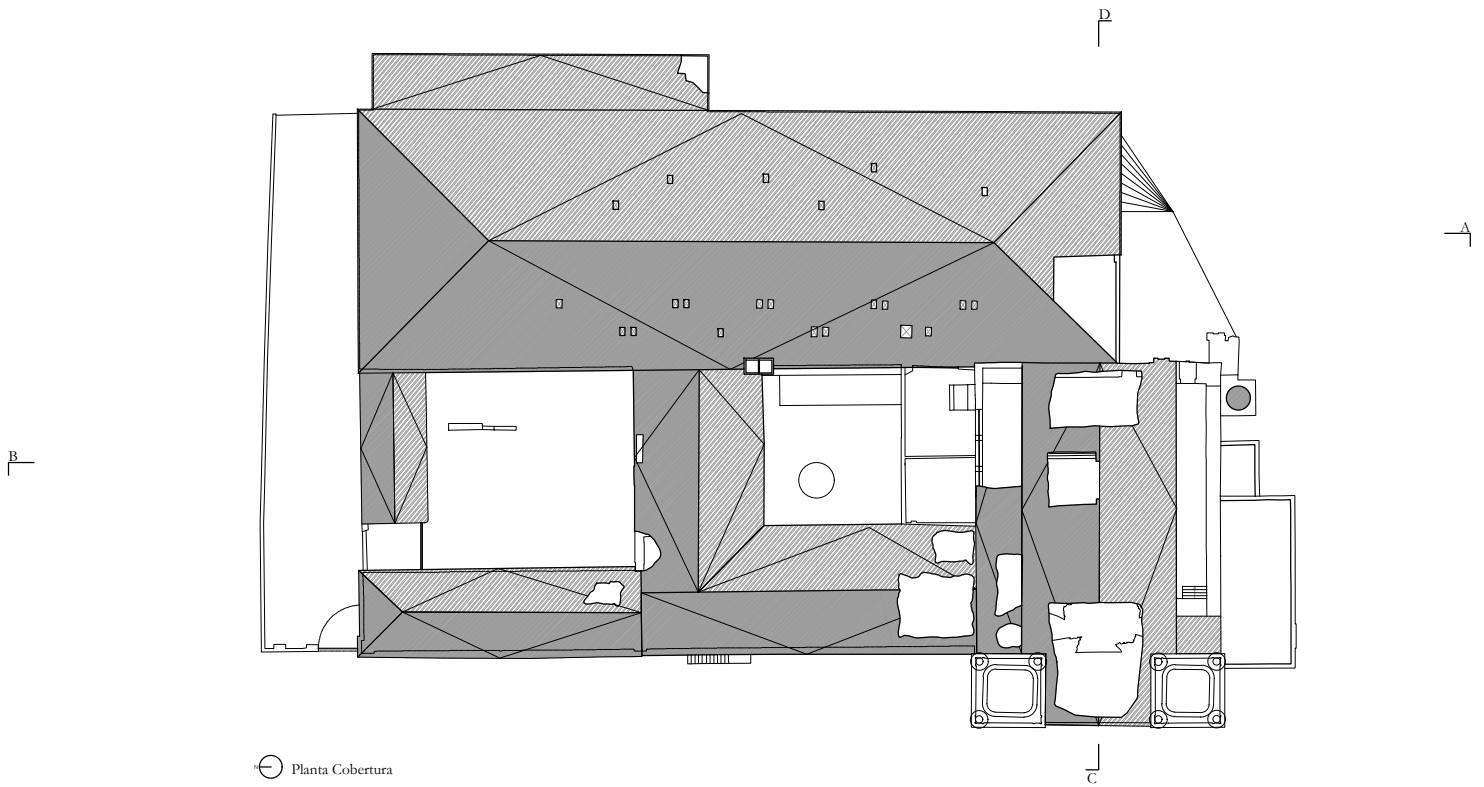
⊙ Planta Piso 0



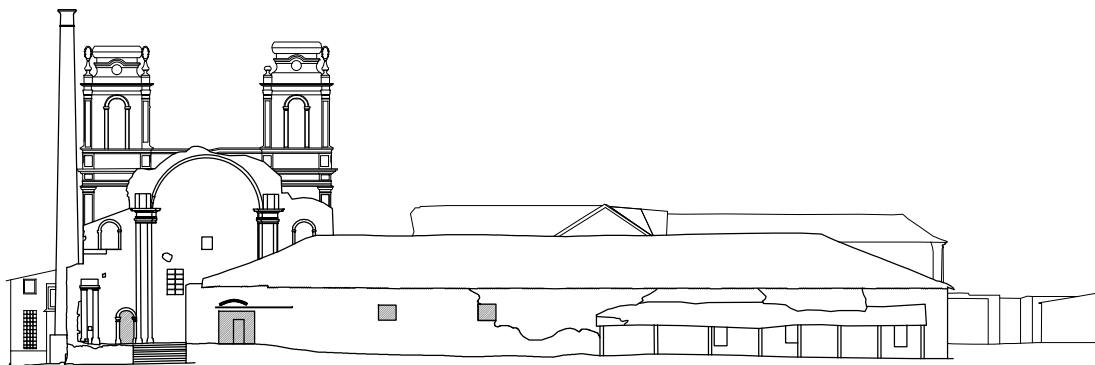
⊙ Planta Piso 1

Desenhos do Edifício Preeistente | Escala 1.500  
 Fonte: Câmara Municipal da Figueira da Foz

0 5 10m

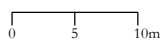


Alçado Oeste

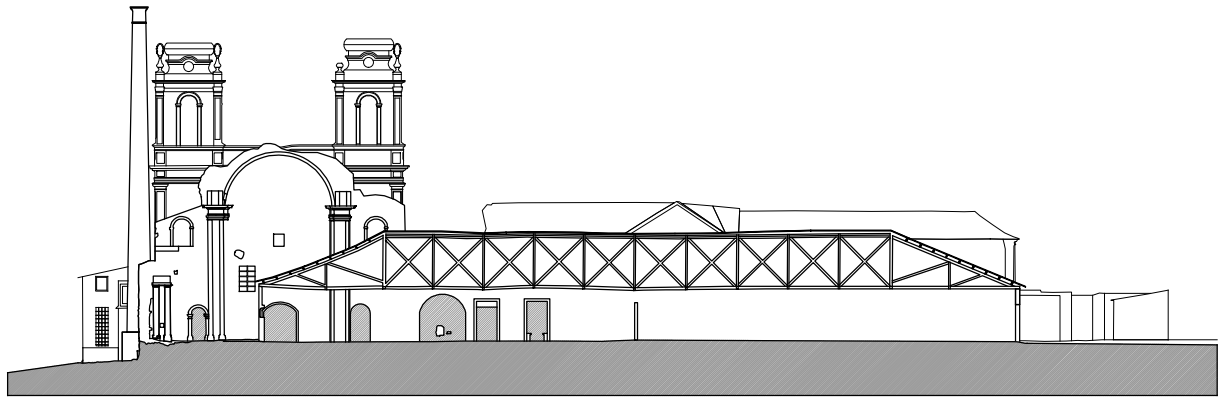


Alçado Este

Desenhos do Edifício Preeistente | Escala 1:500  
 Fonte: Câmara Municipal da Figueira da Foz



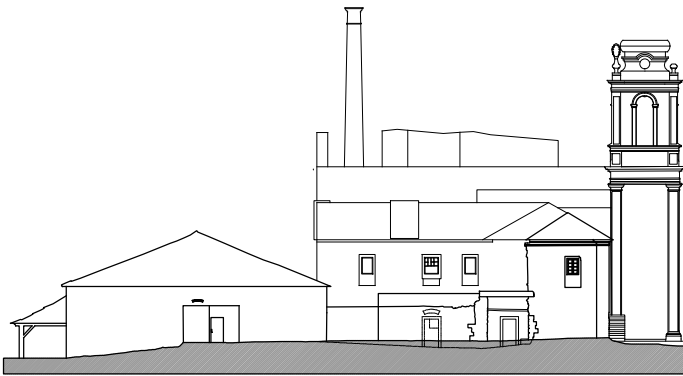




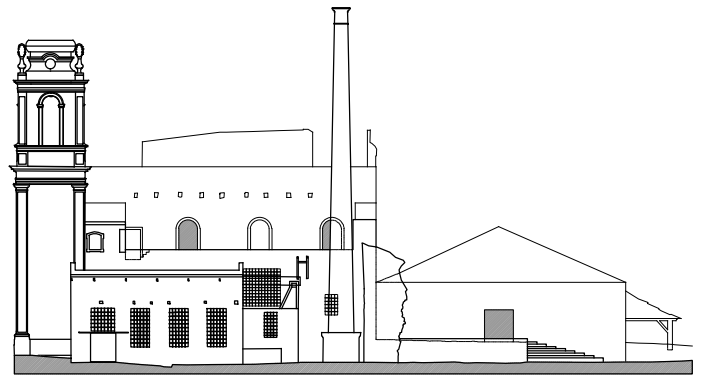
Perfil Longitudinal A



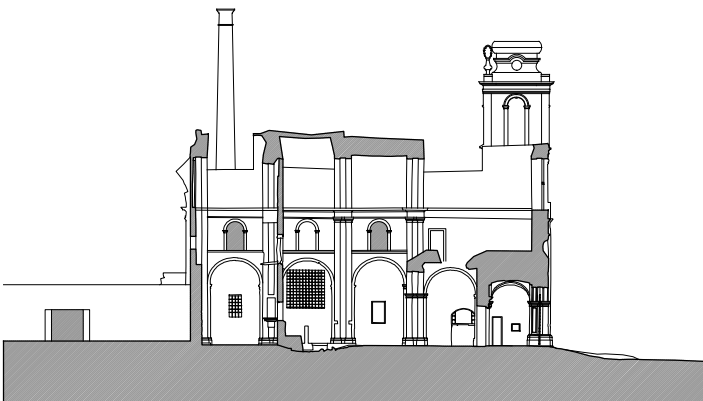
Perfil Longitudinal B



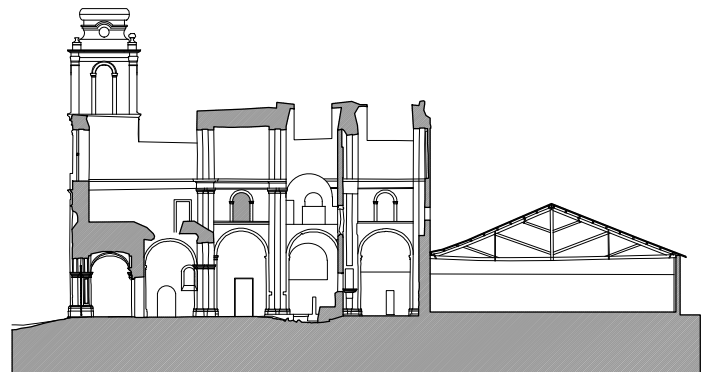
Alçado Norte



Alçado Sul



Perfil Transversal C



Perfil Transversal D

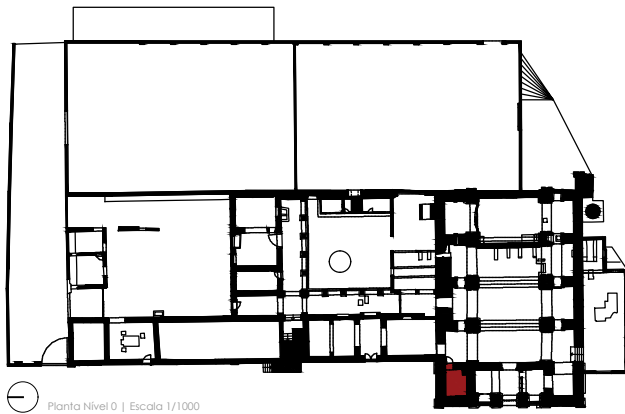
Desenhos do Edifício Preeistente | Escala 1:500  
 Fonte: Câmara Municipal da Figueira da Foz

0 5 10m

FICHAS DE CARATERIZAÇÃO  
MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE SEIÇA

# CARATERIZAÇÃO E MATERIALIDADE 01

MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE SEIÇA  
IGREJA | TORRE SINEIRA



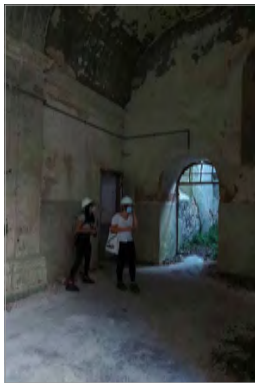
Planta Nível 0 | Escala 1/1000

## Elementos Principais

Elemento	Degradação	Material Existente
Pavimento	Média	Pedra
Parede	Média	Alvenaria de pedra, reboco de areia e cal(interior); Alvenaria de tijolo e argamassa (exterior)
Teto	Média	Abóbada de canhão em tijolo rebocada

## Elementos Secundários

Elemento	Degradação	Material Existente
Caixilharia	Média	Interior: madeira; Exterior: ferro
Vãos	Média	Moldura em cantaria (fachada principal)



Fotografia 1

--- 1



Fotografia 2

--- 2



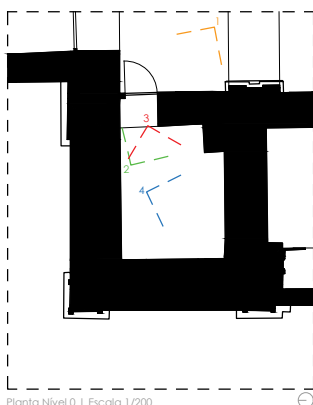
Fotografia 3

--- 3



Fotografia 4

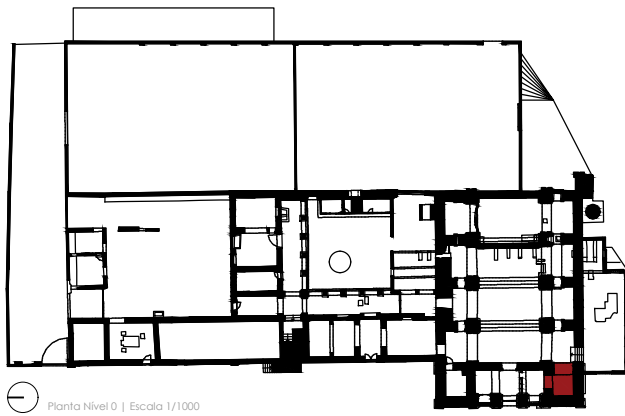
--- 4



Planta Nível 0 | Escala 1/200

# CARATERIZAÇÃO E MATERIALIDADE 02

MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE SEIÇA  
IGREJA | TORRE SINEIRA



Planta Nível 0 | Escala 1/1000

## Elementos Principais

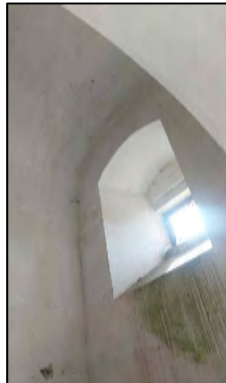
Elemento	Degradação	Material Existente
Pavimento	Média	Pedra
Parede	Média	Alvenaria de pedra, reboco de areia e cal
Teto	Média	Abóbada de canhão em tijolo rebocada

## Elementos Secundários

Elemento	Degradação	Material Existente
Caixilharia	Média	Interior: madeira; Exterior: ferro



Fotografia 1



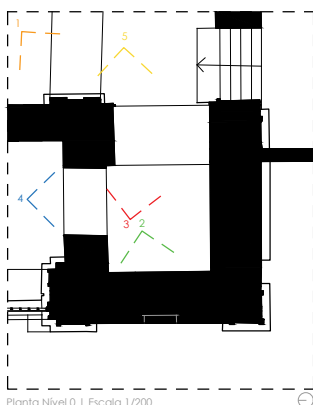
Fotografia 2



Fotografia 3



Fotografia 4



Planta Nível 0 | Escala 1/200

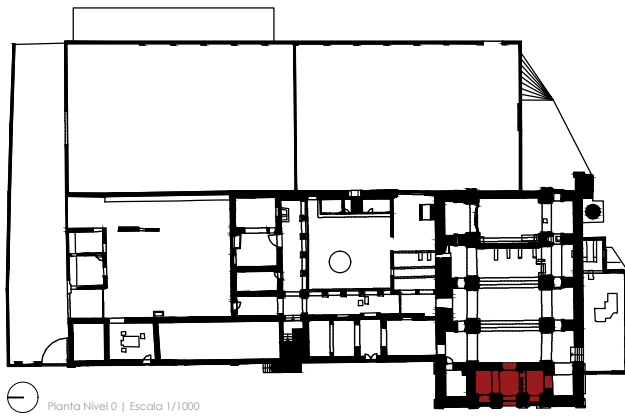


Fotografia 5

# CARATERIZAÇÃO E MATERIALIDADE 03

## MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE SEIÇA

### IGREJA | NÁRTEX



Planta Nível 0 | Escala 1/1000

### Elementos Principais

Elemento	Degradação	Material Existente
Pavimento	Média	Pedra
Parede	Média	Alvenaria de pedra, reboco de areia e cal, superfície pintada a branco
Teto	Média	Abóbadas de aresta em tijolo rebocada; Arcos cruzeiro em pedra; Arcos torais de pedra

### Elementos Secundários

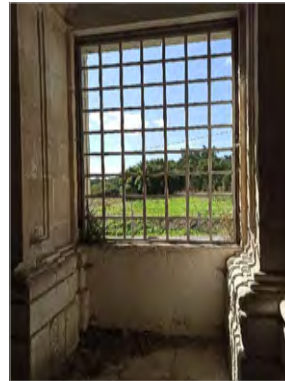
Elemento	Degradação	Material Existente
Caixilharia	Média	Interior: madeira; Exterior: ferro
Vãos	Média	Arcos de volta perfeita com moldura em cantaria de pedra (2 total e parcialmente entaipados),
Elementos fabris	Média	Parede de betão; Vestígio de maquinaria da unidade fabril



Fotografia 1



Fotografia 2



Fotografia 3



Fotografia 4



Planta Nível 0 | Escala 1/200

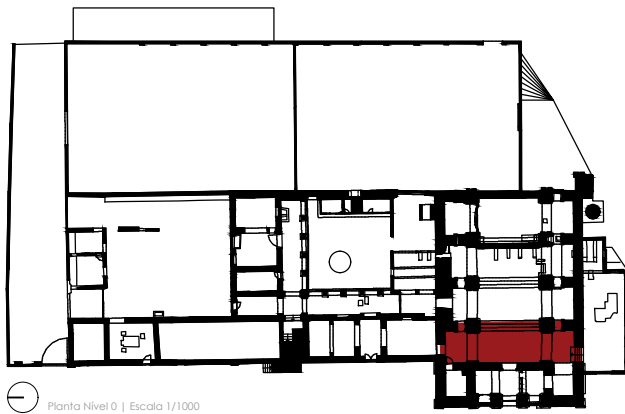


Fotografia 5



# CARATERIZAÇÃO E MATERIALIDADE 04

MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE SEIÇA  
IGREJA | PRIMEIRO TRAMO



Planta Nível 0 | Escala 1/1000

## Elementos Principais

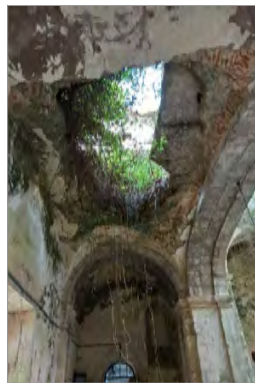
Elemento	Degradação	Material Existente
Pavimento	Média	Pedra; Revestimento em betão
Parede	Média	Alvenaria de pedra, reboco de areia e cal, superfície pintada a branco
Pilastras	Média	Pilastras colossais em pedra; Cornija em pedra
Teto	Em ruína Média	Abóbada central de aresta revestida a reboco Abóbadas laterais de canhão em tijolo, revestidas a reboco

## Elementos Secundários

Elemento	Degradação	Material Existente
Caixilharia	Média	Madeira, ferro
Vãos	Média	Capelas laterais: arcos de volta perfeita, moldura em cantaria de pedra



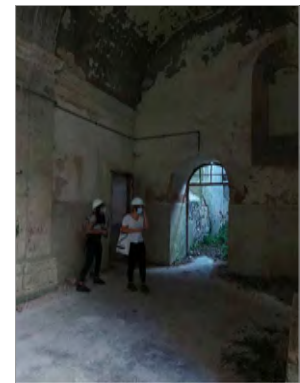
Fotografia 1



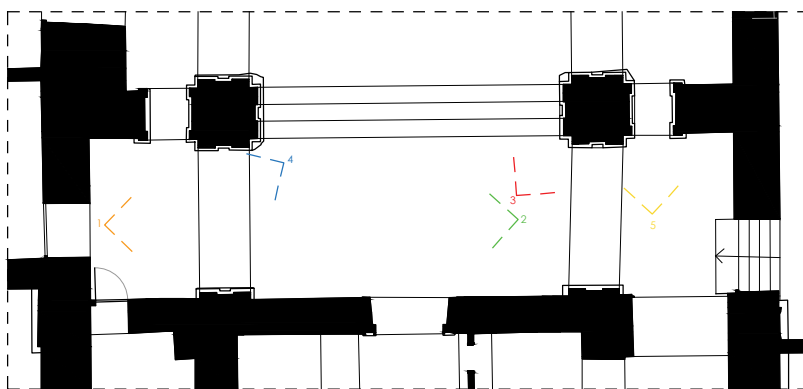
Fotografia 2



Fotografia 3



Fotografia 4



Planta Nível 0 | Escala 1/200



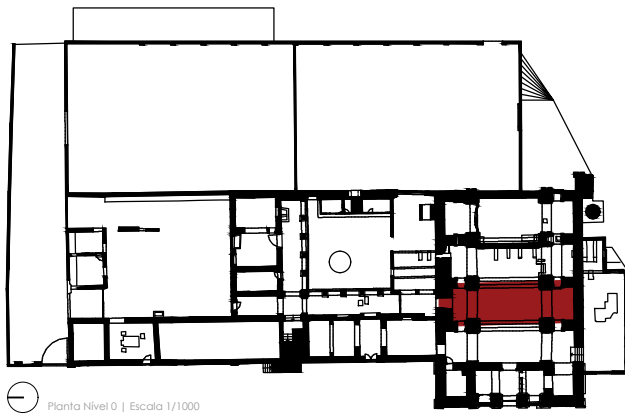
Fotografia 5



# CARATERIZAÇÃO E MATERIALIDADE 05

MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE SEIÇA

IGREJA | SEGUNDO TRAMO



Planta Nível 0 | Escala 1/1000

## Elementos Principais

Elemento	Degradação	Material Existente
Pavimento	Média	Pedra; Revestimento em betão; Vegetação
Parede	Elevada	Alvenaria de pedra, reboco de areia e cal, superfície pintada a branco
Pilastras	Média	Pilastras colossais em pedra; Cornija em pedra
Teto	Elevado Em ruína	Abóbada de canhão em tijolo revestida a reboco; Arcos torais de pedra Cobertura de duas águas, estrutura em madeira revestida a telha cerâmica

## Elementos Secundários

Elemento	Degradação	Material Existente
Caixilharia	Elevada	Madeira
Vãos	Média	Capelas laterais: arcos de volta perfeita, moldura em cantaria de pedra; Galeria: arcos de volta perfeita entaipados, moldura em cantaria de pedra
Elementos fabris	Elevada	Elementos da antiga fábrica em ferro (encastrados nas paredes)



1



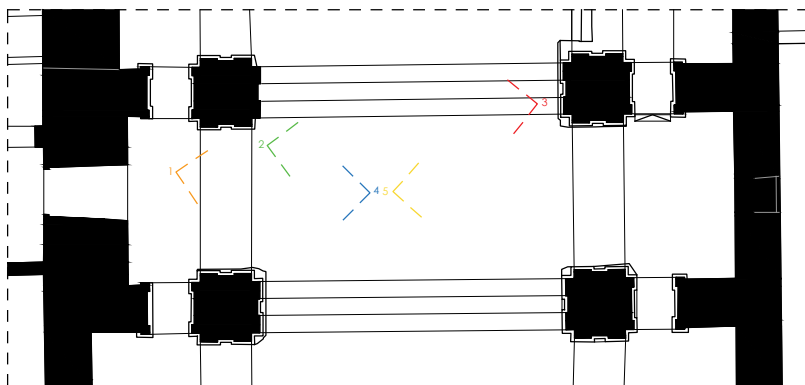
Fotografia 2



Fotografia 3



Fotografia 4



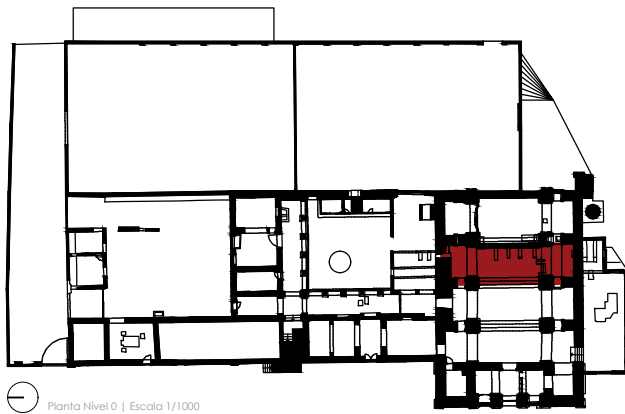
Planta Nível 0 | Escala 1/200



Fotografia 5

# CARATERIZAÇÃO E MATERIALIDADE 06

MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE SEIÇA  
IGREJA | TERCEIRO TRAMO



Planta Nível 0 | Escala 1/1000

## Elementos Principais

Elemento	Degradação	Material Existente
Pavimento	Elevada	Pedra; Revestimento em betão; Vegetação
Parede	Elevada	Alvenaria de pedra, reboco de areia e cal, betão (antiga fábrica), superfície pintada a branco
Pilastras	Média	Pilastras colossais em pedra; Cornija em pedra
Teto	Em ruína Em ruína	Abóbada de canhão em tijolo revestida a reboco; Arcos torais de pedra Cobertura de duas águas, estrutura em madeira revestida a telha cerâmica

## Elementos Secundários

Elemento	Degradação	Material Existente
Caixilharia	Média	Ferro
Vãos	Média	Capelas laterais: arcos de volta perfeita, moldura em cantaria de pedra Galeria: arco de volta perfeita, moldura em cantaria de pedra
Elementos fabris	Elevada	Elementos em madeira e ferro (encastrados na parede); Betão no pavimento; Depósito na galeria



Fotografia 1



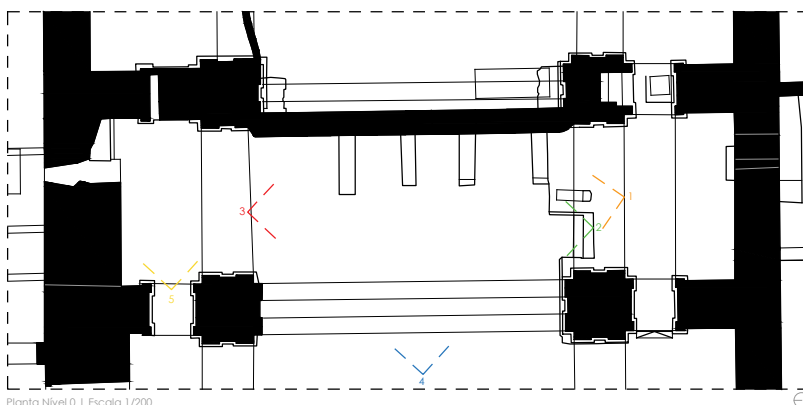
Fotografia 2



Fotografia 3



Fotografia 4



Planta Nível 0 | Escala 1/200



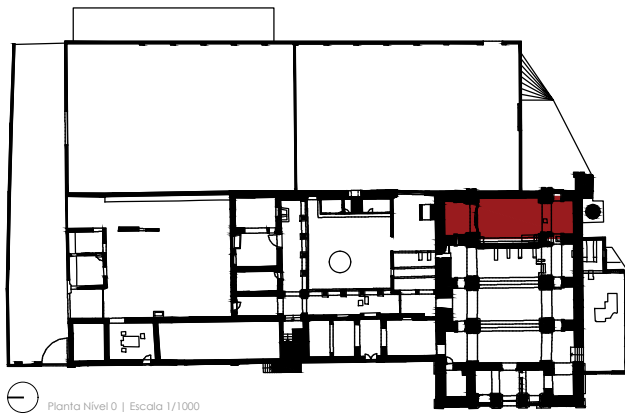
Fotografia 5





# CARATERIZAÇÃO E MATERIALIDADE 07

MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE SEIÇA  
IGREJA | QUARTO TRAMO



Planta Nível 0 | Escala 1/1000

## Elementos Principais

Elemento	Degradação	Material Existente
Pavimento	Elevada	Pedra; Revestimento em betão; Vegetação
Parede	Elevada	Alvenaria de pedra, reboco de areia e cal, betão (antiga fábrica), superfície pintada a branco
Pilastras	Média	Pilastras colossais em pedra com púlpitos, cornija em pedra
Teto	Em ruína Em ruína	Abóbadas de canhão em tijolo revestidas a reboco; Arcos torais de pedra Cobertura de duas águas, estrutura em madeira revestida a telha cerâmica

## Elementos Secundários

Elemento	Degradação	Material Existente
Caixilharia	Média	Ferro
Vãos	Média	Capelas laterais: arcos de volta perfeita, moldura em cantaria de pedra; Galeria: arco de volta perfeita, moldura em cantaria de pedra; Vãos da fachada este entaipados
Elementos fabris	Elevada	Elementos em madeira e ferro (encastrados na parede); Parede em alvenaria de tijolo



Fotografia 1



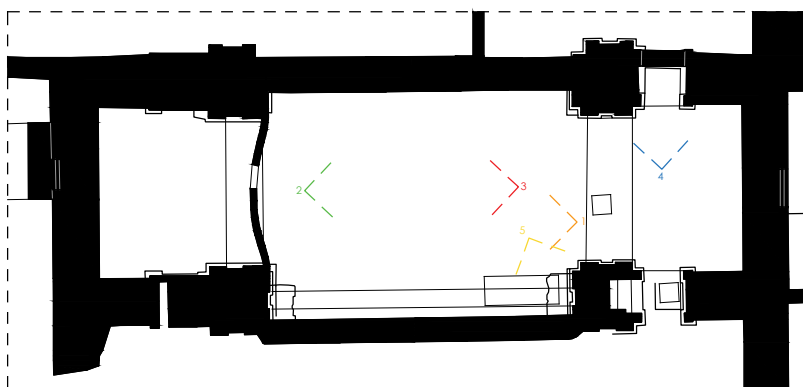
Fotografia 2



Fotografia 3



Fotografia 4



Planta Nível 0 | Escala 1/200

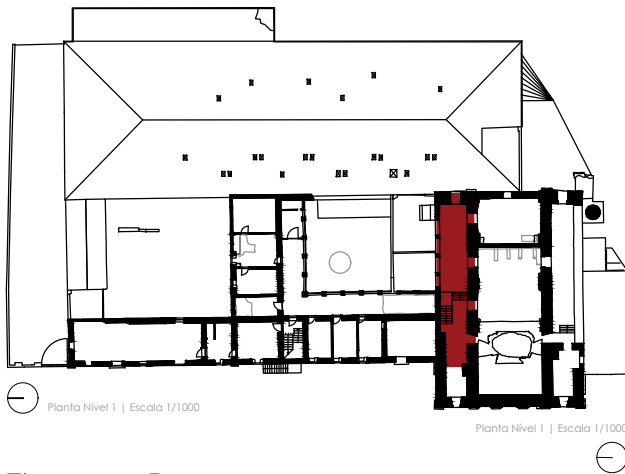


Fotografia 5



# CARATERIZAÇÃO E MATERIALIDADE 08

MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE SEIÇA  
IGREJA | GALERIA NORTE

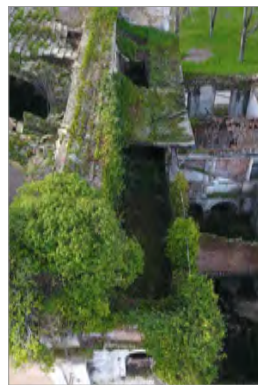
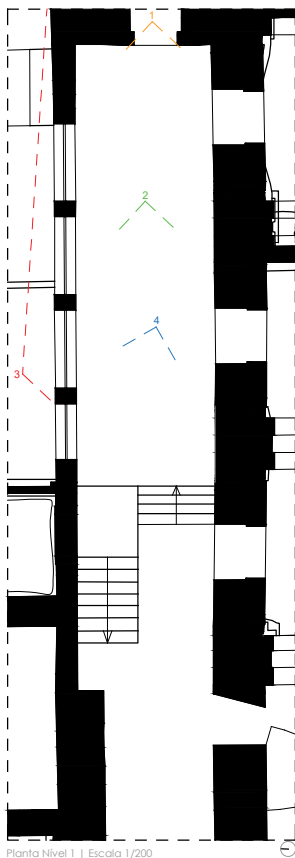


## Elementos Principais

Elemento	Degradação	Material Existente
Pavimento	Média	Pedra (incluindo as escadas) ; Vegetação
Parede	Elevada	Alvenaria de pedra, reboco de areia e cal, superfície pintada a branco
Pilares	Média	Tijolo burro e tijolo perfurado
Cobertura	Em ruína	Chapa metálica ondulada apoiada em barrotes de madeira

## Elementos Secundários

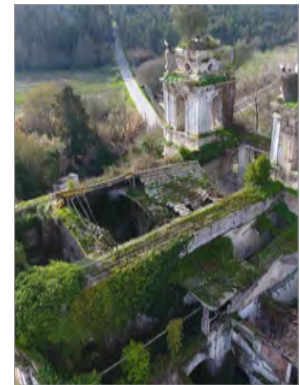
Elemento	Degradação	Material Existente
Caixilharia	Elevada	Ferro
Vãos	Média	Moldura em cantaria de pedra



Fotografia 1



Fotografia 2



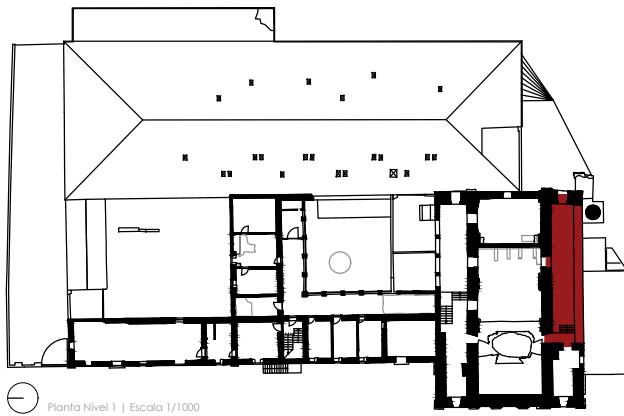
Fotografia 3



Fotografia 4

# CARATERIZAÇÃO E MATERIALIDADE 09

MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE SEIÇA  
IGREJA | GALERIA SUL



Planta Nível 1 | Escala 1/1000

## Elementos Principais

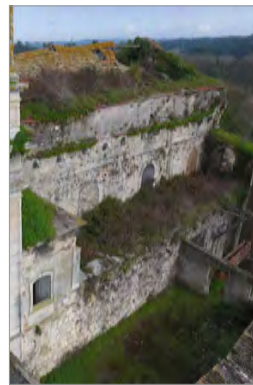
Elemento	Degradação	Material Existente
Pavimento	Média	Pedra (incluindo as escadas); Vegetação
Parede	Elevada	Alvenaria de pedra, reboco de areia e cal, superfície pintada a branco
Cobertura	Média	Laje de betão (Antiga Fábrica)

## Elementos Secundários

Elemento	Degradação	Material Existente
Vãos	Média	Moldura em cantaria de pedra; Vãos entaipados com tijolo burro e alvenaria de pedra



Planta Nível 1 | Escala 1/200



Fotografia 1



Fotografia 2

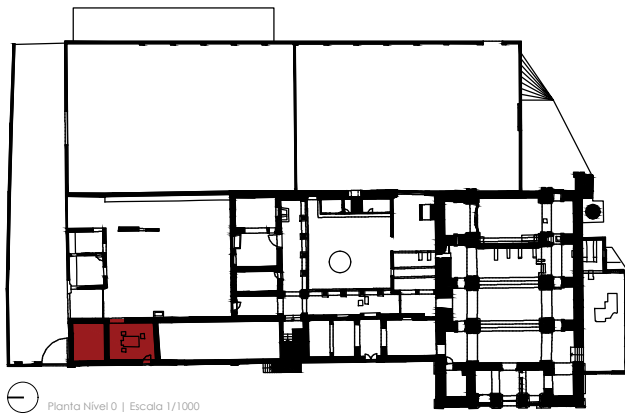


Fotografia 3

# CARATERIZAÇÃO E MATERIALIDADE 10

## MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE SEIÇA

### NÍVEL 0 | CELEIRO



Planta Nível 0 | Escala 1/1000

### Elementos Principais

Elemento	Degradação	Material Existente
Pavimento	Média	Betonilha
Parede	Média	Alvenaria de pedra, reboco de areia e cal, superfície pintada a branco, parede de betão
Teto		Vigas de madeira (suposição)

### Elementos Secundários

Elemento	Degradação	Material Existente
Caixilharia	Elevada	Madeira
Vãos	Elevada Elevada	Fachada principal: moldura em cantaria de pedra e vãos entaipados Fachada interior: janela com caixilho de madeira e presença de tijolo (possivelmente da fábrica), porta com padieira em betão e dobradiça de ferro



Fotografia 1



Fotografia 2



Fotografia 3



Fotografia 4



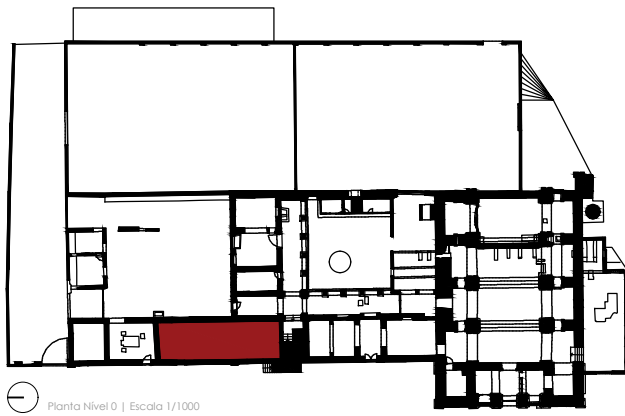
Planta Nível 1 | Escala 1/200



Fotografia 5

# CARATERIZAÇÃO E MATERIALIDADE 11

MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE SEIÇA  
NÍVEL 0 | CELEIRO



Planta Nível 0 | Escala 1/1000

## Elementos Principais

Elemento	Degradação	Material Existente
Pavimento	s/ informação	s/ informação
Parede	Elevada	Alvenaria de pedra, reboco de areia e cal, superfície pintada a branco, lambril pintado de cinzento
Teto	Elevada	Vigas de madeira

## Elementos Secundários

Elemento	Degradação	Material Existente
Vãos	Elevada	Vão entaipado com tijolo burro
Escadas	s/ informação	Madeira



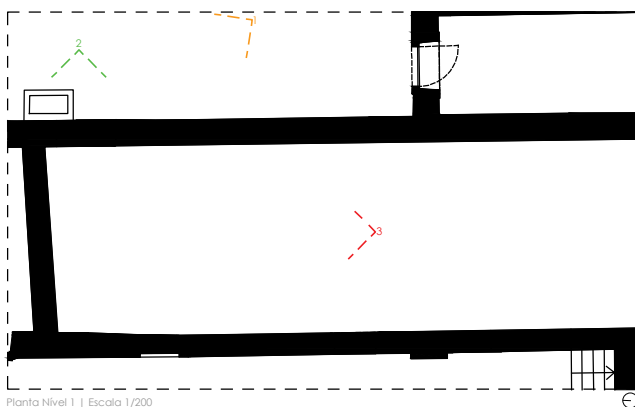
Fotografia 1



Fotografia 2



Fotografia 3

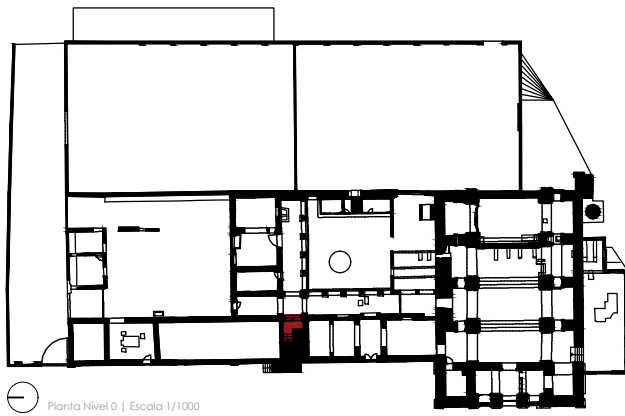


Planta Nível 1 | Escala 1/200

# CARATERIZAÇÃO E MATERIALIDADE 12

## MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE SEIÇA

### NÍVEL 0 | ACESSOS VERTICAIS



Planta Nível 0 | Escala 1/1000

### Elementos Principais

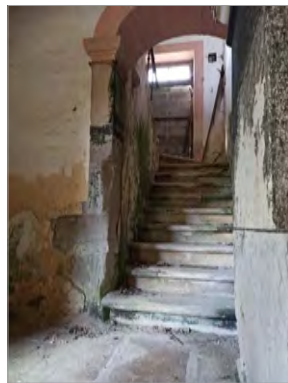
Elemento	Degradação	Material Existente
Pavimento	Média	Pedra (incluindo as escadas)
Parede	Média	Alvenaria de pedra, reboco de areia e cal, superfície pintada a branco
Teto	Média	Madeira ripada

### Elementos Secundários

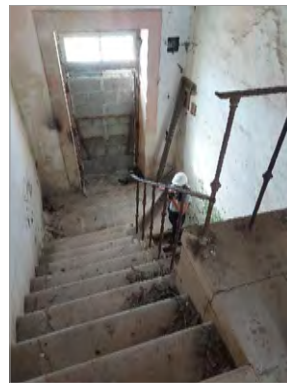
Elemento	Degradação	Material Existente
Caixilharia	Elevada	Ferro
Vãos	Elevada	Moldura em cantaria de pedra, pintado a rosa; Vão exterior entaipado
Guarda	Elevada	Ferro forjado



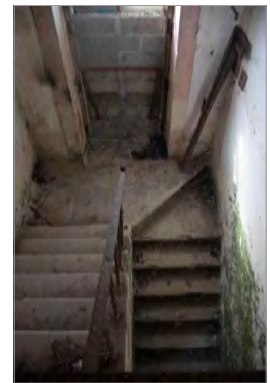
Fotografia 1



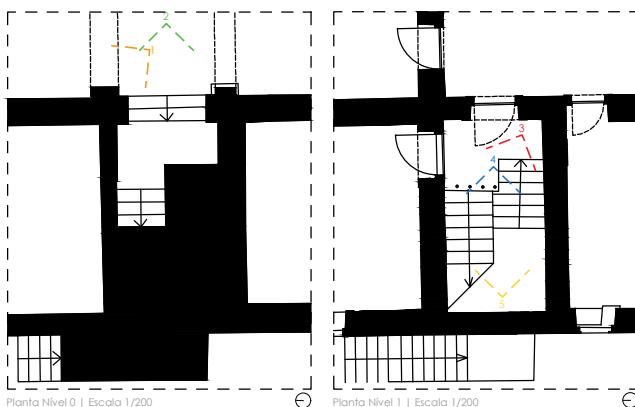
Fotografia 2



Fotografia 3

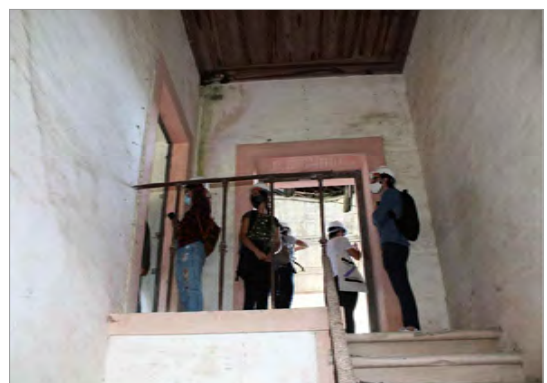


Fotografia 4



Planta Nível 0 | Escala 1/200

Planta Nível 1 | Escala 1/200

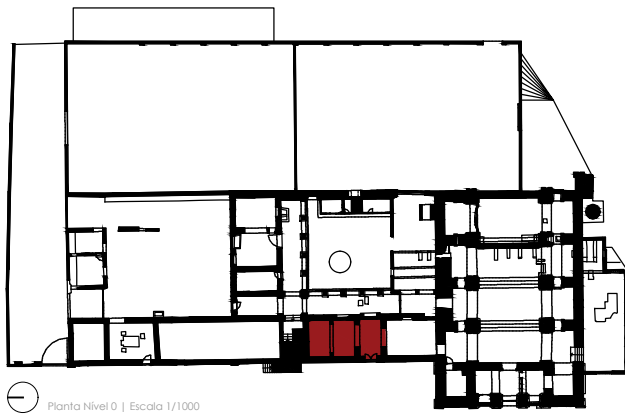


Fotografia 5



# CARATERIZAÇÃO E MATERIALIDADE 13

MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE SEIÇA  
NÍVEL 0 | ENTRADA NOBRE E HOSPEDARIA



Planta Nível 0 | Escala 1/1000

## Elementos Principais

Elemento	Degradação	Material Existente
Pavimento	Elevada	Betonilha
Parede	Elevada	Alvenaria de pedra (parede exterior e interior); Alvenaria de tijolo (paredes da fábrica), reboco de areia e cal, superfície pintada a branco, lambril pintado a cinzento; Argamassa de argila a cobrir fissuras
Teto	Elevada	Vigas de madeira

## Elementos Secundários

Elemento	Degradação	Material Existente
Caixilharia	Elevada	Madeira (janela)
Vãos	Elevada Elevada	Porta exterior: moldura em cantaria de pedra e frontão; Porta claustro: arco em cantaria de pedra



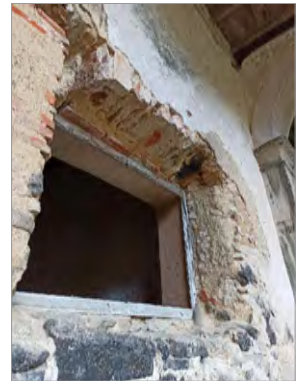
Fotografia 1



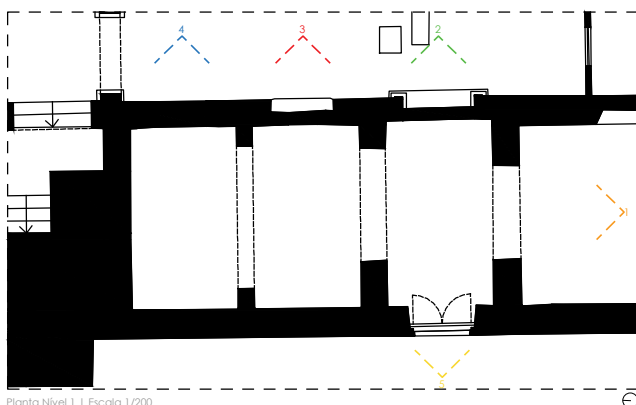
Fotografia 2



Fotografia 3



Fotografia 4



Planta Nível 1 | Escala 1/200

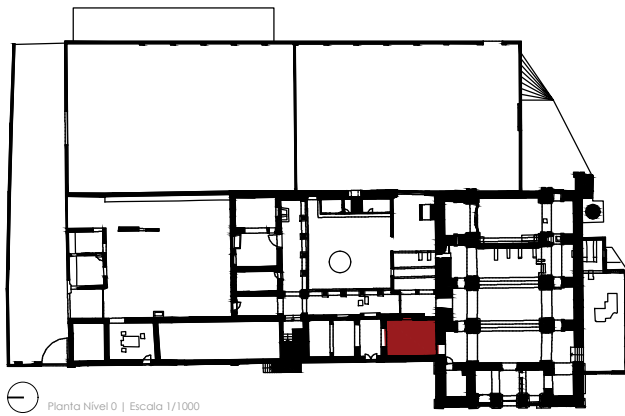


Fotografia 5

# CARATERIZAÇÃO E MATERIALIDADE 14

## MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE SEIÇA

### NÍVEL 0 | HOSPEDARIA



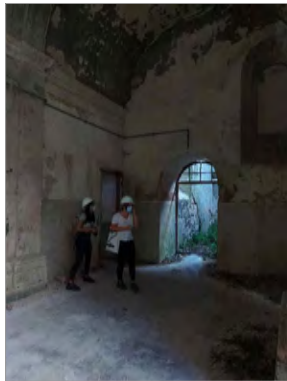
Planta Nível 0 | Escala 1/1000

### Elementos Principais

Elemento	Degradação	Material Existente
Pavimento	Elevada	Terra, vegetação
Parede	Elevada	Alvenaria de pedra (parede exterior e interior); Alvenaria de tijolo (paredes da fábrica), reboço de areia e cal, superfície pintada a branco, lambril pintado de cinzento, argamassa de argila a cobrir fissuras
Teto	Em ruína	Vigas de madeira

### Elementos Secundários

Elemento	Degradação	Material Existente
Caixilharia	Elevada	Ferro



Fotografia 1



Fotografia 2



Fotografia 3



Fotografia 4



Planta Nível 1 | Escala 1/200

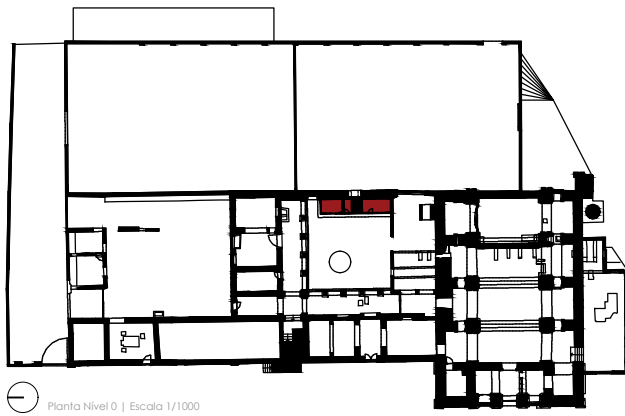


Fotografia 5



# CARATERIZAÇÃO E MATERIALIDADE 15

MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE SEIÇA  
NÍVEL 0 | ANEXO INSTALAÇÕES SANITÁRIAS



Planta Nível 0 | Escala 1/1000

## Elementos Principais

Elemento	Estado	Material Existente
Pavimento	Elevada	Betonilha; Vegetação
Parede	Elevada	Alvenaria de tijolo, reboco de areia e cal, superfície pintada a branco
Teto	Elevada	Betão

## Elementos Secundários

Elemento	Estado	Material Existente
Caixilharia	Elevada	Madeira



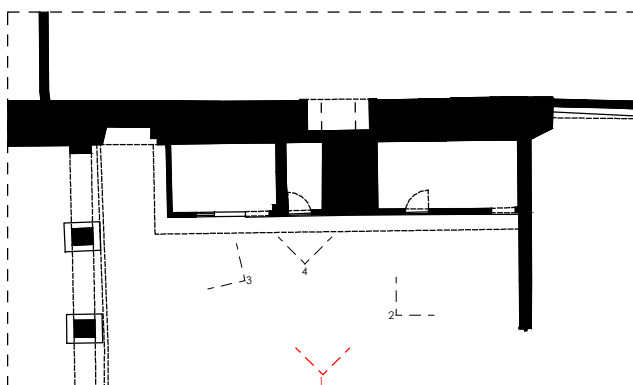
Fotografia 1



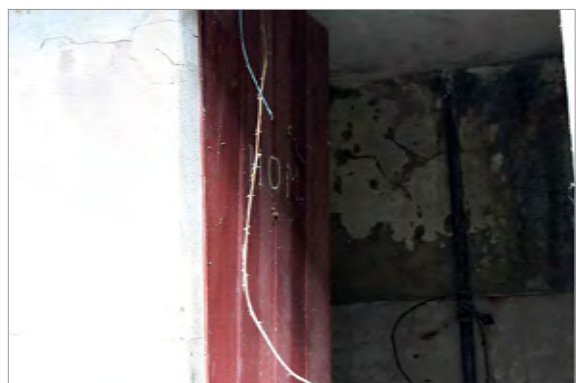
Fotografia 2



Fotografia 3



Planta Nível 1 | Escala 1/200



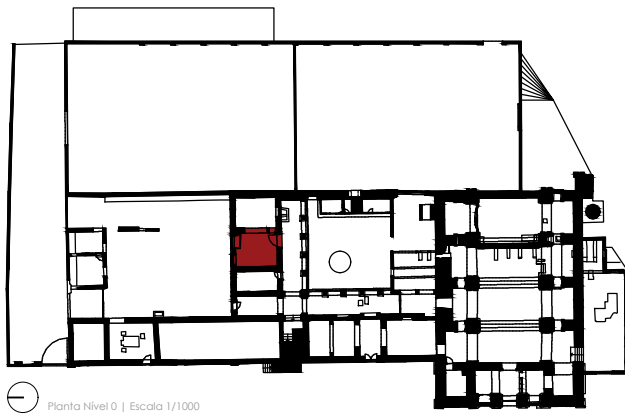
Fotografia 4



# CARATERIZAÇÃO E MATERIALIDADE 16

## MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE SEIÇA

### NÍVEL 0 | COZINHA E REFEITÓRIO



Planta Nível 0 | Escala 1/1000

### Elementos Principais

Elemento	Degradação	Material Existente
Pavimento	Elevada	Betonilha; Vegetação; Areia e terra
Parede	Elevada	Alvenaria de pedra, reboco de areia e cal
Teto	s/ informação	s/ informação

### Elementos Secundários

Elemento	Degradação	Material Existente
Caixilharia	Elevada	Portas: madeira
Vãos	Elevada	Moldura em cantaria de pedra



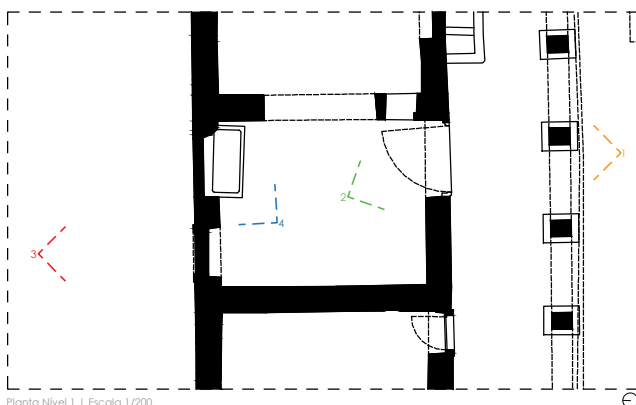
Fotografia 1



Fotografia 2



Fotografia 3



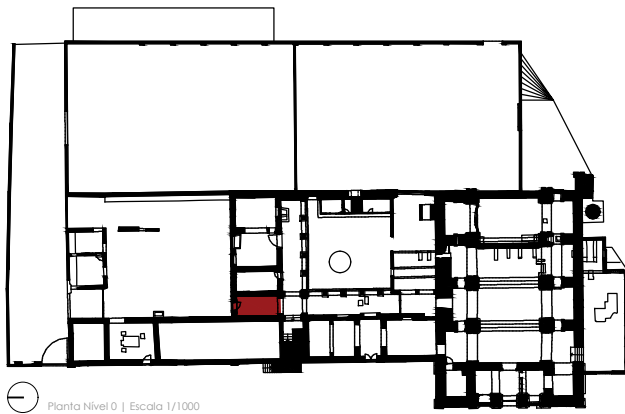
Planta Nível 1 | Escala 1/200



Fotografia 4

# CARATERIZAÇÃO E MATERIALIDADE 17

MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE SEIÇA  
NÍVEL 0 | CIRCULAÇÃO



Planta Nível 0 | Escala 1/1000

## Elementos Principais

Elemento	Degradação	Material Existente
Pavimento	Elevada	Betonilha; Vegetação; Areia e terra
Parede	Elevada	Alvenaria de pedra, reboco de areia e cal, superfície pintada a branco
Teto	Em ruína	Madeira

## Elementos Secundários

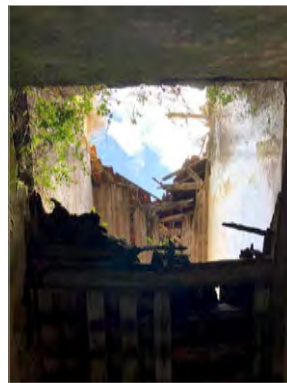
Elemento	Degradação	Material Existente
Caixilharia	Média	Ferro
Vãos	Média	Moldura em cantaria de pedra



Fotografia 1



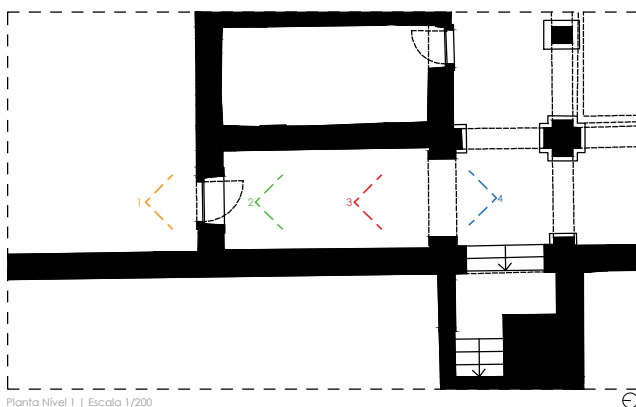
Fotografia 2



Fotografia 3



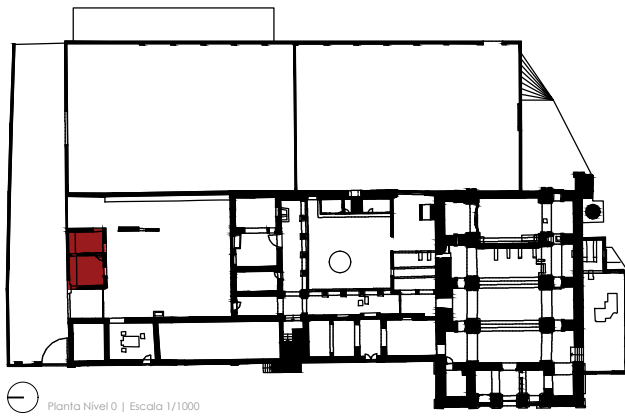
Fotografia 4



Planta Nível 1 | Escala 1/200

# CARATERIZAÇÃO E MATERIALIDADE 18

MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE SEIÇA  
NÍVEL 0 | ANEXO



## Elementos Principais

Elemento	Degradação	Material Existente
Pavimento	s/ informação	s/ informação
Parede	Em ruína	Alvenaria de pedra
Teto	Elevada	Telha cerâmica

## Elementos Secundários

Elemento	Degradação	Material Existente
Vãos	Elevada	Padieira em madeira



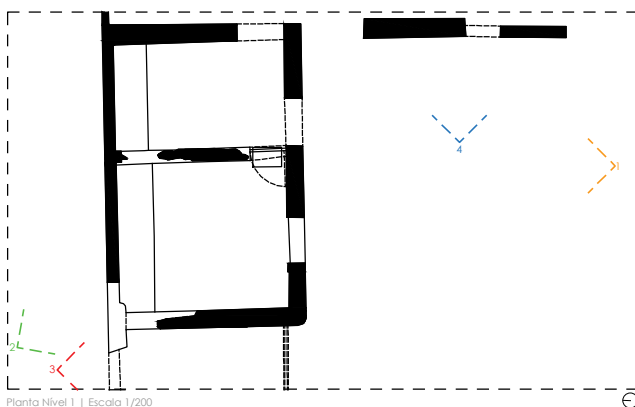
Fotografia 1



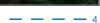
Fotografia 2



Fotografia 3



Fotografia 4



# CARATERIZAÇÃO E MATERIALIDADE 19

MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE SEIÇA  
NÍVEL 0 | ARMAZÉM FÁBRICA



Planta Nível 0 | Escala 1/1000

## Elementos Principais

Elemento	Degradação	Material Existente
Pavimento	Elevada	Betão
Parede	Média	Alvenaria de tijolo rebocado
Cobertura	Em ruína	Chapa metálica ondulada apoiada em asnas de madeira

## Elementos Secundários

Elemento	Degradação	Material Existente
Caixilharia	Média	Ferro
Vãos	Média	Portão de ferro; Vãos da parede da ala nascente entaipados com tijolo perfurado



Fotografia 1



Fotografia 2



Fotografia 3



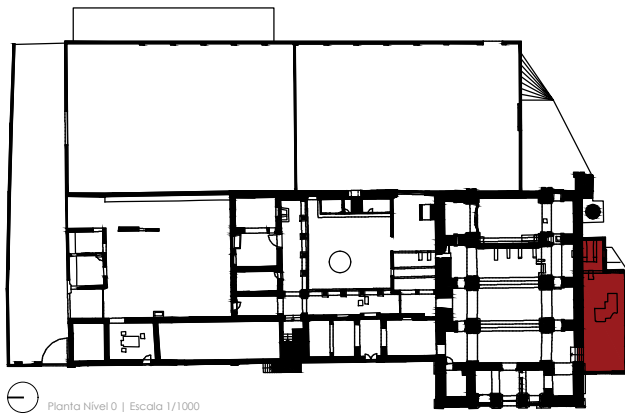
Fotografia 4



Planta Nível 0 | Escala 1/200

# CARATERIZAÇÃO E MATERIALIDADE 20

MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE SEIÇA  
NÍVEL 0 | ANEXO FÁBRICA



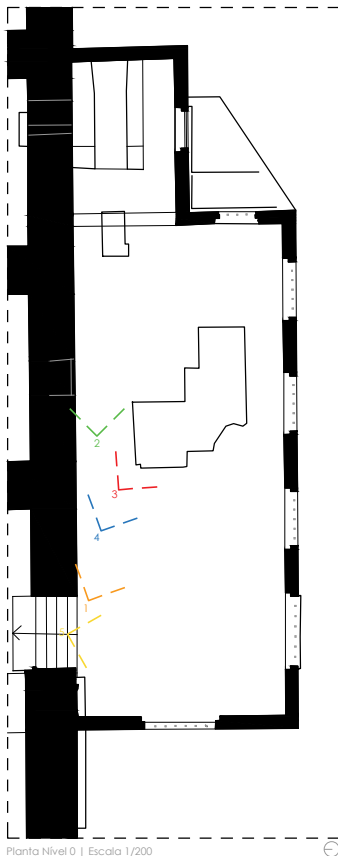
Planta Nível 0 | Escala 1/1000

## Elementos Principais

Elemento	Degradação	Material Existente
Pavimento	Elevada	Pedra; Revestimento em azulejo; Vegetação; Fosso
Parede	Elevada	Alvenaria de tijolo, reboco de areia e cal, superfície pintada a branco, lambril de azulejo branco
Teto	Elevada	Betão

## Elementos Secundários

Elemento	Degradação	Material Existente
Caixilharia	Média	Ferro
Vãos	Média	Portão de ferro; Vão entaipado com tijolo de cimento



Planta Nível 0 | Escala 1/200



Fotografia 1



Fotografia 2



Fotografia 3



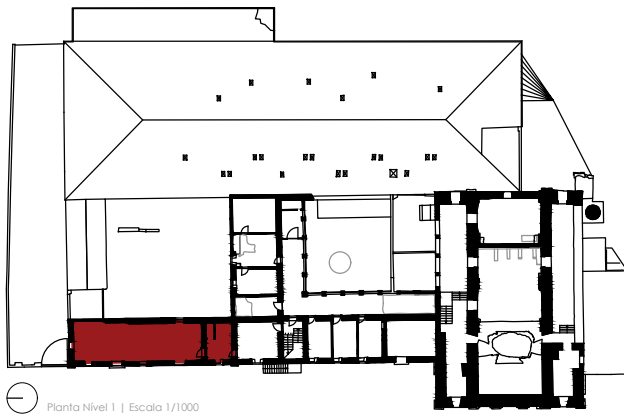
Fotografia 4



Fotografia 5

# CARATERIZAÇÃO E MATERIALIDADE 21

MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE SEIÇA  
NÍVEL 1 | BIBLIOTECA



Planta Nível 1 | Escala 1/1000

## Elementos Principais

Elemento	Degradação	Material Existente
Pavimento	Média	Madeira ripada
Parede	Média	Alvenaria de pedra, reboco de areia e cal, superfície pintada a branco, lambril pintado a cinzento.
Teto	Elevada	Vigas de madeira, estuque liso, superfície pintada a branco.

## Elementos Secundários

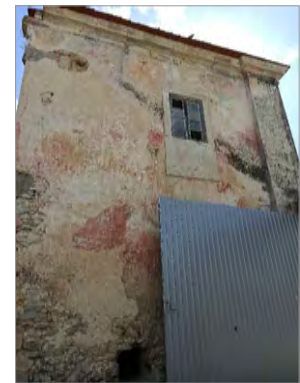
Elemento	Degradação	Material Existente
Caixilharia	Elevada	Madeira
Vãos	Média Elevada Elevada	Moldura em cantaria de pedra Portas: madeira Portadas: madeira



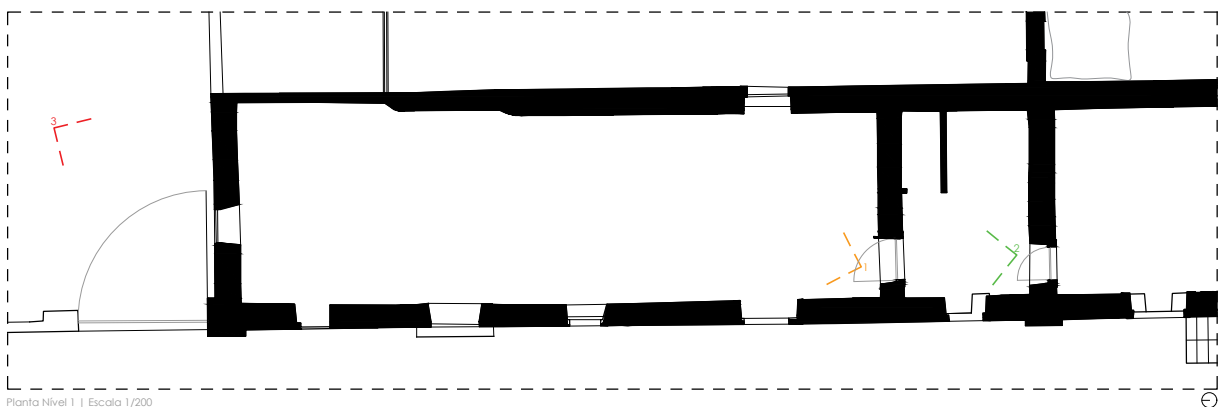
Fotografia 1



Fotografia 2



Fotografia 3

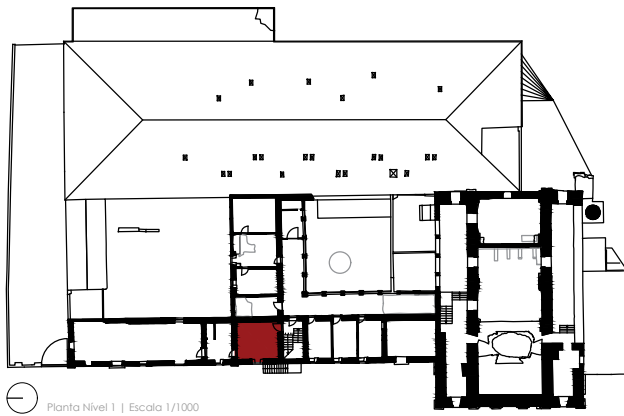


Planta Nível 1 | Escala 1/200

## CARATERIZAÇÃO E MATERIALIDADE 22

MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE SEIÇA

NÍVEL 1 | SALA ABACIAL



Planta Nível 1 | Escala 1/1000

### Elementos Principais

Elemento	Degradação	Material Existente
Pavimento	Média	Madeira ripada
Parede	Média	Alvenaria de pedra, reboco de areia e cal, superfície pintada a branco, lambril em azulejos, (azulejos em falta)
Teto	Média	Masseira

### Elementos Secundários

Elemento	Degradação	Material Existente
Caixilharia	Média	Madeira
Vãos	Média Elevada Elevada	Moldura em cantaria de pedra; Conversadeiras em pedra; Portas: madeira; Portadas: madeira



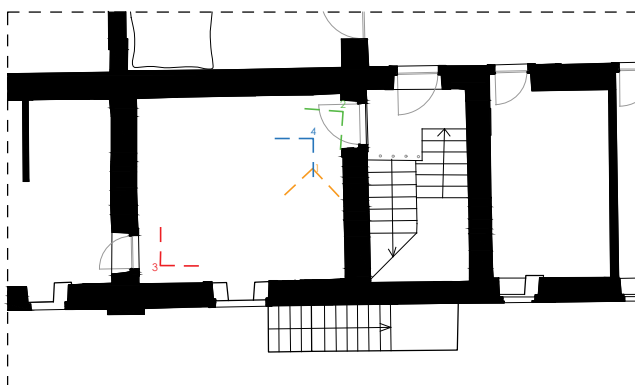
Fotografia 1



Fotografia 2



Fotografia 3



Planta Nível 1 | Escala 1/200

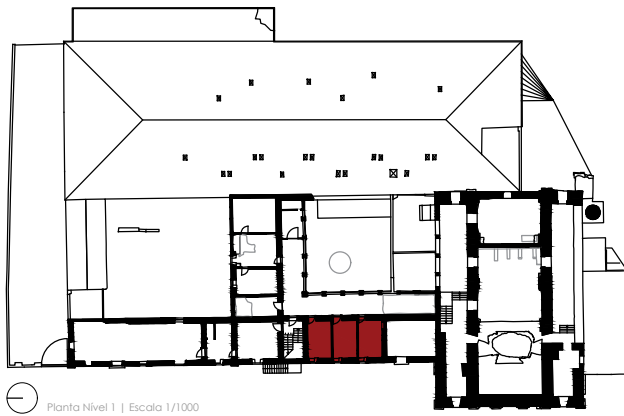


Fotografia 4



# CARATERIZAÇÃO E MATERIALIDADE 23

MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE SEIÇA  
NÍVEL 1 | CELAS

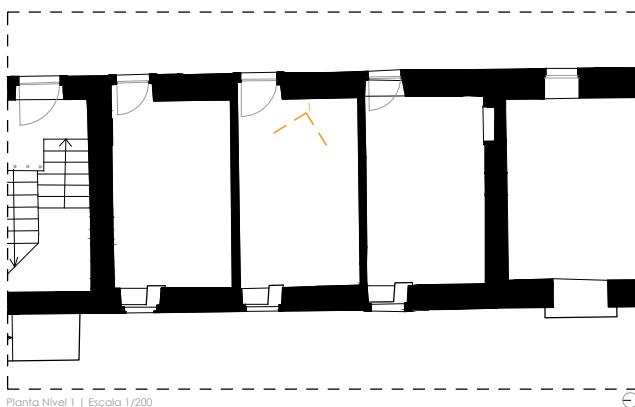


## Elementos Principais

Elemento	Degradação	Material Existente
Pavimento	Elevada	Madeira ripada
Parede	Elevada	Alvenaria de pedra, reboco de areia e cal, superfície pintada a branco.
Teto	s/ informação	s/ informação

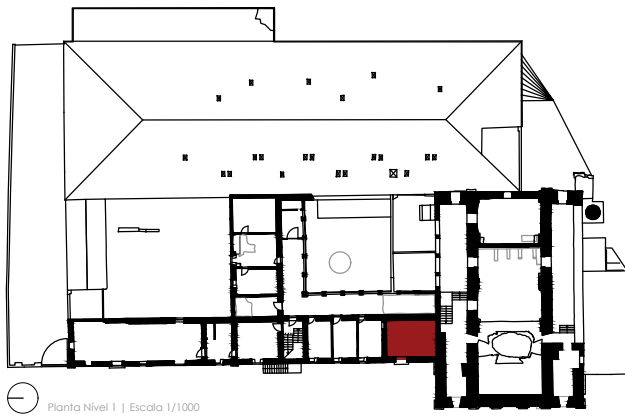
## Elementos Secundários

Elemento	Degradação	Material Existente
Caixilharia	Média	Madeira
Vãos	Elevada Média	Moldura em cantaria de pedra; Portadas: madeira



# CARATERIZAÇÃO E MATERIALIDADE 24

MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE SEIÇA  
NÍVEL 1 | CELA DO ABADE



Planta Nível 1 | Escala 1/1000

## Elementos Principais

Elemento	Degradação	Material Existente
Pavimento	Em ruína	Madeira ripada
Parede	Elevada	Alvenaria de pedra, reboco de areia e cal, superfície pintada a branco.
Teto	Em ruína	Vigas de madeira

## Elementos Secundários

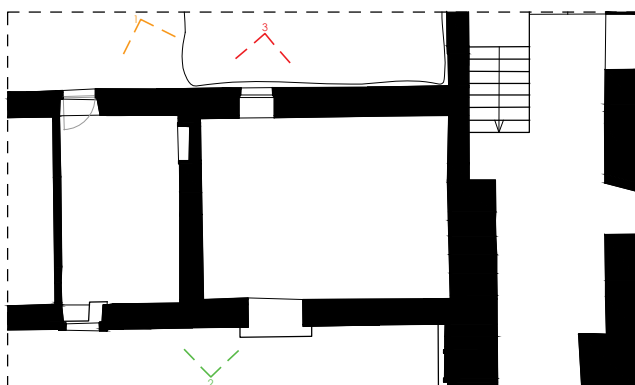
Elemento	Degradação	Material Existente
Caixilharia	Elevada	Madeira
Vãos	Elevada Elevada	Moldura em cantaria de pedra; Portadas: madeira



Fotografia 1



Fotografia 2



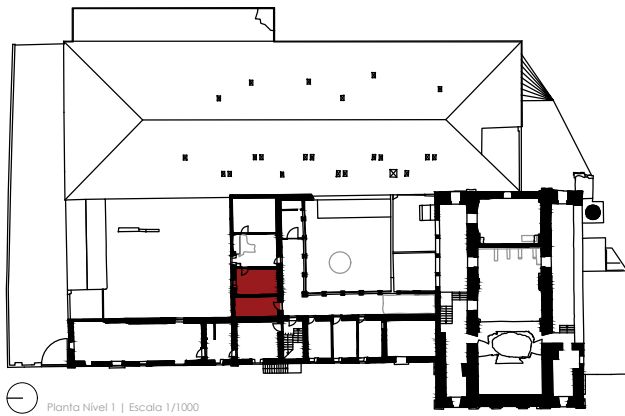
Planta Nível 1 | Escala 1/200



Fotografia 3

# CARATERIZAÇÃO E MATERIALIDADE 25

MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE SEIÇA  
NÍVEL 1 | CELAS



Planta Nível 1 | Escala 1/1000

## Elementos Principais

Elemento	Degradação	Material Existente
Pavimento	Elevada	Madeira ripada
Parede	Elevada	Alvenaria, reboco de areia e cal, superfície pintada a branco.
Teto	Em ruína	Vigas de madeira

## Elementos Secundários

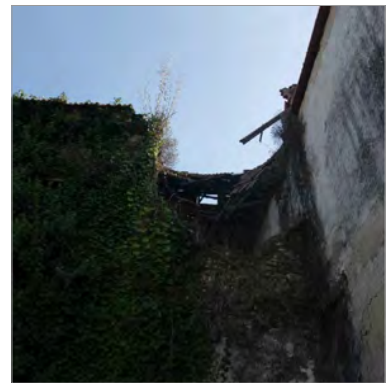
Elemento	Degradação	Material Existente
Caixilharia	Elevada	Madeira
Vãos	Média Elevada	Moldura em cantaria de pedra, tom rosa. Portadas: madeira



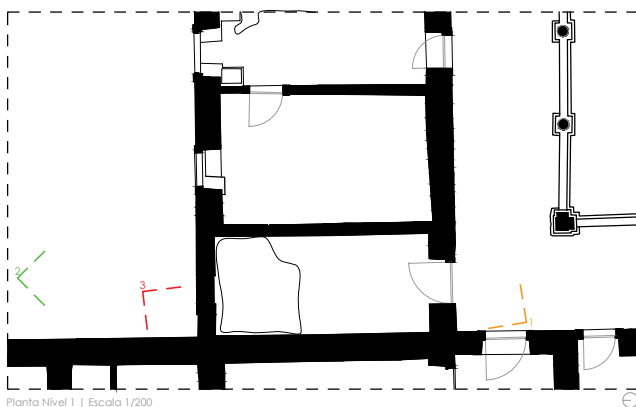
Fotografia 1



Fotografia 2



Fotografia 3

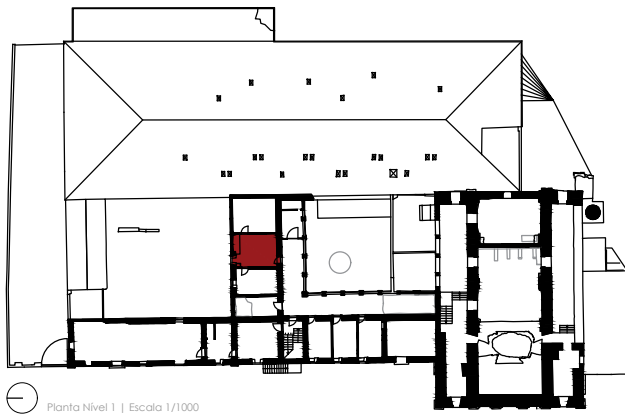


Planta Nível 1 | Escala 1/200

# CARATERIZAÇÃO E MATERIALIDADE 26

## MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE SEIÇA

### NÍVEL 1 | CELAS



### Elementos Principais

Elemento	Degradação	Material Existente
Pavimento	Elevada	Madeira ripada
Parede	Elevada	Alvenaria de pedra, reboco de areia e cal, superfície pintada a branco
Teto	Em ruína	Ripas de madeira

### Elementos Secundários

Elemento	Degradação	Material Existente
Caixilharia	Elevada	Madeira
Vãos	Elevada Elevada Elevada Elevada	Moldura em cantaria de pedra, tom branco. Conversadeiras em pedra; Portas: madeira; Portadas: madeira
Chaminé	Elevada	Tijolo



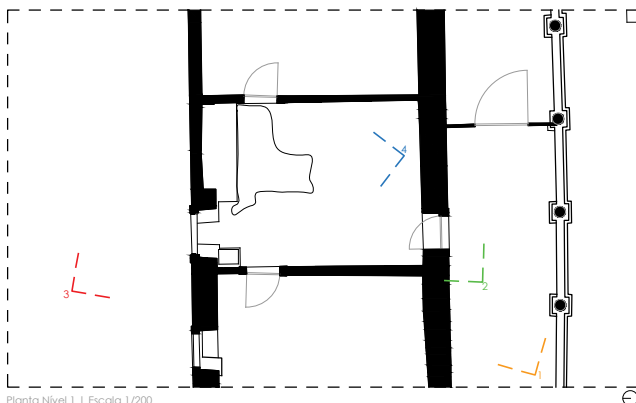
Fotografia 1



Fotografia 2



Fotografia 3



Plantas Nível 1 | Escala 1/200

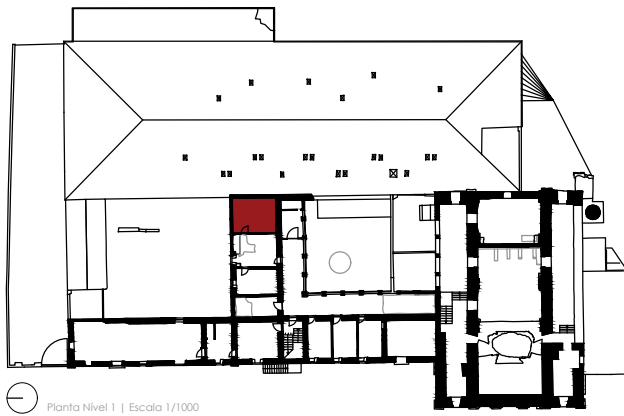


Fotografia 4

# CARATERIZAÇÃO E MATERIALIDADE 27

## MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE SEIÇA

### NÍVEL 1 | CELAS



Planta Nível 1 | Escala 1/1000

### Elementos Principais

Elemento	Degradação	Material Existente
Pavimento	Elevada	Madeira ripada
Parede	Elevada	Alvenaria de pedra, reboco de areia e cal, superfície pintada a branco
Teto	Elevada	Ripas de madeira

### Elementos Secundários

Elemento	Degradação	Material Existente
Caixilharia	Média	Madeira
Vãos	Elevada Elevada Elevada	Moldura em cantaria de pedra, tom branco; Conversadeiras em pedra; Portas: madeira



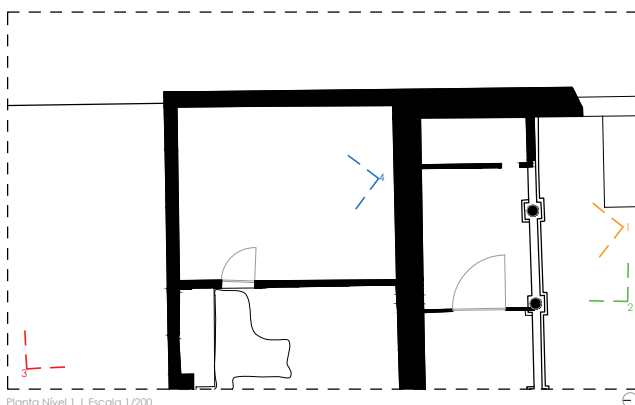
Fotografia 1



Fotografia 2



Fotografia 3



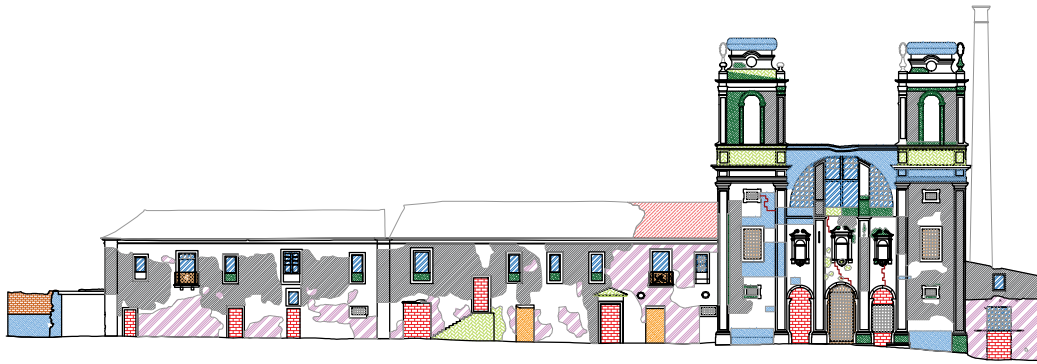
Planta Nível 1 | Escala 1/200



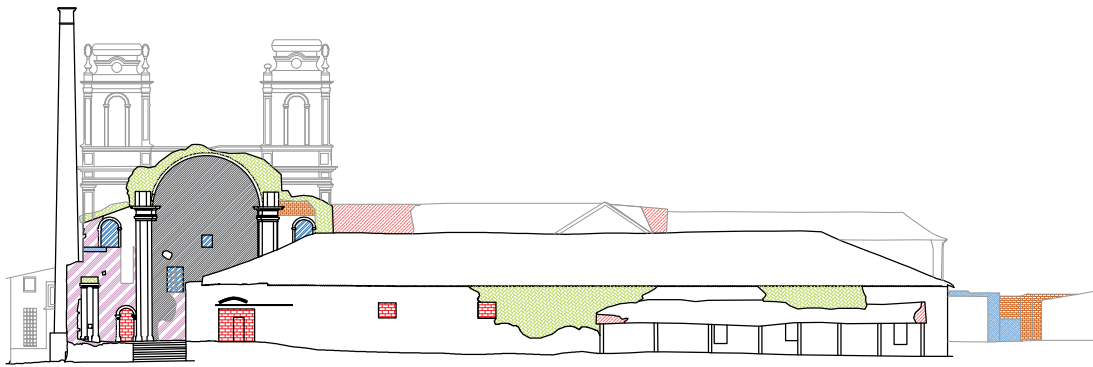
Fotografia 4



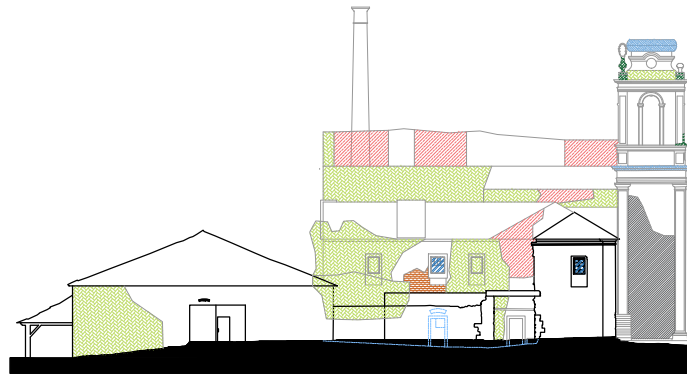
ANÁLISE DE ANOMALIAS  
MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE SEIÇA



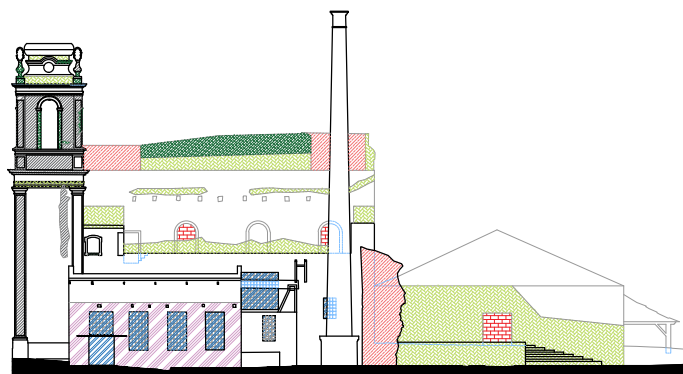
Alçado Oeste



Alçado Este



Alçado Norte

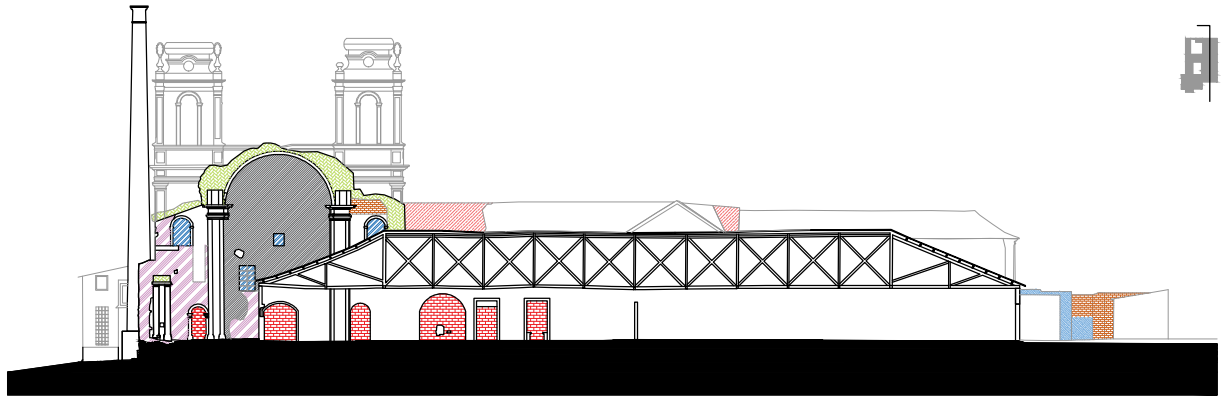


Alçado Sul

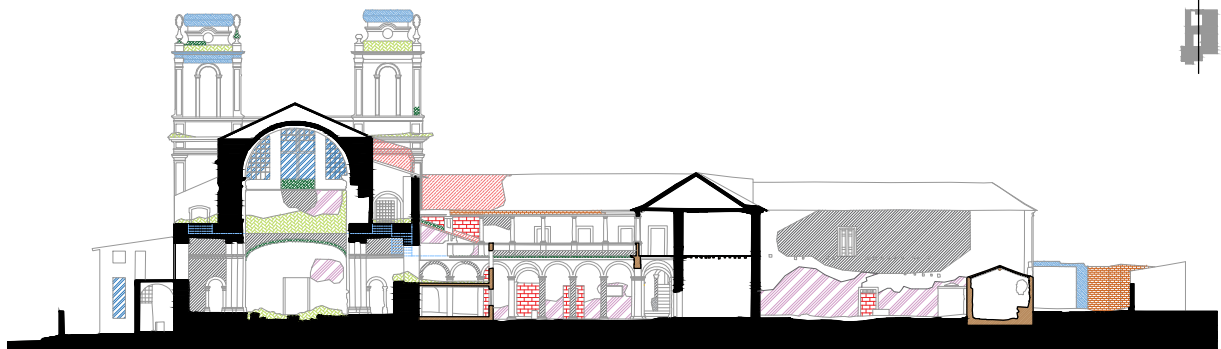
- |                         |                 |                        |                                 |                                       |         |
|-------------------------|-----------------|------------------------|---------------------------------|---------------------------------------|---------|
| Acumulação de vegetação | Vão Envelhecido | Vão Entaipado          | Presença de Líquenes            | Alvenaria de tijolo à vista degradada | Ruína   |
| Manchas de humidade     | Vão em falta    | Desagregação de reboco | Pedra desagregada ou danificada | Gradeamento danificado                | Fissura |

Análise Anomalias | Escala 1.500  
Fonte: *Desenhos da Autora*

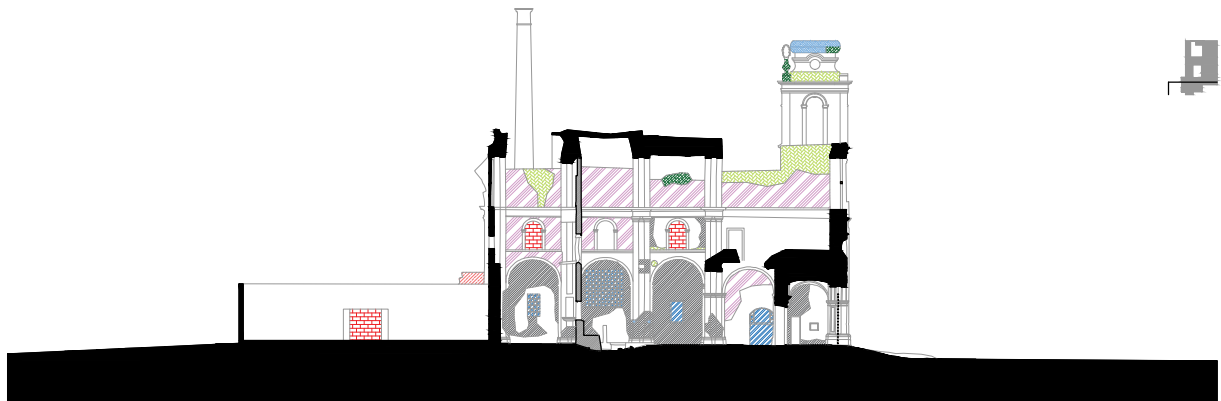
0 5 10m



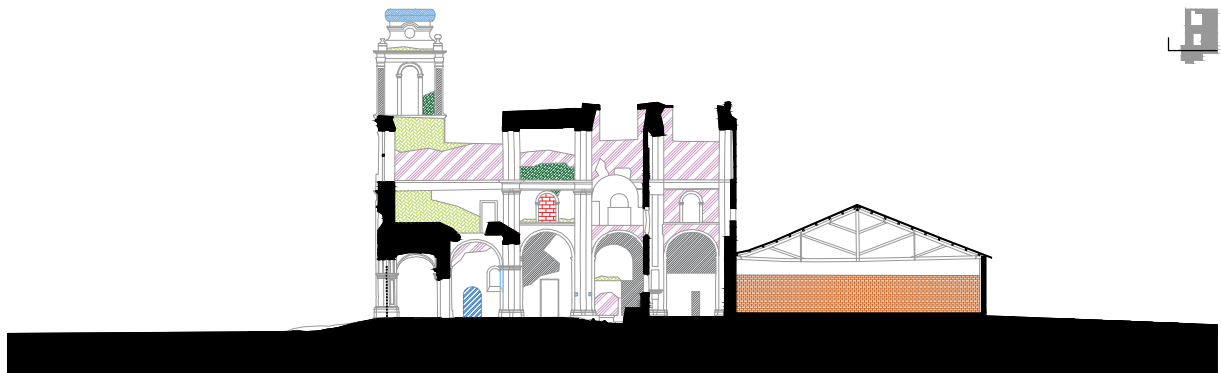
Perfil Longitudinal



Perfil Longitudinal



Perfil Longitudinal



Perfil Longitudinal

- |                         |                 |                        |                                 |                                       |         |
|-------------------------|-----------------|------------------------|---------------------------------|---------------------------------------|---------|
| Acumulação de vegetação | Vão Envelhecido | Vão Entaipado          | Presença de Líquenes            | Alvenaria de tijolo à vista degradada | Ruína   |
| Manchas de humidade     | Vão em falta    | Desagregação de reboco | Pedra desagregada ou danificada | Gradeamento danificado                | Fissura |

Análise Anomalias | Escala 1.500  
 Fonte: *Desenhos da Autora*

0 5 10m



## ÍNDICE DE DESENHOS

01. Escala 1.200 | Vermelhos e Amarelos - Planta Piso -1
02. Escala 1.200 | Vermelhos e Amarelos - Planta Piso 0
03. Escala 1.200 | Vermelhos e Amarelos - Planta Piso 1
04. Escala 1.200 | Vermelhos e Amarelos - Planta Piso 2
05. Escala 1.200 | Vermelhos e Amarelos - Planta de Cobertura
06. Escala 1.200 | Vermelhos e Amarelos - Alçados Este e Oeste
07. Escala 1.200 | Vermelhos e Amarelos - Alçados Norte e Sul
08. Escala 1.750 | Planta de Implantação e Perfil
09. Escala 1.200 | Planta Piso -1
10. Escala 1.200 | Planta Piso 0
11. Escala 1.200 | Planta Piso 1
12. Escala 1.200 | Planta Piso 2
13. Escala 1.200 | Planta de Cobertura
14. Escala 1.200 | Alçados Este e Oeste - Mosteiro
15. Escala 1.200 | Alçados Norte e Sul
16. Escala 1.200 | Alçados Este e Oeste - Edifício Proposto
17. Escala 1.200 | Perfis Transversais 1 e 2
18. Escala 1.200 | Perfis Transversais 3 e 4
19. Escala 1.200 | Perfis Transversais 5 e 6
20. Escala 1.200 | Perfis Longitudinais 7 e 8
21. Escala 1.200 | Perfis Longitudinais 9 e 10
22. Escala 1.200 | Perfis Longitudinais 11 e 12
23. Escala 1.300 | Axonometria Explodida
24. Escala 1.50 | Planta Piso 1
25. Escala 1.50 | Perfil Longitudinal
26. Escala 1.50 | Perfil Transversal
27. Escala 1.20 | Alçado e Perfil
28. Escala 1.10 | Pormenor Construtivo - Mosteiro
29. Escala 1.10 | Pormenor Construtivo - Edifício Proposto

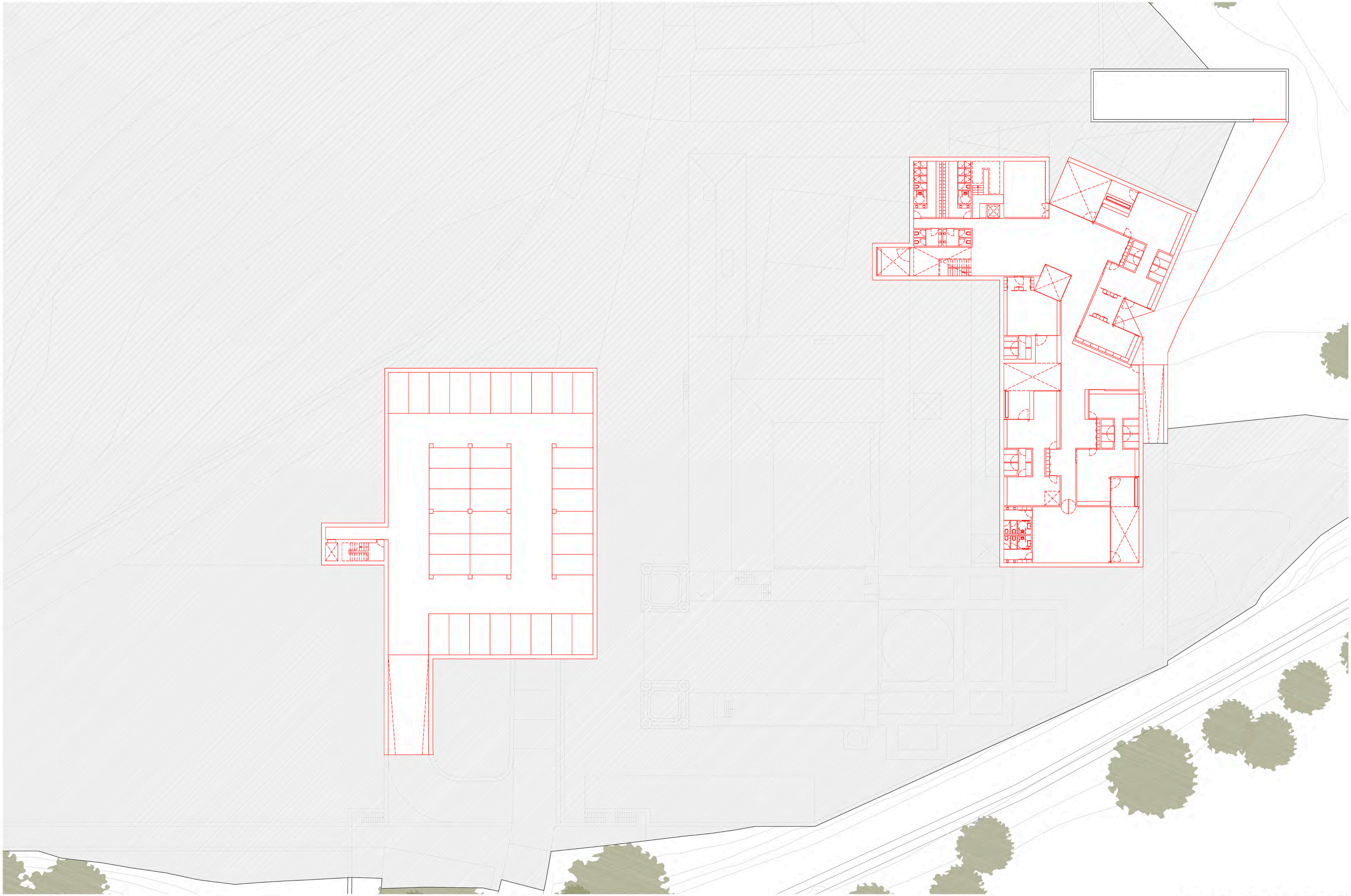


Fig. 1 - Vermelhos e Amarelos - Planta Piso -1 | 1.200

Legenda : Demolição | Construção

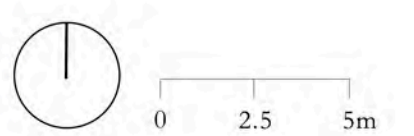


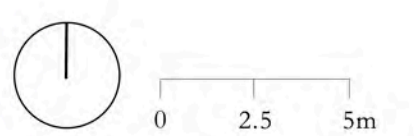


Fig. 2 - Vermelhos e Amarelos - Planta Piso 0 | 1.200



Legenda : — Demolição | — Construção

Fig. 3 - Vermelhos e Amarelos - Planta Piso 1 | 1.200





Legenda : — Demolição | — Construção

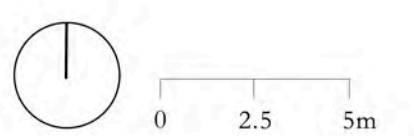


Fig. 4 - Vermelhos e Amarelos - Planta Piso 2 | 1.200

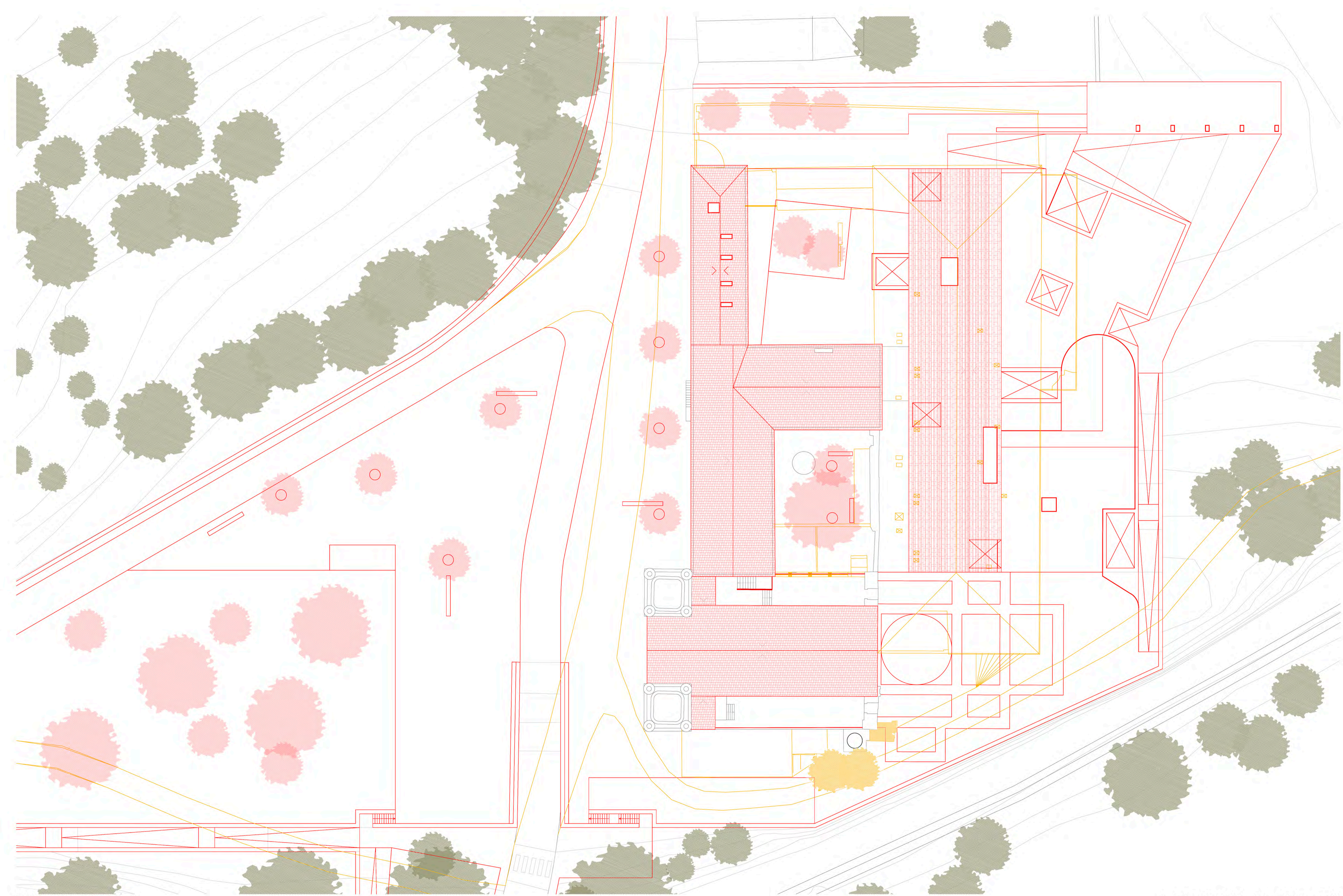
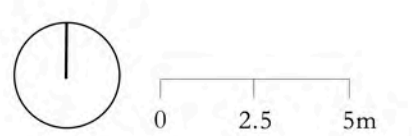
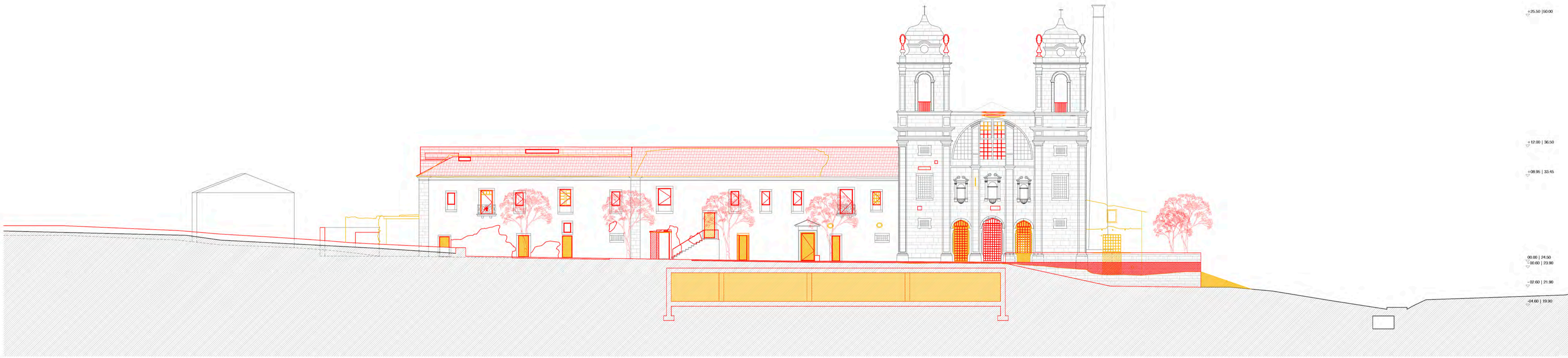


Fig. 5 - Vermelhos e Amarelos - Planta de Coberturas | 1.200

Legenda : Demolição | Construção

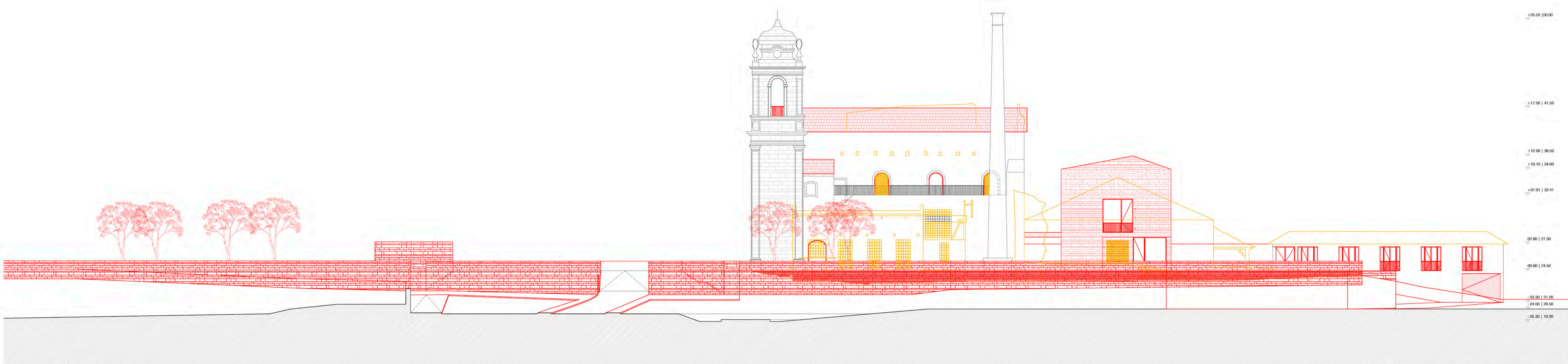
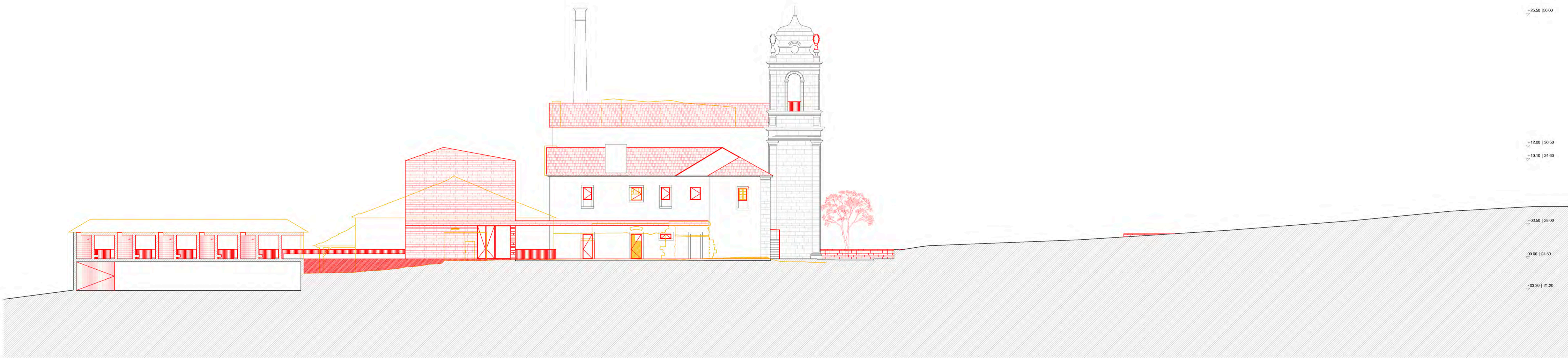




Legenda : Demolição | Construção

0 2.5 5m

Fig. 6 - Vermelhos e Amarelos - Alçados Oeste e Este | 1.200



Legenda : — Demolição | — Construção

Fig. 7 - Vermelhos e Amarelos - Alçados Norte e Sul | 1.200

0 2.5 5m

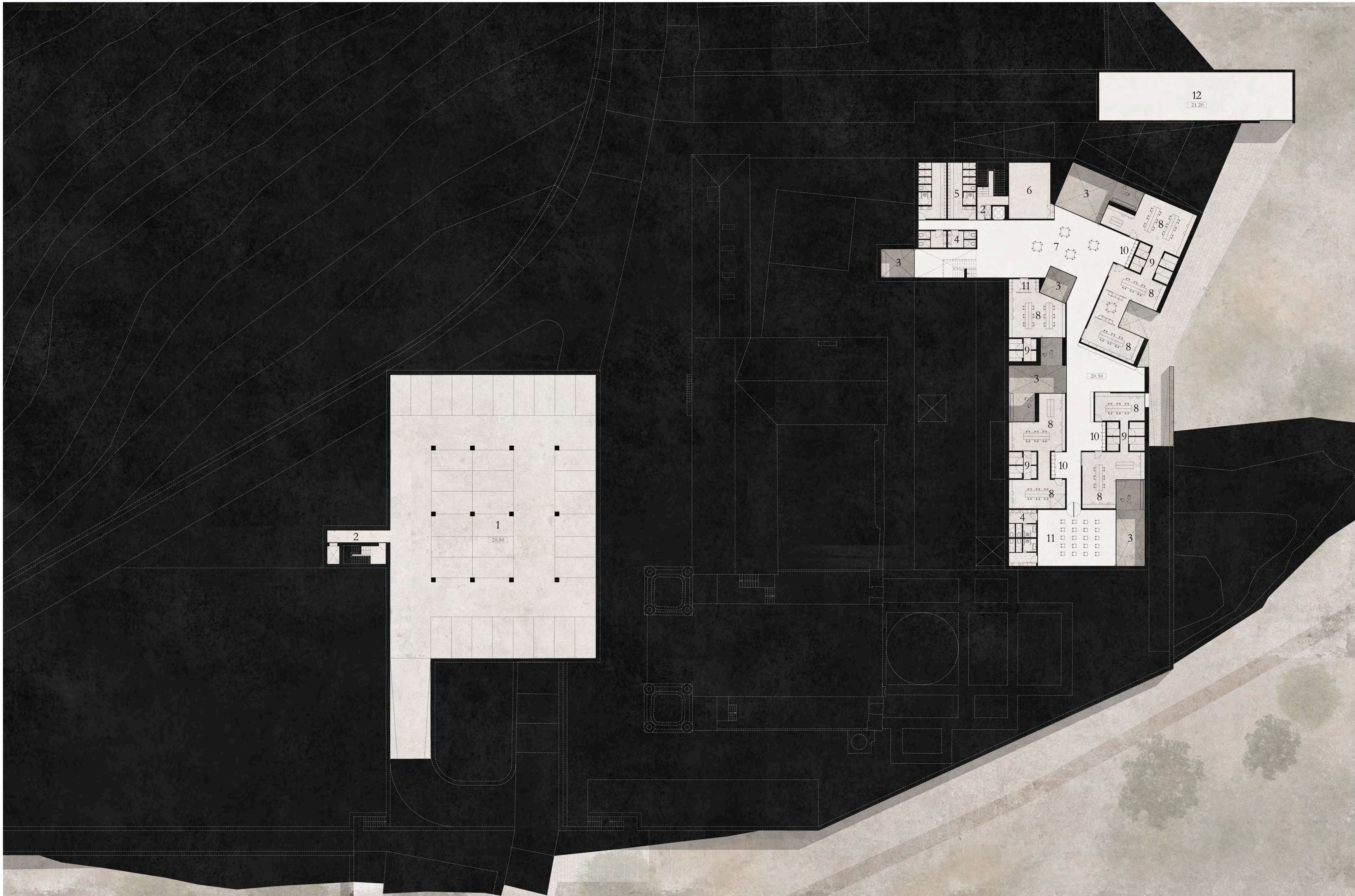




Legenda : 1. Praça 2. Zona Ajardinada 3. Apeadeiro 4. Mosteiro | Laboratório do Vale Mondego 5. Memória da Capela-Mor 6. Residências Investigadores | Abrigo de Materiais de Campo 7. Miradouro 8. Parque de Merendas  
 9. Capela de Nossa Senhora de Seíça 10. Ribeira de Seíça 11. Linha do Oeste 12. Campos Experimentais

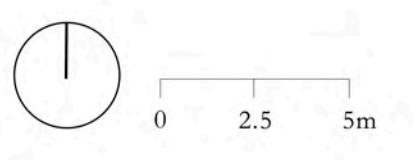
Fig. 8 - Planta de Implantação e Perfil | 1,750

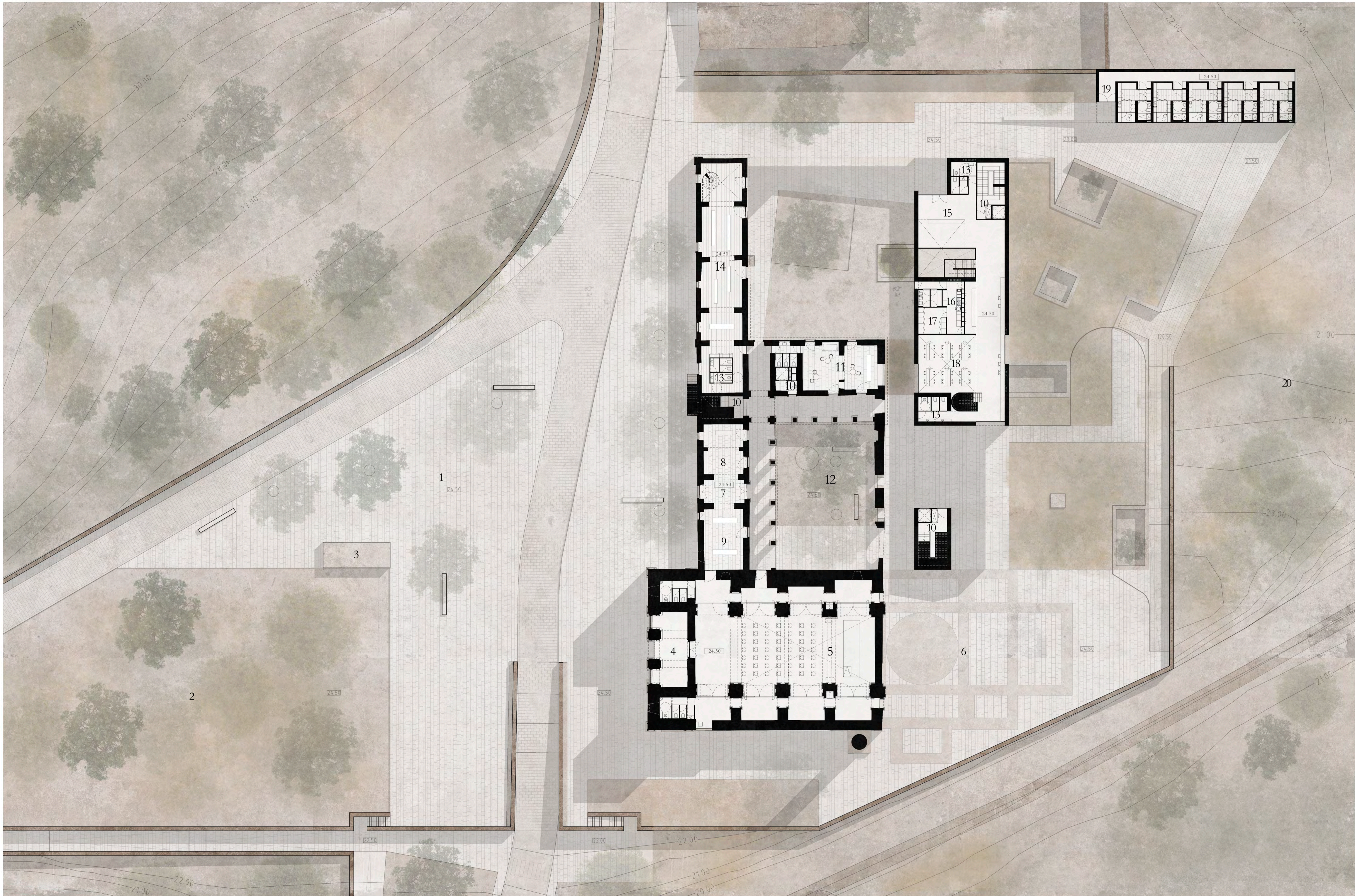




**Legenda :** 1. Estacionamento Subterrâneo 2. Circulação Vertical 3. Pátio 4. Instalação Sanitária 5. Banheiros 6. Zona Técnica 7. Zona de Estar 8. Laboratórios 9. Salas de Apoio aos Laboratórios 10. Antecâmara 11. Sala de Conferências 12. Abrigo para o Material de Campo

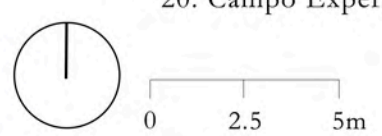
Fig. 9 - Planta Piso -1 | 1.200

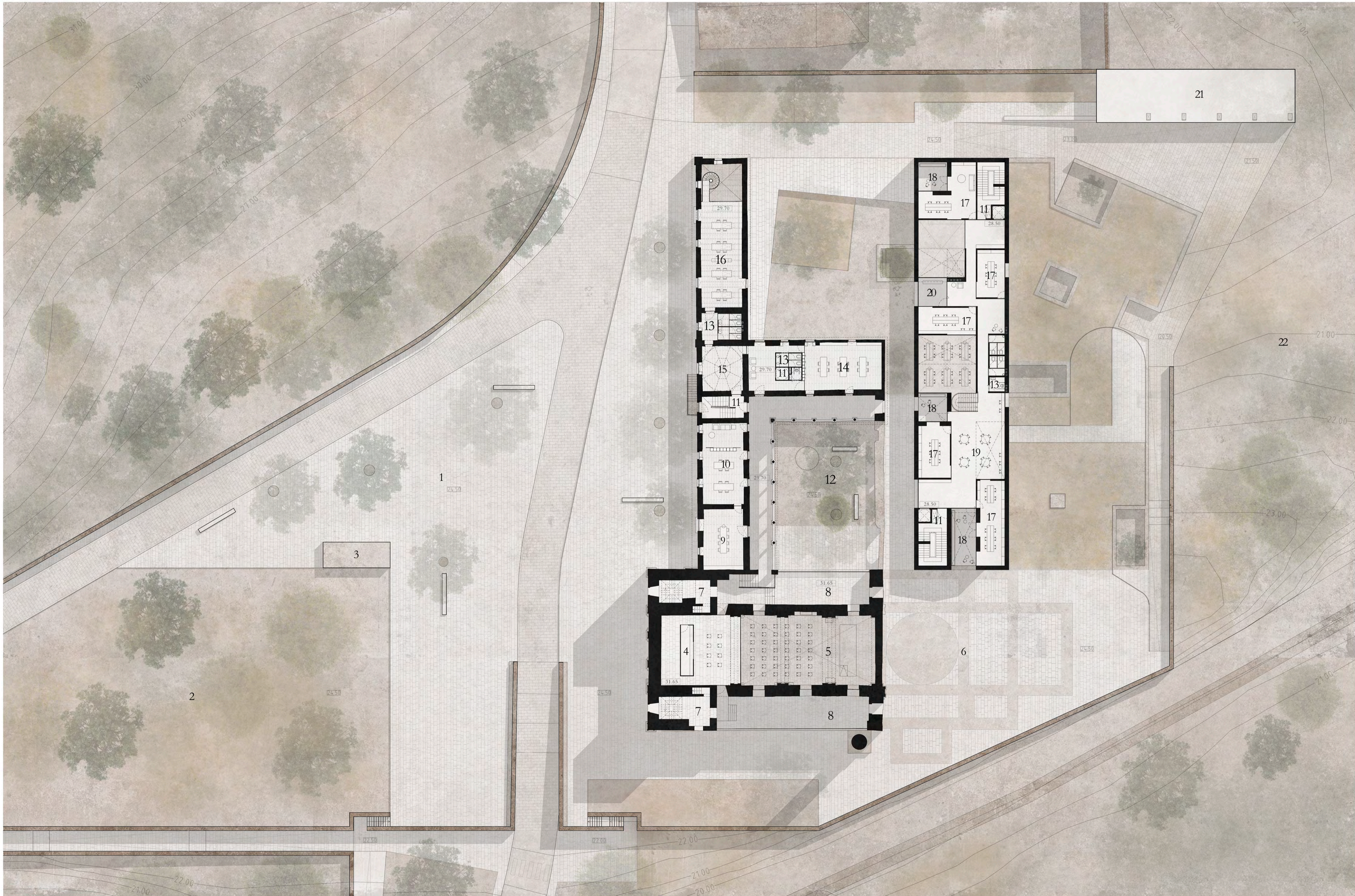




**Legenda :** 1. Praça 2. Zona Ajardinada 3. Acesso ao Estacionamento 4. NárTEX 5. Auditório 6. Memória Capela-Mor 7. Entrada 8. Recepção 9. Loja 10. Acessos Verticais 11. Cafeteria 12. Claustro 13. Instalação Sanitária 14. Zona Interpretativa 15. Recepção 16. Cozinha 17. Armazenamento Secos e Frios | Lixos 18. Refeitório 19. Residências Investigadores 20. Campo Experimental

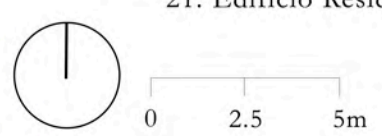
Fig. 10 - Planta Piso 0 | 1:200

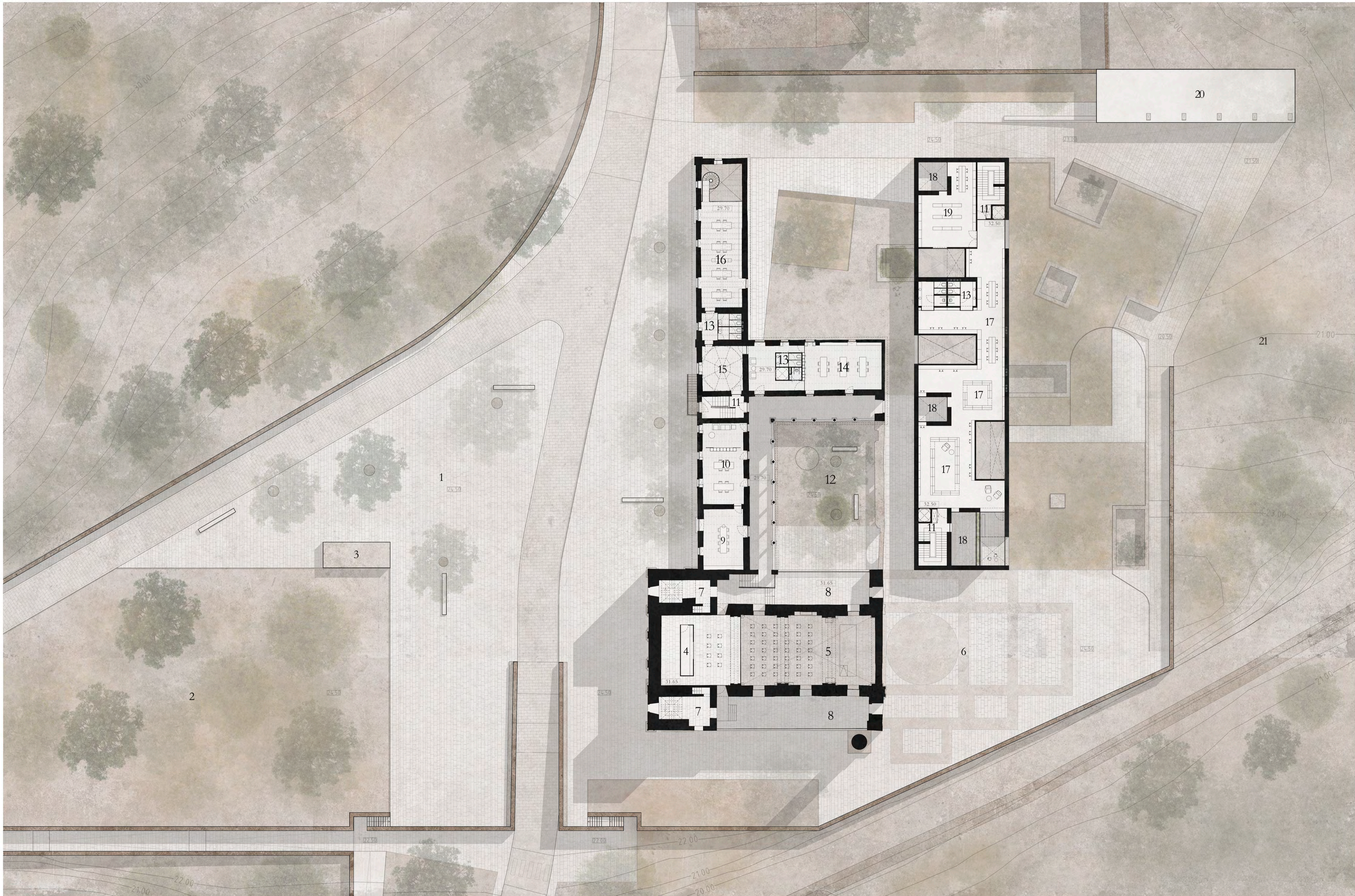




**Legenda :** 1. Praça 2. Zona Ajardinada 3. Acesso ao Estacionamento 4. Zona Técnica Auditório | Coro-Alto 5. Auditório 6. Memória Capela-Mor 7. Circulação Vertical de Acesso às Torres Sineiras 8. Galeria Exterior 9. Sala de Reuniões 10. Administração 11. Acessos Verticais 12. Claustro 13. Instalação Sanitária 14. Sala de Formação 15. Recepção 16. Zona Polivalente/Workshops 17. Salas de Coworking 18. Pátio 19. Zona de Estar 20. Varanda 21. Edifício Residências | Abrigo de Materiais de Campo 22. Campo Experimental

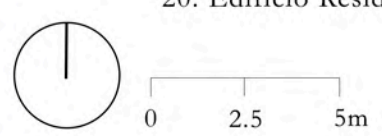
Fig. 11 - Planta Piso 1 | 1:200





**Legenda :** 1. Praça 2. Zona Ajardinada 3. Acesso ao Estacionamento 4. Zona Técnica Auditório | Coro-Alto 5. Auditório 6. Memória Capela-Mor 7. Acesso às Torres Sinciras 8. Galeria Exterior 9. Sala de Reuniões 10. Administração 11. Acessos Verticais 12. Claustro 13. Instalação Sanitária 14. Sala de Formação 15. Recepção 16. Zona Polivalente/Workshops 17. Biblioteca 18. Pátio 19. Arquivo 20. Edifício Residências | Abrigo de Materiais de Campo 21. Campo Experimental

Fig. 12 - Planta Piso 2 | 1.200





Legenda : 1. Praça 2. Zona Ajardinada 3. Acesso ao Estacionamento 4. Igreja 5. Galeria Exterior 6. Memória Capela-Mor 7. Claustro 8. Pátios 9. Edifício Residências | Abrigo de Material de Campo 10. Campo Experimental

Fig. 13 - Planta Cobertura | 1.200

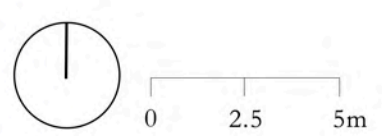




Fig. 14 - Alçados Oeste e Este | 1.200

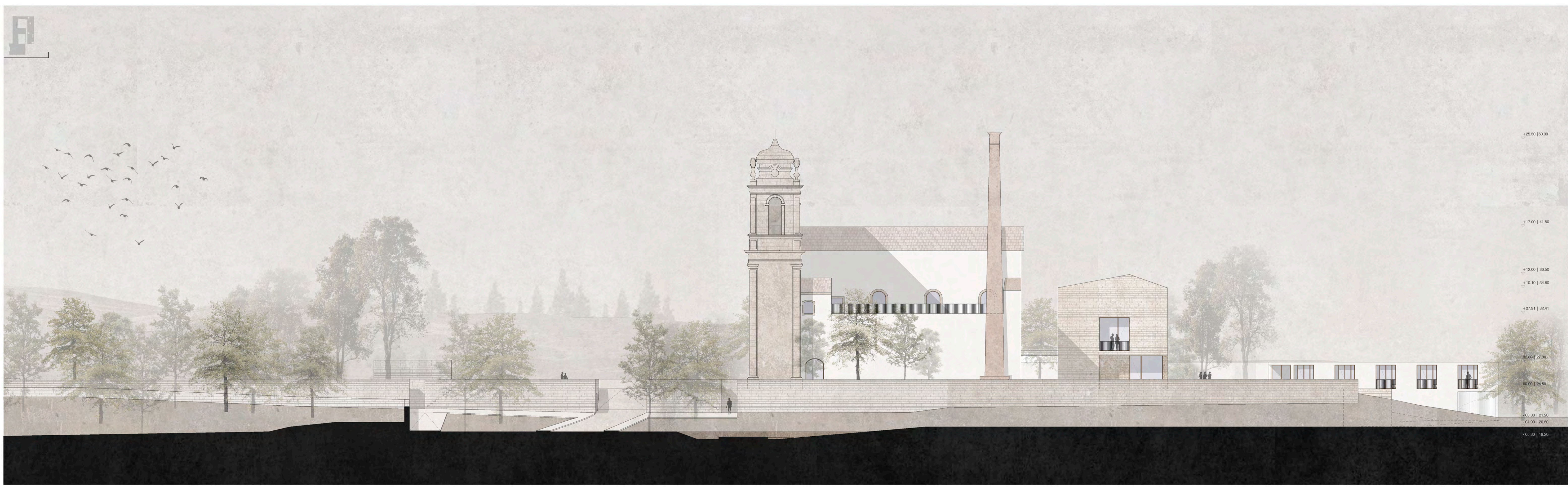


Fig. 15 - Alçados Norte e Sul | 1:200



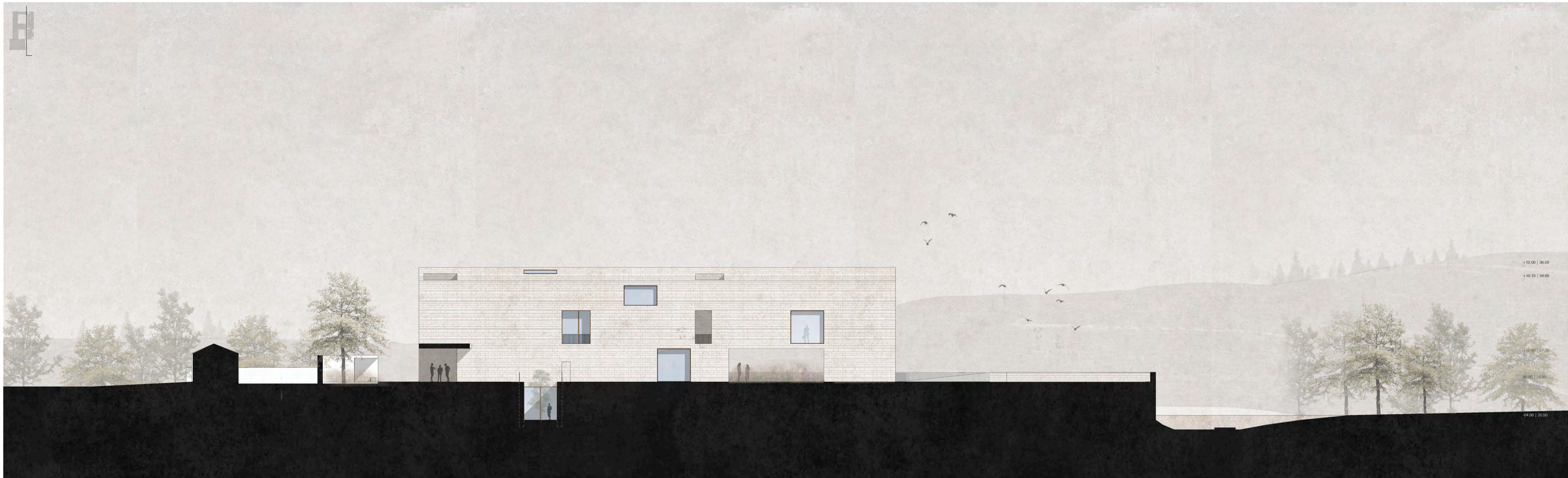


Fig. 16 - Alçados Este e Oeste Edifício Proposto | 1:200

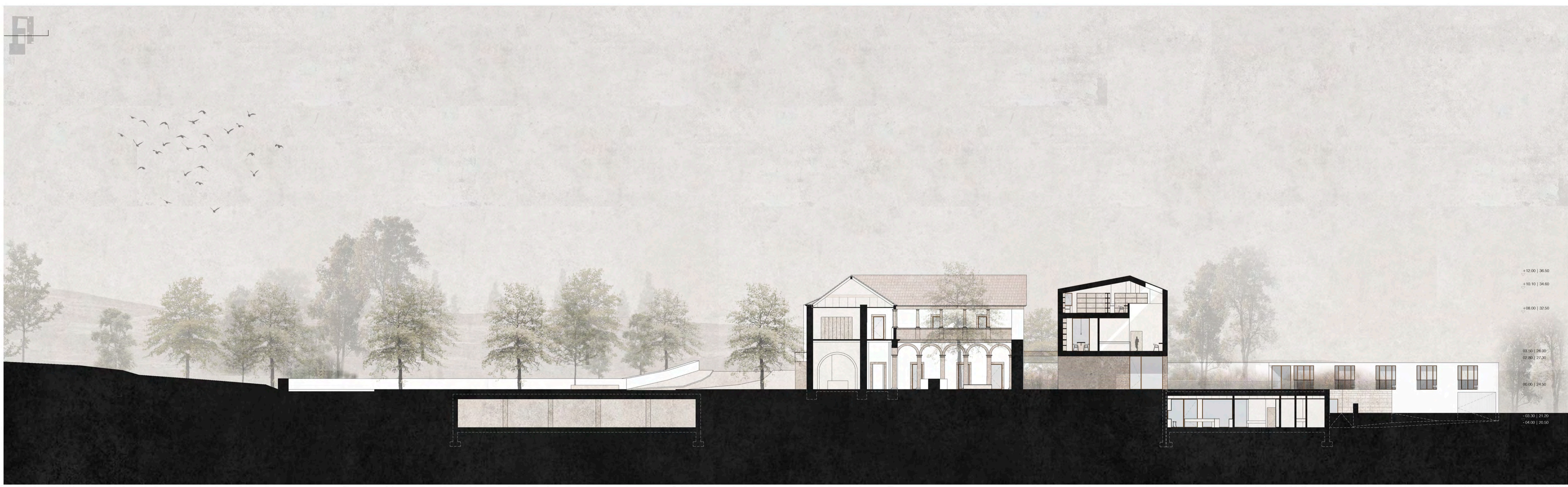
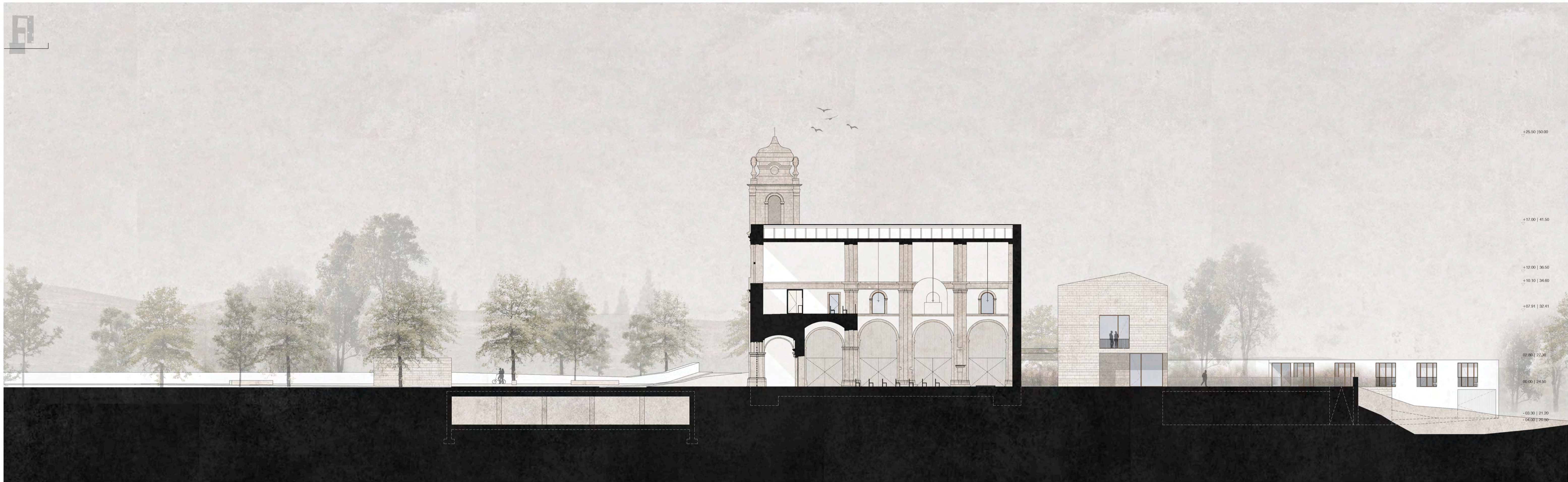


Fig. 17 - Perfis Transversais | 1.200

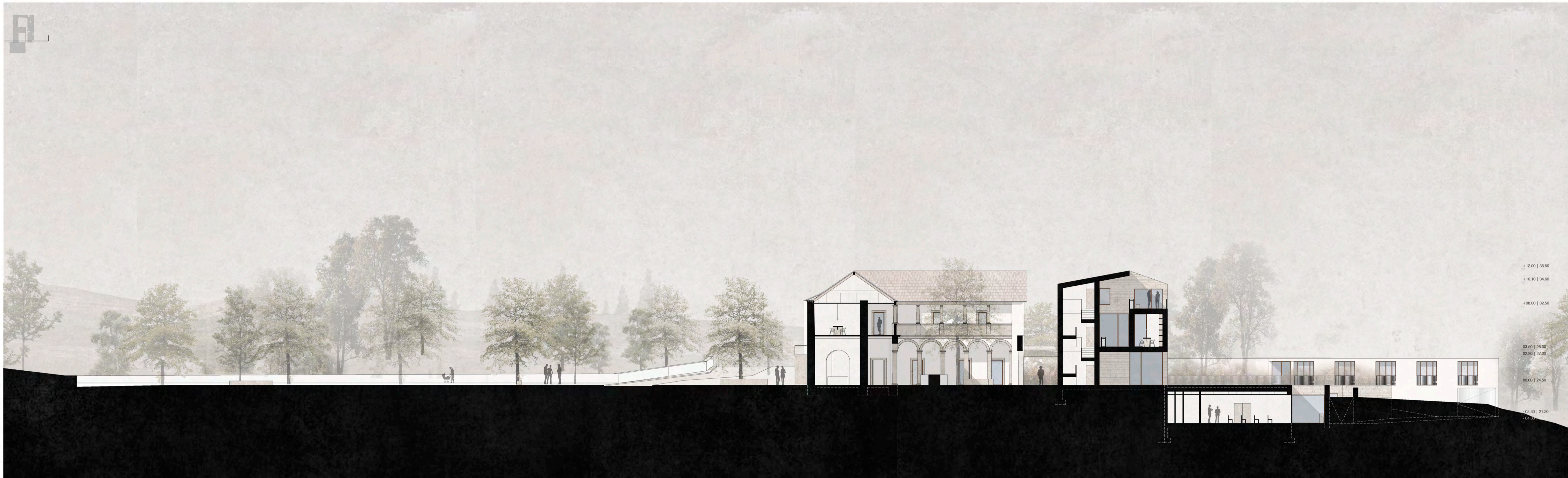


Fig. 18 - Perfis Transversais | 1:200



Fig. 19 - Perfis Transversais | 1:200



Fig. 20 - Perfis Longitudinais | 1:200



Fig. 21 - Perfis Longitudinais | 1.200

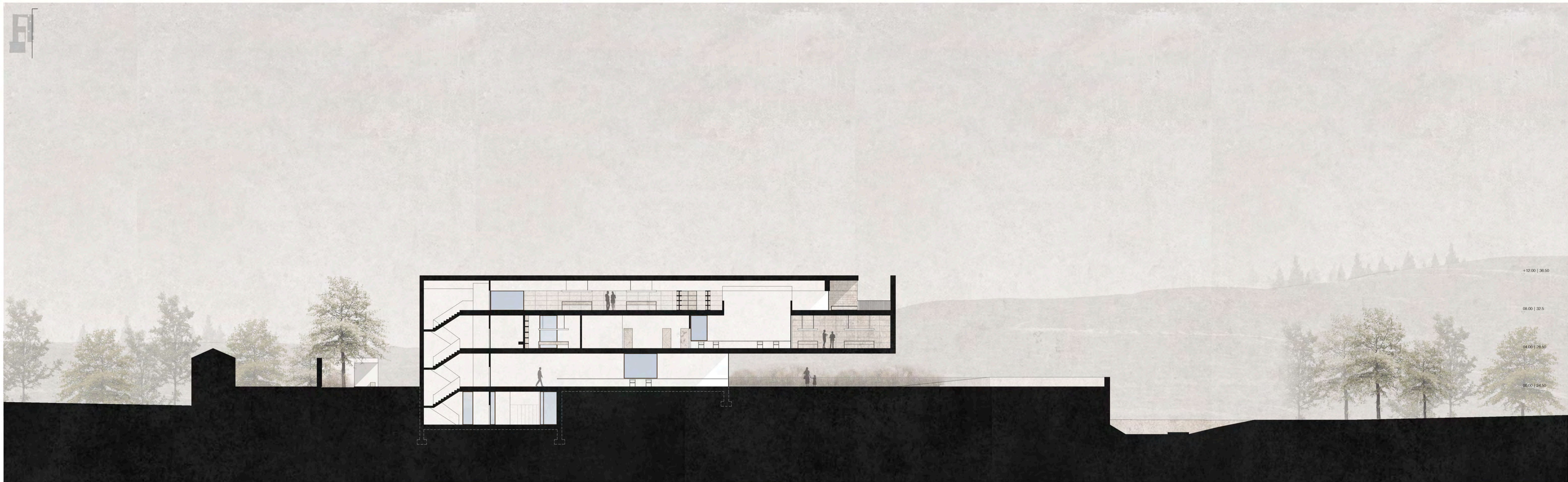


Fig. 22 - Perfis Longitudinais | 1.200

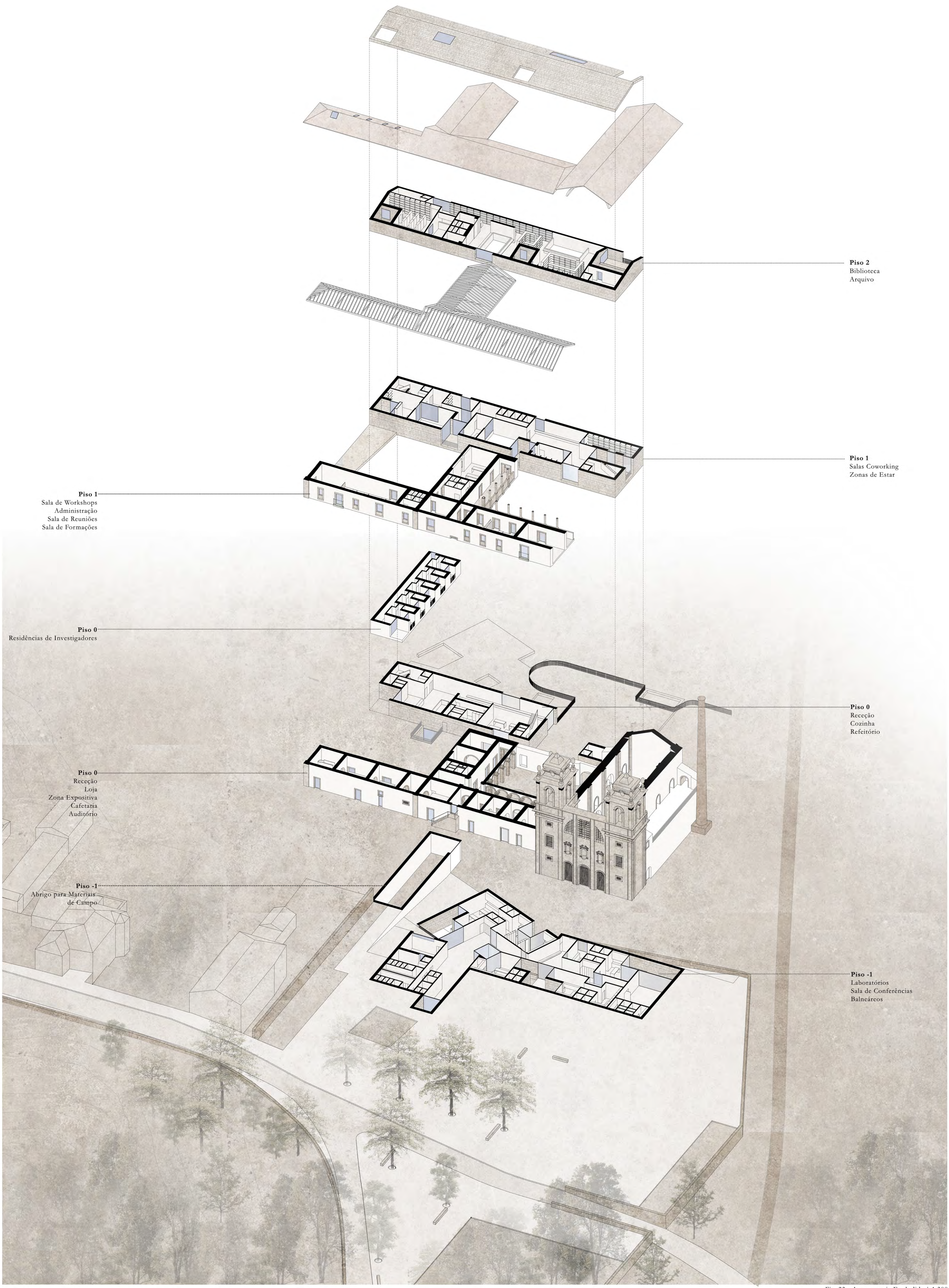


Fig. 23 - Axonometria Explodida | 1.300





Legenda : 1. Sala de Workshops 2. Instalações Sanitárias 3. Salas Coworking 4. Pátio

Fig. 24 - Planta Piso 1 | 1.50





Fig. 25 - Perfil Longitudinal | 1.50

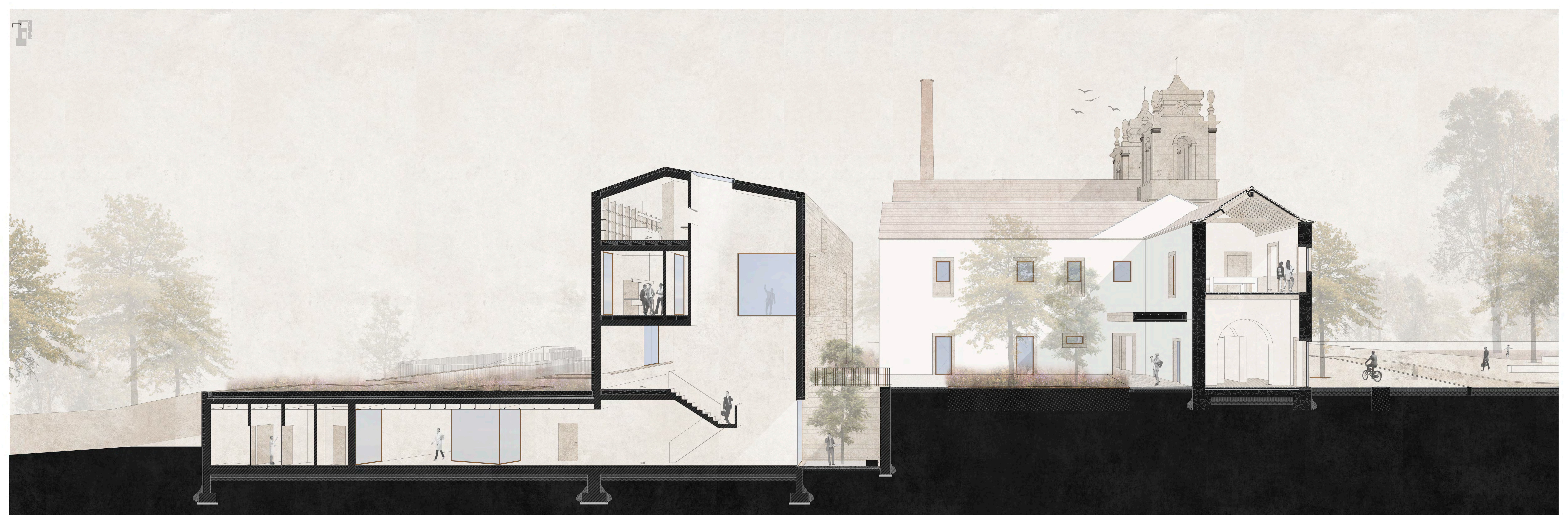
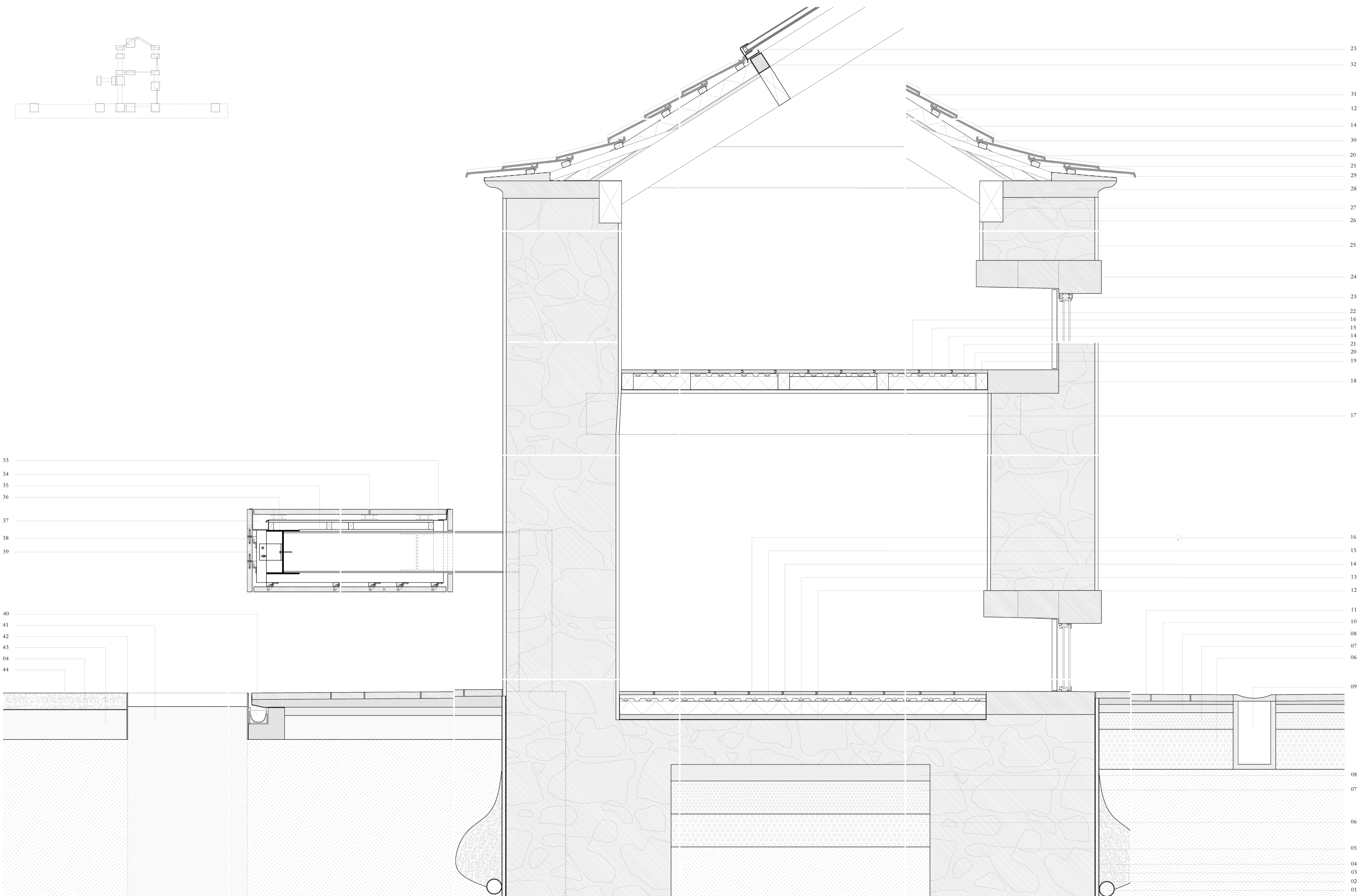


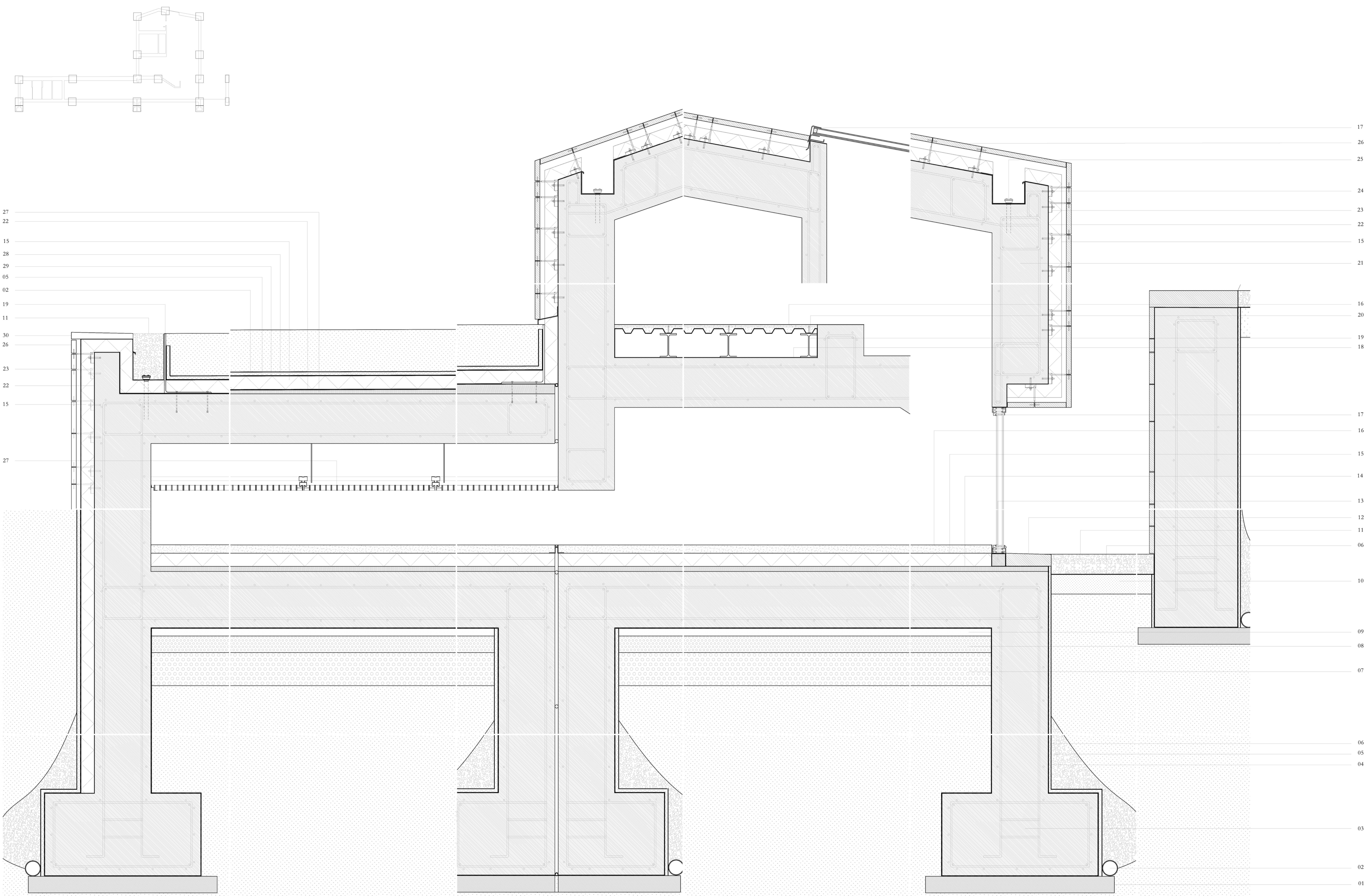
Fig. 26 - Perfil Transversal | 1:50





**Legenda :** 01- Tubo de Drenagem; 02- Impregneabilização; 03- Manta Drenante; 04- Manta Geotêxtil; 05- Sapata em Alvenaria de Pedra; 06- Tout-Venant 0,20 m; 07- Brita 0,10 m; 08- Seixo Rolado ; 09- escoamento de Águas Pluviâis; 10- Regularização com Pendente; 11- Lajetas de Pedra Calcária; 12- Tela Asfáltica; 13- Regularização 0,03 m; 14- Aglomerado de Cortiça Expandida 0,08 m; 15- Piso Radiante Hidráulico; 16- Pavimento de Madeira; 17- Viga de Madeira; 18- Pedra de Soleira; 19- Barrote de Madeira; 20- Contraplacado de Madeira; 21- Membrana Acústica; 22- Portada de Madeira; 23- Caixilho de Latão; 24- Cantaria em Pedra; 25- Reboco de Cal Hidráulica; 26- Parede em Alvenaria de Pedra; 27- Frechal; 28- Cornija em Pedra; 29 - Argamassa; 30- Contrafeito de Madeira; 31- Telha Cerâmica Marselha; 32- Tubular; 33- Rufo de Zinco; 34- Pedestais; 35- Osb ; 36- Perfil em I de Aço; 37- Calceira; 38- Lajetas de Pedra Calcária; 39- Sistema de Fixação de Pedra Natural; 40- Brickslot; 41- Terra Vegetal; 42- Aro de Aço; 43- Terra Compactada; 44- Gravilha

Fig. 28 - Pormenor Construtivo - Edifício Preexistente | 1.10



**Legenda :** 01- Betão de Limpeza 0,10 m ; 02- Tubo de Drenagem; 03- Sapata de Betão Armado; 04-Impermeabilização; 05- Manta Drenante; 06- Manta Geotéxtil; 07-Tout-Venant 0,20 m; 08- Brita 0,10 m; 09- Seixo Rolado ; 10- Terra Compactada 0.10 m ; 11- Gravelha; 12- Pedra de Soleira; 13- Tubular ; 14- Regularização 0.03 m; 15- Aglomerado de Cortiça Expandida 0.08 m; 16- Betonilha 0.05 m; 17- Caixilho de Latão; 18- Membrana Acústica; 19- Perfil de Aço; 20- Chapa Colaborante; 21- Betão Armado 0.30 m; 22- Tinta Asfáltica; 23- Âncora de Suporte de Pedra Natural; 24- Caleira; 25- Tubo de Escoamento de Águas Pluviáias; 26- Lajetas de Pedra Calcária; 27- Camada de Regularização com Pendente; 28- Tela Asfáltica; 29- Barreira Contra Raízes; 30- Pedra de Remate; 31- Painel em grelha metálica;

Fig. 29 - Pormenor Construtivo - Edifício Proposto | 1.10

0 0.1 0.2m



Fig. 30 - Fotomontagem Exterior



Fig. 31 - Fotomontagem Exterior





Fig. 32 - Fotomontagem Interior Mosteiro | Sala de Workshops



Fig. 33 - Fotomontagem Interior Edifício Proposto | Recepção



Fig. 34 - Fotomontagem Interior Edifício Proposto | Refeitório



Fig. 35 - Fotomontagem Interior Edifício Proposto | Laboratórios



Fig. 36 - Fotomontagem Interior Igreja